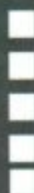


ESTUDOS REGIONAIS

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS - Nº24
2º QUADRIMESTRE - 2010

ISSN 1645-586X



IV WORKSHOP DA APDR "IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO"

LESSONS FROM MIGRATION IMPACT ANALYSIS.

PERFIL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL:
POR PAÍSES DE ORIGEM E REGIÕES DE DESTINO.

IMIGRAÇÃO E COMÉRCIO INTERNACIONAL NO CONTEXTO
DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA - O CASO PORTUGUÊS.

INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES: DESENVOLVIMENTO
E IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA
DE APOIO À DECISÃO.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS REGIONAIS DO INTERIOR
PORTUGUÊS: QUEM SAIU E QUEM ENTROU?

OUTROS TEMAS

O PAPEL DAS DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS
RESIDENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA.

O CRESCIMENTO URBANO E OS SISTEMAS DE GESTÃO
E DE PLANIFICAÇÃO NA CIDADE DA PRAIA, EM CABO VERDE:
PROPOSTA DE UMA NOVA ABORDAGEM
NA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA.



ESTUDOS REGIONAIS

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS
PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL - Nº 24 - 2010

IV WORKSHOP DA APDR "IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO"

LESSONS FROM MIGRATION IMPACT ANALYSIS.

PERFIL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL:
POR PAÍSES DE ORIGEM E REGIÕES DE DESTINO.

IMIGRAÇÃO E COMÉRCIO INTERNACIONAL NO CONTEXTO
DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA – O CASO PORTUGUÊS.

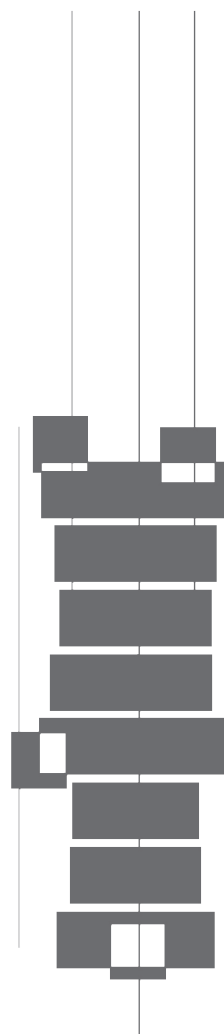
INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES: DESENVOLVIMENTO
E IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA
DE APOIO À DECISÃO.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS REGIONAIS DO INTERIOR
PORTUGUÊS: QUEM SAIU E QUEM ENTROU?

OUTROS TEMAS

O PAPEL DAS DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS RESIDENCIAIS
NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA ÁREA
METROPOLITANA DE LISBOA.

O CRESCIMENTO URBANO E OS SISTEMAS DE GESTÃO
E DE PLANIFICAÇÃO NA CIDADE DA PRAIA, EM CABO VERDE:
PROPOSTA DE UMA NOVA ABORDAGEM
NA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA.



DIRECÇÃO EDITORIAL

Editor Chefe: **Pedro Nogueira Ramos**

COMITÉ EDITORIAL

Adriano Pimpão, Universidade do Algarve
Álvaro Domingues, Universidade do Porto
António Figueiredo, Universidade do Porto
António Pais Antunes, Universidade de Coimbra
António Simões Lopes, Universidade Técnica de Lisboa
Armindo Carvalho, Universidade do Porto
Artur Rosa Pires, Universidade de Aveiro
Felisberto Marques Reigado, Universidade da Beira Interior
Fernando Ruivo, Universidade de Coimbra
Francisco Diniz, Universidade de Trás-os-Montes
Henrique Soares de Albergaria, Universidade de Coimbra
João Ferrão, Universidade Clássica de Lisboa
João Guerreiro, Universidade do Algarve
José Cadima Ribeiro, Universidade do Minho
José Pedro Pontes, Universidade Técnica de Lisboa
José Reis, Universidade de Coimbra
José Silva Costa, Universidade do Porto
Manuel Brandão Alves, Universidade Técnica de Lisboa
Mário Fortuna, Universidade dos Açores
Mário Rui Silva, Universidade do Porto
Paulo Dias Correia, Universidade Técnica de Lisboa
Rui Nuno Baleiras, Universidade do Minho

CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS. Coimbra, 2010
Revista Portuguesa de Estudos Regionais /
Ed. APDR-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
2º Quadrimestre - Coimbra APDR, 2010
Quadrimestral
ISSN 1645-586X

www.apdr.pt

A Revista Portuguesa de Estudos Regionais encontra-se referenciada nas bases bibliográficas EconLit, JEL on CD, e-JEL e no Journal of Economic Literature.

FICHA TÉCNICA

| **SECRETARIADO EXECUTIVO:** Ana Rita Jacinto
| **COMPOSIÇÃO:** Eduardo Oliveira
| **CAPA:** Eduardo Oliveira | **IMPRESSÃO:** quatro /quatro soluções gráficas - Outubro 2010
| **TIRAGEM:** 290 exemplares | **DEPÓSITO LEGAL** Nº 190875/03
| **PREÇO:** Avulso € 15.00 (IVA incluído) / Assinatura € 30.00 (IVA incluído)

ÍNDICE

INDEX

IV Workshop da APDR “Imigração e Desenvolvimento”

Lessons from migration impact analysis 5

JESSIE BAKENS
PETER NIJKAMP

Perfil dos imigrantes em Portugal:
dos países de origem às regiões de destino 17

CONCEIÇÃO REGO
MARIA FILOMENA MENDES
JOSÉ REBELO
GRAÇA MAGALHÃES

Imigração e Comércio Internacional no Contexto
da Integração Europeia – O Caso Português 41

NUNO GONÇALVES
ANA PAULA AFRICANO

Integração de Imigrantes: Desenvolvimento
e Implementação de um Sistema
de Apoio à Decisão 55

EMÍLIA MALCATA REBELO

Movimentos Migratórios Regionais
do Interior Português: quem saiu e quem entrou? 71

ANA RITA JACINTO
PEDRO NOGUEIRA RAMOS

Outros temas

O Papel das Dinâmicas e Estratégias Residenciais
no Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana
de Lisboa 87

MARIA JÚLIA FERREIRA

O Crescimento Urbano e os Sistemas de Gestão
e de Planificação na Cidade da Praia,
em Cabo Verde: Proposta de uma Nova Abordagem
na Intervenção Urbanística 107

JUDITE MEDINA DO NASCIMENTO

LESSONS FROM MIGRATION IMPACT ANALYSIS*

Jessie Bakens - Department of Spatial Economics, VU University Amsterdam - E-mail: jbakens@feweb.vu.nl

Peter Nijkamp - Department of Spatial Economics, VU University Amsterdam - E-mail: pnijkamp@feweb.vu.nl

Resumo:

Numa era de migrações, muitos dos países desenvolvidos enfrentam uma crescente heterogeneidade populacional. Os fluxos migratórios têm levado muitas vezes a uma discussão política sobre o impacto dos imigrantes nos mercados laborais, no crescimento económico e nos processos de aglomeração urbana. Consequentemente muitos destes efeitos são uma fonte de debate nos círculos políticos e na investigação académica. Neste artigo que analisa o impacto da migração temos uma abordagem abrangente, embora não exaustiva, à investigação sobre efeitos das migrações e desenvolvimento económico. O impacto dos migrantes no crescimento e desenvolvimento económico depende em grande parte do âmbito e da escala da investigação, tal como a geografia do mercado laboral e a heterogeneidade dos migrantes. No geral, não foi encontrado um impacto claramente negativo da migração na economia, num nível agregado, a longo prazo. No entanto, no curto prazo, acontecem alguns ajustamentos ao nível regional. Mas é necessário mais pesquisa e mais dados para descobrir qual é exactamente a relação entre migração e crescimento económico.

Palavras-chave: diversidade migratória, mercado laboral, crescimento económico e externalidades de aglomeração.

Códigos JEL: J61; F22

Abstract:

In the age of migration, many developed countries face an increasing heterogeneity of their residents. Migrant flows often lead to political discussion about the impact of migrants on labour markets, economic growth, and urban agglomeration processes, and many of these causalities are a source for debate in academic research. In this paper on migrant impact analysis we offer a broad, though not exhaustive, overview of research on migration effects and economic development. The impact of migrants on economic growth and development depends strongly on the scope and scale of research, such as the geography of the labour market and the heterogeneity of migrants. In general, no clear negative impact of migration on the host economy is found on an aggregate level and in the long run. In the short run, however, some adjustment processes are clearly at work on the regional level. But, more research and data gathering is necessary to point out the exact relationship between migration and economic growth.

Keywords: Migrant diversity, labour markets, economic growth, agglomeration externalities

JEL Codes: J61; F22

* This paper was partly inspired by a Dutch report by P. Nijkamp et al. on 'Migratie in Balans', VU University, Amsterdam, 2010.

1. Migrant diversity

Although migration has occurred throughout the course of human history, the extent to which people are currently migrating is unprecedented. It is estimated that approximately 200 million people (3 per cent of the world population) are living in a different country than the one where they were born. The destinations of migrants are diverse, so the percentage of migrants in the population of a country differs substantially between countries. The average share of migrants in the population of OECD-countries is about 12 per cent (OECD 2009). It should be noted that migration is an extremely broad concept and can include refugees, expats, seasonal employees, guest workers, the retired, and people moving from rural to urban areas (important economic processes in developing countries like China and India).

From an economic point of view, migration is the result of the mobility of production factors and different factor prices between regions. The mobility of production factors is one of the cornerstones of the efficiency of economic markets. If markets work efficiently, this should lead to economic growth and wealth. However, the inflow of migrants into a country often leads to political debates. Concerns about the impact on, for example, the employment of natives and the neighbourhoods where migrants reside, arise. In the short run, the receiving country's economy has to adapt to the (exogenous) shock of a supply of migrants by making adjustments in its labour market. Individual migrant characteristics and the way labour market institutions and cities where migrants reside function, are all crucial for the impact of migration on the host country's economy. The aim of our paper on migrant impact analysis is to give an overview of the socio-economic effects of migration on the local, regional and national economies of the host country by assessing a vast, though not exhaustive, amount of research done in this field and to point out the relevant research areas that need more exploration and data gathering.

As a result of migration, the diversity of the population of most developed countries has increased sharply and the central question in most research on this topic is whether diversity has a positive or negative effect on economic growth, and whether heterogeneous societies suffer from poor social capital and social cohesion. The general claim that diversity has a positive impact on the economy is based on different hypotheses. The 'melting pot' phenomenon (Jacobs, 1961) states that industrial diversity leads to higher economic growth because ideas are easily exchanged, and thus innovations are more easily made. With a diverse labour force, the number of ways that problems are framed increases, thus producing a richer set of alternative solutions, and consequently innovations (Ottaviano and Peri 2006). So productivity and economic growth rise when people with complementary skills and problem-solving abilities work together.

An alternative way that diversity affects economic growth is that migrants might increase the level of entrepreneurship in the receiving country. Migrants have a higher demand for products from their home country thus intensifying bilateral trade relationships and foreign direct investment (FDI). On the demand side of the economy, diversity of the goods and services offered in cities might increase the utility of living in those cities. If the utility of living in heterogeneous cities is higher, then more people may want to live and work there thus boosting their economic development (see, for example, the 'love of variety' (Fujita et al. 1999)). The diversity hypothesis described above has similarities with the biological way of looking at the diversity of species¹.

On the other hand, too much social variety may lead to interaction problems, increasing the costs of communicating, and thus leading to the fractionalization of society (the 'Babylon effect' described by Florax et al. (2005)). Heterogeneity can also generate costs if it results in racism and prejudice (Abadie and Gardeazabal 2003) and if it leads to conflicts of preferences concerning public spending (Alesina et al. 1999, Alesina et al. 2004). Social cohesion might also decrease, because in a diverse society the development of trust is more difficult to foster (Alesina and La Ferrara 2002).

¹ For an economic contribution which compares the way economists and biologists and ecologists measure diversity, we refer to Maignan et al. (2003).

The popular views on the melting pot hypothesis prompt the question: what exactly is diversity? Heterogeneity of the level of education (skill-level) of migrants is rather easily observable and often used as an independent variable in research on the effect of migrant diversity on the economy. Cultural diversity is a more general concept and is often measured by country of birth or language. The impact of other diversity measures such as identity and social background are much less easily measured and used in research. A very important aim in future research is to focus on what it is about diversity that influences economic processes.

Some migrant-impact analyses focus on the fiscal impact – taxes paid minus the social welfare benefits received – of migrants. We, however, wish to emphasize that, when only a fiscal impact analysis of immigration is made, many other processes in the economy that are influenced by migrants, and that, in turn, have an impact on economic development are not taken into consideration. Many of these processes are more difficult to quantify than the fiscal impact, but leaving them aside does not mean their impact on economic growth is absent. In these kinds of analyses, the socio-economic impacts, central in this paper, are thus not accounted for.

The remainder of this paper is structured as follows. Section 2 of this study examines the impact of migration on the (local) labour market of the receiving country. Much research has been done on the labour market effects of migration, and the overall finding is that migration has, in general, no clear negative effect on the receiving country's labour market. In the short term, the effect depends on the skill level of migrants. Section 3 deals with the effects of migrants on economic growth through innovation, ethnic entrepreneurship, trade, FDI, and tourism. In the long run, the overall welfare effect is found to be positive. Section 4 of this analysis focuses on the spatial externality effects of migration. Ethnic networks and agglomeration externalities are concepts within this field of research. Research shows that all these indirect effects of migration might significantly add to

economic growth and increase the utility of people living in those cities with greater population diversity. Finally, section 5 draws the conclusions of this paper, and presents a future research agenda.

2. Migrant impacts on the host country's labour market

When looking at the impact of migration on the host country's labour market, the effect on wages, productivity and natives' employment are the central research focus. The main concern is whether migrants take away employment from natives, the 'crowding-out effect', or might have a lowering effect on wages because of an excess supply of (cheap) labour. Also, the way sending and receiving countries gain or lose from the migration of high-skilled labour, 'brain gain' or 'brain drain', has led to interesting research.

In a series of meta-analysis studies² by Longhi et al. (2005a, 2005b, 2008a, 2008b, 2010), the authors have estimated the average impact of immigration on the labour market or the direction of causality between immigration and labour market effects. This analytical technique is very useful to obtain a general idea of the impact of immigration on the receiving country's labour market. It is worth noting however, that a meta-analysis is an average impact analysis and that individual case studies offer also valuable insights into labour market processes, especially when differences between regions or countries (i.e. in migration policies, labour market institutions, migrant heterogeneity) are stressed. Therefore, in this section, the results of both research methods are discussed. The selection of various studies using meta-analysis is mainly based on methodological approaches, while the selection of case studies in the present section can be considered somewhat arbitrary, as it is mainly focused on the goal of having a variety in country approaches.

² Meta-analysis requires the acquisition of a cluster of applied modelling studies concerned with the same research question and which use a common econometric specification, in order to draw a general synthesis conclusion.

2.1 Labour productivity: wages and employment

A meta-analysis by Longhi et al. (2008a) concludes³ that the effects of immigration on local or national labour markets (i.e. wages, employment, unemployment and labour force participation) are either insignificant or very small. The regional scope of the labour market in the conducted research is important for the results about the effect of immigration on labour markets. Statistically significant negative impacts of immigration are relatively more frequent in those studies that focus on large geographical labour markets which can be considered less 'open': when focusing research on a small labour market, the adjustment effects in the economy, such as native out-migration, changes in sectoral and trade composition, an increase in consumption expenditure might be better observed in the data.

Longhi et al. (2005a) have conducted another meta-analysis on the influence of immigration on the wages of the native population and earlier migrant cohorts. The result of this meta-analysis is that the influence of migrants on wages is small; a 1 percentage-point increase in the share of immigrants in the population would lower wages of the native-born population by about 0.1 per cent⁴. There is no difference in the impact of immigrants on the wages of men or women, but immigrants seem to have a much larger impact on the wages of earlier immigrants than on the wages of natives. Earlier and new immigrants thus tend to be closer substitutes in the labour market. As far as employment is concerned, Longhi et al. (2005b, 2008b) also find that, in general, the crowding-out effect is very small in the short run: a 1 per cent increase in the number of immigrant leads to a decrease of 0.02 per cent in native employment⁵. Immigrants seem to have a greater impact on the employment of women than of men, which is likely to be related to their different elasticity of labour supply. Immigrants tend to have the same impact on the employment of both earlier immigrants and natives.

In a qualitative study of the IPPR (2007), the effect of migration on the UK economy is described by ranking working-age population characteristics by country of birth. Large groups of immigrants tend to have better labour market characteristics than

the average UK-born, especially those immigrants whose admission to the UK is based on their labour market potential. Immigrants with lower than UK-born average labour market characteristics tend to be family reunification migrants or asylum seekers. In a more in-depth study, the IPPR (2009) shows that the effect of migration on employment in the UK is insignificant though very hard to test in general. Even the overall impact of a sudden influx of migrants (e.g. Central and Eastern European migrants after the enlargement of the European Union) on wages is very small. In this research, a 1 percentage-point increase in the share of immigrants in the UK working-age population reduces wages by around 0.3 per cent. This effect is extremely small when compared with the effect of education on wages. In the UK, the estimated effect of 1 to 3 years of additional schooling after the minimum working age of 16 years on wages is around 10 per cent. It is stressed in the paper that assessing the average impact of migrants on the UK economy is difficult due to the heterogeneity of the migrants and the consequent variation in impact on the UK-economy.

Indeed, when looking at different measures of migrant diversity, a better insight into the processes at work in the labour market is obtained. In a study by Suedekum et al. (2008), the impact of migrant heterogeneity (skill-level and culture measured by nationality) on the German labour market is analysed. Cultural diversity has a positive impact on the German labour market. Especially high-skilled workers increase local labour productivity. Low-skilled immigrants have a negative effect on local wage and employment. An interesting finding in this research is that the most negative effects of immigrants on German labour markets are to be expected in regions with a large and culturally homogeneous group of unskilled immigrants. In the US, Borjas (2005), CCSCE (2005) and Orrenius and Nicholson (2009) find that, on average (in the long run), the impact of immigrants on the receiving region's employment and wage rates is positive, and only very small substitution-effects between natives and immigrants are observed. The largest negative effect of immigrants is on the wages of earlier immigrant

³ Based on a sign-test only, meaning the direction of the causality (negative, positive) of 1,572 estimates used for the study concerned.

⁴ Calculated on the basis of the unconditional average of the 348 estimates in the analysis.

⁵ Calculated by means of a meta-analysis based on the unweighted average of the 165 estimates used in the analysis.

cohorts. Ottaviano and Peri (2006) also find that, in the long run, cultural diversity has a net positive effect on the wages of US workers. In New Zealand (Strutt et al. 2008), the influx of immigrants has caused wages and employment to decrease for some native-born workers and earlier migrant cohorts for whom new migrants are close substitutes in the labour market. Research by Econtech (2006) in Australia shows that an increase in the influx of high-skilled immigrants has led to negative transition-effects in the short run, but to positive labour market effects in the long run; labour force participation, employment and skill level appear to have increased.

The overall conclusions described above are confirmed by the work of Pekkala Kerr and Kerr (2008). They conclude that, on average, immigrants do not have a negative impact on labour markets, but, decomposing the effect for different regions, different migrants and different natives alter the findings somewhat. The impact of migrants on the host economy depends on their skill level, education, age, and length of stay. As far as the native population is concerned, those most likely to be substitutes for migrants are the less-educated workers and earlier migrant cohorts.

2.2 Regional disparities

As is described above, the impact of migrants is different for different regions. The impact of immigration on wages and employment is greater when estimated for European countries than for the US (Longhi et al. 2005a, 2005b, 2008b; Münz et al. 2006), and smaller when the geographical definition of the labour market is narrower (Longhi et al., 2005a, 2005b, 2008b). These findings are confirmed in the meta-analysis of Longhi et al. (2010) that focuses on the local and regional impacts of migration on wages and employment. When the scope of research is more local, the impact of migration on wages is larger in the US than in the European Union, but the impact on employment is larger in the European Union. This is in accordance with the notion that more rigid labour markets clear by means of the adjustment of employment and not of wages. In the above study, no difference is found between the impact of immigration on natives and earlier migrants, nor are gender-effects found. The crowding-out effect is again not validated.

Even within the EU, the effects of migrants on wages and employment show regional differences: the impact of immigrants on wages and employment is negligible or slightly positive in Greece, Italy, Spain and the UK (Münz et al. 2006). Both the high- and low-skilled immigrants are complements to the native labour force and migrants have easy access to the labour market in these countries. Negative effects of immigration are observed in Belgium, where new immigrants are substitutes in the labour markets for earlier immigrants, and in Germany where labour markets are quite inflexible. In these circumstances, migrants tend to rely on social benefits more often than natives do.

Recent research (Dustmann et al. 2009; Lemos and Porter 2008) also shows that there have been no negative labour market implications from the inflow of Eastern and Central European immigrants after the enlargement of the European Union in 2004. Dustmann et al. (2009) find no negative effect on the UK economy. Eastern and Central European migrants to the UK tend to be young and highly educated and have a high participation rate. This means that, on the contrary, they add to the Treasury by paying taxes.

Though most research on migration is aimed at the impact on the receiving country, the sending country's labour market is influenced as well. Although describing the impact of migration on the sending country is not the focus of this paper, we will now briefly elaborate on this. Bhagwati (1976) developed the perspective that receiving countries get the better part of the sending country's labour force, i.e. migrants are positively self-selected, and the sending country experiences a brain drain. Recent research on this topic showed that the brain drain might not actually be that negative for the sending country (Mayr and Peri 2008). Sometimes, the prospect that investments in education and training can pay off when migrating to a foreign country, leads to higher investments in education in the sending region. This might generate a positive spillover to the sending region's labour market. Also, return migration of high-skilled labour and contacts of high-skilled labour with the home country might increase human capital levels in the sending country. So the brain drain might lead to a brain gain for the sending regions.

The literature overview in this section shows that, on an aggregate level, migrants have no significant negative effect on the host country's labour market. However, when focusing on a more disaggregate level, some negative, but small, effects can emerge when immigrants are close substitutes for native workers. This is mostly the case for low-skilled natives and earlier immigrants for whom low-educated immigrants are close substitutes. High-skilled immigrants tend to have a positive effect on wages and employment. Research on the impact of cultural diversity on wages and employment also shows a positive effect on the host country's labour market. More research is required on regional disparities of the impact of migration. As is described above, labour participation of migrants might be lower in regions with more rigid labour markets, making migrants more dependent on social welfare benefits. In future research, it is important to take into account the crucial role labour market institutions play in determining the position of migrants on the labour market, and thus the regional disparities. Migrant heterogeneity also plays a crucial role, and future research should focus on more in-depth analysis of what exactly it is about diversity in the labour market that increases productivity.

3. Migrant impacts on the host country's economic growth

The previous section on the impact of migration on the host country's labour market was clearly a static analysis and did not account for long term endogenous growth and multiplier effects. The research in this field is still very much in progress and an overview of important findings is given below. The focus of this section will be on the influence of migrants on innovation, entrepreneurship, trade, FDI and tourism. Migrant diversity plays a significant role in this field of research as well.

3.1 Innovation

In the growth literature, innovation is one of the main drivers of economic growth. The impact of a heterogeneous labour force on innovation is an interesting research topic. The general argument is that, in a more diverse labour force, many different opinions are gathered together and will ultimately lead

to other and maybe better solutions to problems and new ideas than in a labour force that is composed entirely of like-minded people. If immigrants are high-skilled, then technological change can be accelerated through greater investment and technology transfers (Strutt et al. 2008). Nevertheless, very little research has been undertaken in this specific research field.

The meta-analysis of Ozgen et al. (20010a) focuses on the impact of immigration on income disparities and concludes⁶ that the overall effect of immigration on income convergence is positive but modest. They do find that a positive net migration rate coincides with higher economic growth. A 1 percentage-point increase in the net migration rate increases real income per capita by 0.1 per cent. When the characteristics of migrants are taken into account, especially high-skilled migrants, the effect of migration on income convergence is strengthened. This is consistent with the assumption of labour heterogeneity in the new growth theory. The time and the geographical scope of the research is important in this context because the impact of immigrants on growth can differ over time and space. As stated in the previous section, further spatial analysis of migration is required.

Münz et al. (2006) find a positive relationship between financial and human-capital-endowed migrants and economic growth. The argument is that immigrants with high financial assets have a positive effect on consumption and investments. However, although low-skilled migrants cause a decrease in labour productivity, they do also contribute to the development of low-skill sectors that would otherwise have experienced, for example, seasonal labour shortages in Southern European countries. The impact of immigration on growth strongly depends on the labour market performance of migrants and is thus also related to the labour market institutions in the receiving country.

Ozgen et al. (2009) conducted panel data research to quantify the role of diverse immigrant communities on the innovativeness (patent applications) in 12 Member States of the European Union. They find a positive relation of 0.23 per cent between the share of foreigners in the population and the number of

⁶ Calculated on the basis of 67 estimates.

patent applicants. The results also indicate that the composition of the migrant population, i.e. the nationalities of the migrants, influences the innovative capacity of the European regions. By measuring the externalities gained from a culturally heterogeneous society, the research looked into the diversity index and found that a unit increase in the Simpson diversity index, increases patent applications by 2.2 per cent. Saxenian (2007) found that high-skilled Chinese and Indian migrants in the US had a positive effect on the economy and innovation in the US. Hunt and Gauthier-Loiselle (2008) also found that immigrants have a positive effect on innovation. The melting pot hypothesis is thus confirmed in this research.

A different view is offered by Alesina et al. (1999), Angrist and Kugler (2003), Alesina et al. (2004) and Alesina and La Ferrara (2005), who state that cultural diversity can cause economic growth to slow down. This is especially the case when diversity leads to differences in tastes for the provision of public goods, which usually leads to an underprovision of such goods.

3.2 Trade, FDI, tourism and remittances

A clear relation is observed between international trade patterns, migration patterns and FDI patterns. Law et al. (2009) estimate that an increase of 10 per cent of migrants from a certain country moving into New Zealand leads to an increase in exports of industrial goods to that country by 0.6 per cent and an increase in imports from that country of 1.9 per cent. In OECD-countries, on average, an increase in immigrants of 10 per cent from a certain country results in an increase in trade between the two countries concerned of about 4.5 percentage-points (Lewer and van den Berg 2009). Studies in Spain (Blanes-Cristobál 2003) and the US (Mundra 2005) confirm these findings. In general, the positive relation between immigration and trade is due to various mechanisms (Bryant et al. 2004; Strutt et al. 2008; Poot and Strutt 2010). Increasing wealth due to an increase in economic efficiency because of labour migration leads to an increase in trade. Migrants tend to be involved in trade more often on the account of their special position in the labour market (Dunlevy and Hutchinson 1999), and they serve as facilitators between the host and the home countries (World

Bank 2006), partly because of their preference for home country products. The import effect in the host country will therefore, in general, be larger than the export effect. Migrants' position in trade is also amplified due to their knowledge of the functioning of their home country's economy and the language, which reduces the transaction costs of trade (see, for example, Combes et al. 2003; Gould 1994; Girma and Yu 2000; Wolf 2000). In this field of research, the skill-level of migrants again plays an important role. Highly educated immigrants generate economic dynamics that create new trade and market possibilities for both the receiving and the sending countries (World Bank 2006). So, in general, migration stimulates trade relationships between the sending and receiving countries (Ching and Chen 2000; Dunlevy and Hutchinson 1996; Münz et al. 2006; Rauch and Trindade 2002; White 2007).

Besides the relation between migration and trade, an interesting pattern is observed between migration and FDI. The relationship between FDI and migration is special since they can be either substitutes or complements. Gera et al. (2004) argue that an increase in trade liberalization will increase immigration if FDI and immigration are complements. However, if migration and FDI are substitutes, either FDI or migration will take place, depending on relative factor prices. Kugler and Rapoport (2007) take the latter view on FDI and immigration and find that, in the US, migration and FDI are contemporaneous substitutes and dynamic complements.

When considering the global movement of people, tourists account for a large share. More and more research is being undertaken on the relationship between immigration and tourism. Immigration stimulates the export of tourism services. Tourism in the receiving country can increase as a result of friends and relatives visiting the migrants or vice versa, migrants visiting their home country (see Williams and Hall 2000). Tourism can also lead to more trade because tourists like to have the same goods and products at home as they consumed during their stays abroad. However, little research has been done on the effect of migration and tourism because data is lacking (see Gheasi et al. 2010), but some research shows a positive relationship. Applied research in Australia shows that a 10 per cent increase

in migration leads to a 5.5 per cent increase in “visits of friends and relatives” -tourists to Australia (Dwyer et al. 1993). Seetaram (2008) says that in Australia the effect of immigration on the demand for tourism is relatively larger than the effect of immigration on growth in trade flows. In the UK, the expenditure of the “visits of friends and relatives” -tourists in 2007 was about €2.6 billion (ONS 2007).

Finally, the impact on the host country of the remittances that migrants send to their home country is still unclear (Münz et al. 2006). On the one hand, remittances have a negative effect because money is transported out of the country, but on the other hand, the tighter relationships with the sending countries may have a positive effect due to an increase in trade and FDI. In 2004, the sum of the outflow of remittances from the 25 EU Member States was about \$49.7 billion. However, very little research has been done on the impact of remittance outflows on the host country's international competitiveness. Empirical results from the UK and Spain show a small but positive impact in trade relations between migrant receiving and migrant-sending countries.

3.3 Entrepreneurship

If the melting pot hypothesis holds, ethnic or migrant entrepreneurship should also add to economic growth. In culturally diverse cities, ethnic stores are a normal part of the urban scene. In the UK, self-employment rates of immigrants are on average higher than the self-employment rates of the UK-born (IPPR 2007). Although 13 per cent of the UK-born working age population are self-employed, this is 35 per cent for Turkish immigrants and 33 per cent for Pakistani immigrants. In the Netherlands, 7 per cent of the Turkish, 13 per cent of the Chinese, 5 per cent of the Surinamese and 4 per cent of the Moroccan working age population are self-employed. Of the native Dutch working age population, 7 per cent are self-employed (CBS Statline 2003).

Though in the Netherlands the size of ethnic firms is often very small (one-man businesses), ethnic entrepreneurs also contribute to employment in the Netherlands, especially the employment of

immigrants (Sahin et al. 2007). In the Netherlands, ethnic entrepreneurship is concentrated in the hotel and catering industry (18 per cent), retail (18 per cent), wholesale (12 per cent) and facility services (11 per cent), although a shift towards business services is taking place between first- and second- generation immigrants⁷. Sahin et al. (2007) calculate that ethnic entrepreneurs in the Netherlands have sales of between €13 billion (underestimation) and €60 billion (overestimation) thus adding significantly to Dutch economic growth.

Ethnic, or migrant, entrepreneurship is not only born out of a need by migrants for ethnic goods. It seems that in general, migrants tend to be more risk-taking in self-employment than their fellow countryman; people who decide to migrate have a strong need to ‘make it in life’, thus taking more risks and become self-employed. This positive self-selection of migrants might also be at play here (Borjas 1994). On the other hand, difficulties in labour market access in the host country encourages them to become self-employed. This phenomenon leads to cultural diversity in cities. The impact of more differentiated products on the economy is modelled in spatial economic models such as the New Economic Geography (Fujita et al. 1999) and models by Ottaviano and Peri (2006). In these models, cities with a more diversified supply of goods have a positive premium (‘love of variety’), and are thus more attractive. The argument that diversity in a city leads to a higher utility of locating in that city suggests a positive impact of ethnic entrepreneurship on welfare.

So, in the long run, the impact of migration on economic growth seems to be positive. Many mechanisms are at play in a diverse society that add to, or even multiply, economic growth. Migrants influence innovation, entrepreneurship, trade, FDI, and tourism directly or indirectly and thus boost economic growth. However, research also shows that too much heterogeneity in society might lead to extra costs of harmonizing policies.

⁷ Second-generation migrants are the children of migrants.

4. Migrant impacts on urban and agglomeration processes

Nowadays, half of the world population lives in urban regions making cities an interesting research topic when explaining the processes of economic development. The final section of this impact analysis thus focuses on the spatial selection of economic activities and the role of migrant diversity in these areas. Although the location of cities is often historically determined by proximity to, for example, the sea or a large river, the subsequent growth of cities is determined by their industrial development. When a city develops, the externalities generated by economic activities lead the city towards a virtuous circle of economic growth, attraction of employment, economic growth, etc. Agglomeration in cities might, however, also lead to congestion, high commuting costs, high housing rents and possibly a lack of social cohesion that make cities less attractive to live in. This puts a limit on the efficient size of a city. The relevance of agglomeration forces is continuing to increase, especially when looking at heterogeneous societies.

4.1 Agglomeration forces

Various processes at work in cities that make them attractive for economic activities, and that generate economic growth, i.e. the agglomeration externalities, are described by Glaeser et al. (1992). The externalities of agglomeration that lead to innovation and economic growth are often divided into Marshall-Arrow-Romer (MAR) externalities, Jacobs externalities, and Porter externalities. The first concentrates on industrial concentration (so inter-industry externalities of agglomeration); the second concentrates on intra-industry externalities of agglomeration; and the third concentrates on competition between companies in the same sector leading to agglomeration externalities. In brief, Glaeser et al. (1992) find affirmative evidence for Jacobs externalities, mixed evidence on Porter externalities, and negative evidence for MAR externalities. They stress, however, that MAR externalities might account for the agglomeration of economic activities for a

different reason than economic growth and knowledge spillovers. The results might be different for cities in a different stage of development (see also de Groot et al. 2008).

De Groot et al. (2008) find in their meta-analytic study⁸ on agglomeration externalities that industry diversity (Jacobs externalities) and competition (Porter externalities) tend to have a positive effect on economic growth. No clear evidence was found for the effects of industry specialization (MAR externalities) on economic growth. Diversity seems to be important for the high-tech sectors. They also find a more positive result for specialization and diversity in more recent data, suggesting that agglomeration externalities have become more important over time. When studying areas with a high-population density, the chance of finding a positive relation between specialization and urban growth increases. So the level of aggregation in the research matters for the results. Furthermore, an interesting finding is that differences in goods and labour market institutions tend not to have an impact on the strength of the agglomeration forces, i.e. the effects of specialisation, competition and diversity are not very different between the US and Europe. Interesting recent research, like the research by Ozgen et al. (2009) discussed in the previous section, is taking externalities from industry diversity one step further by looking into the effect of externalities from labour diversity, i.e. migrants, on economic growth in regions.

4.2 Community and network externalities

In many Western countries, the diversity of the population has increased considerably over the last few decades. Some research has been done on how social processes influence the economy when a society is heterogeneous. Alesina and La Ferrara (2002) state that increasing social diversity could have negative effects on social cohesion in Western societies if mutual trust in societies is more difficult to establish and the sense of community decreases. The negative effects of diversity on economic and social processes depend crucially

⁸ Based on 393 estimates of the statistical significance of agglomeration externalities on economic growth.

on individual characteristics such as age, education and income level (Hooghe et al. 2006). People with a low education, low income, and high likelihood of unemployment tend to have a negative perception of diversity. At the country level however, migration or diversity has hardly any significant relation to social cohesion.

When social cohesion in culturally diverse cities is concerned, it can either be seen from a 'contact hypothesis' or a 'conflict theory' point of view (Putnam 2007). The former argues that diversity reduces ethnocentric attitudes, facilitates intra-group trust, and bridges social capital. The latter theory argues that diversity decreases intra-group trust and in-group solidarity or bonding social capital. Putnam (2007) argues that diversity might in fact decrease both bonding and bridging social capital: the 'constrict theory'. This would mean that people living in a diverse society neither turn to their fellow natives nor to other ethnicities, but just refrain from participating in society all together.

Agglomeration forces thus seem to benefit from diversity, since in a diverse city the cross-fertilization of ideas might lead to innovation. Competition is also found to be beneficial for innovations in urban regions. In general, the research on social processes in cities has found that too much heterogeneity might impose extra costs on society. In these processes, individual migrant characteristics play an important role too.

5. Conclusion and research agenda

The overall conclusion from the migration impact analysis studies referred to above is that, on an aggregate level, the impact of migration on the host country is very small and probably positive. As is stated by the IPPR (2009), and is confirmed by the overview of research given in this paper: "There is simply no evidence to suggest that migration has any substantial negative impact on either wages or employment." When the impact of migration on economic growth in the long run is studied, the impact might very well be positive. Cultural diversity leads to more innovation and thus to economic growth. A positive relation between migration, trade, FDI, and tourism is found. Diversity of goods and services

in cities increases the utility of living in these cities under the assumption of the 'love of variety'. Ethnic entrepreneurs add to the variety of goods and services in cities. In addition, diversity is found to be an agglomeration force in cities leading to innovation and economic growth.

When migrants enter a country or region, adjustments are taking place. The real adjustment processes at work can only be analysed on a local or regional scale.

Only then can the impact of heterogeneous migrants on different aspects of the receiving country's economy be decomposed. Here, much is to be expected from micro-data research. Promising research on a regional level has been done by Nathan (2008) on the local impacts of migration in the UK and by Partridge et al. (2008) on the impact of migration on rural America. The effect of migrants on the economy crucially depends on their willingness and ability to participate in the labour markets⁹. High-skilled immigrants have a positive effect on the host country's labour market and economic growth by increasing bilateral trade, FDI, and tourism flows. The innovative capacity of an economy is increased with a more diverse labour force, i.e. more nationalities in the labour force.

Though diversity is often referred to as difference in nationality, skill level or language, what exactly lies underneath these concepts that explain diversity is still unclear and should be addressed in future research. Related to this topic is the difference in institutions between countries, and how these impact diversity. Institutions shape the efficiency of the economy, and different skills are required for different institutional settings. Does a country with a strong social welfare system attract or need a different composition of the labour market than a country without such a generous welfare system? It is assumed that migrants influence consumption in a region, if only through an increase in the demand for home-country products. But how do they influence the composition of goods and services in an economy and does the 'love of variety' increase utility for living in that region? From an agglomeration point of view, how does migration and migrant diversity fit into the processes leading to agglomeration?

⁹ This is not different from the effect of natives on the labour market and the region's economy.

Some work to answer these questions has been done using New Economic Geography (NEG) and other agglomeration models, but integrating the agglomeration processes to explain endogenous growth in regions through these externalities is still a challenge.

The important research questions for subsequent research are thus focussed on these growth processes. Endogenous growth theory and New Economic Geography both are able to explain regional development by different agglomeration externalities. However, the understanding of the role of migration and migrant diversity in these processes, especially on a disaggregate level, is still limited. In follow up research we aim to analyse the growth processes at work in regional areas and the role of migrant diversity in these processes both on a conceptual and empirical level. By doing this, the critical factors inherent in heterogeneous migrant flows that affect regional economic development can be identified.

References:

- Abadie, A. and J. Gardeazabal (2003). The Economic Costs of Conflict: A Case Study for the Basque Country, *The American Economic Review*, vol. 93, pp. 113-132.
- Alesina, A., R. Baqir and W. Easterly (1999). Public Goods and Ethnic Division, *Quarterly Journal of Economics*, vol. 111, pp. 1243-1284.
- Alesina, A., R. Baqir and C. Hoxby (2004). Political Jurisdictions in Heterogeneous Communities, *Journal of Political Economy*, vol. 112, pp. 384-396.
- Alesina, A. and E. La Ferrara (2002). Who Trusts Others?, *Journal of Public Economics*, vol. 85, pp. 207-234.
- Alesina, A. and E. La Ferrara (2005). Ethnic Diversity and Economic Performance, *Journal of Economic Literature*, vol. 43, pp. 762-800.
- Angrist, J.D. and A.D. Kugler (2003). Protective or Counter-Productive? Labour Market Institutions and the Effect of Immigration on EU Natives, *Economic Journal*, vol. 113, pp. 302-331.
- Bhagwati, J. (1976). *The Brain-Drain and Taxation: Theory and Empirical Analysis*, North Holland, New York.
- Blanes-Cristobál, J.V. (2003). The Link between Immigration and Trade in Spain, *Universidad Pablo de Olavide*, Sevilla.
- Borjas, G.J. (1994). The Economics of Immigration, *Journal of Economic Literature*, vol. 32, pp. 1667-1717.
- Borjas, G.J. (2005). Foreign-Born Domestic Supply of Science and Engineering Workforce, *American Economic Review*, vol. 95, pp. 56-60.
- Bryant, J., M. Genç and D. Law (2004). Law, Trade and Migration to New Zealand, *New Zealand Treasury* working paper no. 2004/18.
- CBS Statline (2003). *Allochtonen in Nederland 2003*, CBS, Voorburg 2003, 2004, 2006.
- CCSCE (2005). The Impact of Immigration on the California Economy, *Centre for Continuing Study of the California Economy*, Palo Alto (CA).
- Ching, H.S. and L.L. Chen (2000). Links between Emigrants and the Home Country: the Case of Trade between Taiwan and Canada, in: H. Kohno, P. Nijkamp and J. Poot (eds), *Regional Cohesion and Competition in the Age of Globalization*, Edward Elgar, Cheltenham U.K..
- Combes, P., M. Lafourcade and T. Mayer (2003). Can Business and Social Networks Explain the Border Effect Puzzle?, *CEPII Working Paper* no. 2003-02.
- Dunlevy, J.A. and W.K. Hutchinson (1999). The Impact of Immigration on American Import Trade in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries, *Journal of Economic History*, vol. 59, pp. 1043-1062.
- Dustmann, C., T. Frattini and C. Halls (2009). Assessing the Fiscal Costs and Benefits of A8 Migration to the UK, *Centre for Research and Analysis of Migration* discussion paper 18/9.
- Dwyer, L., I. Burnley, P. Forsyth and P. Murphy (1993). Tourism – Immigration Interrelationships, *Bureau of Immigration and Population Research* Report Paper, Canberra.
- Econtech (2006). The Economic Impacts of Migration: A Comparison of Two Approaches, Department of Immigration and Multicultural Affairs, Kingston/Sydney.
- Florax, R.J.G.M., T. de Graaff and B.S. Waldorf (2005). A Spatial Economic Perspective on Language Acquisition: Segregation, Networking, and Assimilation of Immigrants, *Environment & Planning A*, vol. 37, pp. 1877-1897.
- Fujita, M., P. Krugman and A.J. Venables (1999). *The Spatial Economy: Cities, Regions, and International Trade*, The MIT Press, Cambridge.
- Gera, S., S.A. Laryea and T. Songsakul (2004). International Mobility of Skilled Labor: Analytical and Empirical Issues and Research Priorities, *Econ WPAD-01*.
- Gheasi, M., P. Nijkamp and P. Rietveld (2010). Migration and Tourist Flows, in: A. Matias and P. Nijkamp (eds), *Advances in Tourism and Economics*, Physika-Verlag, Heidelberg.
- Girma, S. and Z. Yu (2002). The Link between Immigration and Trade: Evidence from the United Kingdom, *Weltwirtschaftliches Archiv*, vol. 138, pp. 115-130.
- Glaeser, E.L., H.D. Kallal, J.A. Scheinkman and A. Shleifer (1992). Growth in Cities, *The Journal of Political Economy*, vol. 100, pp. 1126-1152.
- Gould, D. (1994). Immigration Links to the Home Country: Empirical Implications for US Bilateral Trade Flows, *Review of Economics and Statistics*, vol. 76, pp. 302-316.
- Groot, H.L.F. de, J. Poot and M. Smit (2008). Agglomeration Externalities, Innovation and Regional Growth: Theoretical Perspectives and Meta-Analysis, *University of Waikato Working Papers in Economics* 01/08.
- Hooghe, M.T., T. Reeskens, D. Stolle and A. Trappers (2006). Ethnic Diversity, Trust and Ethnocentrism and Europe: A Multilevel Analysis of 21 European Countries, paper presented at the 102nd Annual Meeting of the American Political Science Association.

- Hunt, J. and M. Gauthier-Loiselle (2008). How Much Does Immigration Boost Innovation?, *NBER working paper* 14312.
- IPPR (2007). Britain's Immigrants; An Economic Profile, *Institute of Public Policy Research*.
- IPPR (2009). The Economic Impacts of Migration on the UK Labor Market, *Institute of Public Policy Research*.
- Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*, Vintage Books, New York.
- Kugler, M. and H. Rapoport (2007). International Labor and Capital Flows: Complements or Substitutes?, *Economics Letters*, vol. 94, pp. 155-162.
- Law, D., M. Gonc and J. Bryant (2009). Trade, Diaspora and Migration to New Zealand, *NZ Institute for Economic Research*, Wellington.
- Lemos, S. and J. Porter (2008). The Impact of Migration from the New European Union Member States on Native Workers, *Economics Department University of Leicester*.
- Lewer, J.J. and H. van den Berg (2009). Does Immigration Stimulate International Trade? Measuring the Channels of Influence, *The International Trade Journal*, vol. 23, pp. 187-230.
- Longhi, S., P. Nijkamp and J. Poot (2005a). A Meta-Analytic Assessment of the Effect of Immigration on Wages, *Journal of Economic Surveys*, vol. 19, pp.451-477.
- Longhi, S., P. Nijkamp and J. Poot (2005b). The Fallacy of "Job Robbing": A Meta-Analysis of Estimates of the Effect of Immigration on Employment, *Journal of Migration and Refugee Issues*, vol. 1, pp. 131-152.
- Longhi, S., P. Nijkamp and J. Poot (2008a). Meta-Analysis of Empirical Evidence on the Labour Market Impact of Immigration, *Région et Développement*, vol. 27, pp. 161-191.
- Longhi, S., P. Nijkamp and J. Poot (2008b). The Impact of Immigration on the Employment of Natives in Regional Labour Markets: A Meta-Analysis, in: J. Poot, B. Waldorf and L. Van Wissen (eds), *Migration and Human Capital*, Edward Elgar, Cheltenham.
- Longhi, S., P. Nijkamp and J. Poot (2010). Joint Impacts of Immigration on Wages and Employment, *Journal of Geographical Systems*, 31st March.
- Maignan, C., G. Ottaviano, D. Pinelli and F. Rullani (2003). Bio-Ecological diversity vs. Socio-Economic Diversity: A Comparison of Existing Measures, *Fondazione Eni Enrico Mattei*, nota di lavoro.
- Mayr, K. and G. Peri (2008). The Importance of Brain Return in the Brain Drain-Brain Gain Debate, *Center for Comparative Immigration Studies University of California* working paper 166.
- Mundra, K. (2005). Immigration and International Trade: a Semiparametric Empirical Investigation, *The Journal of International Trade and Economic Development*, vol.14, pp. 65-91.
- Münz, R., Th. Straubhaar, F. Vadean and N. Vadean (2006). Costs and Benefits of European Immigration, *OECD*.
- Nathan, M. (2008). Your Place or Mine? The Local Economics of Migration, *Institute for Public Policy Research*, London.
- Nijkamp, P., T. Baycan-Levent, M. Gheasi, K. Kourtiti, S. Longhi, E. Masurel, C. Ozgen, J. Poot and M. Sahin (2010). *Migratie in Balans*, VU University, Amsterdam.
- OECD (2009). *Factbook 2009: Economic, Environmental and Social Statistics*, Paris.
- ONS (2007). Population Trends, *Office for National Statistics* 127, Newport U.K..
- Orrenius, P.M. and M. Nicholson (2009). Immigrants in the U.S. Economy: A host Country Perspective, *Journal of Business Strategies*, vol.26, pp. 35-53.
- Ottaviano, G.I.P. and G. Peri (2006). The Economic Value of Cultural Diversity: Evidence from U.S. Cities, *Journal of Economic Geograph*, vol.6, pp. 9-44.
- Ozgen, C., P. Nijkamp and J. Poot (2010). The Effect of Migration on Income Convergence: Meta-Analytic Evidence, *Papers in Regional Science*, vol. 89, no. 3, pp. 537-561.
- Ozgen, C., P. Nijkamp and J. Poot (2009). Migrant Diversity and Spatial Innovation Patterns in Europe, paper presented at the *ERSA Conference*, Lodz 2009.
- Partridge, M.D., D.S. Rickman and K. Ali (2008). Recent Immigration and Economic Outcomes in Rural America, *American Journal of Agricultural Economics*, vol. 90, pp. 1326-1333.
- Pekkala Kerr, S. and W.R. Kerr (2008). Economic Impacts of Immigration: A survey, *HBS Working Paper* 09-013.
- Poot, J. and A. Strutt (2010). International Trade Agreements and International Migration, *The World Economy* (forthcoming).
- Putnam, R.D. (2007). E Pluribus Unum, Diversity and Community in the Twenty-First Century: The 2006 Johan Skytte Prize Lecture, *Scandinavian Political Studies*, vol. 30, pp. 137-174.
- Rauch, J.E. and V. Trindade (2002). Ethnic Chinese Networks in International Trade, *Review of Economics and Statistics*, vol.84, pp. 116-130.
- Sahin, M., P. Nijkamp and T. Baycan-Levent (2007). Multicultural Diversity and Migrant Entrepreneurship: The Case of the Netherlands, *ITU A/Z*, vol. 4, pp. 22-46.
- Saxenian, A. (2007). Brain Circulation and Regional Innovation: the Silicon Valley-Hsinchu-Shanghai Triangle, in: K. Polenske (ed.), *The Economic Geography of Innovation*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Seetaram, N. (2008). Immigration and Tourism Demand: Evidence from Australia, *CAUTHE paper*.
- Strutt, A., J. Poot and J. Dubbeldam (2008). International Trade Negotiations and the Trans-Border Movement of People: A Review of the Literature, *Population Studies Centre Discussion Paper* no.68, University of Waikato, Hamilton.
- Suedekum, J., K. Wolf and U. Blien (2008). The Effects of Cultural Diversity on Regional Labour Markets in Germany, *Mercator School of Management*, University of Duisburg-Essen.
- White, R. (2007). Immigrant-trade Links, Transplanted Home Bias and Network Effects, *Applied Economics*, vol. 39, pp. 839-852.
- Williams, A.M. and C.M. Hall (2000). Tourism and Migration: New Relationships between Production and Consumption, *Tourism Geographies*, vol. 2, pp. 5-27.
- Wolf, H.C. (2000). International Home Bias in Trade, *Review of Economics and Statistics*, vol. 82, pp. 555-563.
- World Bank (2006). *Global Economic Prospects: Economic Implications of Remittances and Migration*, Washington DC.

PERFIL DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL: POR PAÍSES DE ORIGEM E REGIÕES DE DESTINO

Conceição Rego - Universidade de Évora - E-mail: mcpr@uevora.pt

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora - E-mail: mmendes@uevora.pt

José Rebelo - Instituto Politécnico de Setúbal - E-mail: jrebelo@esce.ips.pt

Graça Magalhães - Universidade Évora - E-mail: mgraca.magalhaes@ine.pt

Resumo:

Portugal, tradicionalmente país de emigração, conheceu, nas últimas décadas, uma nova realidade de fluxos regulares e relativamente intensos de imigrantes. Estes indivíduos provenientes do Brasil, da Europa Central e do Leste, e de África, possuem características diferenciadas e deslocam-se para Portugal também com motivações diversificadas. Com este estudo propomo-nos identificar as características – o perfil, em termos de sexo, idade e país de origem – dos indivíduos que se deslocaram para o nosso País integrados num processo migratório, em função das diferentes regiões de destino em Portugal.

Palavras-chave: Características dos imigrantes, Movimentos migratórios, Territórios de acolhimento

Códigos JEL: J11

Abstract:

Portugal was traditionally an emigration country. However, in recent decades, the country experienced a new reality of regular, and relatively intense, flows of immigrants. These people came from Brazil, Central and Eastern Europe, and Africa. They have different characteristics and moved to Portugal for numerous reasons. With this study, we propose to identify the characteristics – the profile in terms of gender, age and country of birth – of individuals who have moved to Portugal integrated in the migration process, according to the different characteristics of Portuguese regions. We also intend to verify the existence of similarities, at the immigrants profile, according to their countries of birth.

Keywords: Migrants characteristics, migratory movements, host territories

JEL Codes: J11

1. Introdução

Portugal, tradicionalmente país de emigração para os mais diversos destinos geográficos, conheceu nas últimas décadas uma nova realidade de fluxos regulares e relativamente intensos de imigrantes. Entendemos por movimentos migratórios ou migrações, as deslocações no espaço de grupos de pessoas, durante um determinado período de tempo. Estes grupos podem ser mais ou menos numerosos, as permanências podem apresentar uma duração variada, os trajectos serão também mais ou menos longos, e os motivos diversificados. Além disso, os efeitos não são negligenciáveis, quer nos países de origem, quer nas regiões de destino.

Se no século XX o grande desafio demográfico esteve relacionado com a explosão demográfica à escala global, o século XXI deverá ser marcado, em termos populacionais pelos desafios das migrações e do envelhecimento (Le Bras, 2000). De acordo com vários especialistas, o século XXI poderá vir a ser o período das grandes migrações internacionais, ainda que eventualmente o volume dos fluxos possa não vir a ter uma dimensão equivalente à registada no final do século XIX e início do século XX. De um modo geral, estima-se que na actualidade as taxas de migração sejam cerca de 10 vezes inferiores ao verificado no início do século. O Relatório sobre o desenvolvimento humano da ONU (PNUD, 2009) estima que a taxa de migrantes internacionais, entre a população mundial, se tenha mantido estável em cerca de 3% nos últimos 50 anos. De acordo com Le Bras, a causa para este abrandamento está relacionada com as migrações pendulares. Ao contrário do que se poderia pensar, o desenvolvimento dos transportes e respectivas redes não promoveu a emigração permanente: a rapidez e a diminuição dos custos de circulação permitiram deslocações com mais regularidade. Paralelamente, as políticas de controlo da emigração também tiveram um papel importante nesta limitação. Cassel e Miller, na obra *The Edge of migration* (citados em Le Bras, 2000:68) definem as migrações actuais como sendo caracterizadas por 4 questões fundamentais: a globalização (diversificação dos países de emigração e do espectro social dos emigrantes), a sua aceleração, a diferenciação (trabalhadores temporários devem andar a par com povoamentos permanentes) e a 'feminização' do fenómeno. Le Bras explica que à diminuição do volume das migrações associa-se a

alteração na respectiva estrutura: às tradicionais migrações sul-norte, sucedem-se deslocações de população norte-norte e sul-sul. No caso das migrações norte-norte, estão relacionadas com a mundialização e ainda que débeis, desenvolvem-se ao ritmo da procura internacional de quadros técnicos e especialistas pelas grandes empresas transnacionais. As migrações sul-sul, por seu turno, resultam da pobreza e do sub-desenvolvimento que continuam a assolar determinadas regiões no mundo, sendo de admitir que as mesmas se possam atenuar, ao longo do século XXI, à medida que estes países melhorarem os seus níveis de desenvolvimento.

Como podemos constatar neste estudo, os indivíduos que recentemente se têm dirigido a Portugal são provenientes, fundamentalmente, da Europa Central e do Leste, da América do Sul (Brasil) ou de África; possuem características diferenciadas e deslocam-se também com motivações diversas. Como a bibliografia nesta área refere, de forma consensual, os motivos para a existência de fluxos migratórios estão associados às características da região de origem dos indivíduos bem como das zonas de destino, e ainda aos obstáculos que se interpõem neste processo e aos inevitáveis factores de ordem pessoal.

As deslocações populacionais, quer no caso das migrações internas, quer no caso das migrações internacionais, estão, normalmente ligadas a contextos socioeconómicos distintos e ao diferente funcionamento do mercado de trabalho. As populações migram para regiões em que existem mais e melhores oportunidades de trabalho (regiões de atracção populacional). Migram por razões familiares (por exemplo, o casamento), para fugir de uma guerra, de uma crise económica, da pobreza, de perseguição política. Migram para ter mais saúde. Migram para fugir às catástrofes (por exemplo, ecológicas, naturais). Partem, sobretudo, em busca de melhores condições de vida (Matos, 1993). Noutros casos, a causa da migração pode ter por base a coacção social, por exemplo, a tentativa de aproximação de amigos ou de familiares que já migraram. De acordo com Jansen (1969), citado em Peixoto (2004): "*A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos*

entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante”.

São efectivamente bem diversas as motivações para empreender o percurso da emigração. Peixoto (2004: 12) sintetiza na tabela 1 as principais teorias explicativas para o fenómeno migratório.

A tomada de decisão de emigrar não é, em regra, isenta de custos: mudar de uma região (país) para outra (outro) implica um conjunto de custos tanto mais elevados para os indivíduos e/ou para as famílias quanto maior a distância entre ambas. E o afastamento não assume apenas características físicas, mas também culturais e psicológicas (Polèse, 1998: 173). Para que os indivíduos assumam a decisão de emigrar é necessário que os benefícios esperados no futuro – e descontados os custos que tenham de vir a ser assumidos – sejam positivos. Polèse (1998: 173-174), de forma bastante didáctica, explica de que modo os processos migratórios estão associados ao funcionamento dos mercados de trabalho e, em particular, às diferenças salariais praticadas, dando origem a processos migratórios com origem nas regiões onde os níveis de remuneração são

mais baixos em direcção aquelas onde os salários praticados são mais elevados. De acordo com a teoria económica clássica este processo de deslocação factorial apenas terminaria no momento em que – em duas regiões (países) em causa – os níveis salariais se equilibrassem. Ora, na realidade o que acontece é precisamente que as migrações terminam ou diminuem ainda que prevaleçam diferenças de remunerações nos mercados de trabalho, ou seja, antes dos tradicionais ‘mecanismos de mercado’ terem tido capacidade para promover o equilíbrio global, persistindo as disparidades inicialmente verificadas. Kambur e Rapoport (2003) explicam, de forma paradigmática, que para além do facto de as migrações serem induzidas pelas diferenças de rendimento real entre os diversos territórios, constata-se que em simultâneo com o aumento dos fluxos migratórios das regiões mais pobres para as mais ricas, também se acentuam as disparidades entre os países com níveis diferenciados de rendimento. Para a resposta a esta aparente incoerência – recordamos, se percebida apenas de acordo com os mais elementares princípios da teoria económica clássica –, devemos assinalar o fenómeno das conhecidas ‘economias de aglomeração, bem como o carácter selectivo das migrações (que retomaremos mais adiante) mas também as normas legislativas da política de imigração dos diversos países. Enquanto as ‘economias de aglomeração’ e o carácter selectivo das migrações tendem a aumentar as desigualdades de rendimento e qualidade de vida entre os países mais e menos desenvolvidos (cf. a este respeito, por exemplo, PNUD, 2009) também é devido que se assinala o facto das migrações legais estarem, de um modo geral, controladas, em termos de volume, pelos

TABELA 1

Síntese dos modelos explicativos das migrações - A análise das migrações – um modelo de investigação

		Objecto	
		<i>economia</i>	<i>sociologia</i>
Perspectiva metodológica	<i>individualista</i>	Racionalidade Instrumental / Mercado de Trabalho / Rendimentos / Investimento em Capital Humano	Ciclo de Vida / Carreira / Mobilidade Social / Acção Não Instrumental
	<i>holista</i>	Mercado de Trabalho Segmentado / Flexibilização / Sistemas Espaciais / Sistemas-Mundo / Sistemas Migratórios	Família / Instituições / Organizações / Redes Migratórias / Enclaves Étnicos / Normas e Imagens Colectivas

Fonte: Peixoto, 2004: 12.

contingentes autorizados nos países receptores. Naturalmente que o quantitativo de imigrantes autorizado, pelo governos, a entrar num determinado território estará relacionado com as necessidades de mão-de-obra previsivelmente não satisfeitas com os recursos do país (e, por exemplo, no caso português, considerando também os restantes países da União Europeia (OCDE, 2008)).

Neste estudo, adoptaremos como pressuposto, com base na vertente individualista, as características associadas à racionalidade inerente ao processo de tomada de decisão de emigrar, bem como ao funcionamento do mercado de trabalho e, consequentemente à perspectiva de melhorar os rendimentos. Assim, assumimos o carácter 'selectivo' associado ao processo migratório (Polèse (1998); Peixoto (1998); Kambur e Rapoport (2003), Borjas (1987, 1994, 1999), Góis e Marques (2007) OECD (2008), PNUD (2009)): quem migra são os indivíduos mais novos e os mais aptos, os que têm maior capacidade para enfrentar desafios, com menor aversão ao risco, com níveis de educação mais elevados. Os emigrantes são os indivíduos mais ambiciosos, também considerados '*income-maximizers*' (Borjas, 1987). Considerando, genericamente, que os fluxos migratórios se deslocam de regiões menos desenvolvidas para outras com níveis de bem-estar mais significativos, então os processos migratórios vão estimular o desenvolvimento das regiões de acolhimento e acentuar as dificuldades nas regiões/países de origem, contribuindo para o aumento das assimetrias entre ambas, como afirmámos anteriormente.

Pelo facto das migrações assumirem a característica da selectividade significa que a população que parte não tem as mesmas características do conjunto global da população. A selecção decorre no momento da decisão de partir e pode verificar-se através de diversos indicadores. Por um lado, a estrutura etária dos emigrantes deverá ser inferior ao conjunto da população. Por outro lado, os indivíduos que partem, em geral, estão entre os que apresentam níveis de educação mais elevados (neste domínio, estuda-se em particular o efeito do chamado *brain drain* versus *brain gain* provocado pela emigração de indivíduos altamente qualificados). Acrescente-se ainda que a tomada de decisão de emigrar implica um esforço (custo), logo os primeiros a fazê-lo não serão os indivíduos mais pobres.

A maior juventude dos emigrantes – grupos populacionais tradicionalmente menos avessos ao risco – provoca alterações nas estruturas demográficas das zonas de origem e de destino: faz diminuir a taxa de dependência nas regiões de chegada e aumenta-a nas regiões de origem. Esta alteração também provocará alterações no nível de disparidades dos rendimentos entre ambas as regiões (países), na medida em que na região de acolhimento vai aumentar a proporção de população que trabalha, e aumenta a dependência social e económica nas regiões de partida. Os imigrantes, em particular os que possuem níveis de educação e, em geral de competências, mais elevados irão contribuir para gerar níveis de crescimento económico mais acentuado nos territórios de acolhimento na medida em que apresentam níveis de produtividade mais elevados e adaptam-se mais facilmente às condições de funcionamento dos mercados de trabalho dos países receptores (Borjas, 1994).

O desejo de rentabilizar os ganhos da emigração é potenciado de forma mais acentuada pelos indivíduos que têm expectativas de que os seus atributos possam ser rentabilizados de melhor forma na região de destino, em particular se possuírem bons níveis de qualificação, escolar ou profissional. As populações migrantes são, em geral, mais jovens, mais escolarizadas, mais dinâmicas e mais empreendedoras do que as populações sedentárias. Estas características dos processos migratórios contribuem para acentuar os desequilíbrios territoriais, alimentando as tradicionais dicotomias associadas aos fenómenos de causalidade circular e cumulativa: territórios sem dinâmicas económicas e produtivas significativas e que não apresentem perspectivas de melhorias das condições de vida para os seus habitantes ver-se-ão na esteira de processos emigratórios que, por seu turno, acentuarão os problemas da debilidade da procura e da sustentabilidade das diversas actividades económicas e, consequentemente, que tenderão a ver aumentados os seus níveis de dependência com populações mais idosos e menos qualificadas.

Em síntese, entre os impactes provocados pelos fenómenos migratórios, em particular os internacionais, devemos reflectir não apenas nos gerados nos países de destino mas também sobre os provocados nas áreas de origem (PNUD, 2009). Entre estes últimos contam-se os registados ao nível das

famílias (transferências de rendimento que melhoram os níveis de consumo, educação e saúde, entre outros) mas também outros mais difusos ao nível das comunidades e dos países ('efeito de demonstração' promotor de mudança cultural, alteração dos níveis de empreendedorismo, nas normas da comunidade e em transformações políticas), os quais, de modo geral se podem classificar como 'remessas sociais' (ideias, práticas, identidades e o capital social que voltam para as famílias e para as comunidades provenientes dos elementos que emigraram). Contudo, o efeito mais perverso para os países emissores que a emigração, em geral, provoca, devido à partida de jovens, é a escassez de mão-de-obra e consequente diminuição da produtividade. Entre as saídas de indivíduos jovens o caso dos qualificados é considerado ainda mais gravoso, como já afirmámos anteriormente. Por outro lado, ao nível dos efeitos nas regiões de destino podemos distinguir os efeitos económicos associados aos imigrantes, mas também os efeitos no mercado de trabalho e na área fiscal. Entre os efeitos económicos associados à presença de imigrantes, verifica-se que o crescimento populacional, devido à emigração, aumenta o PIB real per capita, numa proporção de 1 para 1 (PNUD, 2009). Ao crescimento do rendimento estão associados os efeitos verificados nas taxas de inovação mais elevadas que podem ser obtidas, por exemplo, através da presença de estudantes ou cientistas estrangeiros. Ao nível do mercado de trabalho (PNUD, 2009) assinalamos o facto de não ser relevante o efeito dos imigrantes nos salários praticados, bem como a possibilidade de existência de 'complementaridades' entre as actividades desenvolvidas por 'nativos' ou estrangeiros (que muitas vezes desempenham tarefas que os primeiros já não consideram interessantes) ou o facto de permitirem que mais mulheres jovens integrem plenamente o mercado de trabalho, na medida em que os imigrantes desempenham muitas vezes tarefas domésticas de apoio às crianças e/ou aos idosos. No domínio fiscal, estudos divulgados pelo recente relatório do PNUD (2009) mostra que os impactes fiscais líquidos não são significativos.

Sendo este, genericamente, o panorama global que enquadra, do ponto de vista teórica, a análise dos movimentos migratórios, numa tentativa de compreendermos melhor os efeitos territoriais nas várias regiões portuguesas dos fluxos de imigrantes,

propomo-nos, com este estudo, identificar e caracterizar, de acordo com as diferentes regiões de destino em Portugal, as características – o perfil, em termos de sexo, idade e país de origem – dos indivíduos que se deslocaram para o nosso País integrados num processo migratório. Para além disso, pretendemos verificar a existência de similitudes ao nível do perfil dos imigrantes em função dos respectivos países de origem. Para este estudo utilizaremos informação relativa a fluxos e stocks migratórios, para o século XXI, divulgados pelas entidades produtoras de dados oficiais (Instituto Nacional de Estatística e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Desta forma, tentaremos verificar empiricamente a tese do carácter selectivo das migrações que antes enunciámos.

Este estudo, além desta primeira secção em que apresentamos os pressupostos teóricos para a abordagem que pretendemos realizar, estrutura-se da seguinte forma: na secção 2 apresentaremos a metodologia e os dados usados neste estudo e na secção seguinte os resultados obtidos. Terminaremos este estudo com algumas conclusões e eventuais recomendações de política.

2. Metodologia e Dados

A análise das migrações internacionais debate-se invariavelmente com a escassez e a fragilidade da informação estatística de base. No caso português, o INE e o SEF disponibilizam informação actualizada que permite retirar algum conhecimento relativamente aos stocks e aos fluxos, nomeadamente através da quantificação das solicitações de autorização de residência. Os dados utilizados referem-se aos anos de 2006 e 2007, últimas datas para as quais aquelas entidades disponibilizaram informação.

Apesar do estudo quantitativo das migrações assentar regularmente em métodos indirectos de avaliação, a análise destes dados contribui para uma estimativa dos comportamentos das entradas de estrangeiros em Portugal, com o objectivo de fixarem residência, e para uma percepção das suas preferências em termos regionais, nos anos mais recentes.

De forma muito sucinta, nesta primeira fase do trabalho, os stocks foram avaliados com referência ao ano de 2007, tendo por base a informação relativa à estimativa do total de cidadãos estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal em Portugal.

Os fluxos, por seu turno, foram estimados para o ano de 2006, tendo em conta precisamente as solicitações de autorização de residência, por sexo, grupo etário, naturalidade (país de nascimento) e região de residência (NUTS I, II e III). Neste caso também procedemos à análise cruzada das variáveis com o objectivo de distinguir algumas características dos imigrantes em função das regiões onde se instalaram bem como em relação ao país de onde são originários.

2.1 Estrangeiros residentes em Portugal e o seu contributo nas transformações demográficas recentes

A bibliografia no domínio específico do estudo dos movimentos migratórios classifica Portugal como sendo um país tradicionalmente de emigração. Desde o período da emigração intercontinental no final do século XIX e início do século XX – quando saíram de Portugal em direcção ao Brasil e aos Estados Unidos mais de 1 milhão de portugueses –, passando pela fase continental dos anos 60 e 70 com fortes contingentes migratórios, legais e ilegais, dirigidos para os países do centro da Europa (França e Alemanha), os quais se estima que tenham atingido mais de 1,5 milhões de portugueses – bem como pela emigração sazonal que passou a ser determinante a partir dos anos 80 ou os fluxos migratórios para as ex-colónias portuguesas durante o Estado Novo – fundamentalmente para Angola –, Portugal posicionou-se como país emissor de população (Ferrão, 1996). Enquanto isso, a presença de estrangeiros em Portugal, fundamentalmente até aos anos 60, é bastante insignificante.

Contudo, a partir da segunda metade dos anos 70 e anos 80 do século XX, este cenário altera-se radicalmente. Entre os anos de 1974-75 e o início da década de 80 regressaram ao país mais de 1 milhão de portugueses que se encontravam nas ex-colónias portuguesas (devido ao processo de descolonização) bem como nos países do centro da Europa (devido à crise económica que se instala nestes países), os quais não podem verdadeiramente ser classificados como imigrantes. Este fenómeno de retorno pode ainda estar a prolongar-se nos anos mais recentes devido ao regresso de portugueses, com características demográficas particulares: dado que nos anos 60 e início dos anos 70 do século passado

se verificaram intensos movimentos de emigração, particularmente para a Europa, neste momento muitos destes indivíduos já se reformaram e poderão estar a regressar a Portugal, para onde muitos deles, ao longo da sua permanência no estrangeiro, sempre enviaram as respectivas poupanças.

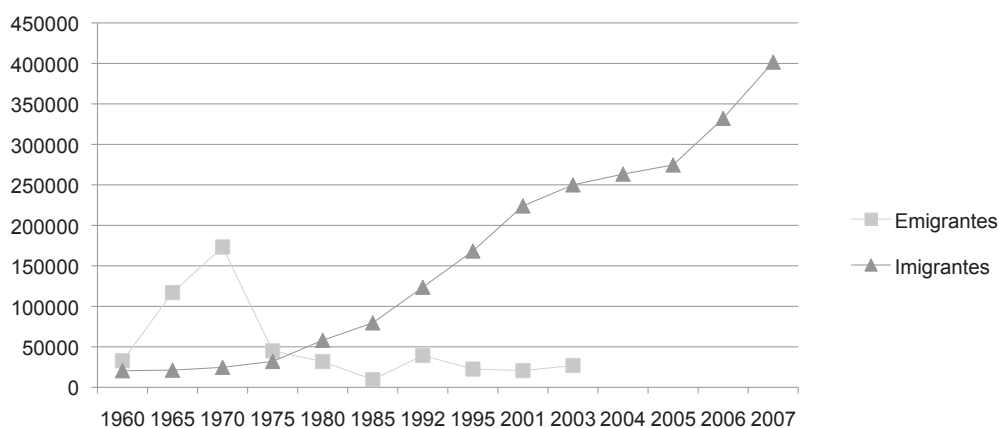
Do ponto de vista dos movimentos migratórios, a vocação portuguesa altera-se a partir dos anos 80 (cf. Gráfico 1). Numa primeira fase, durante os anos 80, e ainda mantendo uma lógica de tipo ‘colonial’, são fundamentalmente indivíduos oriundos dos PALOP e do Brasil que se instalam em Portugal. A partir dos anos 90 e nos primeiros anos do século XXI, os imigrantes em Portugal aumentaram de forma bastante significativa e as suas origens geográficas diversificaram-se: para além dos fluxos provenientes de África e do Brasil, começaram a dirigir-se a Portugal indivíduos do leste da Europa e mesmo da China (Ferrão, 1996; Peixoto, 2008). Estes fluxos poderão ser explicados pelo facto da posição portuguesa na União Europeia estar consolidada, e portanto ainda que Portugal seja um pequeno país periférico integra uma das zonas economicamente mais desenvolvidas, o seu grau de internacionalização é, conseqüentemente, mais intenso e o nível de crescimento económico e desenvolvimento melhorou significativamente após a instauração da democracia e a adesão à União Europeia.

Em Portugal, em particular desde 1981, a tendência da taxa do crescimento demográfico é claramente influenciada pela taxa de crescimento migratório (Gráfico 2); este efeito torna-se mais evidente com o decréscimo da taxa de crescimento natural. Mais recentemente, desde o início da década de 90, que se estimam saldos migratórios positivos (INE, 2008), invertendo-se a tendência anterior de forte emigração, ainda que esta não tenha cessado.

Considerando apenas a população estrangeira com estatuto legal de residente, esta aumentou de 54,4 milhares em 1981 para 401,6 milhares em 2007, quase duplicando apenas entre 2000 (207,6 milhares) e 2007 (401,6 milhares), reflectindo a importância crescente dos fluxos de imigração estrangeira para Portugal. Ao valor já referido e que inclui a parcela

GRÁFICO 1

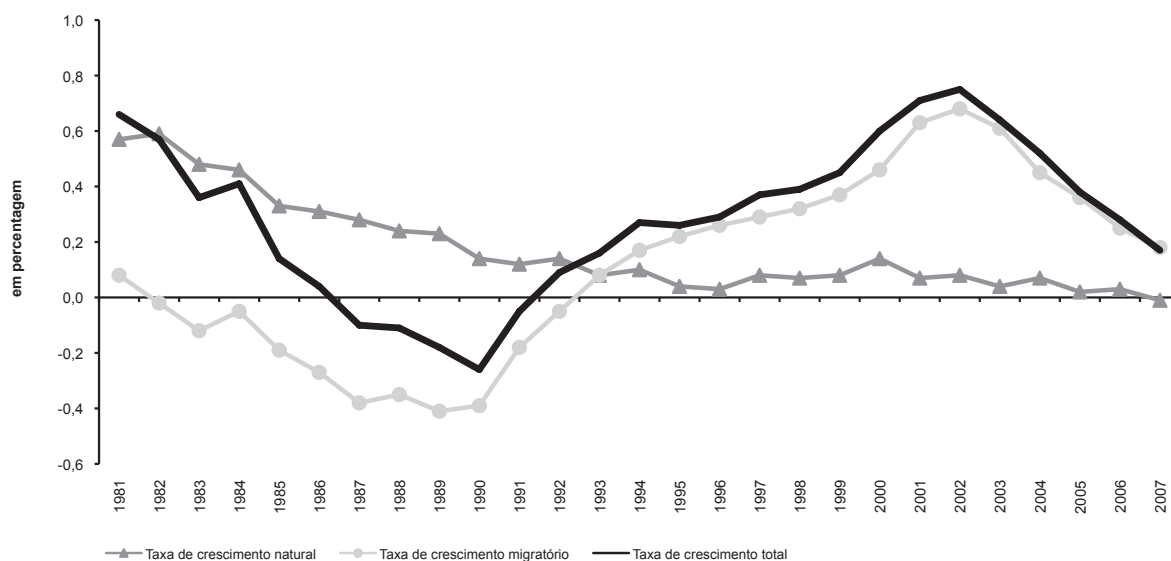
Evolução do nº de emigrantes portugueses e dos imigrantes residente sem Portugal¹



Fonte: INE e Barreto, António (1996).

GRÁFICO 2

Taxas de crescimento natural, migratório e total, Portugal, 1981-2007



Fonte: INE

¹ Os dados relativos à emigração são valores totais, sexos reunidos; até 1988 o total é o conjunto da emigração legal e ilegal; depois de 1992 o total é o conjunto dos emigrantes permanentes e temporários. Os dados para os imigrantes referem-se à população estrangeira com residência legalizada (valores totais, sexos reunidos).

mais expressiva (*Títulos de Residência*) é ainda necessário adicionar, em 2007, a informação relativa a “Prorrogações de Autorizações de Permanência” (5,7 milhares), “Prorrogações de Vistos de Longa Duração” (28,4 milhares) e “Vistos de Longa Duração concedidos” (10,6 milhares).

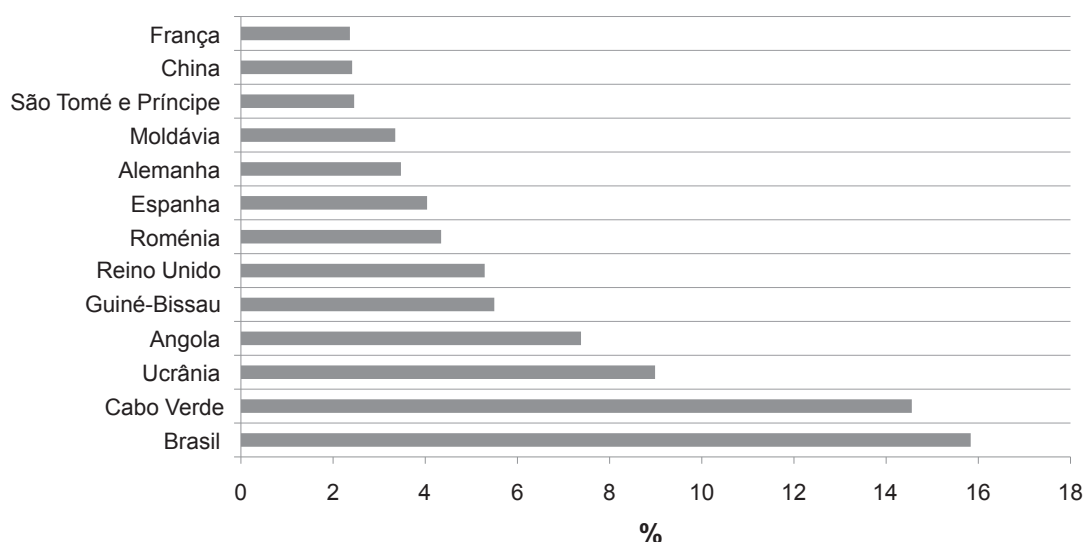
O total de cidadãos estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal em Portugal no ano de 2007 ascendia a 446 333 indivíduos, ou seja, representavam 4,2% do total da população residente em Portugal (10 617 575). O Gráfico 3 mostra as nacionalidades com maior representatividade em Portugal, as quais no seu conjunto representam cerca de 80% do total de imigrantes legais no nosso país. A partir desta informação, estima-se que as 5 nacionalidades estrangeiras com maior destaque eram em 2007, e por país, Brasil e Cabo Verde (ambos com aproximadamente 15%), Ucrânia (9%), Angola (7%) e Guiné-Bissau (5%). Apesar de assinalarmos a Ucrânia na lista dos 5 países com maior representatividade, importa referir que cerca de 47% destes cidadãos possuíam nacionalidade de um dos países de língua portuguesa: Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe (2%) e Moçambique (1%). Outra nota a referir reporta-se

ao facto de o Brasil assumir o primeiro lugar (ainda que com uma ligeira diferença relativamente a Cabo Verde), o que reflecte um crescimento contínuo de cidadãos estrangeiros oriundos daquele país.

Quanto à repartição por sexos e idades dos cidadãos estrangeiros com permanência regular em Portugal, (Gráfico 4) estima-se que em cerca de 55% homens e 45% mulheres, com uma concentração mais acentuada em torno das idades activas, em que 50% estariam entre os 20 e os 39 anos de idade.

Esta distribuição evidenciada na pirâmide etária da população estrangeira é significativamente diferente da pirâmide da população portuguesa (Gráfico 5) o que, como habitualmente expresso na bibliografia de referência, está em linha com o facto da população migrante ser estruturalmente diferente, neste caso, da população de acolhimento, a qual regista sinais evidentes de envelhecimento.

GRÁFICO 3
População estrangeira com residência legal em Portugal, por nacionalidade (%) em 2007

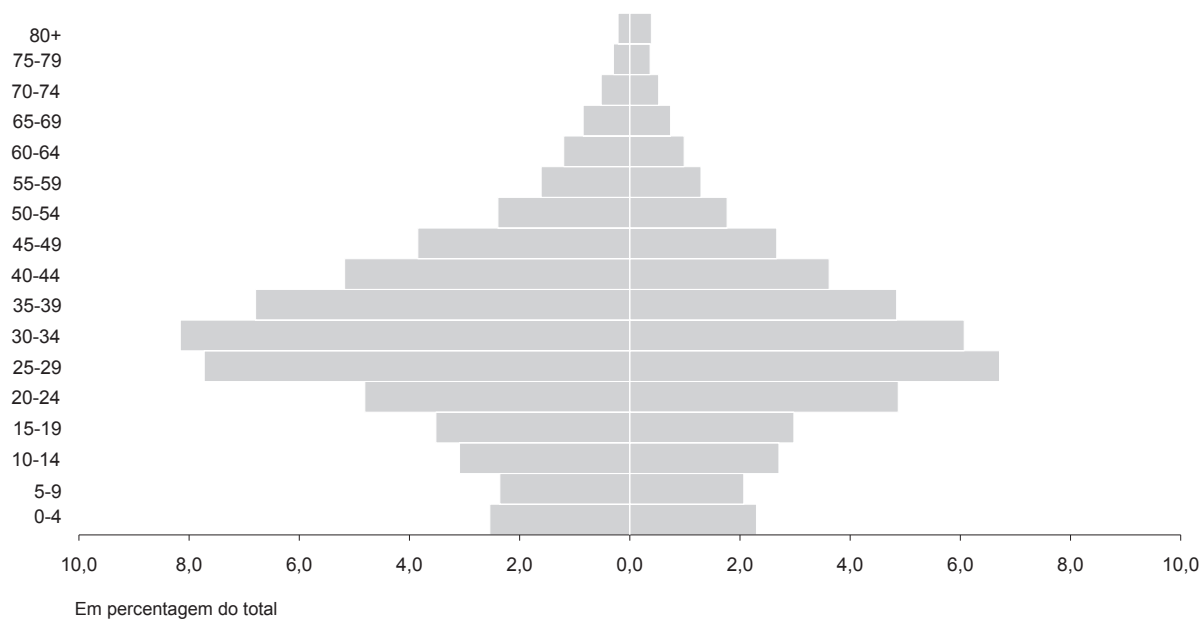


Fonte: INE



GRÁFICO 4

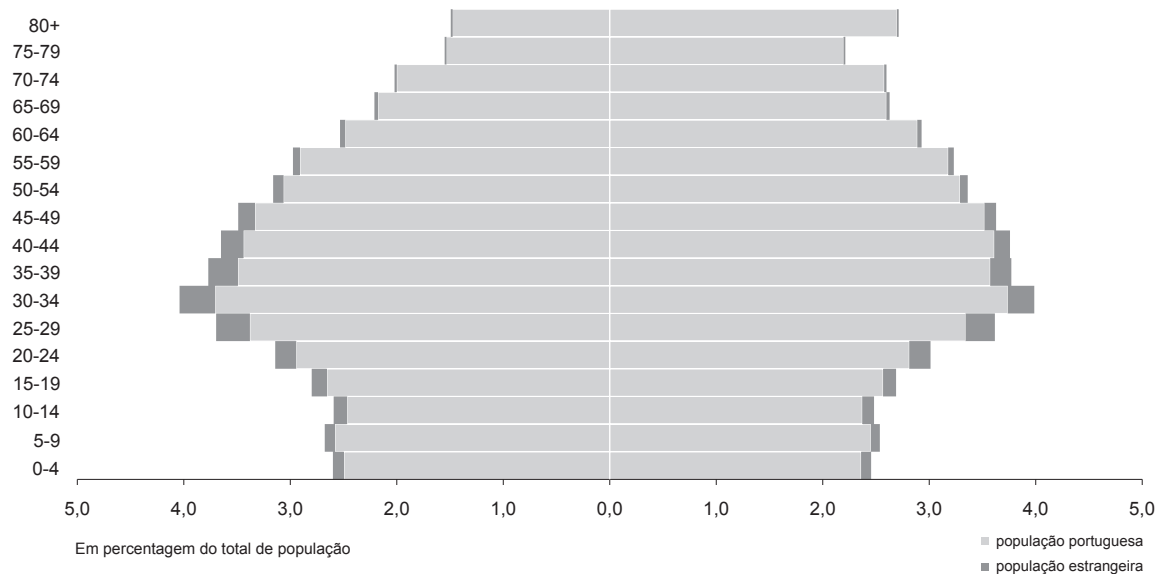
Pirâmide etária da população estrangeira com estatuto legal de residente, Portugal, 2007



Fonte: INE, SEF e estimativas dos autores

GRÁFICO 5

Pirâmide etária da população residente em Portugal, em 2007



Fonte: INE, SEF e estimativas dos autores

2.2 Análise dos fluxos em 2006, por nacionalidade e sexo, segundo a região de residência

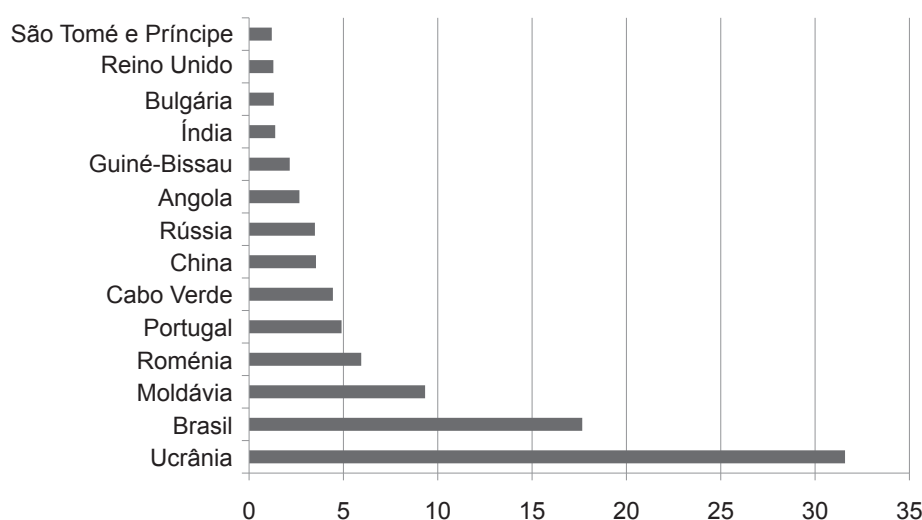
Como foi referido anteriormente os *fluxos* foram analisados com base nas solicitações de autorização de residência, referentes a 2006, segundo o sexo e o escalão etário, por país de nascimento (naturalidade), em função da região de residência. Estes dados permitem-nos caracterizar, de forma aproximada, as entradas de estrangeiros em Portugal e a sua “preferência” em termos de fixação de residência.

No que respeita à nacionalidade dos indivíduos que se dirigiram para Portugal, no ano 2006 (Gráfico 6) verificamos que a estrutura destas origens geográficas segue, muito de perto, o padrão verificado no que respeita às origens dos cidadãos estrangeiros que residem em Portugal: para além dos cidadãos do leste da Europa (Ucrânia, Moldávia e Roménia, Rússia), vieram para Portugal cidadãos dos países de língua oficial portuguesa (Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), mas também da China ou da Índia. A expressão relativamente significativa de estrangeiros cujo país de nascimento foi Portugal e que surge com algum significado no gráfico está associada à predominância de indivíduos no grupo etário do 0-4 anos, ou seja, nascimentos que ocorreram em Portugal de pais

estrangeiros. De um modo geral, pudemos observar que para Portugal no seu conjunto terão entrado mais homens (59,1%) do que mulheres (40,9%). A quase totalidade dos estrangeiros (92,1%) que solicitou autorização de residência tinha idades abaixo dos 50 anos, como seria de esperar, apresentando uma maior concentração nas idades jovens activas, 25-29 (15,2%), 30-34 (17,3%) e 35-39 (14,3%). Todavia, cerca de 20% tinha idades inferiores a 20 anos; a mesma percentagem correspondia às idades 40-44 e 45-49 no seu conjunto. No que respeita à diferença entre os sexos, apenas no grupo de idades 20-24 anos, o número de mulheres foi superior ao número de homens (cf. Gráfico 7 e Quadro 1 em anexo). Estes dados globais para o conjunto do país são confirmados com a análise detalhada realizada para as diversas NUTS II. Assim, comparando, para as NUTS II do continente, a estrutura da população residente com a estrutura da ‘população’ que solicitou autorizações de residência no ano 2006, verifica-se por um lado a concentração destes pedidos nos indivíduos do sexo masculino e nos grupos de idades compreendidos entre 20 e os 49 anos (ver, a este respeito pirâmides etárias em anexo). Este comportamento é bastante homogéneo nas diversas regiões analisadas.

GRÁFICO 6

Solicitações de residência em Portugal, por nacionalidade, no ano de 2006 (%)



Fonte: INE

GRÁFICO 7

Solicitações de residência, em função do sexo e por grupo etário, em 2006

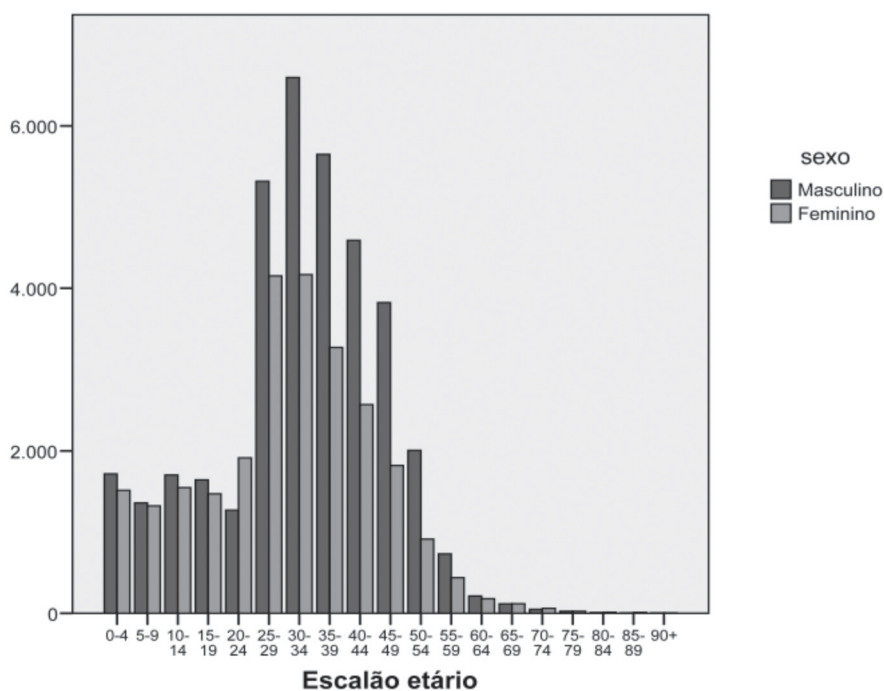
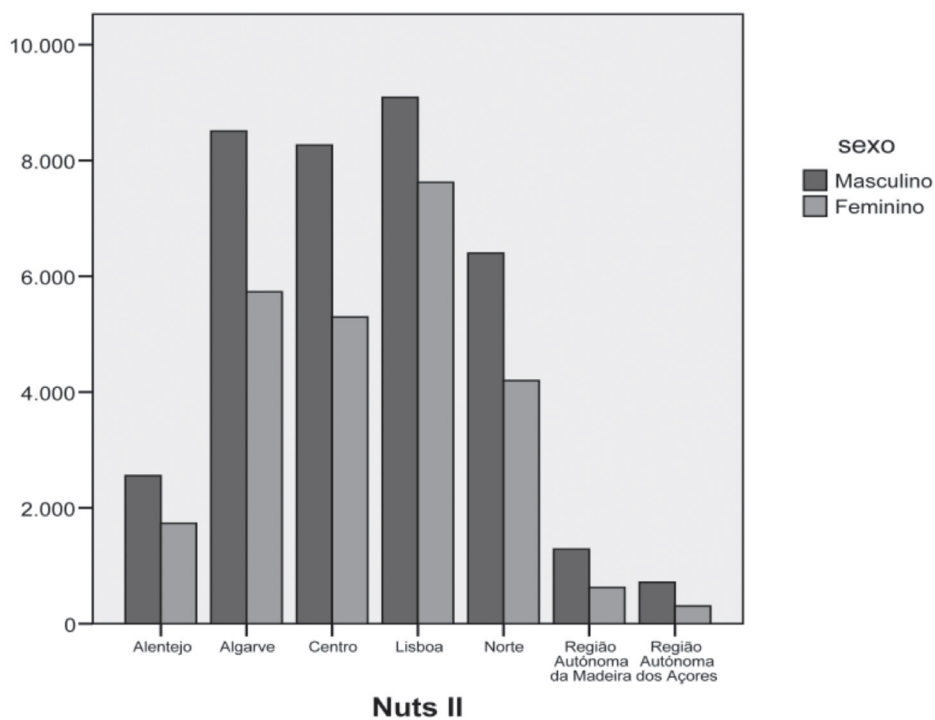


GRÁFICO 8

Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS II), em 2006



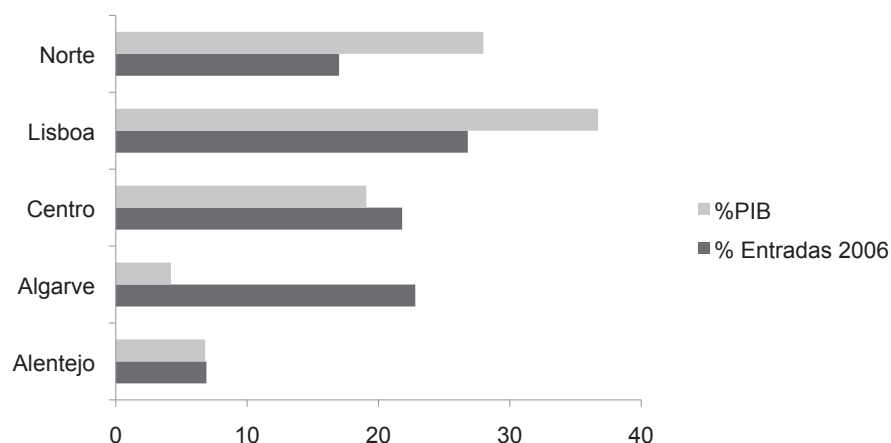
Relativamente à sua distribuição em função das regiões de fixação de residência, foram as NUTS II de Lisboa (26,8%), do Algarve (22,8%), do Centro (21,8%) e do Norte (17,0%) que evidenciaram as percentagens de entradas mais elevadas, revelando uma distribuição dos imigrantes razoavelmente equilibrada em grande parte do território português (cf. Gráfico 8 e Quadro 2 em anexo). As restantes regiões, Alentejo (6,9%), as Regiões Autónomas da Madeira (3,1%) e dos Açores (1,6%), registaram valores bastante inferiores. Em todas as regiões, o número de entradas do sexo masculino foi superior ao do feminino. Ao desagregar a análise ao nível regional de NUTS III (cf. Gráfico 8) pudemos confirmar que o Algarve (22,8%), a Grande Lisboa (16,3%) e a Península de Setúbal (10,5%) foram as destinatárias preferenciais dos estrangeiros que fixaram residência em Portugal em 2006. Estas regiões, no contexto do território português, são os territórios que têm registado dinâmicas económicas mais significativas, tendo conhecido desde os anos 90 movimentos de crescimento do produto muito relevantes. Se analisarmos o respectivo PIB *per capita* em paridade de poder de compra (média da EU27= 100) para o ano de 2006 (fonte: EUROSTAT) verificamos que os valores registados nestas regiões (NUTS II) são respectivamente 106,6 no caso de Lisboa (que integra

Grande Lisboa e a Península de Setúbal) e 81,2 no caso do Algarve (a média do continente português é apenas de 76,0). Estes valores são particularmente significativos se nos recordarmos que no momento da adesão de Portugal à CEE, em 1986, todo o país estava classificado como região Objectivo 1, ou seja, com um nível de PIB *per capita* abaixo dos 75% da média da comunidade. A evolução destas regiões em particular, melhorando a sua posição relativa no conjunto das regiões da U.E, também acentuou o nível de assimetrias de desenvolvimento registadas entre as várias regiões portuguesas.

Dado que não temos disponíveis, ao nível das NUTS II, uma estimativa da população imigrante – stocks relativos à estimativa da população de nacionalidade estrangeira a residir ou permanecer de forma legal em Portugal (esta variável apenas está disponível para Portugal) – não temos possibilidade de verificar a importância relativa, nas NUTS II do continente, da população imigrante, quer ao nível da população residente quer em termos da população activa. Da mesma forma, e pelos mesmos motivos, não é possível verificar se, ao longo do tempo, se regista o predomínio de uma dada nacionalidade nas NUTS II consideradas.

GRÁFICO 9

Comparação entre a proporção de Entradas e a contribuição para o PIB, por NUTS II, em 2006



Fonte: INE

Legenda: Entradas 2006: Solicitações de residência, em 2006, por NUTS II (proporção do total nacional); PIB a preços correntes, por NUTS II, em 2006 (proporção do total nacional)

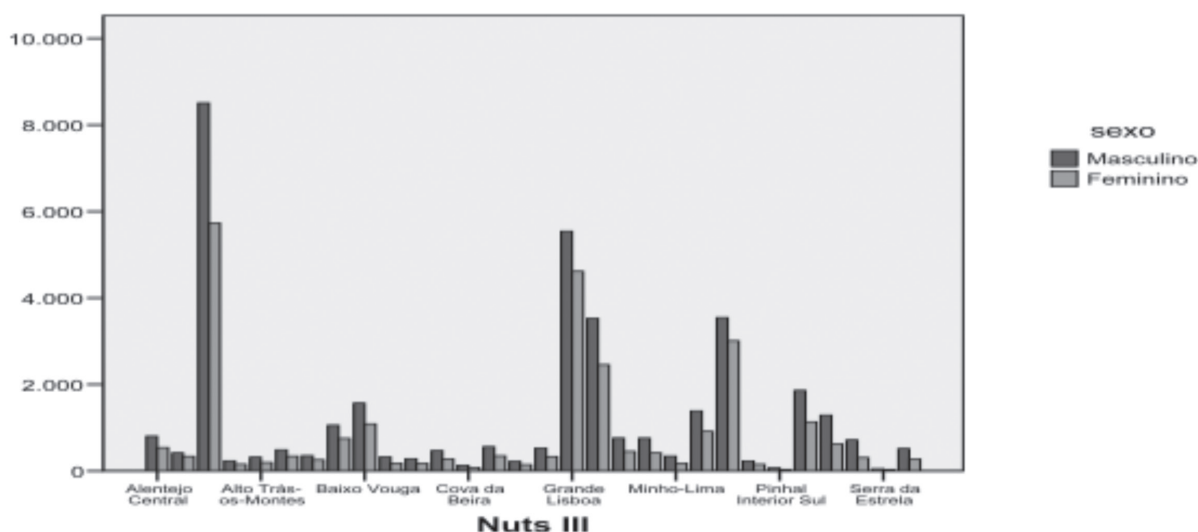
Se adoptarmos outra perspectiva na análise da relação entre o PIB das diversas NUTS II e a proporção de Entradas nas várias regiões do continente, ou seja, comparando o comportamento do PIB, agora ao nível da estrutura regional, com o peso relativo das entradas de imigrantes nas diversas regiões do continente português (Gráfico 9) verificamos que existem algumas discrepâncias dignas de registo. Neste domínio, seria de esperar que as regiões com contribuições mais relevantes para o PIB, e portanto com maior nível de actividade económica e maior criação de riqueza, fossem também as que se revelariam mais atractivas para os estrangeiros que procuram o nosso país. Se, por um lado as regiões de Lisboa e do Norte contribuem proporcionalmente mais para o PIB do que a percentagem de imigrantes que recebem, já no caso do Algarve o cenário é oposto: o peso das entradas de imigrantes nesta região, no total nacional, é muito superior ao contributo regional para o PIB português. Este comportamento está relacionado, com forte probabilidade, por um lado, com o facto desta região ser um território onde predominam actividades económicas do sector terciário no âmbito do turismo (hotelaria, restauração, imobiliário, entre outras) bem como a construção civil, onde a flexibilidade do mercado de trabalho pode ser

relativamente maior que noutras regiões do país – por exemplo, devido à forte componente de sazonalidade na criação de emprego associado à época alta da actividade turística – que podem atrair de forma mais intensa os indivíduos estrangeiros. Além disso, os resultados obtidos poderão também ser explicados com o facto de alguns dos estrangeiros que solicitam autorização de residência serem reformados. No caso das regiões Centro e Alentejo, a importância relativa dos imigrantes é muito semelhante ao contributo regional para a criação de riqueza do país.

No entanto, as Regiões do Grande Porto (9,6%), Pinhal Litoral (4,8%), Baixo Vouga (4,3%) e do Oeste (3,7%) apresentaram uma dinâmica de atractividade que podemos considerar, à partida, moderada (cf. Gráfico 10 e Quadro 3 em anexo). Todas estas NUTS III, por seu turno, integram as NUTS II do Norte e do Centro, cuja posição relativa no conjunto das regiões europeias fica claramente abaixo do limite considerado para que uma região possa ser classificada como uma região sem problemas estruturais de desenvolvimento (na região Centro o PIB *per capita* em paridade de poder de compra é apenas de 64,7 e no Norte de 60,5).

GRÁFICO 10

Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS III), em 2006



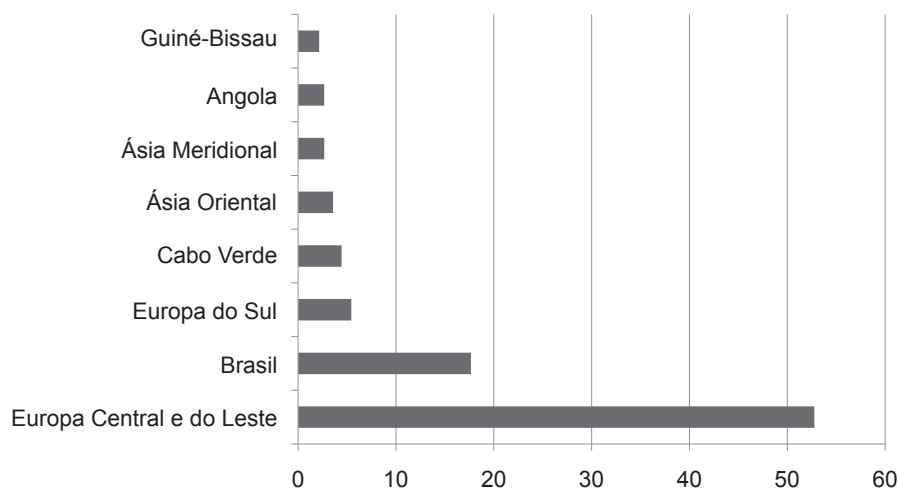
3. Discussão de alguns resultados

A agregação dos resultados, por grandes áreas geográficas de origem, dos indivíduos que pediram autorização de residência em Portugal reforça a importância dos imigrantes da Europa Central e de Leste bem como do Brasil, de Cabo Verde, da Ásia, e ainda da Europa do Sul (embora este resultado esteja muito condicionado pelos valores

dos 'imigrantes' nascidos em Portugal ou "*imigrantes de segunda geração*"). Dado que os imigrantes da Europa Central e de Leste, do Brasil e de Cabo Verde totalizam cerca de 75% do total de indivíduos que, em 2006, solicitaram autorização de residência em Portugal, tentaremos identificar um pouco melhor as semelhanças (ou diferenças) existentes entre eles.

GRÁFICO 11

Solicitações de residência em Portugal, no ano de 2006, por área geográfica de origem (%)

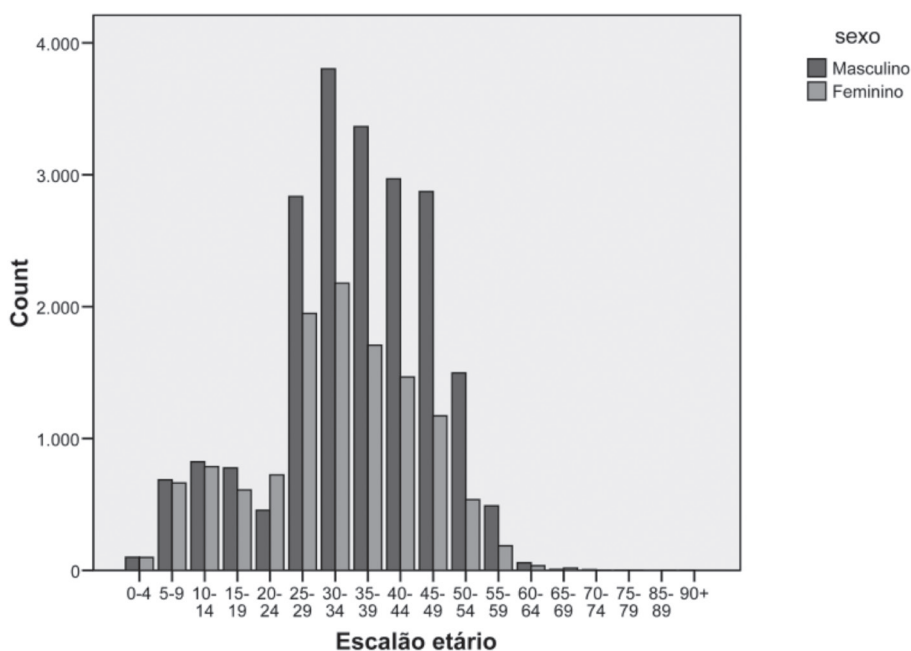


Fonte: INE

GRÁFICO 12

Imigrantes da Europa Central e de Leste por sexo e escalão etário

Região de Nascimento=Europa Central e do Leste



Vejamos, em primeiro lugar, se entre os indivíduos das áreas geográficas anteriormente seleccionadas existem semelhanças relativamente às variáveis de caracterização disponíveis, ou seja, idade, sexo e região de acolhimento.

A análise cruzada das variáveis 'região de proveniência' com a idade e o sexo dos indivíduos revela (cf. Gráficos 12, 13 e 14) que existem diferenças significativas entre eles. Assim, verificamos que os

GRÁFICO 13
Imigrantes do Brasil por sexo e escalão etário

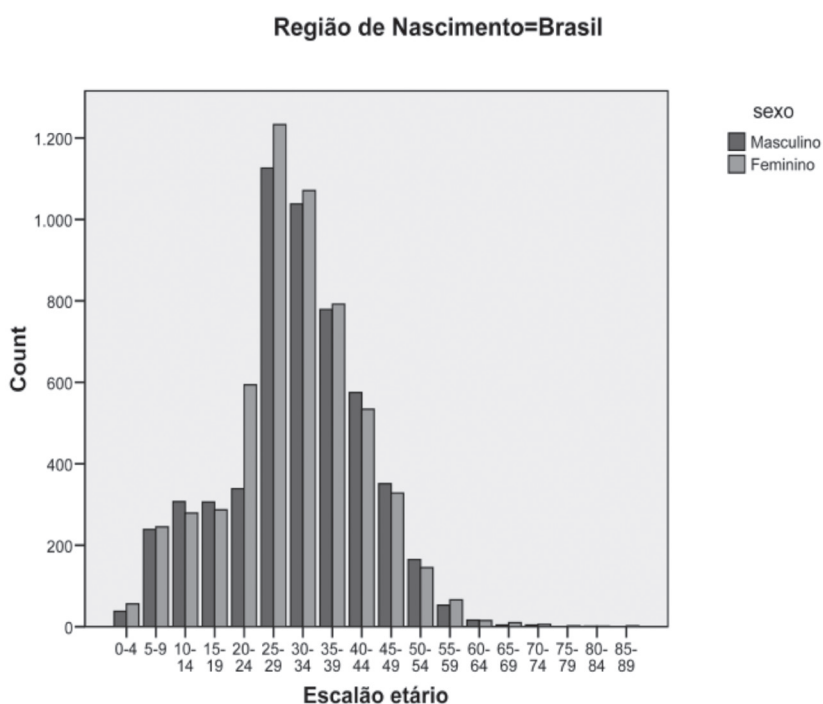
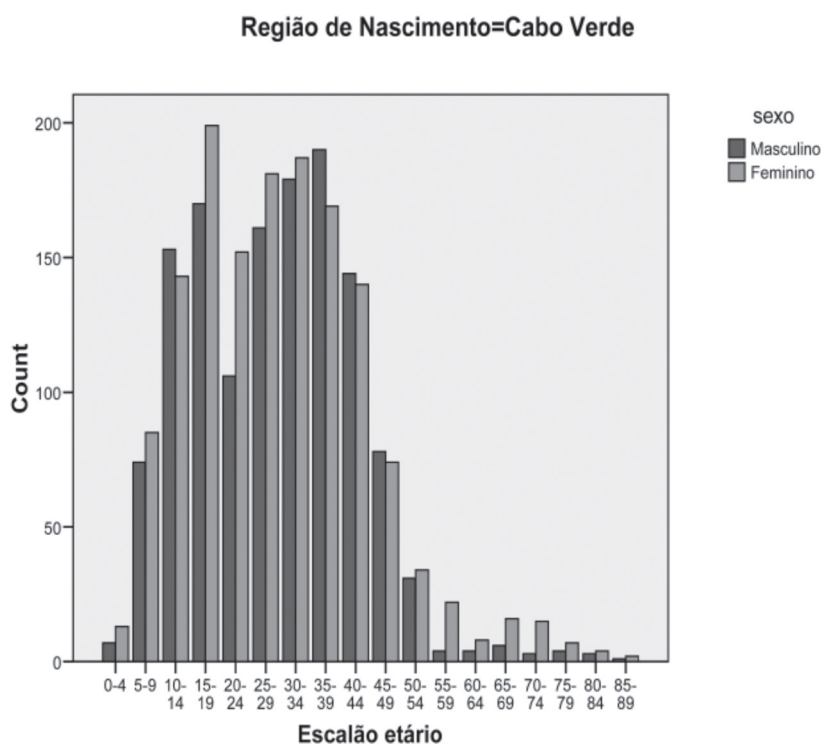


GRÁFICO 14
Imigrantes de Cabo Verde por sexo e escalão etário



imigrantes provenientes da Europa Central e de Leste são predominantemente homens e concentram-se nos grupos etários entre os 25 e os 49 anos. Ao contrário, entre os indivíduos provenientes do Brasil, existe maior equilíbrio entre homens e mulheres, sendo diversos os grupos etários onde predominam as mulheres (nomeadamente, entre os 20 e os 39 anos). Neste grupo verifica-se maior concentração nos grupos etários entre os 25 e os 44 anos. Os indivíduos provenientes de Cabo Verde registam uma distribuição globalmente mais equilibrada, em termos de sexo e grupos de idades e são mais jovens; neste caso, além de indivíduos em idade activa são também muitas as crianças e jovens que se dirigem a Portugal. Este contraste tem implícito um conceito de imigração diferente dos anteriores: nos primeiros tratar-se-á, provavelmente, de deslocações isoladas por motivos exclusivamente profissionais e de rendimento, enquanto no caso dos cabo-verdianos devemos admitir a hipótese da imigração em família, procurando, eventualmente, além de melhores condições de vida e de trabalho, melhores condições de educação para as crianças e jovens. Além desta característica, ainda devemos assinalar que nos

grupos etários entre os 15 e os 34 anos predominam as mulheres. Todas as diferenças encontradas são estatisticamente significativas.

Vejamos agora se as regiões de destino, em Portugal, são idênticas para as diversas origens geográficas dos imigrantes que procuram o nosso país.

Também a análise cruzada das variáveis NUTS II onde residem os imigrantes com a respectiva proveniência geográfica (cf. Gráficos 15, 16 e 17) mostra a existência de diferenças. Enquanto os cidadãos da Europa Central e de Leste se concentram predominantemente nas regiões do Algarve e do Centro, os cabo-verdianos preferem, de forma bastante intensa, a área metropolitana de Lisboa. Os indivíduos provenientes do Brasil, por seu turno, ainda que privilegiem a localização na região de Lisboa, distribuem-se de forma razoavelmente equilibrada entre o Norte, o Centro e o Algarve. Com excepção das Regiões Autónomas, no Continente português, o Alentejo, para qualquer dos grupos considerados, é sempre a região com menor atractividade. Naturalmente que a este facto não será

GRÁFICO 15
Imigrantes da Europa Central e de Leste por NUTS II

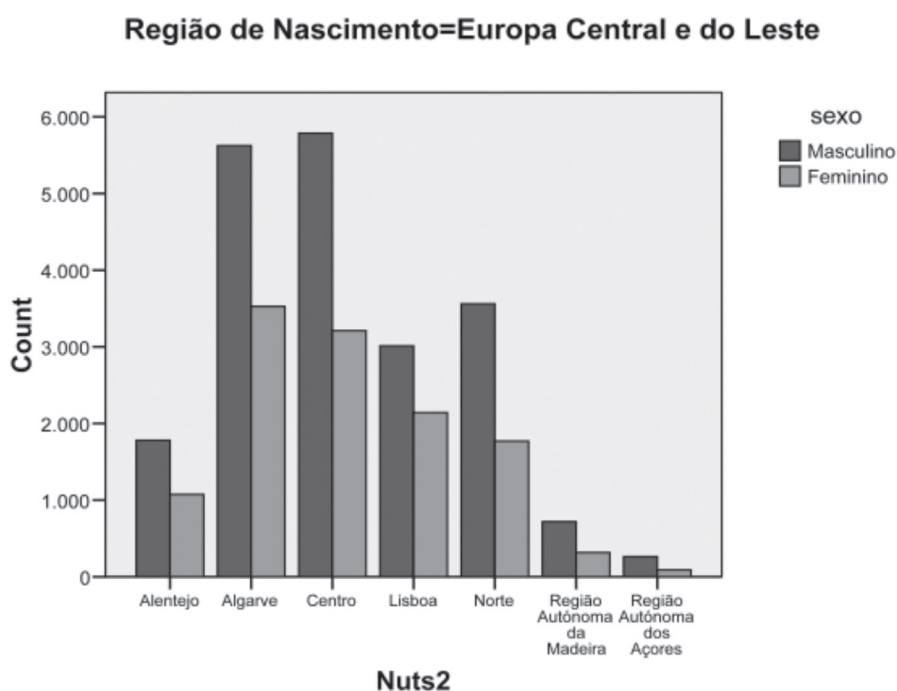




GRÁFICO 16
Imigrantes do Brasil por NUTS II

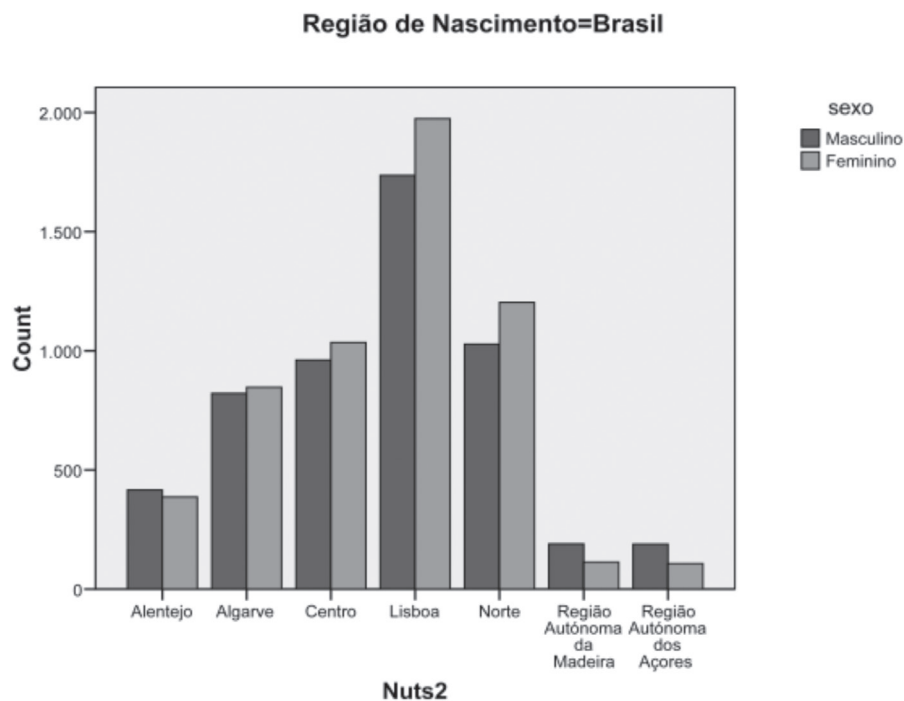
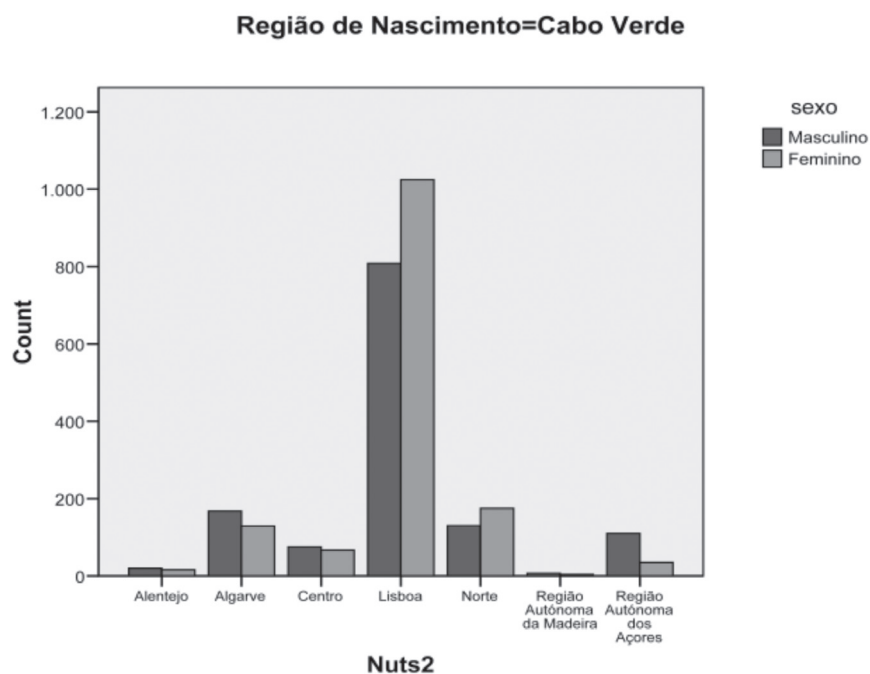


GRÁFICO 17
Imigrantes de Cabo Verde por NUTS II



alheia a baixa densidade económica e populacional que caracteriza esta região, criando, previsivelmente nestes cidadãos, a imagem de uma zona pouco 'interessante'².

A concluir esta análise iremos proceder ao cruzamento das variáveis NUTS II com as regiões de proveniência dos imigrantes bem como com os respectivos grupos etários (cf. Quadro 4 em anexo). Esta síntese permite-nos confirmar as conclusões obtidas anteriormente, demonstrando que não existem diferenças, em termos de grupos etários predominantes, nas NUTS onde mais se concentram os imigrantes e a média nacional, independentemente da nacionalidade dos imigrantes.

4. Conclusões

O fenómeno das migrações, entendido como um dos desafios demográficos do século XXI, apresenta na actualidade um conjunto de características bem distintas das que conheceu nos dois séculos anteriores. Neste domínio, também a posição portuguesa é agora diversa do comportamento tradicional do país. Descrito na bibliografia de referência como um país de emigração, tendo contribuído ao longo dos séculos XIX e XX para os movimentos migratórios à escala inter-continental e continental, Portugal é hoje um país de imigrantes, onde os cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente já representam cerca de 4% da população residente no país. Seguramente que para esta alteração, visível de forma inequívoca a partir dos anos 80 do século XX, contribuiu a democratização do país bem como a integração na União Europeia, que têm vindo a permitir um maior nível de desenvolvimento e de internacionalização.

Este estudo preliminar relativo às características dos imigrantes que se deslocam para Portugal, e das respectivas diferenças em função das regiões onde se instalam, foi realizado, fundamentalmente, a partir dos dados para o ano de 2006 respeitantes às solicitações de residência no país bem como a partir da escassa informação disponível a partir do volume de indivíduos com autorização legal de residência no ano 2007. Esta informação permitiu-nos verificar, desde logo, que os cidadãos estrangeiros que estão mais representados na população portuguesa são

oriundos da Europa Central e de Leste, bem como do Brasil e dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), destacando-se entre estes os cabo-verdianos, angolanos e guineenses. Também deve ser assinalado o facto de começar a ganhar expressão o fluxo proveniente do continente asiático, particularmente da China e da Índia. De acordo com a bibliografia de referência, também constatámos que os imigrantes em Portugal são maioritariamente homens, significativamente mais jovens (concentram-se entre os 25 e os 49 anos) que a população residente de acolhimento e localizam-se preferencialmente nas regiões de Lisboa e do Algarve, onde o dinamismo económico e populacional tem sido mais intenso. O predomínio de homens e a concentração etária nos grupos de idades entre os 25 e os 49 anos verifica-se em todas as NUTS II do continente, quando comparamos as características – a partir das variáveis disponíveis – da população residente com o conjunto de indivíduos que solicitaram autorização para se instalarem num determinado local.

Em termos das diferenças registadas entre os indivíduos provenientes das diversas regiões emissoras de emigração para Portugal destacamos algumas características predominantes:

- Entre os indivíduos da Europa Central e de Leste predominam claramente os homens ao contrário do que se verifica em relação ao Brasil ou a Cabo Verde onde em diversos grupos etários são predominantes as mulheres,

- Os cabo-verdianos são os que emigram mais novos, o que nos pode levar a admitir a hipótese da imigração familiar,

- Os cidadãos da Europa Central e de Leste localizam-se preferencialmente nas regiões Norte e Centro enquanto os cabo-verdianos privilegiam a de Lisboa, tal como os brasileiros. Estes últimos são os que apresentam maior dispersão pelas diversas regiões portuguesas.

Os resultados alcançados neste estudo exploratório mostram, relativamente aos objectivos traçados, a existência clara de um perfil determinado, nos imigrantes que se dirigem a Portugal: trata-se maioritariamente de homens, com idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos, provenientes

² As diferenças agora assinaladas revelam-se significativas, em termos estatísticos ($\chi^2 = 0,000$).

dos PALOP e dos países do Leste da Europa. No caso dos imigrantes oriundos dos PALOP as respectivas deslocações poder-se-ão justificar por razões de natureza económica, mas também por motivos de ordem cultural e linguística. Por outro lado, no caso dos indivíduos originários dos países do Leste da Europa admitimos que a preferência por Portugal não deverá deixar de estar relacionada com o facto de o nosso país participar na União Europeia, o que poderá potenciar a integração destes imigrantes no mercado de trabalho global da União Europeia. No que respeita às regiões de acolhimento, em Portugal, concluímos que as preferências dos imigrantes se dirigem para as regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e do Algarve, ou seja, para os territórios que têm vindo a registar, nos últimos anos, maior dinamismo económico e populacional. Assim, para além das consequências ao nível do aprofundamento das assimetrias de desenvolvimento entre as regiões emissoras de contingentes migratórios e os países de acolhimento – decorrente, entre outros, como vimos anteriormente, da tese da selectividade das migrações –, os próprios países de acolhimento arriscam a aumentar as suas assimetrias internas, aprofundando as diferenças entre as regiões que acumulam maiores dinâmicas populacionais e económicas – internas e decorrentes da atracção de populações imigrantes – e as regiões com menor capacidade para atrair e reter população e actividade económica.

5. Bibliografia

- Barreto, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Borjas, George J. (1987), *Self-Selection and the earnings of immigrants*, *American Economic Review*, September, pp. 531-553.
- Borjas, George J. (1994), *The economics of immigration*, *Journal of Economic Literature*, Vol. XXXII, December, pp. 1667-1717.
- Borjas, George J. (1999), *The economic analysis of immigration*, in "Handbook of Labour Economics", Vol. 3A, edited by Orley Ashenfelter and David Card, North-Holland, pp. 1697-1760.
- Coleman, D. (2004). *Facing the 21st Century. New developments, continuing problems*. Keynote presented at European Population Forum 2004, Gaye Erbatır MP, Turkey, 12-14 January 2004
- Ferrão, João (1996), *Três décadas de consolidação do Portugal demográfico 'moderno'*, in António Barreto (org.), "A Situação Social em Portugal, 1960-1995", Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, pp: 165-190.
- Góis, Pedro; Marques, José Carlos (2007), *Estudo prospetivo sobre imigrantes qualificados em Portugal*, Observatório da Imigração, ACIDI, Lisboa.
- INE (2008). *Estatísticas Demográficas, 2007*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Kambur, Ravi; Rapoport, Hillel (2003), *Migration selectivity and the evolution of spatial inequality* (www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/Kanrap.pdf acedido em 18 de Abril de 2010).
- Le Bras, Hervé (2000), *Quel futur pour la population et les migrations au XXI^e siècle ?* in « Les clés du XXI^e siècle », Seuil, Éditions UNESCO, pp : 67-70.
- Matos, Cristina (1993), *Migrações: decisões individuais e estruturas sociais*, SOCIUS Working Papers nº 5, Lisboa, ISEG.
- OCDE (2008), *International Migration Outlook*, OECD, Paris.
- Peixoto, J. (1998), *Selectividade Migratória e Dinâmicas Regionais: as migrações intraintra-regionais em Portugal nos anos 80*, *Revista de Estatística*, 3º Quadrimestre, INE, pp. 73-112.
- Peixoto, J. (2004), " *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas*", SOCIUS Working papers, nº 11, Lisboa, ISEG
- Peixoto, J. (2008). "A demografia da população imigrante em Portugal", forthcoming in M. F. Lages e A. Teodoro Matos (coord.), "Portugal: Percursos de Interculturalidade", (vol. II, Lisboa, ACIDI/Observatório da Imigração, pp: 7-48).
- PNUD (2009), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 – Ultrapassar Barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Almedina Editora, Coimbra.
- Polèse, Mário (1998), *Economia Regional e Urbana, Lógica espacial das transformações económicas*, Coleção APDR, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, Portugal
- Sobotka, T. (2008). *The rising importance of migrants for childbearing in Europe*. Vol.19, Art. 9, pp. 225-248 (<http://www.demographic-research.org/volumes/vol19/9/>)

ANEXOS

GRÁFICO 1

Solicitações de residência, em função do sexo e por grupo etário, em 2006

	HM	%	H	%	M	%
0-4	3231	5,2	1717	4,7	1514	5,9
09/Mai	2681	4,3	1359	3,7	1322	5,2
14/Out	3251	5,2	1703	4,6	1548	6,1
15-19	3114	5	1643	4,5	1471	5,8
20-24	3184	5,1	1270	3,4	1914	7,5
25-29	9468	15,2	5317	14,4	4151	16,3
30-34	10763	17,3	6595	17,9	4168	16,3
35-39	8920	14,3	5649	15,3	3271	12,8
40-44	7161	11,5	4590	12,5	2571	10,1
45-49	5644	9,1	3823	10,4	1821	7,1
50-54	2921	4,7	2007	5,5	914	3,6
55-59	1171	1,9	732	2	439	1,7
60-64	392	0,6	213	0,6	179	0,7
65-69	233	0,4	116	0,3	117	0,5
70+	198	0,3	86	0,2	112	0,4
Total	62332	100	36820	100	25512	100

Fonte: INE/SEF

GRÁFICO 2

Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS II), em 2006

NUTS II	HM	%	H	%	M	%
Alentejo	4292	6,9	2557	6,9	1735	6,8
Algarve	14238	22,8	8507	23,1	5731	22,5
Centro	13561	21,8	8265	22,4	5296	20,8
Lisboa	16709	26,8	9088	24,7	7621	29,9
Norte	10597	17	6400	17,4	4197	16,5
R. A. Madeira	1913	3,1	1288	3,5	625	2,4
R. A. Açores	1022	1,6	715	1,9	307	1,2
Total	62332	100	36820	100	25512	100

Fonte: INE/SEF

GRÁFICO 3

Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS III), em 2006

NUTS III	HM	%	H	%	M	%
Alentejo Central	1341	2,2	801	2,2	540	2,1
Alentejo Litoral	752	1,2	415	1,1	337	1,3
Algarve	14238	22,8	8507	23,1	5731	22,5
Alto Alentejo	384	0,6	232	0,6	152	0,6
Alto Trás-os-Montes	511	0,8	316	0,9	195	0,8
Ave	827	1,3	486	1,3	341	1,3
Baixo Alentejo	607	1	351	1	256	1
Baixo Mondego	1804	2,9	1054	2,9	750	2,9
Baixo Vouga	2653	4,3	1566	4,3	1087	4,3
Beira Interior Norte	500	0,8	322	0,9	178	0,7
Beira Interior Sul	456	0,7	281	0,8	175	0,7
Cávado	745	1,2	468	1,3	277	1,1
Cova da Beira	210	0,3	131	0,4	79	0,3
Dão-Lafões	906	1,5	558	1,5	348	1,4
Douro	365	0,6	221	0,6	144	0,6
Entre Douro e Vouga	859	1,4	527	1,4	332	1,3
Grande Lisboa	10157	16,3	5543	15,1	4614	18,1
Grande Porto	5981	9,6	3527	9,6	2454	9,6
Lezíria do Tejo	1208	1,9	758	2,1	450	1,8
Médio Tejo	1171	1,9	756	2,1	415	1,6
Minho-Lima	521	0,8	342	0,9	179	0,7
Oeste	2300	3,7	1387	3,8	913	3,6
Península de Setúbal	6552	10,5	3545	9,6	3007	11,8
Pinhal Interior Norte	381	0,6	231	0,6	150	0,6
Pinhal Interior Sul	104	0,2	71	0,2	33	0,1
Pinhal Litoral	2995	4,8	1860	5,1	1135	4,4
Serra da Estrela	81	0,1	48	0,1	33	0,1
Tâmega	788	1,3	513	1,4	275	1,1
R. A. Madeira	1913	3,1	1288	3,5	625	2,4
R. A. Açores	1022	1,6	715	1,9	307	1,2
Total	62332	100	36820	100	25512	100

PIRÂMIDES ETÁRIAS, POR NUTS II

FIGURA 1

População residente, por sexo e grupo etário, Norte, 2006

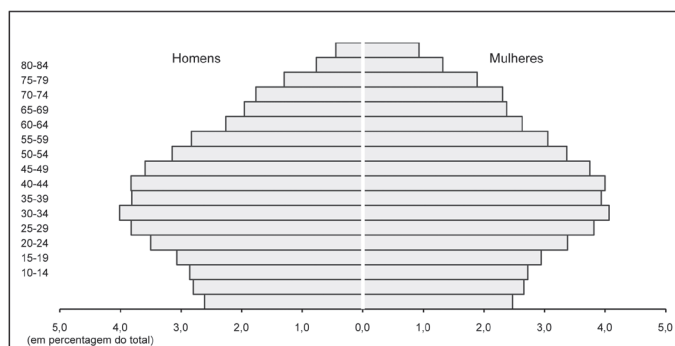
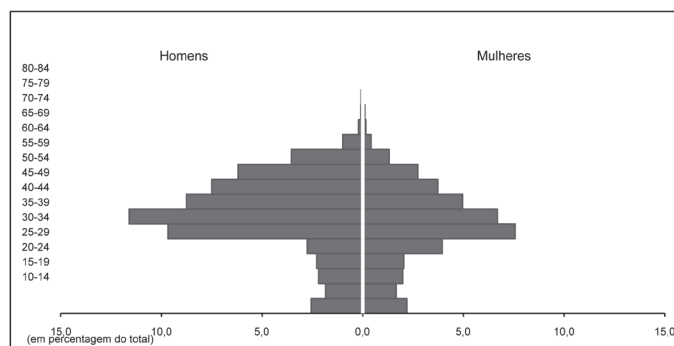


FIGURA 2

População estrangeira que solicitou estatuto legal, por sexo e grupo etário, Norte, 2006



PIRÂMIDES ETÁRIAS, POR NUTS II (CONT.)

FIGURA 3

População residente, por sexo e grupo etário, Centro, 2006

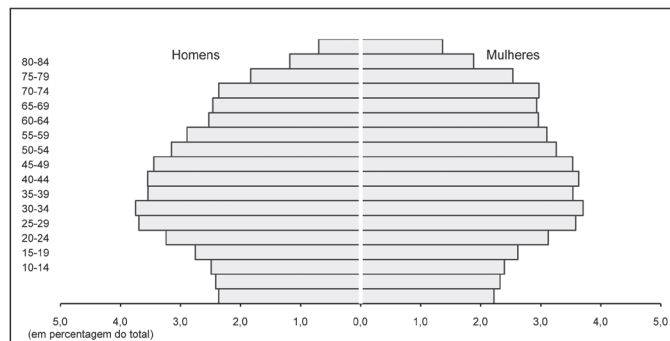


FIGURA 4

População estrangeira que solicitou estatuto legal, por sexo e grupo etário, Centro, 2006

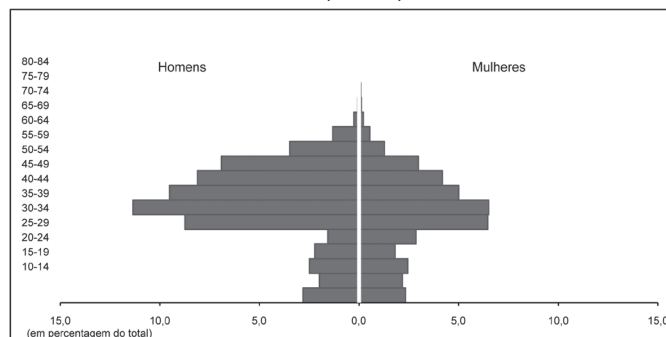


FIGURA 5

População residente, por sexo e grupo etário, Lisboa, 2006

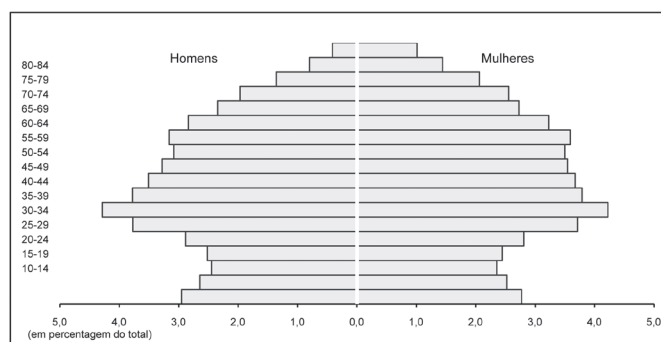


FIGURA 6

População estrangeira que solicitou estatuto legal, por sexo e grupo etário, Lisboa, 2006

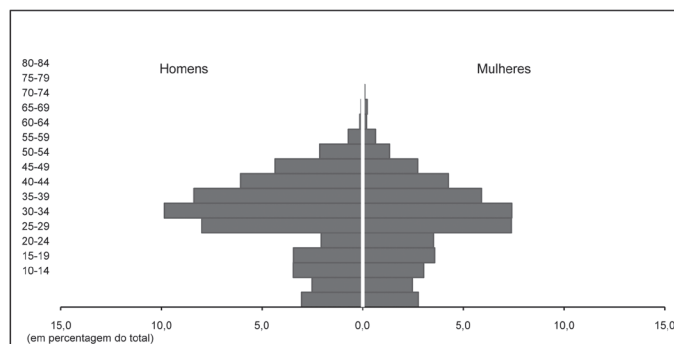


FIGURA 7

População residente, por sexo e grupo etário, Alentejo, 2006

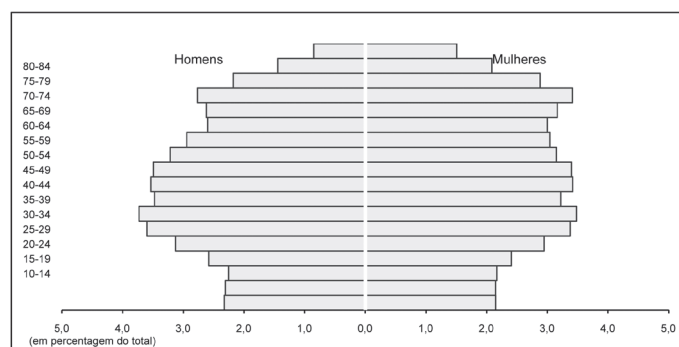
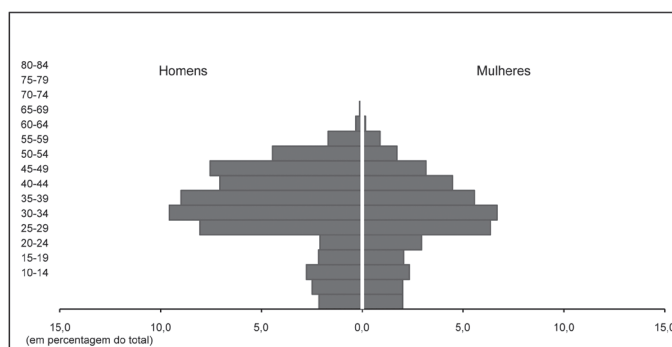


FIGURA 8

População estrangeira que solicitou estatuto legal, por sexo e grupo etário, Alentejo, 2006



PIRÂMIDES ETÁRIAS, POR NUTS II (CONT.)

FIGURA 9

População residente, por sexo e grupo etário, Algarve, 2006

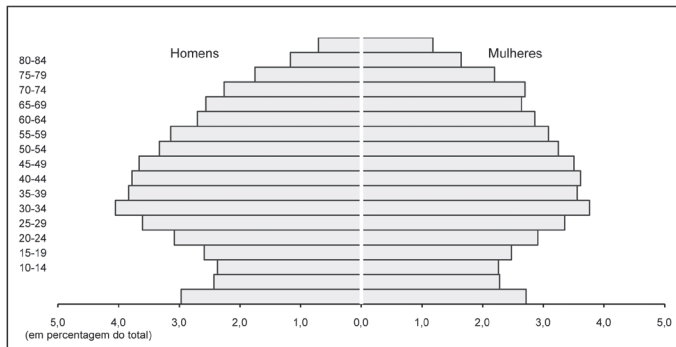
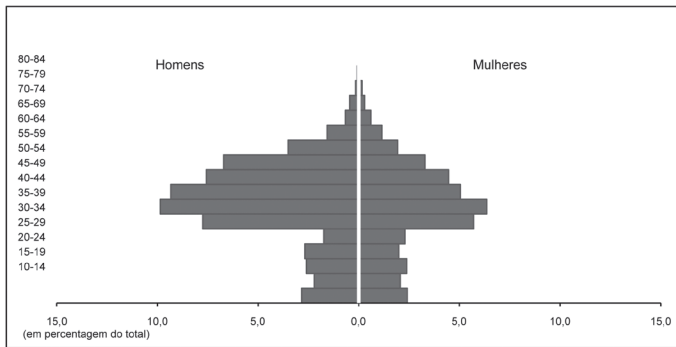


FIGURA 10

População estrangeira que solicitou estatuto legal, por sexo e grupo etário, Algarve, 2006



QUADRO 4

Análise cruzada das variáveis Regiões de origem, Regiões de destino e escalão etário, para os cidadãos que solicitaram autorizações de residência em 2006

Região de Nascimento		Escala etária																				
		0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90+	Total	%
Europa Central e do Leste	Alentejo	16	126	146	108	115	380	471	427	380	377	219	78	12	0	0	0	0	0	0	2855	8,7
	Algarve	79	393	457	442	341	1259	1579	1450	1236	1145	539	189	28	9	2	1	1	1	0	9150	27,8
	Centro	53	372	428	353	268	1305	1727	1396	1245	1110	523	184	23	7	0	1	0	0	0	8995	27,4
	Lisboa	13	221	311	287	237	750	936	783	656	559	287	98	10	3	1	0	0	0	1	5153	15,7
	Norte	28	196	219	157	169	857	1016	791	719	673	381	105	12	3	4	0	0	0	0	5330	16,2
	Região Aut.	8	31	34	28	42	178	196	179	135	126	59	17	3	0	0	0	0	0	0	1036	3,2
	Região Aut.	0	9	15	11	8	54	55	47	64	55	25	4	4	2	0	0	0	0	0	353	1,1
	Total	197	1348	1610	1386	1180	4783	5980	5073	4435	4045	2033	675	92	24	7	2	2	1	1	32872	100,0
(%)	0,6	4,1	4,9	4,2	3,6	14,6	18,2	15,4	13,5	12,3	6,2	2,1	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0		
Cabo Verde	Alentejo	1	0	4	6	3	5	3	4	2	3	2	0	0	1	1	1	0	0	0	36	1,3
	Algarve	7	25	38	21	16	40	49	32	37	14	8	2	1	2	4	1	0	0	0	297	10,7
	Centro	3	8	9	13	14	28	16	21	14	9	2	2	2	0	1	0	0	0	0	142	5,1
	Lisboa	6	115	224	268	90	206	252	259	187	111	45	18	9	17	10	7	7	2	2	1893	66,2
	Norte	1	7	11	54	126	38	22	18	12	3	3	4	0	2	2	2	0	0	0	305	11,0
	Região Aut.	0	1	0	0	0	3	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	11	0,4
	Região Aut.	2	3	10	7	9	22	23	23	30	11	5	0	0	0	0	0	0	0	0	145	5,2
	Total	20	159	296	369	258	342	366	359	284	152	65	26	12	22	18	11	7	3	3	2769	100,0
(%)	0,7	5,74	10,69	13,83	9,817	12,851	13,218	12,965	10,256	5,4893	2,347	0,989	0,433	0,795	0,65	0,397	0,253	0,108	0			
Brasil	Alentejo	6	43	46	40	63	161	151	134	78	51	18	10	2	0	0	0	0	0	0	803	7,8
	Algarve	17	96	96	99	125	320	298	229	179	105	68	28	4	2	1	0	0	0	1	1668	15,2
	Centro	21	100	132	112	167	435	359	269	209	114	50	17	5	1	4	1	0	0	0	1996	18,1
	Lisboa	18	145	163	208	297	805	742	556	382	233	99	45	8	4	2	1	1	1	1	3710	38,7
	Norte	26	69	103	110	229	529	452	302	194	135	52	13	8	5	3	0	1	0	0	2231	20,9
	R.A. Made	5	14	27	9	26	58	58	44	27	22	7	2	4	0	0	0	0	0	0	303	2,8
	R. A. Açore	1	17	19	15	26	51	49	37	40	19	16	4	0	2	0	0	0	0	0	296	2,7
	Total	94	484	586	593	933	2359	2109	1571	1109	679	310	119	31	14	10	2	2	2	2	11007	100,0
(%)	0,9	4,4	5,3	5,4	8,5	21,4	19,2	14,3	10,1	6,2	2,8	1,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0			



IMIGRAÇÃO E COMÉRCIO INTERNACIONAL NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA – O CASO PORTUGUÊS

Nuno Gonçalves - Universidade do Porto – Faculdade de Economia - E-mail: 080411007@fep.up.pt

Ana Paula Africano - Universidade do Porto – Faculdade de economia – CEF.UP - E-mail: apa@fep.up.pt

Resumo:

O objectivo deste artigo é analisar a relação entre imigração e comércio entre países da UE. Em concreto, no contexto do alargamento das fronteiras da UE em 2004, testamos se a acumulação do stock de imigrantes oriundos dos Novos Estados Membros tem impacto, ou não, sobre as exportações Portuguesas para aqueles mercados. Aplicando dados em painel do período 1995-2007 para Portugal num modelo gravitacional de comércio internacional acrescido da variável stock de imigrantes, chegamos ao resultado que a imigração resultante do alargamento da UE tem um impacto positivo nas exportações Portuguesas para os respectivos países de origem..

Palavras-chave: Comércio internacional, imigração, União Europeia, Portugal, integração económica, modelo gravitacional.

Códigos JEL: C33; F14; F15; F22; O24

Abstract:

The purpose of this article is to analyze the relation between immigration and trade between EU countries. Specifically, in the context of EU borders enlargement in 2004, we will test if stock accumulation of immigrants that came from new state members has an impact, or not, on Portuguese exports to those markets. Applying panel data of 1995-2007 period to Portugal, in a gravity model of international trade plus the international immigrant stock variable, the result is that migration resulting from EU enlargement has a positive impact on Portuguese exports to their countries of origin .

Keywords: international trade, immigration, European Union, Portugal, economic integration, gravity model.

JEL Codes: C33; F14; F15; F22; O24

1. Introdução

A migração internacional tem sido estudada no âmbito da economia geográfica, sendo uma das áreas de investigação a análise da relação existente entre migração internacional e comércio internacional. Vários trabalhos realizados sobre esta problemática, como o de Gould (1994), Wagner *et al.* (2002), Lewer (2004), Mundra (2005) e White (2008) revelam, genericamente, que a imigração tem um efeito positivo nas relações comerciais entre o país de acolhimento e o país de origem, com impacto tanto nas importações como nas exportações. Por um lado regista-se uma tendência de importação de produtos oriundos do país de origem devido às preferências dos imigrantes por estes produtos, e por outro há uma redução nos custos de transacção que favorece o comércio bilateral entre os países.

Tanto quanto foi possível averiguar, estudos sobre migração inter-regional e respectiva importância para o comércio inter-regional são escassos, particularmente no contexto do processo de Integração Europeia.

A União Europeia (UE) enquanto união económica e monetária tem em vigor entre os seus estados membros um nível de integração económica que simultaneamente assegura livre comércio e livre circulação de factores (trabalho e capital). No contexto de adesão de um novo estado membro, este que outrora estava mais “distanciado” por custos naturais do comércio e a sua população via nas suas fronteiras grandes restrições à mobilidade, uma vez admitido como membro tal “distância” será encurtada e a população (factor trabalho) tem a liberdade de se mover dentro do espaço da União. Tal movimentação do factor trabalho, quando verificada, terá implicações (entre outras) no comércio a nível inter-regional na UE e potenciará a redução da “distância” entre países membros.

Este estudo tenta dar um contributo à literatura empírica, analisando a relação entre imigração e comércio entre Portugal e os Novos Estados Membros¹ (NEM). Em concreto tenta-se observar em que medida, no contexto do alargamento das fronteiras da UE em 2004, a acumulação do stock

de imigrantes oriundos dos NEM tem impacto, ou não, sobre as exportações Portuguesas para aqueles mercados.

Para o efeito o estudo organiza-se do seguinte modo: na secção 2 é apresentada uma introdução à migração internacional, é feito o enquadramento teórico da relação entre migração internacional e comércio internacional e é feita uma revisão dos estudos já existentes neste âmbito; na secção 3 é contextualizado o tema no âmbito da União Europeia; a secção 4 apresenta o modelo gravitacional, desenvolve um modelo empírico e apresenta os resultados econométricos; e por fim na secção 5 apresentam-se as conclusões.

2. Migração Internacional do Factor Trabalho

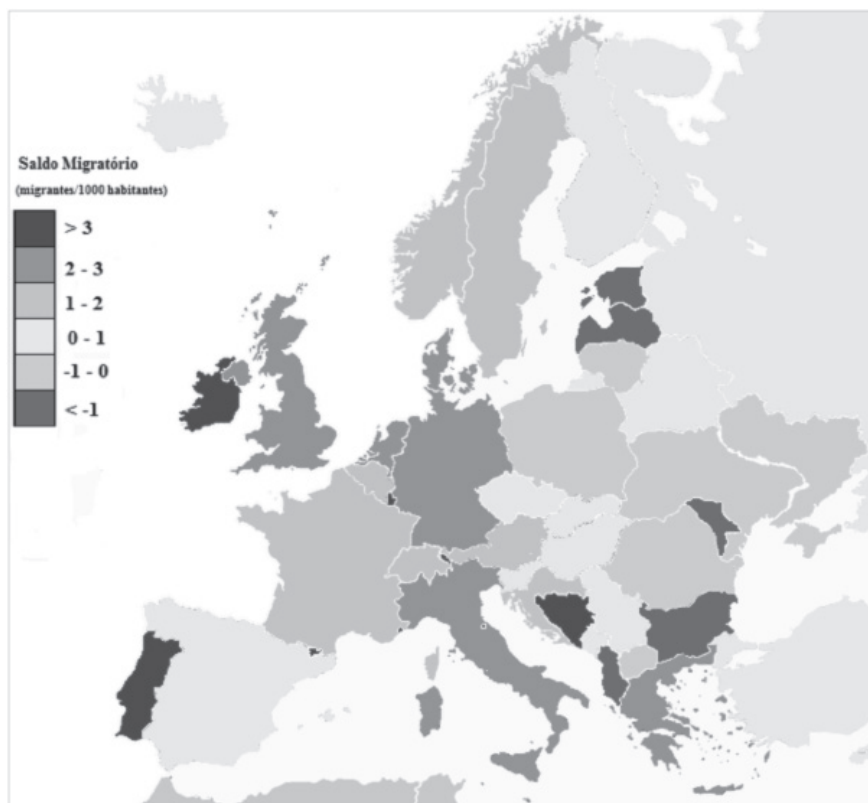
2.1 Causas

As primeiras grandes migrações em massa verificaram-se a partir do século XV com a movimentação de Europeus e Africanos para as Américas. No último século, com as mudanças geopolíticas causadas pelas grandes guerras, descolonizações e pela queda do bloco soviético verificou-se grandes fluxos migratórios por todo mundo. Devido à grande diferença no crescimento económico e distribuição de riqueza entre países e também à globalização, actualmente continuamos a verificar uma grande pressão na migração, sendo a mesma controlada por políticas restritivas de imigração mantidas por países em todo mundo, embora em intensidades diferentes.

Segundo a OCDE (2008), em 2006, a imigração permanente para países da OCDE aumentou para cerca de quatro milhões de pessoas, um aumento de cerca de 5% face ao ano anterior. Na Europa 60% dos fluxos de imigração foram de origem europeia, e pela Figura 1 podemos ter uma visão geral dos saldos migratórios em 2008. Verificamos, como era de esperar, uma clara tendência de saída de pessoas dos países de menor nível de rendimento e de entrada de pessoas nos países maior nível de rendimento. No entanto, apesar de Portugal, Irlanda e Bósnia-Herzegovina apresentarem um saldo migratório

¹ Novos Estados Membros em 2004: Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa

FIGURA 1
Saldo migratório na Europa, 2008



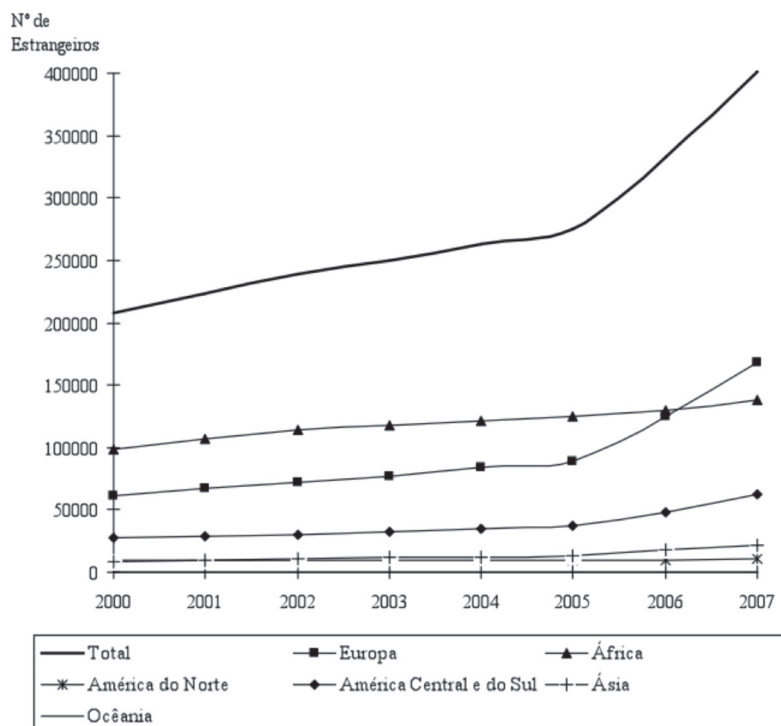
Fonte: Dados do CIA World Factbook 2008 e elaboração dos autores

Notas: O saldo migratório traduz a diferença entre o número de pessoas que entraram e o número de pessoas que saíram de um país durante o ano por cada 1000 pessoas (baseado na população a meio do ano). Um excesso de pessoas a entrar num país é referido como saldo imigratório (e.g., 3.56 migrantes/1,000 habitantes); um excesso de pessoas a sair do país como saldo emigratório (e.g., -9.26 migrantes/1,000 habitantes). O rácio saldo migratório indica a contribuição da migração para o nível geral de mudança da população.

superior a 3 migrantes por cada 1000 habitantes, os motivos são completamente diferentes. Na Irlanda a imigração deveu-se sobretudo a atractividade do mercado de trabalho, enquanto na Bósnia deveu-se sobretudo ao regresso ao país de antigos refugiados de guerra. Em Portugal a motivação não é clara, mas como a imigração tem origem principalmente nos PALOP e Brasil e também no leste europeu, podemos associar os primeiros à proximidade cultural e histórica e ainda a um mercado de trabalho relativamente aberto em relação a outros países.

Na Figura 2 podemos observar a evolução do stock de imigrantes em Portugal no período 2000-2007, desagregado por zona de origem. O crescimento mais notável é o da imigração com origem na Europa a partir de 2005 sendo que em 2006 ultrapassa a imigração com origem em África, até então o mercado de origem de imigrantes com mais expressão em Portugal.

FIGURA 2
Origem da Imigração em Portugal, 2000-2007



Fonte: Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE)

São vários os motivos que levam as pessoas a atravessar fronteiras. Segundo a International Labour Organisation (ILO) podemos agrupar os imigrantes em cinco categorias: colonos ou imigração permanente, trabalhadores por contrato, profissionais, refugiados e em asilo político e imigrantes ilegais. Berg (2004) acrescenta ainda a imigração forçada.

Apesar da crescente literatura sobre o tema, o conhecimento sobre as causas da migração e suas consequências é ainda bastante limitado. Para uma visão geral sobre o tema, o trabalho de Coppel *et al.* (2001) é uma referência no contexto da OCDE.

Os principais factores que influenciam a migração são normalmente designados por factores *Push – Pull*² [Berg (2004) apresenta também factores *Stay – Stay-Away*³]. Os factores *Push* afectam o lado da oferta da migração, nomeadamente a vontade/necessidade em emigrar. São determinantes vários

factores adversos no país origem como salários baixos, desemprego, fome, pobreza, perseguições étnicas ou religiosas, guerras civis e serviço militar obrigatório. Os factores *Pull* afectam o lado da procura de imigração no país destino e são normalmente identificados factores como salários elevados, emprego, direito de propriedade, liberdade pessoal, económica e religiosa e oportunidades de educação.

Quanto ao enquadramento teórico das causas da migração internacional, apesar da teoria não providenciar um modelo de análise completamente satisfatório, existem várias abordagens interdisciplinares mas que atribuem essencialmente as causas da migração aos factores *Push – Pull*. No estudo de Massey *et al.* (1993) é feita uma análise das abordagens em causa.

² Ver Zimmerman (1994) no contexto europeu e Vogler e Rotte (2000) para países em vias de desenvolvimento

³ Factores *Stay* são aqueles que “fixam” as pessoas no país origem (e.g. laços familiares e de amizade, o emprego e a cultura) enquanto factores *Stay-Away* são aqueles que afastam as pessoas de um eventual país destino (e.g. barreiras culturais e linguísticas, discriminação e incerteza). Berg diz-nos ainda que quando o peso dos factores *Stay – Stay-Away* é mais forte que o dos *Push-Pull* então a migração internacional não será significativa e vice-versa.

2.2 Consequências

A existência de migração implica consequências quer no país origem quer no país destino a vários níveis⁴. No cerne deste trabalho está a relação entre a migração internacional e o comércio internacional.

A literatura revela a existência de um conjunto de estudos que avaliam o impacto que a imigração tem no comércio do país de acolhimento com o país de origem, havendo no entanto incerteza quanto à magnitude desse impacto.

Para os Estados Unidos: Gould (1994) com o objectivo de provar se a ligação dos imigrantes ao respectivo país de origem melhora o comércio bilateral entre esse país e o país receptor, usou dados para os EUA e 47 parceiros comerciais, e concluiu que a imigração tem maior impacto no comércio de produtos de consumo do que em produtos intermédios e que, em geral, as exportações são mais influenciadas pela imigração do que as importações; Mundra (2005) observa os efeitos da imigração nos fluxos comerciais dos EUA, e com dados para este país e 47 parceiros comerciais conclui que imigrantes de diferentes países implicam diferentes magnitudes nos efeitos da imigração no comércio, salientando um efeito positivo em todas as importações e nas exportações de bens finais, e demonstra que os imigrantes contribuem para o comércio bilateral dos EUA em bens finais, por trazerem informações sobre os mercados e contactos dos seus países de origem; White (2008) com o objectivo de estudar os determinantes do comércio intra-indústria e os efeitos da imigração nos fluxos comerciais usa dados para os EUA e 62 parceiros comerciais, concluindo que um aumento de 10% no stock de imigrantes implica um aumento no comércio intra-indústria relativamente ao inter-indústria entre 0,43% e 2,1%, e que um aumento de 10% no stock de imigrantes é estimado que venha a aumentar a percentagem de comércio intra-indústria vertical em 2,3% e aumentar a percentagem de comércio intra-indústria horizontal em 3,5%.

No contexto da OCDE, Lewer (2004) estuda a ligação entre os fluxos migratórios e de comércio internacional bilateral usando dados para 16 países da OCDE e chega à conclusão que um aumento de 10% na percentagem de imigrantes na população implica um aumento no comércio bilateral do país origem para o país destino na ordem dos 0,04%.

Para o Canadá Wagner *et al.* (2002) estudam a ligação entre a imigração e comércio, usando dados para 5 regiões do Canada e 160 parceiros comerciais obtendo as conclusões de que a associação positiva entre migração e comércio internacional é robusta para diferentes amostras e métodos econométricos e que a magnitude dos efeitos da imigração varia consoante a amostra, grupo de imigrantes e produtos.

No seu estudo para o Reino Unido Girma e Yu (2002) têm o objectivo de testar a robustez dos efeitos da imigração no comércio internacional no Reino Unido e identificar o mecanismo subjacente a tal ligação e para tal usam dados para o Reino Unido e 48 parceiros comerciais. As suas conclusões indicam que as exportações do Reino Unido estão fortemente relacionadas com o stock de imigrantes oriundos de países não pertencentes à Commonwealth e que a ligação migração-comércio é estabelecida principalmente pelas informações trazidas pelos imigrantes do seu país origem.

Para Portugal Faustino e Leitão (2008a e 2008b) e Faustino e Peixoto (2009) testam o impacto da imigração no comércio intra-indústria e no comércio bilateral português. Faustino e Leitão (2008a e 2008b) usam dados para Portugal e para os seus parceiros comerciais da UE-15, e Faustino e Peixoto (2009) dados para os principais países de origem dos imigrantes. Ambos concluem que a imigração leva ao aumento do comércio português, quer nas importações quer nas exportações.

⁴ Ver Borjas (1994)

No que diz respeito à relação imigração - comércio internacional, como refere Gould (1994), as ligações dos imigrantes ao seu país de origem influenciam os fluxos de comércio bilateral por duas vias:

i. Os imigrantes trazem consigo a preferência pelos produtos do seu país natal, o que sugere que, não estando disponíveis nem havendo substitutos, o consumo destes produtos leva a um aumento das importações destes no país de acolhimento (via preferências).

ii. Os imigrantes trazem consigo conhecimentos, informações e contactos de mercados estrangeiros que podem levar a uma diminuição dos custos de transacção com esses mercados (como as barreiras linguísticas, custos em obter informação sobre as preferências dos consumidores e em estabelecer contactos de confiança para desenvolver acordos comerciais), o que sugere um aumento dos fluxos de importação e/ou exportação entre o país de acolhimento e o país de origem dos imigrantes (via redução de custos de transacção).

Gould (1994) refere ainda a respeito da via redução de custos de transacção, que as informações e conhecimentos trazidos pelos imigrantes podem ser mais relevantes para os bens finais do que para os bens intermédios, visto que os primeiros tendem a ser mais diferenciados pelos países. Quando os produtos são homogéneos não há grandes motivos para preferir produtos de um país específico, no entanto, quando os produtos são diferenciados, estes podem não existir no país de acolhimento o que leva à sua importação. Assim, tanto pela via preferências como pela via redução de custos de transacção há um estímulo ao comércio intra-indústria. A importância dos efeitos via redução de custos de transacção irá depender do montante inicial da informação sobre o país de origem existente no país de acolhimento e da capacidade dos imigrantes retransmitirem a informação e de integrarem as suas comunidades no

país de acolhimento, o que por sua vez pode depender do nível de educação dos imigrantes, da duração da sua estadia e do tamanho da sua comunidade.

Existe também, na literatura, a discussão se a migração do factor trabalho e o comércio são fenómenos substitutos ou complementares. O modelo de Heckscher-Ohlin prevê que o comércio é exclusivamente inter-indústria e que a migração do factor trabalho e o comércio internacional são substitutos. Ao introduzirmos fluxos migratórios no modelo, o país origem e o país destino tornam-se mais semelhantes em termos de dotação de factores, pelo que deixa de haver espaço para comércio baseado nas vantagens comparativas. Mas, se considerarmos que o comércio bilateral é maioritariamente intra-indústria, baseado na existência de economias de escala e diferenciação de produtos, verificamos uma complementaridade entre migração e comércio internacional. Assim, a relação entre migração e comércio internacional é largamente explicada por modelos de rendimentos crescentes à escala da Nova Teoria do Comércio, tal como Evenett e Keller (2002) evidenciam no seu estudo.

3. Migração e Comércio Inter-regional na União Europeia

No contexto da integração económica a União Europeia (UE) é o caso de maior sucesso. O seu processo de integração começou após a Segunda Guerra Mundial com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), estabelecida em 1951 pelo Tratado de Paris, e foi evoluindo de zona de comércio livre a união económica e monetária e de 6 para 27 países, havendo em toda a área económica liberdade de movimentação de pessoas, bens, serviços e capital, e desde 2002 em 12 dos estados membros uma moeda única, o euro⁵.

Tal como diz Marques (2008), tornando-se após 1992 o mercado único no pilar da integração Europeia, a mobilidade de factores tornou-se então numa questão importante para os estados membros já existentes e para os futuros. Como consequência

⁵ Actualmente, desde 1 de Janeiro de 2009, a zona Euro conta com 16 estados membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

e reforçando a ideia introduzida na secção 2, é necessário ver a relação entre comércio e mobilidade de factores como complementares. Num mundo de economias de escala, custos de transporte e produtos diferenciados, os fluxos de migração e de capitais que têm tido lugar no espaço da UE, têm um forte impacto no mercado de bens e serviços e no mercado de factores.

Embora a UE seja uma das zonas mais ricas do mundo, com a sua política de integração de países com padrões de vida mais baixos cria grandes disparidades entre as suas regiões em termos de rendimentos e de oportunidades. Através da política regional, a UE transfere recursos das suas regiões mais ricas para as regiões mais pobres com o objectivo de modernizar estas últimas para que possam recuperar o atraso em relação ao resto da UE. No entanto tais disparidades geram pressões migratórias para países com maiores níveis de vida (factores *Push - Pull*). A integração de Novos Estados

Membros (NEM) na área económica da UE gera através da liberdade de movimentação de pessoas, bens, serviços e capital, um impacto nos fluxos migratórios e comerciais da União.

Em 2004 a UE procedeu ao maior alargamento da sua história, integrando 10 NEM. Este acontecimento pode trazer novas evidências para o estudo da relação entre migração e comércio internacional. No entanto, salientamos que a liberalização do comércio e da migração entre os NEM e a UE15 seguiu desde cedo ritmos muito diferentes. Enquanto o comércio de bens e serviços entre a UE-15 e os NEM foi sendo liberalizado desde o início dos anos 90, sendo as exportações para a EU praticamente livre antes da adesão plena dos NEM, as medidas de transição como as restrições temporárias ao mercado de trabalho dos países da EU-15 ainda vigoram para alguns dos novos membros, como se pode verificar na Tabela 1.

TABELA 1
Restrições ao Mercado de Trabalho para os Cidadãos dos NEM-8 na UE-15

	Acesso para os trabalhadores dos NEM-8 ¹		Acesso para os trabalhadores provenientes da Bulgária e Roménia ²
	Maio 2004 a Abril 2006	Maio 2006 a Abril 2009	2007 e 2008
Alemanha	Limitado	Limitado	Limitado
Áustria	Limitado	Limitado	Limitado
Bélgica	Limitado	Limitado	Limitado
Dinamarca	Limitado	Limitado	Limitado
Espanha	Limitado	Aberto	Limitado
Finlândia	Limitado	Aberto	Aberto
França	Limitado	Limitado ³	Limitado ³
Grécia	Limitado	Aberto	Limitado
Holanda	Limitado	Aberto ⁴	Limitado
Irlanda	Aberto	Aberto	Limitado
Itália	Limitado	Aberto ⁵	Limitado ⁶
Luxemburgo	Limitado	Limitado	Limitado
Portugal	Limitado	Aberto	Limitado
Reino Unido	Aberto	Aberto	Limitado
Suécia	Aberto	Aberto	Aberto

Fonte: Comissão Europeia e www.EurActiv.com (tabela extraída de Breitenfellner et al. (2008), pp. 109)

¹ República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovénia

² O acesso dos trabalhadores destes países é também limitado nos mercados de trabalho de Malta e Hungria

³ Excluindo cuidados de saúde, transportes, construção e hotelaria

⁴ Acesso ilimitado na maioria das indústrias a partir de Abril de 2006; Acesso ilimitado em geral desde Maio de 2007

⁵ Desde Julho de 2006

⁶ Processo de acesso simplificado nalgumas indústrias

Existem diversos estudos que analisam o impacto do alargamento da União Europeia em diversas variáveis, por exemplo: Papazoglou *et al.* (2006) tentam quantificar os ganhos potenciais do comércio com a expansão da UE, Breitenfellner *et al.* (2008) analisam o impacto do alargamento da UE no investimento directo estrangeiro e nos fluxos migratórios, Chen (2004) estima os efeitos das fronteiras entre os países da UE e um enquadramento dos efeitos da integração nas teorias neoclássica e da nova economia geográfica é feito por Marques (2008). No trabalho de Marques (2008), são sintetizados vários estudos sobre técnicas de modelação para medir o impacto dos efeitos do comércio na UE.

No entanto, pouca evidência existe sobre a relação entre migração e comércio que advém do alargamento da UE. Nesse sentido, este estudo é

um contributo e analisa a relação entre imigração e comércio No contexto da integração económica dos NEM e a UE. Em concreto tenta-se observar em que medida, no contexto do alargamento das fronteiras da UE em 2004, a acumulação do stock de imigrantes oriundos dos Novos Estados Membros tem impacto, ou não, sobre as exportações Portuguesas para aqueles mercados.

Numa primeira análise à taxa de crescimento do stock de imigrantes oriundos dos estados membros da UE-25 entre 2004 e 2007, podemos observar pela Tabela 2, que genericamente em Portugal o stock de imigrantes oriundos dos NEM cresceu substancialmente acima da média registada para a UE-25.

TABELA 2

Crescimento do stock de imigrantes oriundos da UE-25 em Portugal, 2004-2007

Origem	Taxa de Crescimento do Stock de Imigrantes
Alemanha	4.21%
Áustria	3.71%
Belux	3.93%
Chipre	0.00%
Dinamarca	2.48%
Eslováquia	44.00%
Eslovénia	21.34%
Espanha	3.18%
Estónia	28.96%
Finlândia	3.16%
França	3.31%
Grécia	5.40%
Holanda	5.22%
Hungria	15.97%
Irlanda	7.81%
Itália	6.75%
Letónia	39.59%
Lituânia	50.90%
Malta	13.99%
Polónia	21.47%
Reino Unido	6.81%
Republica Checa	27.88%
Suécia	3.11%
UE-25	5.16%

Fonte: INE e cálculos dos autores

4. Modelização do Problema

4.1 O modelo gravitacional

Desde a sua primeira utilização por Tinbergen (1962), Pöyhönen (1963) e Linnemann (1966) este modelo tem sido aplicado com sucesso para analisar principalmente os fluxos de comércio agregado entre dois países, mas também para explicar determinantes como a migração, turismo, remessas de mercadorias, investimento directo, etc.

Apesar de teoricamente pobre no início, a partir da segunda metade da década de 1970 o modelo gravitacional tem vindo a ser desenvolvido, e devido ao contributo de Anderson (1979), agora pode ser derivado de diferentes modelos estruturais como o modelo Ricardiano, de Heckscher-Ohlin e da Nova Teoria do Comércio. O seu suporte teórico é discutido por Anderson (1979), Bergstrand (1985, 1989), Helpman (1987), Deardorff (1995) e Anderson e Wincoop (2001).

Segundo Gould (1994), Girma e Yu (2002) e Lewer (2004), para analisar as questões em estudo será desenvolvido um modelo gravitacional aumentado de variáveis relacionadas com o fenómeno da imigração.

De acordo com o modelo gravitacional geral do comércio, o volume de exportações entre dois países, T_{ij} , é uma função: positiva do produto da “massa” económica dos dois países, medida pelo PIB, sendo PIB_i (PIB_j) o PIB do exportador (importador); e negativa dos custos do comércio entre os países, representados pela distância entre ambos, $Dist_{ij}$,

$$T_{ij} = f [(PIB_i PIB_j) / Dist_{ij}] \quad (1)$$

$$T_{ij} = \beta_0 \cdot (PIB_i \cdot PIB_j)^{\beta_1} \cdot Dist_{ij}^{\beta_2} \cdot e^{u_{ij}} \quad (2)$$

onde u_{ij} é o termo perturbação iid. Ao usar a equação gravitacional, diversos autores acrescentam à equação (2) variáveis para controlo de condições demográficas, geográficas, linguísticas, económicas, entre outras,

$$T_{ij} = \beta_0 \cdot (PIB_i \cdot PIB_j)^{\beta_1} \cdot Dist_{ij}^{\beta_2} \cdot (PIBPC_i \cdot PIBPC_j)^{\beta_3} \cdot e^{u_{ij}} \quad (3)$$

sendo $PIBPC_i$ ($PIBPC_j$) o PIB per capita do exportador (importador) que é usado como indicador do nível de riqueza, assumindo que quanto mais rico é o país maior a probabilidade de ser mais aberto ao comércio internacional. Como estamos apenas a considerar o comércio bilateral com Portugal isoladamente em cada estimação as variáveis PIB e $PIBPC$ deste não variam consoante os parceiros comerciais, pelo que serão excluídas da equação.

Para efeitos de estimação a equação (3) é linearizada através de uma transformação duplo-logarítmica, e acrescida das variáveis dummy $Curr_{ij}$ e NEM_j que identificam se os pares de países possuem moeda única e se o país j é um Novo Estado Membro respectivamente. Se assim for as variáveis assumem valor 1, caso contrário assumem valor 0. Assim temos,

$$\ln T_{ijt} = \beta_0^* + \beta_1 \ln PIB_{jt} + \beta_2 \ln Dist_{ij} + \beta_3 \ln PIBPC_{jt} + \beta_4 Curr_{ij} + \beta_5 NEM_j + u_{ijt} \quad (4)$$

onde $\ln$ indica o logaritmo natural das variáveis.

Cada uma das variáveis da equação (4) tem efeitos nos fluxos de comércio entre os países. Os coeficientes β_1 e β_3 estão associados a variáveis de rendimento e são de esperar de sinal positivo, enquanto β_2 associado à variável distância é de esperar de sinal negativo como já observamos pelo modelo gravitacional geral. Os coeficientes associados às variáveis dummy (β_4 e β_5) são previsivelmente de sinal positivo, evidenciando que estas variáveis impulsionam o comércio. No caso específico de β_5 é esperado sinal positivo, identificando que os países i e j ainda não estão integrados economicamente, daí que a diferença de estruturas entre as economias previsivelmente leva a um fluxo comercial acima da média.

4.2 Aplicação empírica

De forma a estimar o impacto do stock de imigrantes oriundos dos países da UE no comércio intracomunitário é incluída na equação (4) a variável M_{ij} , que será desagregada em $M_{ij} \cdot EU15_j$ e $M_{ij} \cdot NEM_j$, sendo $EU15$ e NEM variáveis dummy para os países da UE-15 e para os dez NEM respectivamente, de forma a permitir a observação da elasticidade da imigração para os dois grupos de países.

No modelo deste estudo, a relação “gravitacional” subjacente é dada por:

$$T_{ij} = f(M_{ij}, X_{ij}) \quad (5)$$

sendo T_{ij} as exportações do país i para o país j , M_{ij} diz respeito ao stock de imigrantes do país j no país i , e X_{ij} identifica o vector de variáveis que influenciam o comércio bilateral entre o país i e o país j , variáveis estas que são identificadas na equação (4).

Assim, temos que a equação gravitacional específica deste estudo é:

$$\begin{aligned} \ln T_{ijt} = & \beta_0^* + \gamma_0 \ln M_{ijt} \cdot EU15_j + \\ & + \gamma_1 \ln M_{ijt} \cdot NEM_j + \beta_1 \ln PIB_{jt} + \\ & + \beta_2 \ln Dist_{ij} + \beta_3 \ln PIBPC_{jt} + \\ & + \beta_4 Curr_{ij} + \beta_5 NEM_j + \delta_t + u_{ijt} \end{aligned} \quad (6)$$

onde:

T_{ijt} são as exportações (em dólares) do país i para o país j no período t ;

M_{ijt} é o stock de imigrantes no país i oriundos do país j no período t ;

$EU15_j$ e NEM_j são variáveis dummy que identificam se o país j pertence à União Europeia a 15 ou a um dos 10 Novos Estados Membros respectivamente;

PIB_{jt} representa o PIB (PPP, em dólares de 2005) do país j no período t ;

$PIBPC_{jt}$ representa o PIB per capita (PPP, em dólares de 2005) do país j no período t ;

$Dist_{ij}$ representa a distância (em quilómetros) entre as capitais do país i e j respectivamente;

$Lang_{ij}$ ⁶ e $Curr_{ij}$ são variáveis dummy que identificam se os países i e j possuem língua oficial comum e se têm a mesma moeda oficial respectivamente.

δ_t é a soma dos efeitos fixos temporais

Como já foi referido, vão ser testados para a Portugal os efeitos que a acumulação do stock de imigrantes (oriundos apenas de países da UE) originados pelo alargamento das fronteiras tem no comércio entre os países da UE, mais concretamente se a acumulação do stock de imigrantes oriundos dos NEM tem impacto, ou não, sobre as exportações de Portugal para aqueles mercados.

Segundo Egger (2000), serão utilizados dados em painel, sendo o período dos dados de 1995 a 2007. Os dados em painel tem 299 observações (1 x 23 x 13). No tratamento dos dados a Bélgica e o Luxemburgo foram agregados num só, devido à pequena dimensão do último⁷.

Segundo Girma e Yu (2002), não foram usados efeitos fixos específicos de cada país no modelo, de forma a identificar melhor o impacto dos regressores que não variam com o tempo, como a distância ($Dist_{ij}$), e também de forma a não penalizar os resultados das variações no comércio e imigração entre os países. Foram usados efeitos fixos temporais de forma a capturar outros factores que influenciam as exportações do país i para o país j .

4.3 Resultados

Os resultados da estimação da equação 6 são apresentados na tabela 3. As variáveis “PIB” e “PIB per capita” do país importador apresentam os sinais esperados, indicando que estas variáveis influenciam positivamente as exportações Portuguesas. Na variável “Distância” também é alcançado o sinal esperado, a distância influencia negativamente as exportações.

Quanto às variáveis dummy: a variável “Moeda única” não apresenta o sinal esperado e não é estatisticamente significativa. Este facto pode ser explicado pelo período da implementação da moeda única ser demasiado pequeno (apenas 6 anos) não influenciando ainda as exportações; a variável “Novo Estado Membro” apresenta o sinal esperado e é estatisticamente significativa, demonstrando um ajustamento económico entre os NEM e Portugal. Este facto faz com que as exportações sejam relativamente maiores para estes países. Ceteris

⁶ Esta variável dummy só é aplicada na equação para a Alemanha, pois na Europa Portugal e Dinamarca não partilham a sua língua oficial com nenhum outro país.

⁷ Fontes dos dados disponíveis no Anexo A

paribus, as exportações portuguesas para os NEM são aproximadamente 63% ($e^{0.49}-1=0.63$) maiores do que para os países da UE15.

Este estudo é direccionado para a questão da imigração, logo a análise mais importante é a das variáveis “Stock de Imigrantes”. A variável “Stock de Imigrantes . EU15” apresentou sinal positivo e é estatisticamente significativa. O coeficiente 0.43 sugere que um aumento de 10% no stock de imigrantes oriundos da EU15 aumenta as exportações portuguesas em cerca de 4.3%. Também a variável “Stock de Imigrantes . NEM” apresentou sinal positivo e é estatisticamente significativa. Apresentou o coeficiente 0.41, sugerindo que um aumento de 10% no stock de imigrantes oriundos dos NEM aumenta as exportações de Portugal em cerca de 4.1% para aqueles mercados.

5. Conclusão

Com este estudo foi pretendido observar em que medida, no contexto da adesão de novos países à UE, a acumulação do stock de imigrantes oriundos dos Novos Estados Membros (NEM) tem impacto, ou não, sobre as exportações Portuguesas para aqueles mercados. Para tal foi usada uma equação gravitacional acrescida da variável stock de imigrantes que foi desagregada em EU15 e NEM, de forma a permitir a observação da elasticidade da imigração para estes dois grupos de países.

Este estudo para Portugal confirma a hipótese de que a presença de imigrantes tem um impacto positivo nas exportações do país receptor para o país de origem da imigração, reforçando assim os resultados alcançados por outros estudos já citados.

TABELA 3

Resultados da estimação do impacto do stock de imigrantes nas exportações Portuguesas para a UE-25

Variável	Exportações Portuguesas para a UE-25	Sinal Esperado
Constante	-7.53***	
	(-2.68)	
Stock de Imigrantes . EU15	0.43***	+
	(9.14)	
Stock de Imigrantes . NEM	0.41***	+
	(7.69)	
PIB	0.48***	+
	(8.15)	
PIB per capita	1.32***	+
	(7.71)	
Distância	-0.27***	-
	(-2.65)	
Moeda única	0.01	+
	(0.11)	
Novo Estado Membro	0.49***	+
	(2.69)	
R ² ajustado	0.95	

Fonte: ***, ** e * indicam que os coeficientes estimados são estatisticamente significativos a 1, 5 e 10 % respectivamente; As estatísticas t são apresentadas entre parêntesis; Variáveis dummy temporais foram usadas em todas as regressões.

Um aumento de 10% no stock de imigrantes oriundos da EU15 aumenta as exportações Portuguesas em cerca de 4.3%, e um aumento de 10% no stock de imigrantes oriundos dos NEM aumenta as exportações portuguesas em cerca de 4.1%.

Os resultados fortalecem a teoria descrita na secção 2, no sentido em que, via redução de custos de transacção, um aumento no stock de imigrantes aumenta o volume de exportações do país destino para o país origem. Os resultados sugerem também que a imigração favorece e reforça a integração económica via comércio.

A questão das implicações da política de imigração no comércio será tema a explorar num trabalho futuro, num âmbito mais alargado. É pretendido também em trabalhos de investigação futuros alargar o estudo no âmbito da UE ao impacto do stock de imigrantes nas importações e realizar o estudo para um número mais alargado de países.

Referências Bibliográficas

- Anderson, J.E. (1979). "A Theoretical Foundation for the Gravity Equation." *American Economic Review*, Vol. 69, No. 1, pp. 106-116.
- Anderson, J.E., e E.V. Wincoop (2001). "Gravity with Gravitas: A Solution to the Border Puzzle." National Bureau for Economic Research Working Paper, No. 8079.
- Berg, H.V. den (2004), *International Economics*. McGraw-Hill
- Bergstrand, J.H. (1985). "The Gravity Equation in International Trade: Some Microeconomic Foundations and Empirical Evidence." *The Review of Economics and Statistics*, Vol. 67, pp. 474-81.
- Bergstrand, J.H. (1989). "The Generalized Gravity Equation, Monopolistic Competition, and the Factor-Proportions Theory in International Trade." *The Review of Economics and Statistics*, Vol. 71, pp.143-53.
- Borjas, G.J. (1994). "The economics of immigration." *Journal of Economic Literature*, Vol. 32, No. 4.
- Breitenfellner, A., J.C. Cuaresma, P. Mooslechner, e D.R. Grünwald (2008). "The Impact of EU Enlargement in 2004 and 2007 on FDI and Migration Flows Gravity Analysis of Factor Mobility." *Monetary Policy and the Economy*, 2nd Quarter 2008, pp. 101-120.
- Chen, N. (2004). "Intra-national versus International Trade in the European Union: Why Do National Borders Matter?" *Journal of International Economics*, Vol. 63, No. 1, pp. 93-118, May 2004.
- Coppel, J., J. Dumont, e I. Visco (2001). "Trends in Immigration and Economic Consequences." OECD Economics Department Working Papers, No. 284, OECD Publishing.
- Deardorff, A.V. (1995). "Determinants of Bilateral Trade: Does Gravity Work in a Neoclassical World?" National Bureau for Economic Research Working Paper, No. 5377.
- Egger, Peter (2000). "A note on the proper econometric specification of the gravity equation." *Economics Letters* 66, pp. 25-31.
- Evenett, S.J., e W. Keller (2002). "On Theories Explaining the Success of the Gravity Equation." *Journal of Political Economy*, Vol. 110, No. 2, pp. 281-316.
- Faustino, H., e N. Leitão (2008a). "Using the Gravity Equation to Explain the Portuguese Immigration-trade Link." Instituto Superior de Economia e Gestão Working Papers, No. 12/2008.
- Faustino, H., e N. Leitão (2008b). "Immigration and Trade in Portugal: A Static and Dynamic Panel Data Analysis." Instituto Superior de Economia e Gestão Working Papers, No. 31/2008.
- Faustino, H., e J. Peixoto (2009). "Immigration-Trade Links: The Impact of Recent Immigration on Portuguese Trade." Instituto Superior de Economia e Gestão Working Papers, No. 36/2009.
- Gould, D.M. (1994). "Immigrant Links to the Home Country: Empirical Implications for U.S. Bilateral Trade Flows." *Review of Economics and Statistics*, Vol. 76, Iss. 2, pp. 302-16.
- Girma, S., e Z. Yu (2002). "The Link between Immigration and Trade: Evidence from the United Kingdom." *Weltwirtschaftliches Archiv/Review of World Economics* 138, No. 1, pp. 115-130.
- Helpman, E. (1987). "Imperfect Competition and International Trade: Evidence from Fourteen Industrial Countries." *Journal of the Japanese and International Economies*, Vol. 1, No. 1, pp. 62-81.
- Lewer, J.J. (2004). "The Impact of Immigration on Bi-lateral Trade: OECD Results from 1991-2000." *Southwestern Economic Review*, Vol. 33, Iss. 1, pp.9-22.
- Linnemann, H. (1966). *An Econometric Study of International Trade Flows*, Contributions to economic analysis, 42, Amsterdam, North-Holland Pub. Co.
- Marques, H. (2008). "Trade and Factor Flows in a Diverse EU: What Lessons for the Eastern Enlargement(s)?" *Journal of Economic Surveys*, Vol. 22, No. 2, pp. 364-408.
- Massey, D.S., J. Arango, G. Hugo, A. Kouaouci, A. Pellegrino, e J.E. Taylor (1993). "Theories of International Migration: A Review and Appraisal." *Population and Development Review*, Vol. 19, No. 3, pp. 431-466.
- Mundra, K. (2005). "Immigration and International Trade: A Semiparametric Empirical investigation." *Journal of International Trade & Economic Development*, Vol. 14, No. 1, pp. 65 – 91.



OECD (2008). *International Migration Outlook*, Paris

Papazoglou, C., E.J. Pentecost, e H. Marques (2006). "A Gravity Model Forecast of the Potential Trade Effects of EU Enlargement: Lessons from 2004 and Path-Dependency in Integration." *World Economy*, Vol. 29, No. 8, pp. 1077-1089.

Pöyhönen P. (1963). "A Tentative Model for the Volume of Trade between Countries." *Weltwirtschaftliches Archiv*, Vol. 90, pp. 93-99.

Tinbergen, J. (1962). *Shaping the World Economy. Suggestions for an International Economic Policy*. New York: Twentieth Century Fund

Vogler, M. e R. Rotte (2000). "The Effects of Development on Migration: Theoretical Issues and New Empirical Evidence." *Journal of Population Economics*, Vol. 13, No. 3, pp. 485-508.

Wagner, D., K. Head, e J. Ries (2002). "Immigration and the Trade of Provinces." *Scottish Journal of Political Economy*, Vol. 49, No. 5, pp. 507-525.

White, R. (2008). "Exploring a US Immigrant-Intra-industry Trade Link." *Eastern Economic Journal*, Vol. 34, pp. 252-262.

Zimmermann, K.F. (1994). "European migration: push and pull.", in *Proceedings Volume of the World Bank Annual Conference on Development Economics*, supplement to the World Economic Review and the World Bank Research Observer

ANEXO A
dados

Variável	Origem dos Dados
T_{ijt} – exportações f.o.b. (em dólares)	IMF – Direction of Trade Statistics
M_{ijt} – stock de imigrantes (em pessoas)	Instituto Nacional de Estatística (INE)
PIB_{jt} – PIB (PPP, em dólares de 2005)	Base de Dados Chelem INT
$PIBPC_{jt}$ – PIB per capita (PPP, em dólares de 2005)	
$Dist_{ij}$ – distância entre capitais (em quilómetros)	www.indo.com/distance
$Curr_{ij}$ – moeda oficial	CIA World Factbook 2008

INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES: DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE APOIO À DECISÃO

Emília Malcata Rebelo - CITTA - E-mail: emalcata@fe.up.pt

Resumo:

Neste artigo são apresentados o enquadramento, objectivos, resultados e conclusões do projecto de investigação "Planeamento Urbano para a Integração de Imigrantes"¹. Propõe-se uma abordagem metodológica e desenvolve-se um sistema integrado e interactivo de apoio à decisão – aplicado à Área Metropolitana do Porto - que permite caracterizar os padrões de uso residencial do solo por diferentes grupos de imigrantes, e prevê a localização de novos imigrantes que chegam ao território em estudo, e respectiva evolução. Atendendo às estratégias de desenvolvimento regional, este sistema permite delinear políticas que melhorem o acolhimento e a integração sócio-económica e profissional dos diferentes grupos populacionais, que se podem traduzir quer na provisão de habitação, infraestruturas, equipamentos e empregos, quer no desenvolvimento de mecanismos de governância, numa envolvente sustentável.

Palavras-chave: Integração de imigrantes; padrões de povoamento; sistemas de informação de gestão; modelos de apoio à decisão; árvores de decisão; sistemas de informação geográfica

Códigos JEL: C8; R14; R23; e R58

Abstract:

In this article are presented the framework, goals, results and conclusions of the research project "Urban Planning for Immigrant Integration"². A methodological approach is proposed, and an integrated and interactive decision-support system is developed – applied to the Oporto Metropolitan Area – that accounts for the characterization of the patterns of residential land use by different groups of immigrants, and anticipates the location of new incomers, and respective evolution. Considering regional development strategies, this system supports the definition of policies that improve immigrants' welcome and socio-economic and professional integration, that may translate either through the provision of housing, infrastructures, equipments and jobs, or through the development of governance devices, within a sustainable environment.

Keywords: Integration of immigrants; settlement patterns; management information systems; decision-support models; decision trees; geographic information systems

JEL Codes: C8; R14; R23; and R58

¹ Projecto IME/AUR/49901/2003, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Project IME/AUR/49901/2003, financed by Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

1. Enquadramento e objectivos

As actuais tendências de globalização e os fluxos internacionais de pessoas exercem impactos directos sobre os objectivos económicos e os sistemas produtivos, por um lado, e sobre os comportamentos dos indivíduos e das comunidades, por outro, nomeadamente no que se refere aos seus padrões de localização e de povoamento. A articulação entre as prioridades estabelecidas pelas políticas de planeamento nacionais, regionais e urbanas, e a necessidade de recorrer aos imigrantes para assegurar a sustentabilidade demográfica³ e sócio-económica dos países e das regiões chamam, assim, a atenção para a importância de estratégias claras no sentido da atracção, localização, distribuição, e integração de imigrantes. Isto é especialmente relevante no norte de Portugal, que se caracteriza, em grande parte, por um tecido produtivo envelhecido e em declínio, sendo a presença dos imigrantes cada vez mais relevante.

Neste enquadramento, o principal objectivo deste artigo consiste na definição de uma metodologia e no desenvolvimento de um modelo de apoio à decisão que permitam (i) caracterizar e analisar os padrões de uso residencial do solo por diferentes grupos de imigrantes, atendendo às suas características demográficas, económicas e profissionais, e (ii) articular os objectivos sócio-económicos e territoriais com os objectivos dos próprios imigrantes, proporcionando-lhes boas condições de vida e de trabalho. Este modelo – que utiliza a metodologia das árvores de decisão – baseia-se num potente sistema de informação de gestão metropolitana, e ajusta-se permanentemente às realidades metropolitanas prevaletentes em cada momento, o que lhe confere grande flexibilidade, e reforça as suas funcionalidades de monitorização, simulação e previsão.

2. Enquadramento teórico

As principais preocupações e orientações referentes aos imigrantes e às minorias étnico-culturais⁴, traduzidas no estado da arte da literatura sobre planeamento, referem-se, nomeadamente: (i) aos impactos dos processos de globalização e dos fluxos internacionais de pessoas sobre os sistemas políticos e de planeamento (Myers, 1999; Ellis, 2001; Garbaye, 2002), (ii) à importância dos imigrantes para a sustentabilidade regional (Stoll et al., 2002), (iii) às relações entre as estratégias, instrumentos e práticas de planeamento e a integração dos imigrantes (Andersen e Van Kempen, 2003; Van Beckhoven e Van Kempen, 2006; Van Marissing et al., 2006), e (iv) às interações entre os imigrantes e as características da sua envolvente residencial (Peach, 1998; Cameron, 2000).

Os países europeus e as suas regiões deparam-se com uma crescente competição a nível global, e caracterizam-se frequentemente por condições de declínio económico, pelo envelhecimento das populações nativas, e por fluxos migratórios para territórios mais desenvolvidos. Estas tendências orientam a localização ou realocação dos investimentos⁵, modelam as características das economias locais, e influenciam o comportamento e as atitudes das pessoas e das comunidades, nomeadamente no que se refere aos seus padrões de povoamento. Neste âmbito, as preocupações centrais do planeamento⁶ centram-se na sustentabilidade, competitividade e inovação territorial, e na promoção do crescente envolvimento dos agentes económicos e sociais na definição e implementação de políticas de planeamento.

A integração sociológica e a participação de grupos étnico-culturais assenta num conjunto complexo de inter-relações entre os poderes central e local, e nos estilos particulares de governância de cada cidade (Garbaye, 2002). Os imigrantes requerem, frequentemente, um conjunto específico de serviços comunitários, nomeadamente boas condições de

³ Em 2005 a taxa de fertilidade em Portugal correspondia a 1.4 crianças por mulher em idade fértil, sendo necessárias 2.1 para assegurar a substituição geracional (Fonseca, 2007).

⁴ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, um grupo étnico-cultural é uma comunidade de indivíduos que partilham características comuns (tais como a origem familiar e a linguagem) e que vivem numa sociedade com características culturais diferentes.

⁵ Para destinos em que a mão de obra é mais barata, procurando novas qualificações, e encorajando novas iniciativas de negócio.

⁶ Expressas na Agenda territorial e urbana europeia.

acesso à habitação e ao emprego, e mesmo algumas características morfológicas e tipológicas específicas nas vizinhanças dos locais onde residem (Myers, 1999). Os diferentes sistemas de planeamento, (em diferentes enquadramentos institucionais e políticos) têm abordado estas necessidades dos imigrantes de formas distintas, de acordo com as condições contingentes a cada cidade (Ellis, 2001). As diferenças étnicas e linguísticas têm sido, assim, incorporadas na forma como o planeamento lida com os diferentes grupos étnico-culturais, no modo como condiciona o layout morfológico e tipológico dos espaços, e no incentivo ao envolvimento dos diferentes grupos na implementação de políticas (Dekker e Van Kempen, 2004; Van Beckhoven e Van Kempen, 2006; Van Marissing et al., 2006; Fonseca, 2007; Musterd e Van Kempen, 2007).

As economias urbanas, os mercados habitacional e de trabalho, a mobilidade sócio-económica, os processos de aculturação, e as próprias características e redes sociais dos imigrantes são as principais razões explicativas dos respectivos padrões residenciais (Massey, 1990; Teixeira e Murdie, 1997; Fonseca, 1999, Fonseca et al., 2002; Malheiros, 2002; Peach, 2002; Musterd e Van Kempen, 2007; Arbaci, 2008). No entanto, estes padrões são influenciados pela assimilação espacial (Massey, 1990), pela estratificação localizacional (Logan et al., 1996), e pelos próprios comportamentos dos nativos (Logan, 2006). Em Portugal (tal como nos Estados Unidos da América ou no Brasil) são prevaletentes os modelos sociológicos multiculturalistas (Ellis, 2001), que defendem que os direitos básicos são os mesmos para todos, e que a diversidade é um complemento sinérgico e não uma ameaça. Estes modelos assentam numa forte herança histórica de amizade entre diferentes povos, em diversas envolventes e contextos culturais. Os processos de assimilação emergem quando novos grupos entram para uma dada sociedade, são progressivos e duram, geralmente apenas o tempo necessário para os indivíduos superarem as diferenças linguísticas e culturais, e entrarem nas redes de apoio étnico e comunicacional.

3. Estudo de caso

3.1 Breve descrição da situação dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto

De acordo com os dados dos últimos censos populacionais, em 2001 residiam na Área Metropolitana do Porto 1.208.026 pessoas, representando os imigrantes⁷ cerca de 4.2% da população. Do total de imigrantes, 53% provinham de países africanos de expressão oficial portuguesa, 19.9% de países ocidentais da Europa (principalmente França, Alemanha, Espanha e Itália), 14.1% de outros países estrangeiros (sendo de realçar os 5.3% da Venezuela e os 3.2% da África do Sul), 11.1% do Brasil, e 1.9% de países do leste europeu (principalmente Ucrânia e Rússia) (Rebelo e Paiva, 2006).

Nesta área metropolitana trabalham no sector terciário de actividade económica 73.1% do total dos trabalhadores imigrantes e 62% dos trabalhadores nativos; sendo as percentagens homólogas de 26.3% e 36.2%, no sector secundário, e 0.6 % e 1.8 % no sector primário respectivamente.

No que se refere aos grupos profissionais, 45.1% dos trabalhadores imigrantes pertencem aos grupos profissionais superiores – quadros superiores da administração pública; dirigentes e quadros superiores de empresas; e especialistas das profissões intelectuais e científicas, enquanto que apenas 27.6% dos nativos pertencem a estes grupos. O grupo profissional mais representado entre os imigrantes são os especialistas intelectuais e científicos (19.4%), enquanto que o grupo profissional mais representativo dos nativos neste espaço territorial são os operários, artífices e trabalhadores similares (21.3%).

3.2 Breve descrição da metodologia

A metodologia proposta na pesquisa relatada neste artigo consiste na seguinte sucessão de passos: (1) estabelecimento de um sistema de informação de gestão metropolitano relativo às características demográficas, económicas e profissionais de diferentes grupos de imigrantes, (2) identificação das

⁷ Neste artigo utiliza-se o conceito de “imigrante permanente” (INE, 2001): pessoa que, no período de referência de um ano, entrou num determinado país com o propósito de aí permanecer durante mais de um ano, e que previamente viveu num país estrangeiro durante mais de um ano.

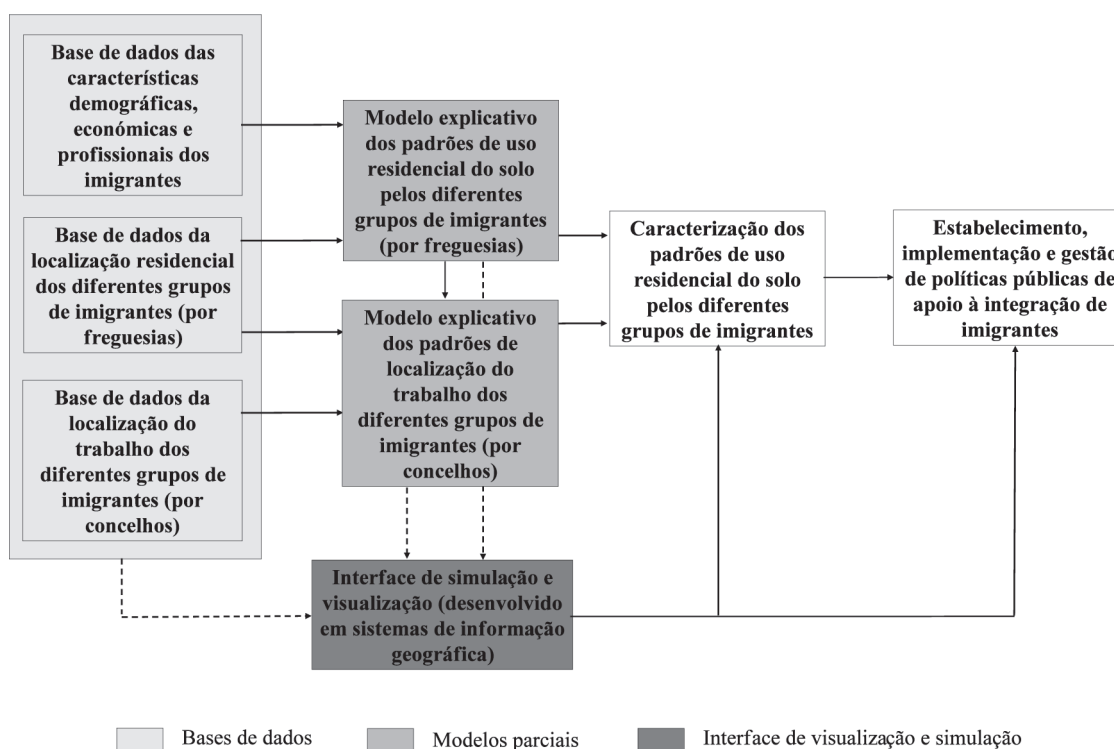
vantagens da metodologia proposta em comparação com outros métodos de análise mais tradicionais, (3) desenvolvimento de um modelo integrado e interactivo que permite identificar a freguesia de residência e o concelho de trabalho de diferentes grupos de imigrantes (de acordo com as suas características demográficas, económicas e profissionais), (4) desenvolvimento e aplicação de um interface de simulação e visualização em sistemas de informação geográfica, (5) proposta e discussão dos padrões de uso do solo por diferentes grupos de imigrantes, (6) conclusões e implicações para as estratégias, políticas e medidas de planeamento. A metodologia seguida é apresentada resumidamente no seguinte organigrama (Figura 1):

3.3 Desenvolvimento do sistema de informação de gestão

No sentido do desenvolvimento do modelo relatado neste artigo, foi montado um sistema de informação de gestão metropolitana, constituído por três bases de dados: uma das características demográficas, económicas e profissionais dos imigrantes, outra da sua localização residencial, e outra da localização do seu trabalho. De modo a analisar correctamente os principais grupos de imigrantes que vivem na área Metropolitana do Porto, estes resultados foram agrupados por países ou grupos de países: da Europa ocidental, Brasil, países africanos de expressão oficial portuguesa, países do leste europeu, Venezuela e África do Sul⁸.

FIGURA 1

Modelo integrado e interactivo de análise dos padrões de uso residencial do solo pelos imigrantes na Área Metropolitana do Porto



Fonte: Autora

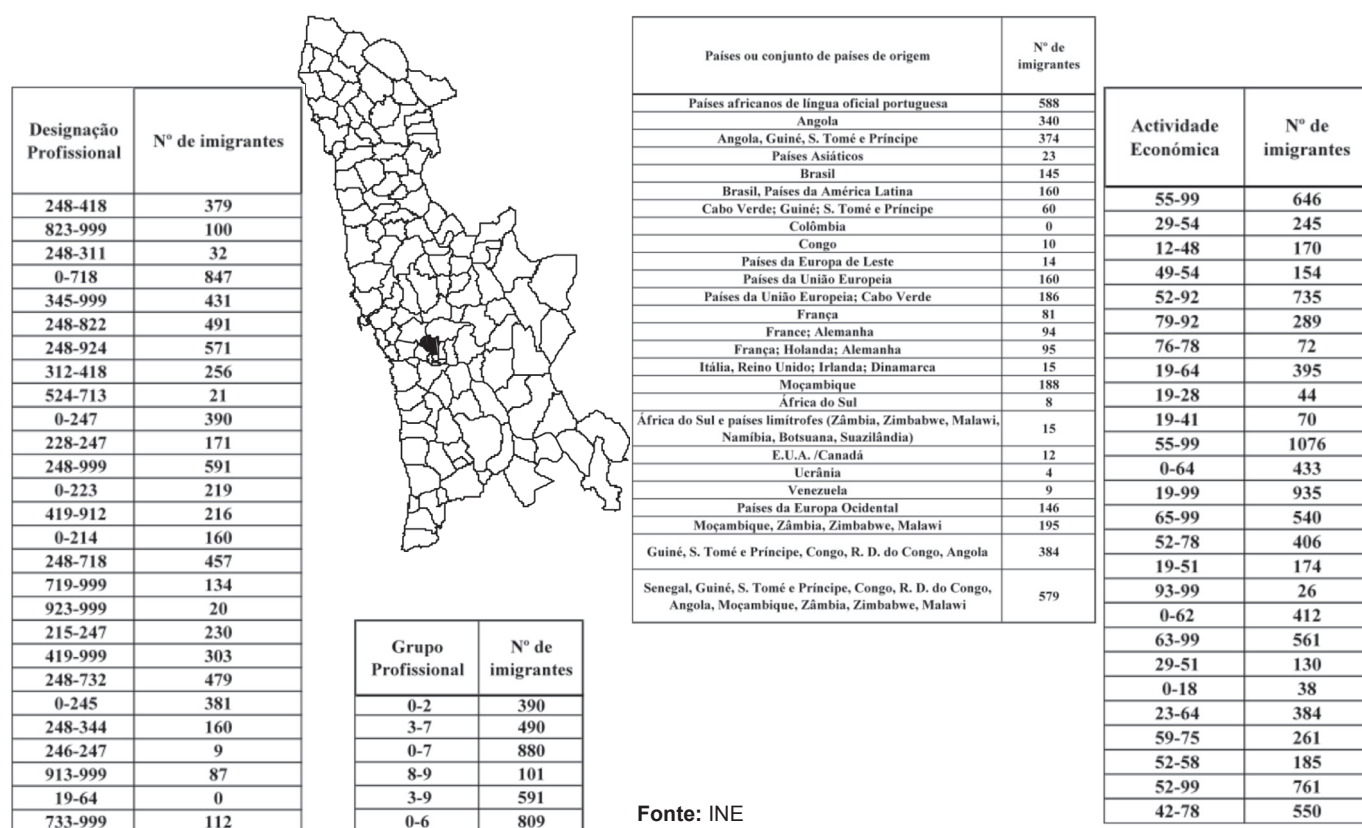
⁸ A Venezuela e a África do Sul são os países mais representativos do grupo genérico “outros países de origem”, cujos indicadores diferem significativamente entre si.

Estas três bases de dados iniciais resultam do tratamento e cruzamento da informação recolhida dos censos populacionais (Instituto Nacional de Estatística, 2001)⁹. A informação recolhida refere-se ao país de origem dos imigrantes¹⁰, ao concelho e freguesia de residência, e às características económicas - actividade económica¹¹ - e profissionais - grupo profissional¹², designação profissional¹³, e situação perante o emprego¹⁴. No entanto, este sistema de informação de gestão metropolitana

poderá ser alimentado – em intervalos regulares de tempo - ou por dados inter-censitários (da responsabilidade do INE) ou através da recolha da informação referente às variáveis seleccionadas, realizada por outras pessoas ou entidades. Esta informação está associada cartograficamente a cada freguesia, sendo os valores de cada variável agrupados por classes, que foram escolhidas de forma a facilitar a gestão territorial (Figura 2):

FIGURA 2

Exemplo da informação sobre imigrantes associada à freguesia de Cedodeita, do concelho do Porto



Fonte: INE

⁹ As principais vantagens decorrentes da utilização da informação censitária referem-se ao facto da informação ser exaustiva e sistematizada, cobrindo todos os indivíduos (nativos e imigrantes) residentes na Área Metropolitana do Porto; trata-se de informação fiável uma vez que é validada por uma instituição estatal; e permite a comparação dos valores das variáveis entre diferentes momentos, entre diferentes freguesias ou concelhos, e entre diferentes grupos populacionais. A principal desvantagem da utilização desta fonte resulta do facto de subestimar os imigrantes ilegais.

¹⁰ Notação de acordo com a classificação de países adoptada pelo Instituto Nacional de Estatística.

¹¹ Notação de acordo com a classificação das actividades económicas adoptada pelo Instituto Nacional de Estatística.

¹² De acordo com a notação do Instituto Nacional de Estatística, os grupos profissionais são: membros das forças armadas; quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas; especialistas das profissões intelectuais e científicas; técnicos e profissionais de nível intermédio; pessoal administrativo e similares; pessoal dos serviços e vendedores; agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; operários, artífices e trabalhadores similares; operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; e trabalhadores não qualificados.

¹³ Notação de e acordo com a classificação nacional de profissões adoptada pelo Instituto Nacional de Estatística.

¹⁴ De acordo com a notação do Instituto Nacional de Estatística, a situação perante o emprego pode ser empregado ou desempregado.

3.4 Vantagens do modelo proposto relativamente às análises tradicionais

Normalmente utilizam-se metodologias de regressão, análise em factores principais e análise de clusters no estudo e caracterização dos padrões gerais de povoamento, bem como na identificação das variáveis relevantes subjacentes. A análise em factores principais permite a identificação dos padrões de diferenciação, a análise de clusters aponta as características de homogeneidade dos povoamentos, enquanto que a análise de regressão possibilita a modelação funcional dos padrões de povoamento a partir das variáveis identificadas como relevantes em cada caso concreto. Neste artigo propõe-se um abordagem metodológica e um modelo inovadores, que complementam as análises tradicionais, podendo ser facilmente aplicados e generalizados a outras realidades metropolitanas e urbanas. O modelo integrado e interactivo de apoio à decisão baseia-se na metodologia das árvores de decisão, e possui um interface de simulação e visualização cartográfica, que assenta em sistemas de informação geográfica. A modelação através de árvores de decisão¹⁵ permite: (i) analisar os padrões de povoamento em localizações focalizadas e pontuais, e a respectiva evolução, (ii) acompanhar e monitorizar as variáveis subjacentes aos padrões de povoamento dos diferentes grupos populacionais, (iii) prevêr os padrões de localização futura de imigrantes que cheguem a este espaço territorial, e (iv) operacionalizar a análise destes padrões melhorando, portanto, os processos de planeamento e de gestão. Este modelo é flexível (e não-determinístico), dinâmico e proactivo, uma vez que assenta num forte sistema de informação de gestão metropolitana, capaz de incluir informação nova e actualizada. Sendo assim, as árvores de decisão podem ser redefinidas em cada momento, de acordo com os correspondentes valores das variáveis subjacentes. Adicionalmente, o interface de simulação e visualização permite: (i) a representação cartográfica dos padrões de povoamento dos diferentes grupos étnico-culturais, das características populacionais e profissionais que lhes estão subjacentes, e das características morfológicas e tipológicas do

território¹⁶, e respectiva evolução, e (ii) a simulação de políticas públicas alternativas referentes à atracção/distribuição de imigrantes, avaliando os seus impactos previsíveis sobre os padrões de povoamento (em termos territoriais, profissionais e sociais). Esta funcionalidade de simulação e visualização cartográfica permite a sobreposição dos padrões de povoamento de diferentes grupos de imigrantes com mapas contendo as características morfológicas, tipológicas e os usos funcionais do solo, incluindo a distribuição territorial dos edifícios e das redes de infraestruturas, comunicações e transportes (Massey e Denton, 1988; Rebelo, 2009). A sobreposição desta informação permite, assim, identificar localizações estratégicas para determinados investimentos e/ou empreendimentos.

3.5 Desenvolvimento do modelo e resultados

Atendendo ao impacto das razões profissionais nos fluxos migratórios, o modelo integrado e interactivo aqui desenvolvido considera um conjunto de variáveis representativas das características demográficas (país de origem), territoriais (freguesia de residência), económicas (actividade económica), e profissionais (grupo profissional, designação profissional, e situação perante o emprego) dos imigrantes em cada momento (Rebelo e Paiva, 2006). A variável “país de origem” inclui, em cada momento, as características demográficas e sociológicas dos diferentes grupos de imigrantes, traduzindo os respectivos processos de assimilação espacial e de integração. A variável “freguesia de residência” tem associados, em cada momento, a organização territorial e de planeamento, os factores físicos e sociológicos representativos da morfologia urbana, da tipologia do edificado e das características das vizinhanças, bem como as características dos mercados habitacionais. O uso deste conjunto de variáveis permite que este modelo seja sensível às necessidades e disponibilidades do mercado de trabalho; conferindo ao planeador/decisor uma maior margem de manobra, através do uso e da gestão de informação mais completa e detalhada¹⁷.

¹⁵ As metodologias de árvores de decisão são usadas mais frequentemente nos ramos das ciências exactas, mas não com tanta frequência nas áreas das ciências sociais e do planeamento.

¹⁶ Esta informação é introduzida exogenamente ao modelo.

¹⁷ Neste sentido, o uso de diversos indicadores profissionais reforça a quantidade e a qualidade da informação, não se correndo o risco desta informação ser em excesso, já que não se estão a usar modelos de regressão.

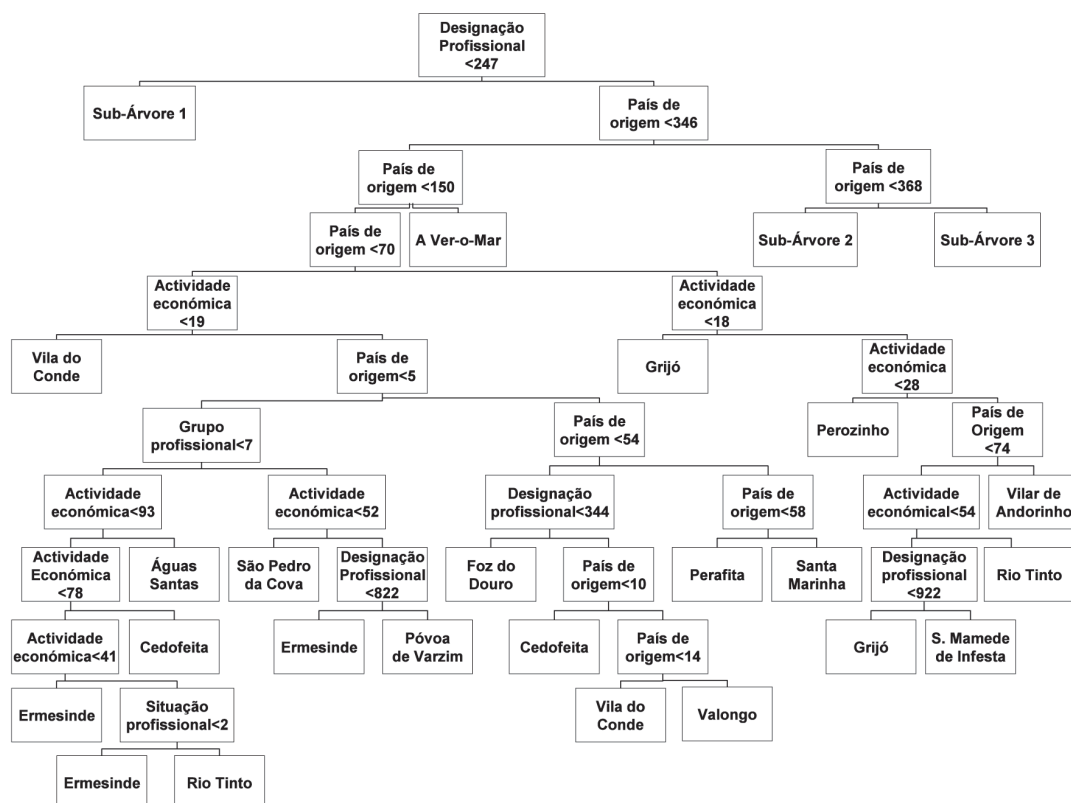
Atendendo a que no raciocínio subjacente às decisões de localização dos imigrantes existe uma forte relação entre os locais de residência e de trabalho, e como os imigrantes provavelmente preferem viver junto das suas famílias ou de outros compatriotas (quer devido aos seus laços, quer devido à actuação das redes de acolhimento e integração de imigrantes), o local de residência vai ser modelado em primeiro lugar. Assim desenvolve-se, para cada momento, uma árvore de decisão que permite identificar a freguesia de residência de diferentes imigrantes ou grupos de imigrantes, de acordo com as suas características demográficas, económicas e profissionais (Rebelo e Paiva, 2006).

Seguidamente efectua-se o design de outra árvore de decisão que identifica o local de trabalho como função da freguesia de residência, do país de origem, e da situação perante o emprego.

O programa computacional desenvolvido começa por identificar a dimensão da árvore de custo mínimo¹⁸, e depois desenvolve a árvore de decisão que caracteriza os padrões de povoamento dos imigrantes (Figura 3).

Seguidamente, o programa escolhe a dimensão da árvore de custo mínimo e desenvolve a árvore que permite identificar os padrões de localização do trabalho (Figura 4).

FIGURA 3
Árvore de decisão (e sub-árvores 1, 2 e 3) que permite identificar as freguesias de residência dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto



¹⁸ Considerando que a dimensão da árvore é dada pelo respectivo número de folhas ($size(T_0)$), e que $R(T)$ é uma medida calculada a partir da soma das contribuições das folhas de uma determinada árvore, então designa-se por árvore de custo mínimo a sub-árvore T_0 da árvore T que minimiza a expressão $R_a(T_0) = R(T_0) + a \cdot size(T_0)$. A selecção da árvore de custo mínimo baseia-se numa sucessão de árvores de decisão e respectivos custos. Nesta pesquisa foi utilizado o software MATLAB na programação das árvores de custo mínimo.

FIGURA 3 (CONT.)

Árvore de decisão (e sub-árvores 1, 2 e 3) que permite identificar as freguesias de residência dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto

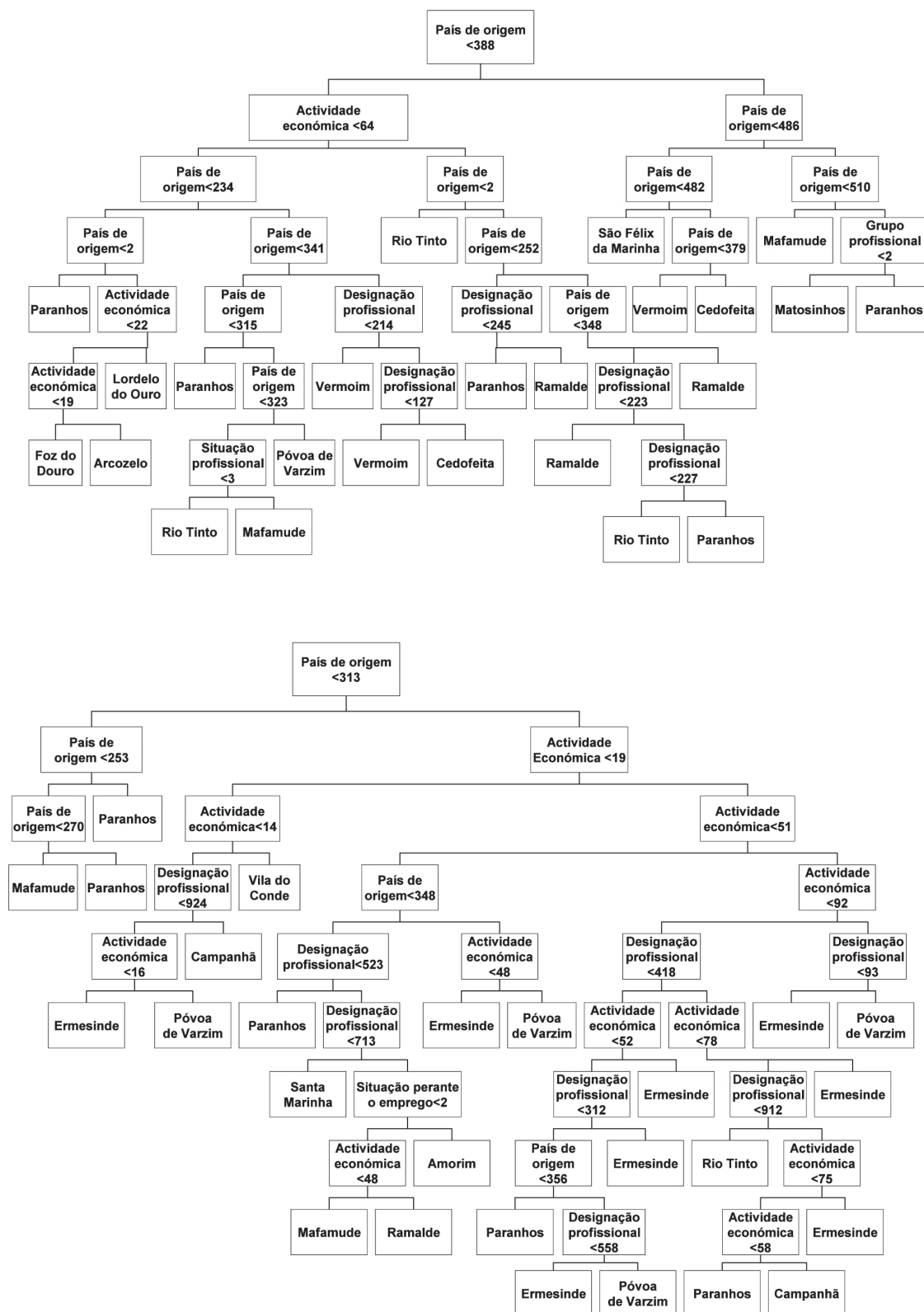


FIGURA 3 (CONT.)

Árvore de decisão (e sub-árvores 1, 2 e 3) que permite identificar as freguesias de residência dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto

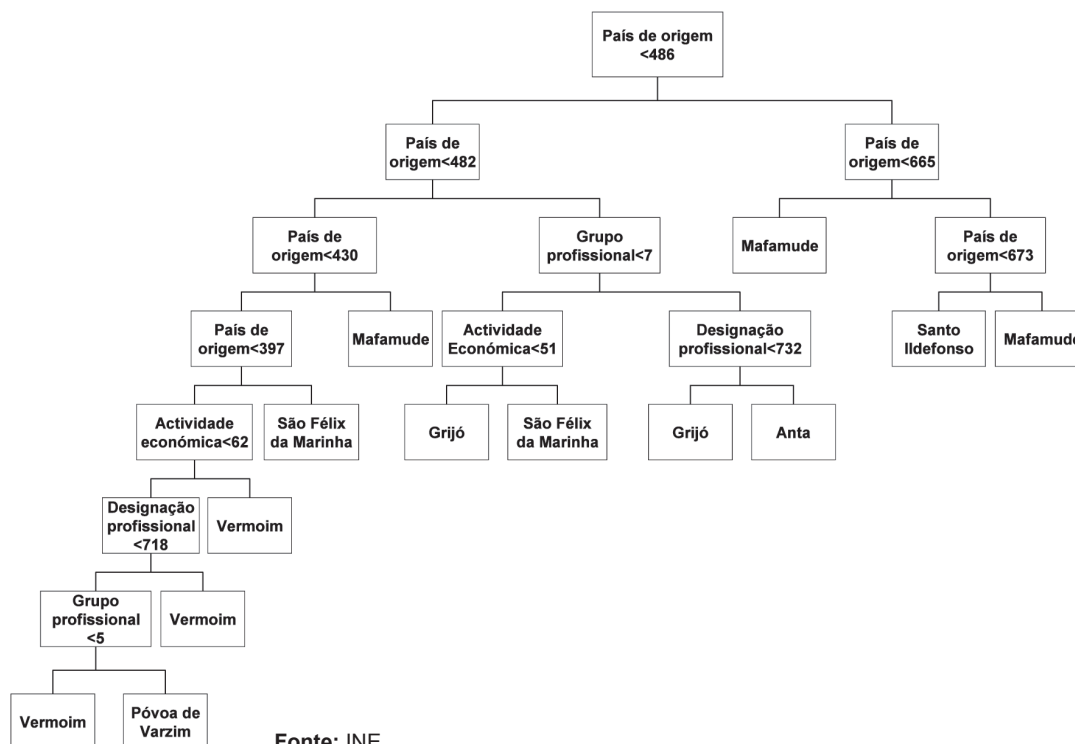
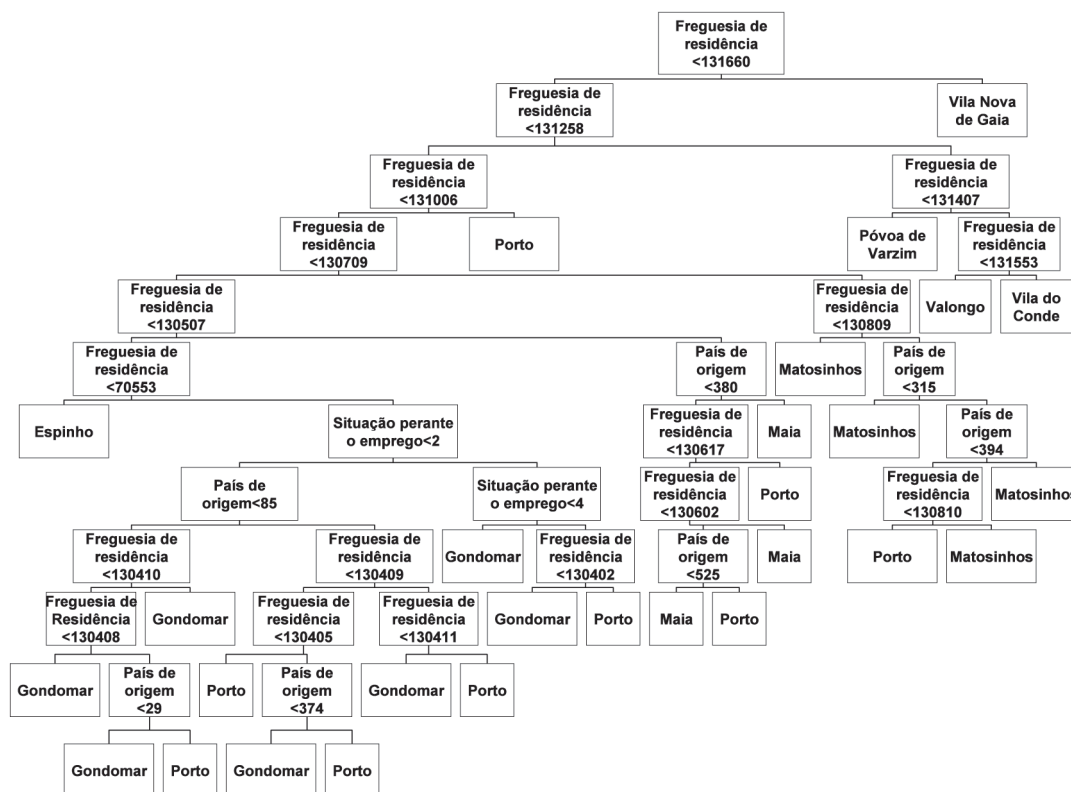


FIGURA 4

Árvore de decisão que permite caracterizar o concelho de trabalho dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto

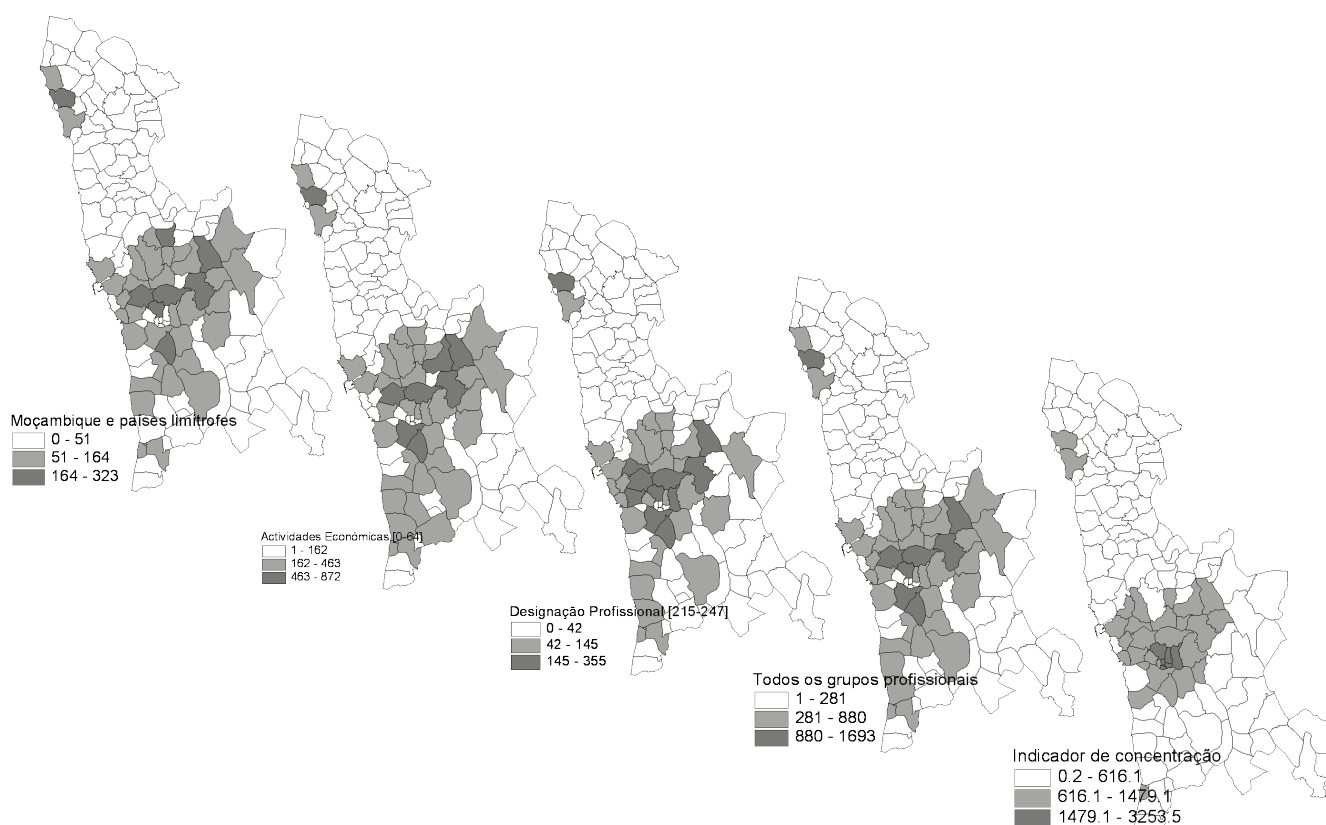


Esta análise permite a completa caracterização dos padrões de povoamento de diferentes grupos de imigrantes na Área Metropolitana do Porto incluindo, em cada momento, a relação implícita entre os locais de residência e de trabalho. O interface de simulação e visualização cartográfica do modelo desenvolvido fornece uma plataforma de sobreposição da informação “cross-section” referente aos grupos profissionais, designações profissionais, actividades económicas e grupo étnico-culturais, em cada freguesia (informação esta que está sistematizada no sistema de informação de gestão metropolitana). A esta informação poderão sobrepor-se um ou mais mapas com informação morfológica e tipológica (Rebelo, 2009b), permitindo a análise assim

efectuada tirar ilações para as intervenções políticas e de planeamento sobre o território, associadas a uma determinada data e/ou a um certo cenário. Apresenta-se, a título de exemplo, a sobreposição do indicador de concentração territorial (dado pelo quociente entre o número total de edifícios e a área urbanizada ou urbanizável expressa em km²), os imigrantes moçambicanos e dos países limítrofes, a classe de actividades económicas que englobam as actividades primárias, secundárias, comércio e transportes (notações de 0 a 64), a designação profissional que compreende os especialistas intelectuais e científicos (notações de 215 a 247), e todos os grupos profissionais (Figura 5):

FIGURA 5

Exemplo de sobreposição de mapas representativos das características morfológicas e tipológicas do território (concentração territorial) com determinadas classes de características demográficas, económicas e profissionais de imigrantes



Fonte: Tratamento efectuado pela autora com base em dados do INE

Este interface interactivo de simulação e visualização do modelo de apoio à decisão desenvolvido permite a geração de cenários alternativos de atracção, orientação e inserção de imigrantes, de modo a reforçar as vantagens sócio-económicas comparativas nos processos de desenvolvimento territorial, e a encorajar políticas para a integração dos diferentes imigrantes e respectivos grupos. Deste modo, os responsáveis municipais poderão definir políticas referentes à provisão de boas condições de alojamento aos imigrantes (e não só), bem como implementar iniciativas comunitárias, sociais, económicas e culturais que facilitem o seu envolvimento e integração.

3.6 Discussão de resultados

Os diferentes grupos de imigrantes que vivem na Área Metropolitana do Porto apresentam diferenças sistemáticas entre os padrões de povoamento, conforme decorre da aplicação da metodologia e do modelo propostos neste artigo¹⁹. Seguidamente interpretam-se e discutem-se estes padrões específicos de uso residencial do solo, considerando a multiplicidade de inter-relações entre a organização territorial; as políticas, medidas e práticas planeamento; os mercados habitacionais e de trabalho; as organizações de acolhimento e integração de imigrantes; as características étnicas e culturais dos diferentes grupos populacionais, e as suas redes de relações sociais e profissionais.

Padrão 1: Não existe discriminação relativamente aos imigrantes com elevados estatutos profissionais, embora seja visível alguma discriminação baseada, principalmente, em aspectos de carácter social.

Atendendo aos elevados antecedentes académicos e profissionais dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, à actuação das redes de acolhimento e orientação de imigrantes, e à proximidade gregária com outros imigrantes, eles são fortemente atraídos pelo núcleo metropolitano e pelos centros urbanos (onde se localizam as empresas e as actividades de serviços). E a influência exercida por estas dinâmicas económicas e territoriais regionais sobre os imigrantes altamente qualificados é tão forte, que se sobrepõe

às diferenças étnico-culturais entre os indivíduos²⁰. Para além disso, os discursos sociais dominantes, que traduzem a relação entre os imigrantes e os países de destino (Arbaci, 2008), reforçadas pelo imaginário simbólico subjacente às representações dos nativos pelos imigrantes e vice-versa, têm também contribuído para suportar os processos de integração étnico-culturais. Estes discursos reflectem a importante tradição multiculturalista portuguesa, que justifica os elevados níveis de atingimento profissional dos imigrantes de língua portuguesa e dos países da Europa ocidental (Ellis, 2001). Mas em termos espaciais, emergem diferenças significativas entre a composição sócio-económica das áreas centrais e das áreas suburbanas: enquanto que nas primeiras residem pessoas com estatutos profissionais mais elevados, não sendo aparente a segregação profissional dos imigrantes, no segundo caso as pessoas pertencem preferencialmente a classes sociais de nível intermédio, incluindo imigrantes de expressão portuguesa. Estes processos de segregação espacial que traduzem mais diferenças socio-económicas (entre famílias mais abastadas e famílias de rendimentos médios e baixos) do que profissionais são visíveis, também, noutras cidades europeias (Arbaci, 2008).

Padrão 2: Os grupos de imigrantes melhor integrados e os que atingem níveis profissionais mais elevados são provenientes dos países ocidentais da Europa e dos países de expressão oficial portuguesa.

À semelhança daquilo que ocorre noutros países europeus (Logan, 2006), a integração dos imigrantes das ex-colónias, tem sido favorecida pela forte tradição multiculturalista, e pela própria mentalidade aberta e amigável dos nativos. A presença destes imigrantes é relevante em termos económicos e sociais já que ascendem a 64,1% do total dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, sendo a sua integração um marco importante nos processos de povoamento. Também os imigrantes europeus ocidentais se têm vindo a integrar com sucesso devido à partilha de valores culturais, históricos e de condições de vida com os portugueses. De facto, a distribuição territorial

¹⁹ Esta análise poderá ser redefinida para outros momentos de tempo, decorrente da readaptação do modelo face à introdução de informação nova e actualizada no sistema de informação de gestão subjacente.

²⁰ Mesmo atendendo a que as características e os comportamentos de determinados grupos de imigrantes justificam a sua concentração territorial.

destes grupos populacionais e dos respectivos grupos profissionais superiores reproduzem perfeitamente as distribuições homólogas dos nativos. A sua forte presença nos centros urbanos e na área suburbana, favorecida pela sua difusão espacial, e pelos seus antecedentes académicos e profissionais, tem vindo a aumentar a sua exposição à influência dos nativos²¹, o que lhes tem facilitado o seu acesso a melhores condições de habitação, infraestruturas e equipamentos, e lhes tem criado melhores oportunidades sociais e profissionais. Também as redes de imigrantes (constituídas por grupos oficiais ou informais de acolhimento e orientação, associações de imigrantes, entidades religiosas, sindicatos, e organizações não-lucrativas) têm sido especialmente eficientes, sobretudo quando não existem dificuldades a nível linguístico. Mas apesar da integração privilegiada destes grupos populacionais, os imigrantes brasileiros, africanos de expressão portuguesa, e do norte e ocidente europeus apresentam padrões de distribuição espacial distintos entre si e em relação aos portugueses. Estas diferenças justificam-se por razões demográficas, económicas e profissionais, pelas características do mercado habitacional, e pelos seus respectivos padrões de mobilidade espacial e sócio-económica.

Padrão 3: Os imigrantes da Europa ocidental distribuem-se generalizadamente por toda a área metropolitana.

O poder de compra dos imigrantes dos países europeus ocidentais é, geralmente, mais elevado que o dos restantes imigrantes, o que lhes confere uma melhor capacidade de acesso ao crédito para a aquisição de casa própria, e também maiores níveis de mobilidade casa-trabalho. Por estas razões torna-se mais fácil acederem a localizações metropolitanas mais desanuviadas, com morfologias urbanas e tipologias do edificado mais dispersas, que estão geralmente associadas a níveis mais elevados de qualidade de vida, o que justifica a sua presença generalizada por toda a Área Metropolitana. Mas estes padrões de povoamento são condicionados, até um certo ponto, pelas políticas de regeneração urbana actualmente prosseguidas pelos municípios mais antigos, que têm, por vezes, gerado processos de gentrificação no sentido de orientarem as famílias

mais ricas (incluindo imigrantes de expressão portuguesa e da Europa ocidental) quer para localizações metropolitanas mais centrais quer para localizações costeiras com elevado prestígio. Estes processos reflectem um misto entre aquilo que actualmente ocorre em algumas cidades do sul da Europa em que a população mais rica reside ao longo da costa (Lisboa, Barcelona, Génova e Atenas), e em cidades do interior, em que estas classes escolhem localizações mais centrais (Milão e Turim) (Arbaci, 2008).

Padrão 4: Os brasileiros estão fortemente estabelecidos no núcleo urbano e na área suburbana, bem como ao longo da costa suburbana.

Os imigrantes brasileiros exprimem uma forte preferência por localizações urbanas e suburbanas, onde exibem densidades muito elevadas no uso residencial do solo. Este padrão de povoamento é grandemente explicado pela sua forte presença em actividades nas áreas do comércio e dos serviços, pela importância que eles atribuem aos laços familiares e de amizade, e pelos seus elevados níveis de assimilação e integração resultantes da sua proximidade cultural e linguística aos nativos. Além disso, sempre que lhes é possível escolhem localizações residenciais ao longo da costa, preferencialmente na área suburbana, apesar destas corresponderem, frequentemente, a espaços mais antigos em áreas não regeneradas, com preços mais baixos e níveis de qualidade de vida normalmente abaixo dos correspondentes aos imigrantes dos países ocidentais da União Europeia.

Padrão 5: Os imigrantes de países africanos de expressão oficial portuguesa, na sua maioria, trabalham e residem em concelhos distintos

As comunidades africanas de expressão oficial portuguesa residem, essencialmente, nos centros urbanos e nas áreas suburbanas, e a maioria destes imigrantes trabalham num concelho distinto daquele onde residem. Estes padrões de povoamento dominantes resultam, conjuntamente, de dinâmicas urbanas e habitacionais (Malheiros, 2002; Arbaci, 2008): a provisão habitacional, as condições de acesso à habitação, e as características de funcionamento dos mercados habitacionais modelam

²¹ Segundo Massey e Denton (1988), a exposição refere-se ao grau potencial de contacto, ou possibilidade de interacção, entre membros de grupos minoritários e majoritários numa determinada área geográfica.

fortemente os processos de integração sócio-económicos deste grupo. A tradição migratória de longa data atrai novas gerações, que se têm vindo a integrar progressivamente no tecido sócio-económico suburbano, o que tem, aliás, favorecido a sua mobilidade social ascendente (na verdade, os grupos mais recentes de imigrantes têm conseguido atingir níveis profissionais mais elevados que os seus predecessores). Os incentivos à aquisição de casa própria e a facilidade destes imigrantes em conseguirem que familiares assumam a garantia de empréstimos hipotecários, facilitam-lhes o acesso ao crédito em condições equivalentes às dos nativos. Acresce que é mais fácil e vantajoso adquirir lotes de terreno na área suburbana, para construção de habitações unifamiliares. Atendendo aos equilíbrios de despesa das famílias entre habitação e transportes, e à existência de um sistema de transportes bem organizado e articulado, estas tendências de localização tendem a consolidar-se ainda mais. Apesar dos residentes de longa data (qualquer que seja o seu nível social) tradicionalmente evidenciarem uma baixa mobilidade residencial, o actual excesso de provisão habitacional facilita o acesso a alojamentos em segunda mão, o que tem favorecido a difusão territorial destes imigrantes (o que é especialmente patente atendendo à sua elevada representatividade populacional). Esta distribuição suburbana é, ainda, favorecida pelos processos de filtragem residencial, e pela actuação das redes de acolhimento e orientação de imigrantes e dos organismos estatais, que têm apontado boas oportunidades de alojamento para os imigrantes com níveis de rendimento médios e baixos.

Padrão 6: Os imigrantes de países da Europa de Leste exibem padrões de povoamento fragmentados e difusos, apesar da distribuição territorial dos locais de trabalho dos seus grupos profissionais superiores ser mais contínua do que a distribuição territorial da sua população em geral.

Como os movimentos migratórios destes grupos populacionais são mais recentes, e as suas redes são mais restritas que as de outros grupos, os seus processos de integração são dificultados pelas diferenças linguísticas e de costumes, e pela sua forte tendência de isolamento. Atendendo ao forte

perfil urbano destes imigrantes, a sua localização ocorre essencialmente nos centros urbanos e na área suburbana, apesar do seu padrão ser fragmentado e disperso territorialmente. São menos reivindicativos relativamente às condições de trabalho que os restantes grupos de imigrantes, sendo as motivações subjacentes à sua decisão de imigrar essencialmente de carácter pecuniário. Além disso não tencionam trazer as suas famílias para junto deles, pelo que suas perspectivas de permanência em Portugal são curtas, e os seus comportamentos são fortemente modelados pelas características e localização do seu trabalho, tendendo a escolher localizações residenciais e de trabalho próximas uma da outra. Embora geralmente tenham elevados backgrounds académicos e aptidões profissionais, as suas características, motivações e comportamentos restringem o seu acesso às infraestruturas, equipamentos e redes sociais e profissionais urbanas, o que implica que os seus processos de assimilação sejam bastante mais longos e complexos. Apesar disso, o reconhecimento das qualificações académicas e profissionais tem desempenhado um papel importante nos seus processos de integração, e tem apoiado a articulação entre as necessidades específicas de mão de obra e as suas competências especializadas.

No que se refere às condições de alojamento, os imigrantes não ocidentais e sem expressão portuguesa têm sido fortemente penalizados no acesso ao crédito para aquisição de casa própria, porque dificilmente arranjam fiador para empréstimos bancários (como estes imigrantes são mais recentes e isolados, não beneficiam tão facilmente do apoio de familiares e de amigos). Mas frequentemente este não é o seu objectivo, e arrendam ou sub-arrendam provisoriamente alojamentos em segunda mão, apesar de antigos e degradados. Os processos de sucessão na ocupação de alojamentos por este grupo populacional são fortemente modelados pelas características das economias locais; e dependem da dispersão/concentração espacial das empresas, da disponibilidade de alojamentos (que resultaram da expansão metropolitana que se traduziu na deslocação para a zona suburbana das classes com maior mobilidade), e da existência de transportes urbanos. Estes processos são, essencialmente, orientados pela sua procura de localizações

residenciais próximas do seu local de trabalho, ainda que temporariamente, e são condicionados pelos seus baixos níveis de rendimento e reduzidas reclamações de qualidade. Acresce que as políticas municipais de realojamento das classes mais baixas conduziram a processos de invasão/sucessão em que as áreas degradadas foram sendo sucessivamente ocupadas, nomeadamente por imigrantes deste grupo.

Padrão 7: Os imigrantes da Venezuela e da África do Sul evidenciam comportamentos de povoamento fortemente bipolarizados.

Estes grupos populacionais apresentam padrões de povoamento fortemente polarizados nos concelhos da Maia/Valongo e Gaia/Espinho, que são explicados, fundamentalmente, pelas suas características gregárias (que se sobrepõem às características profissionais), pela sua preferência por localizações morfológica e tipologicamente menos concentradas do que as prevalecentes na restante área metropolitana (devido, em grande parte, ao seu imaginário latino), e pela sua preferência pela proximidade espacial entre a residência e o trabalho. São imigrantes que preferem concentrar-se na zona exterior da área suburbana, onde estão espacialmente mais próximos, e apresentam uma menor exposição aos nativos, o que também implica menores níveis de mobilidades sócio-económica e maiores dificuldades nos processos de assimilação, bem como no acesso às oportunidades económicas, sociais e profissionais.

4. Conclusões e implicações para o planeamento

Neste artigo foram apresentados uma metodologia e um modelo inovadores e flexíveis, que permitem a identificação e caracterização dos padrões de povoamento de diversos grupos de imigrantes que vivem na Área Metropolitana do Porto, atendendo às localizações residencial e de trabalho, às características das economias urbanas, aos mercados habitacional e de trabalho, à mobilidade sócio-económica, aos processos de aculturação, às próprias características e redes sociais dos imigrantes, e aos seus níveis de atingimento social e profissional. A consciência, em cada momento, dos padrões de povoamento específicos de cada grupo de imigrantes tem importantes implicações para o planeamento, já que permite a definição de políticas públicas de desenvolvimento económico, social e

territorial, conjuntamente com políticas de integração de imigrantes. É possível, deste modo, responder de modo mais eficiente e efectivo às necessidades dos imigrantes através da provisão de boas condições residenciais e de trabalho, e da promoção do envolvimento e da participação de todos os cidadãos (Andersen e Van Kempen, 2003; Van Beckhoven e Van Kempen, 2006; Van Marissing et al., 2006). No que se refere à habitação, infraestruturas e equipamentos, algumas intervenções estratégicas e políticas concretas podem consistir, nomeadamente (Fonseca, 2007): (i) na melhoria das condições de acesso à posse ou arrendamento habitacional, (ii) na melhoria da acessibilidade das áreas residenciais aos principais centros de emprego, comércio e serviços, (iii) na qualificação dos espaços públicos, (iv) no reforço do envolvimento dos agentes económicos, organismos não governamentais e população em geral nos processos de planeamento, e (v) no combate ao insucesso escolar e ao abandono precoce da escola, e no estímulo aos processos educacionais ao longo da vida. Algumas das possíveis estratégias de planeamento de suporte à sustentabilidade económica e à geração de empregos implicam, nomeadamente: (i) o planeamento multi-sectorial e multi-funcional integrado, de modo a recuperar as economias regionais, e relançar tecnologias e empresas inovadoras, e (ii) a prevenção da discriminação no acesso aos empregos. O envolvimento e a participação dos cidadãos poderão ser reforçados através de mecanismos de governância, incluindo (Fonseca, 2007): (i) uma melhor articulação entre as políticas e os instrumentos de planeamento aos níveis central e municipal; (ii) a promoção do diálogo inter-cultural envolvendo a população, os agentes económicos e as agências não-governamentais nas decisões e processos de planeamento, (iii) o reconhecimento da diversidade entre diferentes grupos étnico-culturais, fornecendo respostas apropriadas a diferenças nas idades, género, religião e características étnicas, encorajando a governância das colectividades territoriais, (iv) o reforço das instituições de âmbito territorial, e (v) o apoio à co-responsabilização de todos os cidadãos na resolução dos seus problemas.

A metodologia e o modelo on-going e flexíveis aqui propostos podem ser generalizados e aplicados a outras realidades metropolitanas e urbanas. Espera-se que possam contribuir para suportar a sustentabilidade económica e social regional e para promover a qualidade de vida de todos os cidadãos.

Referências bibliográficas

- Andersen, H. T., Van Kempen, R. (2003), "New trends in urban policies in Europe: evidence from the Netherlands and Denmark" in *Cities*, Vol. 20, nº2, pp. 77-86
- Arbaci, S. (2008), "(Re)Viewing Ethnic Residential Segregation in Southern European Cities: Housing and Urban Regimes as Mechanisms of Marginalisation" in *Housing Studies*, Vol. 23, nº4, pp. 589-613
- Cameron, S. (2000), "Ethnic minority housing needs and diversity in an area of low housing demand" in *Environment and Planning A*, Vol. 32, nº8, pp. 1427-1444
- Dekker, K., Van Kempen, R. (2004), "Urban governance within the Big Cities Policy: Ideals and practice in Den Haag, the Netherlands" in *Cities*, Vol. 21, nº2, pp. 109-117
- Ellis, G. (2001), "The difference context makes: Planning and ethnic minorities in northern Ireland" in *European Planning Studies*, Vol. 9, pp. 339-358
- Fonseca, M. L. (1999), "Immigration, socio-spatial marginalisation and urban planning in Lisbon: challenges and strategies" in FLAD (coord), *Metropolis International Workshop, Proceedings*, Lisboa, FLAD
- Fonseca, M. L. (2007), "Inserção Territorial: urbanismo, desenvolvimento regional e políticas locais de atracção" in Gulbenkian Imigração (coord), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*, Lisboa, Princípa, pp. 105-150
- Fonseca, M. L., Malheiros, J., Ribas-Mateos, N., White, P., Esteves, A. (2002). *Immigration and Places in Mediterranean Metropolises*, Lisboa, FLAD.
- Garbaye, R. (2002), "Ethnic minority participation in British and French cities: A historical-institutionalist perspective" in *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 26, nº3, pp. 555-570
- Instituto Nacional de Estatística (2001), *XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Logan, J. R., Alba, R. D., McNulty, T., Fisher, B. (1996), "Making a place in the metropolis: Locational attainment in cities and suburbs" in *Demography*, Vol. 33, nº4, pp. 443-453
- Logan, J. R. (2006), "Variations in immigrant incorporation in the neighborhoods of Amsterdam" in *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 30, nº3, pp. 485-509
- Malheiros, J. M. (2002), "Ethni-cities: residential patterns in Northern-European and Mediterranean metropolis. Implication in policy design" in *International Journal of Population Geography*, Vol. 8, pp. 107-134
- Massey, D. S. (1990), "American apartheid: Segregation and the making of the underclass" in *American Journal of Sociology*, Vol. 96, nº2, pp. 329-357
- Massey, D. S., Denton, N. A. (1988), "The dimensions of residential segregation" in *Social Forces*, Vol. 67, nº2, pp. 281-315
- Musterd, S., Van Kempen, R. (2007), "Trapped or on the springboard? Housing careers in large housing estates in European cities" in *Journal of Urban Affairs*, Vol. 29, nº3, pp. 311-329
- Myers, D. (1999), "Demographic dynamism and metropolitan change: Comparing Los Angeles, New York, Chicago, and Washington, DC." in *Housing Policy Debate*, Vol. 10, nº4, pp. 919-954
- Peach, C. (1998), "South Asian and Caribbean ethnic minority housing choice in Britain" in *Urban Studies*, Vol. 35, nº10, pp. 1657-1680
- Peach, C. (2002), "Social geography: new religions and ethnoburbs - contrast with cultural geography" in *Progress in Human Geography*, Vol. 26, nº2, pp. 252-260
- Rebelo, E. M. (2009), "Does Urban Concentration/Dispersion Affect Immigrants' Professional Opportunities? (The case of Porto Metropolitan Area)" in *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 34, nº 3, pp.586-610
- Rebelo, E. M., Paiva, L. T. (2006), *Planeamento Urbano para a Integração de Imigrantes*, Colecção Estudos do Observatório da Imigração, nº 18, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)
- Stoll, M. A., Melendez, E., Valenzuela, A. (2002), "Spatial job search and job competition among immigrant and native groups in Los Angeles" in *Regional Studies*, Vol. 36, nº2, pp. 97-112
- Teixeira, C., Murdie, R. A. (1997), "The role of ethnic real estate agents in the residential relocation process: A case study of Portuguese homebuyers in suburban Toronto" in *Urban Geography*, Vol. 18, nº6, pp. 497-520
- Van Beckhoven, E. Van Kempen, R. (2006), "Towards more Social Cohesion in Large Post-Second World War Housing Estates? A Case Study in Utrecht, the Netherlands" in *Housing Studies*, Vol. 21, nº4, pp. 477-500
- Van Marissing, E., Bolt, G., Van Kempen, R. (2006), "Urban governance and social cohesion: Effects of urban restructuring policies in two Dutch cities" in *Cities*, Vol. 23, nº3, pp. 279-290

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS REGIONAIS DO INTERIOR PORTUGUÊS: QUEM SAIU E QUEM ENTROU?

Ana Rita Jacinto - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - E-mail: ana-jacinto@clix.pt

Pedro Nogueira Ramos - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - E-mail: pnramos@fe.uc.pt

Resumo:

O presente trabalho calcula e analisa a migração líquida, das regiões NUTS III do Interior português, no período intercensitário entre 1991 e 2001, compreendendo uma desagregação por grupo etário e sexo.

Essa estrutura do saldo migratório foi calculada através de uma metodologia indirecta baseada na equação da concordância. No essencial, da variação populacional obtida, no período indicado, para cada grupo estudado retira-se a diferença devida a acontecimentos naturais, ou seja, óbitos e nascimentos, sobrando o saldo migratório, à parte ajustamentos menores.

Os resultados obtidos mostraram que houve migração líquida positiva para o Interior Português, entre 1991 e 2001, devendo-se esta, sobretudo, a entradas de pessoas, homens e mulheres, com mais de 40 anos. Mostraram também um saldo migratório negativo nos grupos mais jovens, em início de vida profissional. De entre as várias razões que podem motivar estes resultados salienta-se a falta de oportunidades para fixar os jovens no Interior, e a procura de um tipo de qualidade de vida, proporcionada por estas regiões, por parte dos mais idosos. A consequência mais evidente desta estrutura do saldo migratório é o agravamento, por este mecanismo, do envelhecimento da população do Interior. Discutem-se neste trabalho riscos e oportunidades proporcionadas por este fenómeno.

Palavras-chave: saldo migratório, Interior, estrutura etária, equação da concordância, envelhecimento da população

Códigos JEL: J11

Abstract:

This work aims to estimate and analyse net migration, for age cohorts and sex, in the intercensal period, from 1991 to 2001, for depressed interior regions NUTS III of Portugal. This net migration structure will be estimated using an indirect method based on the intercensal component equation. This method consists on a comparison between population existing on each group, in 1991 and in 2001, according to the Census. The result will be the populational growth from which will be taken the difference due to natural events: deaths and births. The result will be net migration.

The results will show a positive net migration on these regions, during the period 1991 – 2001. This migration happens mostly on age cohorts superior to 40 years old, for both sexes. It will also show a negative net migration in the younger groups, which are beginning their professional career. These are several reasons behind this results, among them can be the lack of opportunities given to young people and also the search for a certain kind of life quality in older people. The main consequence of this type of migration is the reinforce of aging population in these regions. In this work we will discuss risks and opportunities derived from this phenomenon.

Keywords: net migration, interior depressed regions, age structure, intercensal component equation, population ageing

JEL Codes: J11

Introdução

As regiões do Interior do país, consideradas zonas deprimidas, sobretudo devido à pouca densidade populacional, sofreram no período compreendido entre os dois últimos censos, 1991 e 2001, uma perda de população. Essa perda e o discurso de desertificação que tem acompanhado a caracterização destas zonas têm tornado opaco o seu verdadeiro comportamento demográfico. Esta opacidade é aumentada pela ausência de dados sobre quem entra e quem sai das regiões em causa. O que aconteceu realmente ao Interior português? Está a população a fugir? E quem são as pessoas que entram e saem? Quais as consequências destes movimentos? Este trabalho pretendeu contribuir para uma resposta a estas questões calculando e analisando o saldo migratório, por grupos etários e por sexo, verificado entre 1991 e 2001, de doze NUTS III, do Interior de Portugal.

As regiões incluídas neste estudo foram: Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira, Serra da Estrela, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. A escolha destas regiões obedeceu aos seguintes critérios: foram escolhidas as regiões, do Interior, que fazem fronteira com a Espanha e não têm qualquer fronteira com o mar, e foram também escolhidas regiões que, apesar de não fazerem fronteira com Espanha, a sua localização geográfica e fraca densidade populacional aproxima-as mais das características do Interior do país.

O objectivo do trabalho foi conhecer a estrutura dos movimentos migratórios nas regiões acima referidas. Essa estrutura passou por saber se o saldo migratório em cada grupo etário, e sexo, e em cada região é positivo ou negativo e em que idades se concentraram mais entradas ou mais saídas. Para atingir isso foi utilizada uma metodologia, descrita na secção um, que passa por – à parte alguns ajustamentos menores – comparar a população existente em 1991 e em 2001, para cada grupo, e retirar a essa diferença as alterações provocadas por acontecimentos naturais: óbitos e nascimentos. Esta secção refere também os métodos existentes na literatura, nos quais se baseiam os procedimentos utilizados.

Os resultados obtidos, apresentados na secção dois, mostrarão, curiosamente, um saldo migratório positivo para o conjunto das regiões do Interior, entre 1991 e 2001, mas uma concentração das entradas nos grupos etários acima dos 40 anos, enquanto as saídas se concentram em grupos etários mais jovens. As possíveis causas para esta estrutura serão discutidas nesta secção, bem como as várias implicações para as regiões do Interior de Portugal. Finalmente, são apresentadas as conclusões, assim como algumas pistas de desenvolvimento futuro desta linha de investigação.

1. Metodologia

1. 1 Dados utilizados

A análise da estrutura do saldo migratório de uma região encontra sérios obstáculos no que diz respeito à obtenção de dados. Isto deve-se, essencialmente, a duas razões: não há registos oficiais e sistemáticos das entradas e saídas de cada região, uma vez que não há mecanismos preparados para isso (Nazareth, 2007); e, não havendo esses registos, obviamente, não há registo das características, nomeadamente sexo e idade dos migrantes. As estatísticas oficiais existentes, por regra, dizem respeito apenas às migrações internacionais, para o conjunto do país. Mas mesmo neste caso, alguns fluxos, como o retorno dos emigrantes nacionais, não são contabilizados oficialmente. Não havendo fronteiras físicas e burocráticas que separem as regiões do país, e na ausência de registos completos de mudança de residência, a obtenção da estrutura do saldo migratório só é possível através de métodos indirectos.

Sendo o objectivo deste trabalho perceber qual o saldo migratório para cada grupo etário e para cada sexo, para as regiões NUTS III, do Interior português, no período decorrido entre 1991 e 2001, os dados utilizados foram os seguintes: população residente por sexo e grupo etário, por NUTS III, constantes no XIII Recenseamento Geral da População de 1991 e constantes no XIV Recenseamento Geral da População de 2001; estatísticas do INE referentes aos óbitos de cada ano do período referido por sexo e idade do óbito, para as NUTS III, e os nados vivos por sexo de cada ano do mesmo período. As NUTS III obedecem às novas delimitações do INE, estabelecidas em 2002.

1.2. Métodos de cálculo indirecto do saldo migratório regional existentes na literatura

Há essencialmente dois tipos de métodos mais utilizados pelos autores que pretendem calcular o saldo migratório por grupos etários e por sexo: o método forward e o método reverse. O método forward, ao qual Edmonston e Michalowski (2004) chamam *intercensal cohort component method* e Nazareth (1979) apelidou de “método da população esperada”, tem por base a seguinte ideia: fazer sobreviver a população existente num primeiro momento censitário até ao momento censitário seguinte e depois compará-la com a população que de facto existe nesse segundo momento. Ou seja, dada uma determinada população de um grupo em 1991, por exemplo, espera-se que haja em 2001 essa mesma população menos os que terão morrido durante esse tempo. Essa população que se espera encontrar, caso estivesse apenas sujeita ao fenómeno da mortalidade, será comparada com a população que, de facto, se recenseou. A diferença obtida será explicada pelos movimentos migratórios (Nazareth, 2007). O método reverse é o método inverso, partindo do momento censitário mais recente, e aplica à população desse último momento o fenómeno da mortalidade nos dez anos anteriores, obtendo a população que deveria ter existido no primeiro momento. Este segundo método é normalmente usado como um ajustamento ao método forward¹, sendo a média dos dois métodos um resultado mais aproximado da migração líquida (Mendes, 2007).

Estes métodos partem de um método base que é, habitualmente, aplicado ao cálculo da migração líquida no seu todo: o método da equação da concordância, ou *intercensal method for the total population* (Edmonston e Michalowski, 2004: 471). Segundo a equação da concordância o crescimento populacional entre dois momentos 0 e 1, é dado por dois saldos desse período: o saldo migratório, que é a diferença entre imigrantes e emigrantes e o saldo natural que é a diferença entre os nascimentos e os óbitos. É possível obter o saldo migratório ($I - E$) no período definido entre 0 e 1 a partir de um rearranjo da equação: conhecendo o crescimento populacional e o saldo natural.

Esta equação pode ser utilizada para obter a estrutura do saldo migratório segundo o grupo etário e segundo o sexo, partindo do mesmo raciocínio. Suponha-se que se pretende apurar o saldo migratório do grupo etário i , em 2001 (por exemplo que este grupo se refere aos indivíduos que têm então uma idade dos 20 aos 24 anos, do sexo masculino, representado por $P_{i,01}$), durante o período que medeia entre dois censos da população: 1991 e 2001. Conhecendo a população de homens com menos dez anos em 1991, ou seja o grupo dos 10 aos 14 anos ($P_{i-10,91}$) e a população de homens com mais dez anos em 2001, e conhecendo os óbitos relativos a este grupo durante o período designado (O_i) é calculado o saldo migratório da seguinte forma:

$$(I_i - E_i) = (P_{i,01} - P_{i-10,91}) + O_i \quad (1)$$

No caso dos grupos com menos de dez anos, em 2001, estas pessoas ainda não existiam no primeiro momento censitário por isso não se pode comparar os dois para obter o crescimento populacional. As pessoas destes grupos que se espera existir em 2001 são todas as pessoas que nasceram entre 1991 e 2001, exceptuando os que nasceram e morreram neste período. Assim, para apurar a migração líquida nestes grupos, à população de 2001, $P_{i,01}$, são subtraídos os nados vivos. São então somados os óbitos desses grupos. O resíduo refere-se a migrantes.

1.3. Método de cálculo utilizado

Antes da explicação da metodologia utilizada é necessário estabelecer algumas convenções. A estrutura do saldo migratório foi calculada por grupos etários e por sexo. Os grupos etários são de cinco anos, sendo o grupo mais jovem entre os 0 e os 4 anos, o segundo grupo entre os 5 e os 9 anos, e assim sucessivamente. O intervalo de idades do grupo refere-se a 2001: o grupo etário 15-19 é o conjunto de indivíduos que tinham esta idade em 2001 (representado por $P_{15-19,01}$), logo teriam 5-9 em 1991, dez anos antes (representado por $P_{05-09,91}$).

¹ Este ajustamento, contudo, só se justifica na nossa opinião quando são usadas taxas de sobrevivência probabilísticas, no lugar do número efectivo de óbitos, como acontece neste trabalho.

Relativamente ao período em análise, entre os dois últimos censos da população, há uma questão a assinalar: o período real não compreende dez anos exactos porque os momentos censitários foram definidos para datas diferentes. Na nossa abordagem assumir-se-á o período de dez anos exactos, simplificando a metodologia, mas com um ligeiro ajustamento para aproximar ao período real: as nossas contas foram feitas como se o período intercensitário fosse de 31 de Março, às 00 horas de 1991 até 31 de Março, às 00 horas, de 2001.

O nosso cálculo partiu então da equação de concordância já referida. No caso dos grupos nascidos antes de 1991 a migração líquida é dada pela diferença entre o crescimento populacional e todos os óbitos desse grupo durante o período dos dez anos. Vista a diferença que há entre a população de 1991 e a de 2001 verifica-se que parte dessa diferença é explicada pelos óbitos, sendo a que sobra explicada por movimentos migratórios. Para apurar que movimentos pertencem à mortalidade apuramos o total da soma dos óbitos dos dez anos, que dizem respeito às idades e sexo em análise.

Houve, no entanto, uma correcção a fazer. As migrações não aconteceram todas no último momento do período, em 2001. As migrações estão distribuídas ao longo dos dez anos. Logo, há probabilidade de alguns óbitos contabilizados como sendo da população existente em 1991 se referirem a migrantes que chegaram à região depois desta data. Os óbitos que se referem a migrantes não devem ser retirados à população de 1991, para efeitos de cálculo do saldo migratório final, porque não se referem a residentes desse local. Assim, procedeu-se a uma correcção ao nível do cálculo dos óbitos de forma a contemplar essa possibilidade de haver mortalidade dos migrantes.

Para proceder à estimativa da mortalidade dos migrantes procedeu-se do seguinte modo: por um lado, esta mortalidade será, provavelmente, apenas uma pequena parte da total da região, uma vez que esta, em princípio, tem uma população residente muito superior aos migrantes, logo apenas uma pequena

parte dos óbitos registados se deverá referir a estes. Essa pequena parte terá uma taxa de mortalidade semelhante à normal para cada grupo etário. Por outro lado, do total dos migrantes verificados em dez anos sabe-se que em 2001 já todos haviam migrado e em 1991 apenas uma pequena parte. Em 1992 já teriam migrado os de 1992 e de 1991; e assim sucessivamente até 2001. Logo, em 1991 há uma pequena probabilidade de morrerem migrantes. Em 1992 a probabilidade já é maior. Esta probabilidade vai acumulando de forma igual, ficando maior a cada ano até ao final, altura em que é possível morrer uma parte do total de migrantes do período. Assim foi incluído um ajustamento com o objectivo de retirar do total de óbitos, em cada ano, a pequena parte que corresponderá à possível mortalidade dos migrantes.

Para os grupos nascidos após 1991 há uma ligeira diferença. No caso do grupo 0-4 anos, um grupo de pessoas nascidas já depois do primeiro momento censitário, em vez da população desse grupo etário existente em 1991, para comparar com a de 2001, são usados os nados-vivos desde o ano de 1996 até 2001. Os que nasceram neste tempo deverão ter entre 0-4 anos em 2001². Logo, é a população que se esperaria ter no segundo momento censitário. É essa que se compara com a população existente neste grupo. Desta diferença são apurados quais os óbitos com esta idade relativos ao período decorrido de 1996 a 2001. O grupo 5-9 corresponde aos nados-vivos de 1991 a 1996. Novamente, do crescimento populacional verifica-se que parte foi provocado por óbitos relativos a este grupo desde 1991 até 2001.

Também nestes grupos mais jovens se colocou a questão da correcção resultante da mortalidade dos migrantes. Porém, neste caso os indivíduos vão nascendo ao longo do período logo não têm todos sempre a mesma probabilidade de migrar. Os que nasceram em 1999 não têm probabilidade de migrar em 1998. Assim, um quarto dos que nasceram em 2001 – isto é, os que nasceram entre Janeiro e Março, podem migrar nesse ano, até ao momento censitário, os que nasceram em 2000, poderão ter migrado em 2000 ou num quarto do ano de 2001,

² Ao nascer em 1996 a criança deverá fazer 5 anos em 2001, o que pode levar à ideia de que estes nados-vivos não deveriam estar incluídos neste grupo. No entanto tendo os censos sido feitos em Março, a maior parte das crianças nascidas em 1996 tinha ainda 4 anos e assim estão incluídas nesse grupo. As únicas que terão já 5 anos são as nascidas em Janeiro, Fevereiro ou Março. Os cálculos foram feitos em proporções directas ao tempo considerado.

os que nasceram em 1999 poderão ter migrado em 1999, em 2000 ou num quarto do ano de 2001, e assim sucessivamente recuando até 1996 no caso do grupo dos 0-4 anos. No grupo dos 5-9 o raciocínio é o mesmo, no entanto o período é maior porque a probabilidade haver migrantes deste grupo, logo óbitos de migrantes, estende-se pelos dez anos.

2. A estrutura do saldo migratório por sexo e grupos etários: resultados, análise e discussão

Afinal o que aconteceu ao Interior do país entre 1991 e 2001? A presente secção visa analisar os dados obtidos, através da metodologia apresentada, de forma a responder a esta pergunta. Este objectivo divide-se em três partes: analisar o saldo migratório global para cada uma das NUTS III do Interior entre 1991 e 2001; analisar o saldo migratório, por sexo e por grupos etários, para cada uma das regiões; e discutir as implicações que estes resultados têm para o Interior do país.

Os valores da migração líquida obtidos permitiram calcular o saldo migratório do Interior no seu todo e verificar que este foi positivo entre 1991 e 2001. Há pessoas a ir viver para o Interior português. Este resultado contraria a ideia geral de que os movimentos

migratórios são apenas do Interior para o Litoral e de que uma franja significativa da população foge das zonas consideradas deprimidas.

Um saldo positivo significa que há mais pessoas a ir para as regiões do Interior que a sair. Quem são estas pessoas: homens ou mulheres? Que idade têm? E quais as implicações para as regiões?

2.1. Análise do saldo migratório global

O Quadro 1 apresenta uma visão global do comportamento demográfico das regiões: tem a população existente em 1991 e em 2001, segundo os respectivos censos, para cada uma das NUTS III. Mostra ainda o saldo migratório deste período intercensitário em números absolutos, ou seja, a diferença entre o número de pessoas que saiu e o número de pessoas que entrou na região, e a percentagem que essa migração líquida representa em relação à população total de 1991. Sendo estas as regiões que habitualmente designamos por Interior foi calculado o total, quer da população existente nos dois momentos censitários, quer da migração líquida.

QUADRO 1

Saldo migratório global para as regiões NUTS III do Interior

Região	População em 1991	População em 2001	Saldo Migratório	% da população *
Alto Trás-os-Montes	235241	223333	-2545	-1,08
Douro	238695	221853	-13233	-5,54
Beira Int. Norte	127902	115325	1717	1,34
Beira Int. Sul	81015	78123	2959	3,65
Dão-Lafões	282462	286313	7094	2,51
Pinhal Interior Norte	139413	138535	6660	4,78
Pinhal Interior Sul	50801	44803	-1232	-2,43
Cova da Beira	94371	93579	3830	4,06
Serra da Estrela	54042	49895	-1235	-2,28
Alto Alentejo	128687	127026	1382	1,07
Alentejo Central	173216	173646	5292	3,05
Baixo Alentejo	143020	135105	1357	0,95
Total	1748865	1687536	12046	0,69

*em relação à população de 1991

Fonte: Censos 1991 e 2001, INE e elaboração própria

A conclusão mais evidente e relevante desta análise ao saldo migratório global é que, para o total do Interior, há migração líquida positiva, correspondente a 0,69 % da população de 1991. De todas as regiões, apenas Dão-Lafões e Alentejo Central tiveram um aumento populacional nos dez anos do período, sendo que, no Alentejo Central, este aumento foi bastante tímido. Estas foram as excepções a um crescimento populacional negativo. Esta perda, no entanto, dever-se-á sobretudo ao saldo natural, e não ao saldo migratório. O saldo natural resulta da diferença entre os nascimentos e os óbitos. O facto de ser negativo decorre, principalmente, do envelhecimento da população. Quanto mais envelhecida está a população menos possibilidade há de haver nascimentos e maior é a probabilidade de haver mais pessoas a morrer em cada momento. Assim a taxa de mortalidade e a de natalidade aproximam-se até a taxa de mortalidade ser maior do que a de natalidade. Nestas regiões já há mais pessoas a morrer do que a nascer.

Analisando a migração líquida por regiões NUTS III, verifica-se que nem todas têm um saldo migratório positivo. As regiões de Alto Trás-os-Montes, Douro, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela têm um saldo migratório global negativo, com especial destaque para o Douro. Esta região, segundo os dados obtidos nos Censos, perdeu o equivalente a quase 6% da população de 1991, no que diz respeito às migrações. Segundo Pereira (2002) o Douro foi a terceira NUT III com maior recuo demográfico na década de 90, sendo o factor migração a principal justificação para esta perda de população. Note-se, contudo, que Casimiro (2001) lembra que há suspeitas da existência de um erro que pode ir até 5% nos censos de 1991. Possíveis erros nos censos, de sobrecontagem ou subcontagem reflectem-se nestes resultados e podem justificar situações anómalas. A situação do Douro poderá dever-se a esses erros, uma vez que esta região parece seguir um padrão muito diferente ao observado noutras regiões.

Das regiões que tiveram migração líquida positiva, destacam-se o Pinhal Interior Norte e a Cova da Beira, seguidas da Beira Interior Sul e do Alentejo Central. Todas estas regiões tiveram uma migração líquida acima de 3% da população existente em 1991.

2.2. Estrutura do saldo migratório por grupos etários e sexo

Para perceber o que aconteceu ao Interior português, em termos de população, é importante olhar para os movimentos migratórios e saber quem são as pessoas que escolhem entrar ou sair destas regiões. São essencialmente homens ou mulheres que migram para lá ou saem de lá? Que idade têm as pessoas que saem e as pessoas que escolhem ir para o que é normalmente considerado uma “zona deprimida”? As características que atraem, ou repelem, os diferentes grupos são diversas. Não sendo possível obter a razão porque cada pessoa migrou, pode-se debater a existência ou ausência de determinadas características na região, através da análise da estrutura do saldo migratório. Além da estrutura do saldo, e possíveis razões para esta, este estudo é importante também pelas consequências que daqui se pode adivinhar para as regiões.

O Quadro 2 apresenta o saldo migratório no período de 30 de Março de 1991 a 30 de Março de 2001, para as NUTS III do Interior, para cada grupo etário, por sexo. Estes são os resultados por nós obtidos através da metodologia já explicada anteriormente.

Também no Quadro 2 a primeira evidência é que a migração para o Interior existe, e reparte-se por vários grupos etários. A segunda evidência reside na diferença de migração entre o sexo masculino e o sexo feminino: esta é residual, como aliás se pode verificar no gráfico 1. Há algumas excepções mas são pouco significativas. Pode-se afirmar que nesta década e, provavelmente, até à actualidade os movimentos migratórios atingem os dois sexos de forma bastante semelhante.

QUADRO 2

Saldo migratório por sexo e grupos etários para as NUTS III do Interior no período 1991 - 2001

Região	0_4		5_9		10_14		15_19		20_24		25_29		30_34	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Alto Trás-os-Montes	-336,6	-218,7	-258,9	-111,1	340,7	473,9	72,8	38,4	-240,4	-215,7	-3738,5	-3306,6	-2413,5	-1200,2
Douro	-335,5	-259,9	-448,3	-309,4	-52,9	-91,6	-245	-377,2	-1959,7	-2225,8	-3542,6	-3400,6	-2991,9	-1730
Beira Int. Norte	-68,6	-49	-8,5	-5,5	260,2	232	306,4	131,4	-295,6	-466,1	-936,9	-847,6	-549,3	-345,4
Beira Int. Sul	-113,9	-59,9	-33,4	-8,8	185,4	174	131,1	215,5	-91,1	-62,6	-320,5	-337,4	-122,2	-109,3
Dão-Lafões	-343,6	-128,6	-155,4	12,9	568,9	599,2	317,4	524	-1337,3	-1128,3	-2548	-1987,1	-1387,4	-336,2
Pinhal Int. Norte	54,1	59,9	82,9	167,2	347,8	236,5	228,9	153,7	-434,8	-293,2	-566,7	-439,6	-51,4	70,8
Pinhal Int. Sul	15,5	8,5	15,5	57,2	-2,2	27,2	42,4	-33,7	-191,4	-329,6	-509,7	-497,7	-475,1	-232,3
Cova da Beira	10,3	40,9	-47,4	-41,4	246	153,6	51,4	187,9	-109,3	-50,9	-388,2	-393,6	-309,3	-127,3
Serra da Estrela	-23,6	17,7	-19,9	25,9	12	3,5	-45,9	-4	-435	-377,8	-655,9	-635,1	-410,9	-235,2
Alto Alentejo	-60,5	-42,1	-4,5	67,7	72,3	105,1	-26,4	83,3	-158,7	-363,4	-607,3	-683	-438,4	-307,8
Alentejo Central	-36,7	43,6	49,9	58,6	243,9	238,5	357,9	260,4	62,4	59,9	-368,1	-568	85,2	102,7
Baixo Alentejo	-85,3	-70,6	-111,6	-120,3	115,8	76,6	-27,2	-25,5	-356,4	-515,8	-585,5	-877,5	-346,7	-411

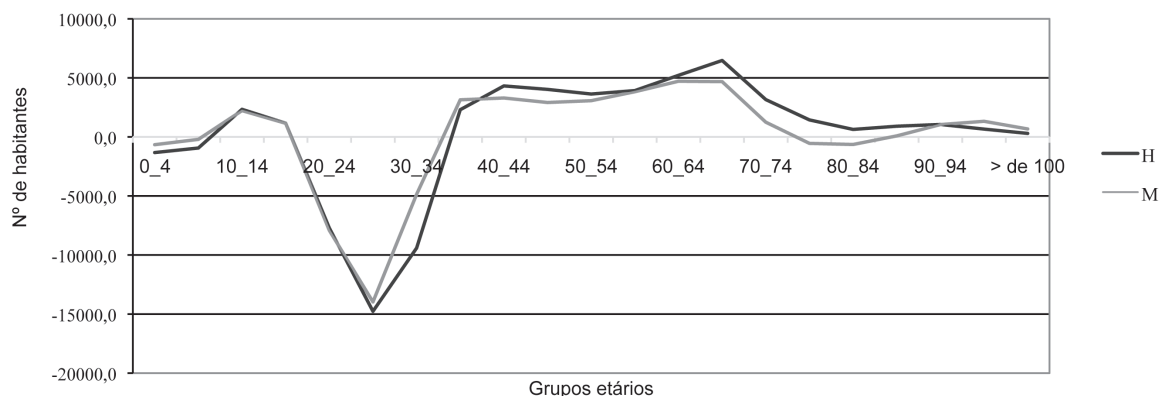
Região	35_39		40_44		45_49		50_54		55_59		60_64		65_69	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Alto Trás-os-Montes	142,5	681	832,2	676,2	854,9	664,7	796,7	660,4	691,4	680,3	951,6	879,4	985	653,1
Douro	-342,2	-27,6	285,5	218,6	308	147	369,9	243,5	399,6	449,7	584,5	346,6	656,7	433,9
Beira Int. Norte	286,8	238,1	387,2	317,9	328,4	189,9	212,2	230,5	227,2	263,7	451	410,1	453,8	473,9
Beira Int. Sul	288,4	188,6	162,2	145,1	212,5	118,7	183,6	123,9	162,5	207,7	365,1	387,3	461,1	297,4
Dão-Lafões	802,6	944,9	1308,7	1052,3	936,6	766,8	718,1	602,8	788,2	700,4	852,5	728,9	1107,1	737,9
Pinhal Int. Norte	404	446,7	401,7	284,2	335,8	307,9	312,7	272,3	404,8	474,7	539,8	429,1	665,5	480,3
Pinhal Int. Sul	-128,9	-47,1	-4,7	14,9	31,8	26,6	108,1	47	107,3	111,7	157,4	154,8	191,6	193,6
Cova da Beira	255,3	203,6	277,8	146,4	307,4	230,2	273,7	234,3	269	237,8	305,2	269,5	355,5	262,3
Serra da Estrela	-64,9	-30,3	14,5	41,2	105,1	60,8	65,5	81,4	154,5	104,1	155,4	163	132	113,3
Alto Alentejo	74,5	97,8	73,9	34,1	98,8	56,1	100	125	225,4	225,8	287,3	242,8	528,8	445,2
Alentejo Central	449,9	365,1	369,2	246,4	293,7	253,8	236,3	245	248,5	188,3	210,8	341,5	465,9	253,3
Baixo Alentejo	136,1	82,3	211,5	120,2	212,6	92,9	256,1	202,4	246,2	182,9	356,9	363,8	471,5	337,4

Região	70_74		75_79		80_84		85_89		90_94		95_100		> de 100	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Alto Trás-os-Montes	588,3	226,3	238,4	86	147,3	121,3	205,8	141,9	173,8	206,4	103	170,4	26,8	83,1
Douro	157,9	-49,9	104,1	-223,9	86,3	-228,9	126,9	68,6	127,4	180,4	59,2	168,3	18,3	60,5
Beira Int. Norte	285,7	126,6	36,1	-59,3	-78,3	-108,8	-109,8	-116,8	-33,2	-112,5	-5,5	38	20,9	5
Beira Int. Sul	165,5	4,9	56	-101,1	0,6	-105,7	13,9	-106,7	44,5	3,4	42,5	107,9	34,9	44,9
Dão-Lafões	424,7	168,7	197	-16,3	155	41,6	255,5	214,1	239,3	249,2	90,2	218,4	36,3	98,8
Pinhal Int. Norte	334,4	188,1	118,9	11	11,6	-128,2	67,7	50,4	125,2	124,3	79,7	160,9	41,6	101,2
Pinhal Int. Sul	69,6	-50,7	16,9	-67,1	-37,9	-76,2	17,7	-90,9	-4,1	7,3	17,6	36,2	24,2	46,5
Cova da Beira	148,8	113,6	117,9	45	77,3	-5	88,2	76	54,7	81	58,5	81,4	13,2	28,2
Serra da Estrela	117,2	65,7	20	-26,9	6,1	-29	38,3	39,9	42,7	63,3	22,8	60,5	13,7	19,6
Alto Alentejo	349,6	188,1	210,4	-5,3	104,2	-87,7	112,7	-42,3	45,5	23,3	29,8	106,8	27,9	67,5
Alentejo Central	180,8	140,3	155,1	-168,8	26	-71,5	-28,1	-166,2	93	130,6	74,3	83	23,8	62,3
Baixo Alentejo	339,3	126,4	169,9	-19,5	137,4	38,5	118,8	19,5	146,7	90	91,3	91,8	16,5	57,1

Fonte: elaboração própria

GRÁFICO 1

Saldo migratório por sexo e idade para o conjunto das regiões do Interior



Analisando o conjunto das regiões situadas no Interior português, verifica-se que as oscilações de entradas e saídas segundo os grupos etários são bastante semelhantes, com as devidas diferenças de número de habitantes, entre as várias regiões. O gráfico 2. representa as várias regiões e respectivos resultados do saldo migratório.

Passamos agora a análise detalhada dos vários grupos etários. Os gráficos seguintes mostram a média das regiões do saldo migratório para cada grupo etário.

Assim, nos grupos etários correspondentes ao início de vida profissional, nomeadamente, os grupos entre os 20 e os 34 anos há saída de pessoas em quase todas as regiões. A excepção é o Alentejo Central onde a migração líquida é negativa apenas no grupo etário dos 25 aos 29 anos, que é, de resto, o grupo etário em que é atingido o pico das migrações para fora do Interior, em todos os casos. As pessoas inseridas neste grupo tinham entre 15 a 19 anos em 1991, pelo que a maioria entra no mercado de trabalho nos dez anos seguintes, correspondentes ao período analisado. Peixoto (1998) verificou existir, para as migrações internas em Portugal entre 1985 e 1991

uma relação entre as estratégias de migração dos indivíduos e as oportunidades de mobilidade social, sendo que o início de actividade correspondia a uma deslocação na generalidade para o litoral do país. Estas deslocações, que poderão estar representadas também neste saldo negativo, poderão dever-se à existência de mais oportunidades de trabalho e de consumo nas regiões do Litoral (Peixoto, 1998).

Nos grupos etários seguintes o saldo migratório começa a ser positivo. De entre as pessoas que tinham entre 35 a 39 anos em 2001 há mais entradas do que saídas em maior parte das NUTS III do Interior.

As excepções são o Douro, a Serra da Estrela e o Pinhal Interior Sul, que, com Alto Trás-os-Montes são as regiões que têm, globalmente, mais saídas. No entanto, mesmo nestas regiões o saldo migratório, ainda que negativo, é menos expressivo do que nos grupos etários mais jovens. Nos grupos etários acima dos 40 anos esta tendência positiva da migração líquida torna-se comum a todas as regiões. Até ao grupo etário dos 65 aos 69 anos o saldo migratório é sempre positivo. O pico de entradas nestas regiões do Interior dá-se sobretudo neste grupo etário dos 65 aos 69 anos, correspondentes ao grupo 55 – 59 anos

GRÁFICO 2

Saldo migratório por grupo etário e região

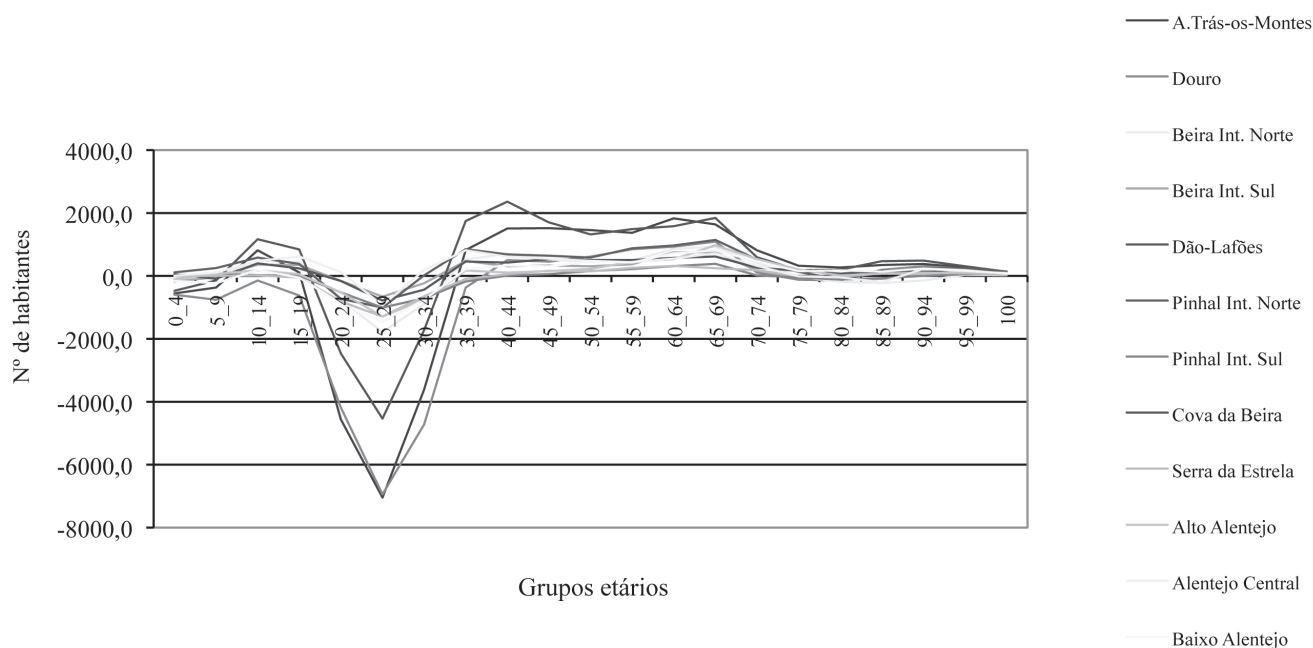
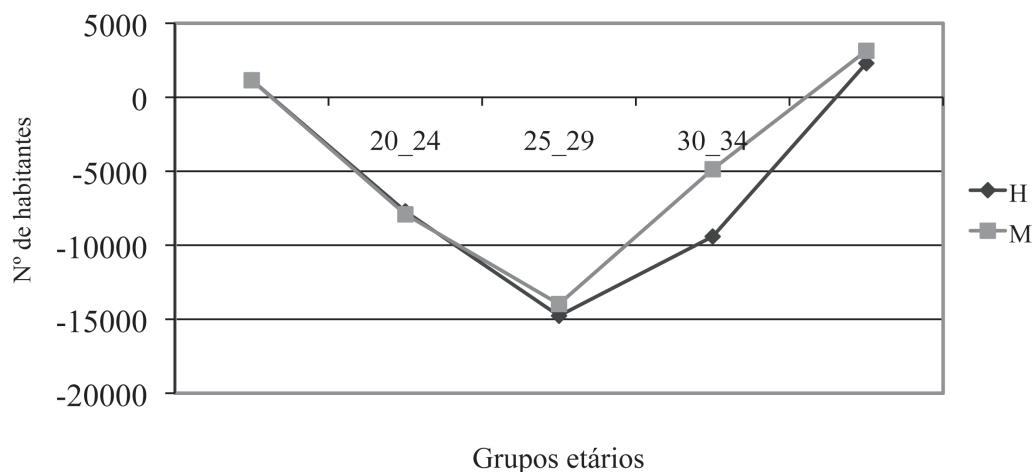


GRÁFICO 3

Saldo migratório por sexo e idade para o Interior dos grupos etários 20_34



em 1991. São, sobretudo, pessoas destas idades que migram para o Interior. Tratando-se de um saldo, note-se que para este saldo positivo contribuirá também haver menos saída de pessoas das regiões do Interior em final de carreira profissional (Peixoto, 1998). É a entrada de pessoas entre os 40 e os 69 anos, entre o meio e o final da vida profissional que constitui o saldo migratório positivo do Interior.

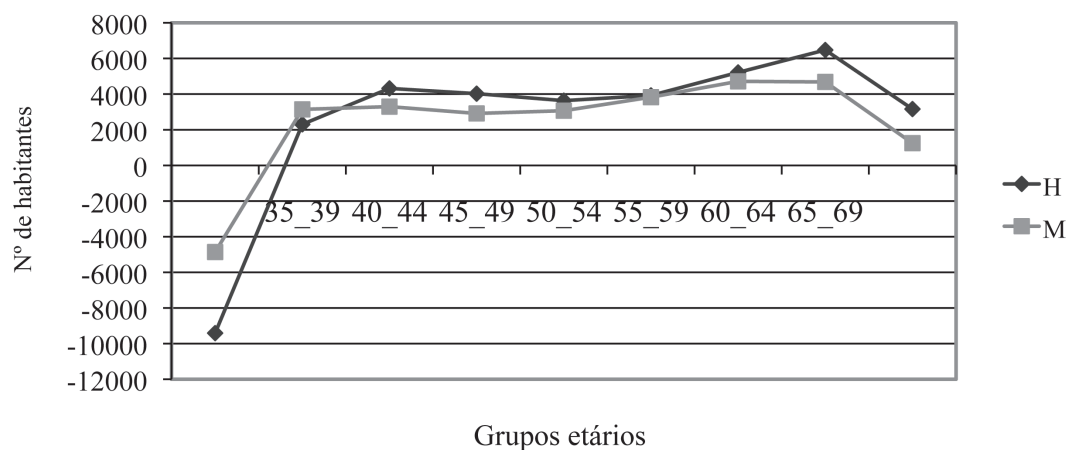
As razões que justificam este facto podem ser várias. Neste caso, não temos dados concretos que permitam saber os motivos pelos quais as pessoas migram para as zonas do Interior, consideradas, normalmente zonas deprimidas. Há, no entanto, várias hipóteses que podemos considerar:

- retorno de emigrantes, quer do estrangeiro quer das regiões do Litoral
- projectos de emigração falhados
- procura da qualidade de vida proporcionada pelo Interior
- novas formas de investimento em “zonas deprimidas”
- imigração vinda dos países do Leste europeu ou outros imigrantes internacionais

Relativamente ao retorno de emigrantes, esta pode ser uma causa para esta estrutura etária da migração para o Interior. Este fenómeno pode justificar, em parte, a relevância que adquirem os indivíduos que estão na segunda fase da sua vida activa nas

GRÁFICO 4

Saldo migratório por sexo e idade para o Interior dos grupos etários 35_69



entradas nas NUTS III do Interior português. De facto, por um lado, a migração líquida positiva, como foi verificado, começa a partir dos 40 anos, sendo que Lucas (1997) concluiu que os emigrantes retornam à sua região, sobretudo, ainda durante a vida activa. Mas é na faixa etária que passa pelo processo da reforma em algum momento do período entre 1991 e 2001 que há mais entradas no Interior português. Isto é no grupo que tinha entre 55 a 59 anos em 1991 e terá mais dez anos no segundo momento censitário.

Note-se que quando é referido o retorno de emigrantes estes tanto podem ser indivíduos vindos do estrangeiro como de outras regiões do país. Pode ser o regresso dos muitos emigrantes que saíram do país na década de 60 e 70 ou os que migraram internamente, principalmente para o Litoral e em grande parte para Lisboa. Estas entradas podem corresponder ao regresso desses protagonistas desse êxodo rural de outras décadas.

Há também a possibilidade de haver, sobretudo nos grupos relativamente mais jovens, alguma entrada de pessoas cujo projecto de emigração falhou. Kauhanen e Tervo (2002), num estudo sobre migrações para zonas deprimidas da Finlândia, apontam esta possibilidade do retorno de emigrantes que não tiveram o sucesso desejado sendo que regresso à região de origem está relacionado com a proximidade de família e amigos que podem ajudar a ultrapassar dificuldades, e uma rede de contactos já conhecida para arranjar emprego (Kauhanen e Tervo, 2002).

A qualidade de vida proporcionada pelas zonas do Interior, que normalmente são menos povoadas, as amenidades paisagísticas e naturais procuradas, quer por portugueses do Litoral, quer por estrangeiros, sobretudo do Norte da Europa que se deslocam para Sul, também poderá motivar estes migrantes. São zonas com menos densidade populacional, menos ruído e menos poluição. São zonas pouco exploradas e alteradas pelo Homem.

O próprio lançamento de investimento em zonas deprimidas, não só no sector da indústria mas também através do turismo rural, do turismo agrícola, da recuperação de aldeias de xisto, entre outros, poderá ter levado à deslocação de novos investidores para essas zonas. A possibilidade de investir no Interior pode também ser um impedimento de saída de pessoas uma vez que proporciona mais empregos.

Relativamente à última hipótese considerada, Portugal teve, no final da década de 90 um surto de imigração vinda do Leste Europeu. Eram imigrantes dos vários grupos etários, em idade activa, e migraram, ao que tudo indica, não só para o Litoral mas também para o Interior, o que pode ter contribuído bastante para um saldo migratório positivo. Além destes países houve também outros fluxos significativos, como por exemplo os originários dos PLOP que poderão estar incluídos na migração.

Nos grupos etários mais avançados o saldo migratório é variável. A partir do grupo etário 80-84 há alguma saída de pessoas, das regiões do Interior, entre 1991 e 2001, ainda que pouco expressiva. Esta saída dá-se sobretudo no sexo feminino. A partir dos 90 anos, com excepção do Douro e o Pinhal Interior Sul deixa novamente de se verificar. Mendes (2007) verificou o mesmo saldo negativo nestes grupos etários, no sexo feminino para a NUT II do Alentejo. É possível que estas saídas estejam relacionadas com o facto de, a partir de certa idade, as pessoas perderem a capacidade de viverem sozinhos, mudando-se para casa dos filhos ou para equipamentos sociais localizados no Litoral. Não temos, no entanto, razão para que isto aconteça mais no sexo feminino do que no masculino.

Nos grupos etários mais jovens destacam-se duas situações. Os grupos etários 10-14 anos e 15-19 anos, em 2001, mostram um saldo migratório positivo. Atendendo a que a análise incide sobre os dez anos anteriores ao momento em que contabiliza a idade destes grupos, facilmente se conclui que são jovens que ainda acompanham os pais. Os pais destes jovens, atendendo às idades serão, provavelmente, os adultos com mais de 35 anos, na sua maioria. São os adultos que representam entradas de pessoas no Interior. Terão os adultos, que migraram ainda durante a sua vida activa, levado os filhos, ainda dependentes deles, para o Interior? Contribuindo assim para que haja migração de jovens para estas zonas? Provavelmente sim. Esta concordância de movimentos migratórios torna plausível esta justificação. A mesma concordância mantém-se quando a situação é inversa, neste caso, na região do Douro. Esta tem um saldo migratório negativo nestes grupos etários e mantém-se até aos grupos mais avançados.

GRÁFICO 5

Saldo migratório por idade e sexo dos grupos etários 70_>100

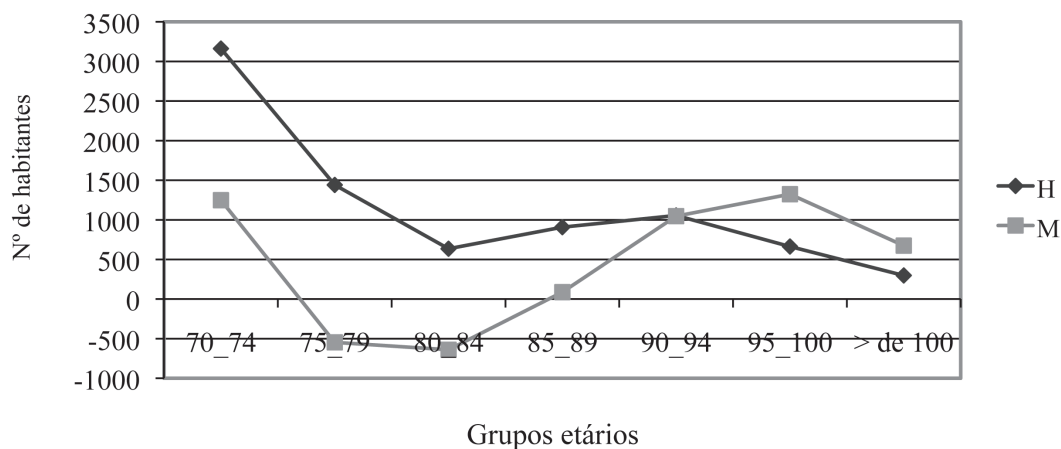
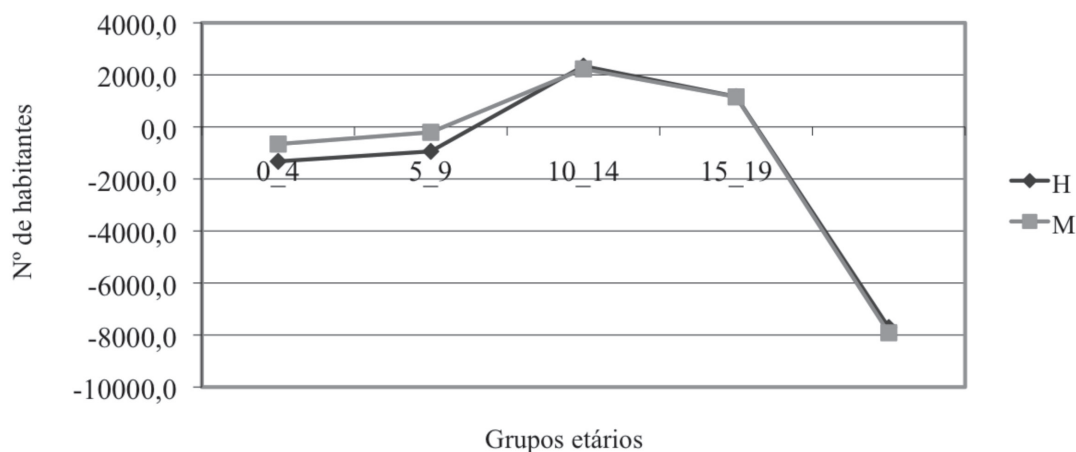


GRÁFICO 6

Saldo migratório por sexo e idade dos grupos etários 0_19



A segunda situação refere-se aos grupos que nasceram após o primeiro momento censitário, ou seja, entre 1991 e 2001 e que terão entre 0 a 9 anos, na segunda destas datas. Nestes grupos a migração líquida é, no geral, negativa, com excepção do Pinhal Interior Sul e o Pinhal Interior Norte. Ressalve-se que, apesar de haver, nestas duas regiões, um saldo positivo este é bastante ténue. Nesta segunda situação, referente a esta estrutura etária 0-9 anos, aplica-se o mesmo raciocínio que anteriormente: novamente há coincidência entre o movimento migratório, que é de saída do Interior, destes jovens e

o movimento migratório, também de saída, dos jovens adultos que possivelmente serão os pais destas crianças. Ou seja, os grupos etários dos prováveis jovens pais destas crianças serão os grupos etários entre os 20 anos e os 34 anos. Nestes grupos também há migração líquida negativa. Há novamente uma relação linear, justificada provavelmente por “acompanhamento familiar” (Campos e Saleiro, 1994:) São adultos jovens que saem das regiões do Interior, levando com eles, no caso em que existem, os filhos que terão entre 0 a 9 anos em 2001.

2.3. Implicações destes resultados para o Interior

Falar no Interior de Portugal implica, muitas vezes, falar em desertificação. O discurso das zonas deprimidas e da desertificação do Interior, acompanhado das histórias e imagens de aldeias envelhecidas e quase abandonadas, deixa, por vezes, de fora uma análise mais cuidada do que de facto tem vindo a acontecer. Este trabalho procurou, precisamente, permitir essa análise mais aprofundada. Os resultados mostram, contra a ideia fatalista do abandono do Interior que há pessoas que escolhem ir viver para estas regiões. No conjunto, houve mais pessoas, no período que analisámos, a escolher ir para essas regiões do que escolher sair dessas regiões. Será que isto torna o discurso dos problemas demográficos do Interior um mito? Certamente não é totalmente um mito. É, no entanto, na nossa opinião, excessivo, face aos factos.

O discurso da desertificação, que é quase senso comum em Portugal, pode resultar de várias situações. Por um lado é verdade que encontramos várias aldeias com poucos habitantes e, na sua maioria, habitantes idosos; e por outro, porque, na análise ao crescimento populacional, que por regra se faz, não se desagrega o que é saldo natural e que é o saldo migratório. Em relação à primeira situação estas alterações demográficas podem dever-se apenas a um movimento de urbanização: a saída de pessoas para as cidades e zonas circundantes destas. Isto acontece tanto no Interior como no Litoral. O destaque mediático é colocado na questão da interioridade quando de facto o devia ser no abandono das zonas rurais, onde quer que estas se localizem.

Quanto à perda populacional destas regiões note-se que esta, olhando para o Interior como um todo, se deve sobretudo ao saldo natural, ao simples facto de haver mais mortes do que nascimentos. Isto leva, naturalmente, à diminuição progressiva da população. Diminuição esta não tão calamitosa como aparenta, uma vez que, segundo o saldo migratório, há pessoas a irem viver para o Interior, minimizando os efeitos do saldo natural negativo. A desagregação dos dois saldos, como este trabalho realizou é importante para esta percepção.

Além disso as zonas do Interior português não são tão deprimidas como outras zonas do interior de outros países europeus. De facto, este é sempre um conceito relativo. Olhar para a densidade populacional de outras regiões consideradas deprimidas ajuda a perceber essa relativização. A NUT III portuguesa com menor densidade populacional é o Baixo Alentejo, com 14,9 hab/km². No entanto olhando para regiões deprimidas da Finlândia com uma densidade populacional de 4 hab/km² ou mesmo de Espanha, como é o caso de Soria, com 8,9 hab/km², percebemos que falar de desertificação no Baixo Alentejo, a zona com menor densidade populacional em Portugal é muito relativo.

Esta reavaliação da desertificação do Interior enquanto calamidade social é a primeira implicação destes resultados.

O objectivo principal deste trabalho foi identificar quais as pessoas que migravam para estas regiões: qual o sexo e qual a sua idade. Neste sentido, verificámos que grande parte das pessoas que querem ir viver para o Interior são de idades mais avançadas, enquanto os jovens, no geral, escolhem sair destas regiões. Este perfil do saldo migratório para estas NUTS III é importante sob duas perspectivas: pelo que significa, porque é um sinal; e porque tem consequências para a estrutura da população futura.

Na primeira perspectiva, a estrutura etária do saldo migratório significa essencialmente que há qualidade de vida no Interior, ou pelo menos a qualidade de vida como ela é percebida pelos mais idosos. Normalmente são pessoas que se regem menos pela procura de aumento de rendimento e mais pela procura de sossego, menos stress, melhor qualidade ambiental, vantagens que o Interior oferece graças, sobretudo à sua baixa densidade populacional. Mas também é um sinal de que, provavelmente há escassas oportunidades de emprego no Interior. Esta escassez motiva a saída dos jovens destas regiões, uma vez que estes procuram outro tipo de qualidade de vida, esta sim, motivada pela procura de mais rendimento, possibilidades de emprego, mais divertimento, associado normalmente a locais com mais população, e mais dinamismo.

Por outro lado, analisando sob o ponto de vista das consequências da estrutura futura da população, esta composição da migração líquida do Interior português pode suscitar, até certo ponto, problemas às regiões do Interior. Note-se que, sendo sobretudo pessoas de idade avançada a entrar para estas zonas, e jovens a sair, isto reforça o envelhecimento da população das regiões Interiores. É certo que isso não é um problema em si, para uma região como é ao nível nacional (ver à frente), mas coloca vários problemas:

- É necessário adaptar os diversos equipamentos: não se justifica a construção de uma escola onde há poucas crianças, ou investimento em hospitais pediátricos ou mesmo outros onde não há população suficiente. São, também necessários mais equipamentos sociais de apoio aos idosos.

- Pode ter consequências negativas ao nível da degradação do parque habitacional: a ausência de população leva à não reabilitação de casas e outro tipo de construções que acabam por sucumbir, porque não são utilizadas.

- Agravamento do saldo natural negativo: havendo menos pessoas em idade fértil haverá menos nascimentos. Havendo menos nascimentos há menos pessoas em idade fértil. Este ciclo leva a que haja menos jovens na região e menos pessoas, no geral, caso o saldo migratório positivo não compense o saldo natural negativo, contribuindo, cumulativamente, para o declínio populacional.

- Consequências económicas negativas decorrentes do declínio populacional: a ausência de jovens, de população activa em grande número, dificulta a instalação de indústrias baseadas em economias de escala. Não havendo mão-de-obra suficiente as indústrias não se fixam, logo há pouca atractividade da região em termos de emprego, justificando a saída dos jovens. Este é um processo cumulativo que pode ser visto como prejudicial à região.

No entanto as consequências deste saldo migratório que contribui para o envelhecimento das regiões do Interior português não são tão nefastas quanto se tem proclamado. Há várias circunstâncias atenuantes que mostram o lado positivo dos resultados obtidos neste trabalho:

- Por um lado, há migração líquida para o Interior, o que significa que estas entradas atenuam, contemporaneamente, o declínio populacional e a chamada desertificação.

- A procura de serviços por parte da população que vai viver para o Interior, oferece oportunidades de investimento: independentemente da idade, estas pessoas são consumidores. Havendo consumidores pode haver investimento. O consumo e o investimento geram, por sua vez, oportunidades de emprego que podem ajudar à fixação de jovens.

- O redireccionamento dos investimentos canalizados para os mais idosos também pode gerar oportunidades de emprego para os mais jovens. Na área do turismo, por exemplo, os investimentos poderão ser direccionados para o turismo rural ou o turismo de saúde. Por exemplo, no caso de termas ou de casas de repouso afastadas de áreas poluídas. Dentro desta área o entretenimento e a cultura deverão ter em conta o envelhecimento da população. O investimento em universidades seniores, por exemplo, ilustra esta mudança de alvo.

- Note-se, também, que os recursos absorvidos pela população mais idosa, ao nível do pagamento das reformas e do redireccionamento dos investimentos públicos não são por regra suportados pela região mas pagos por todo o país. São assegurados por transferências de descontos da população activa de todo o país. Estes consumidores vão gastar, na região onde estão, dinheiro vindo de transferências de todo o país, e mesmo de outros países, que alimenta também a economia destas zonas interiores. Esta é uma diferença importante entre regiões e países. Estes últimos têm de suportar o custo de envelhecimento da sua população enquanto as regiões beneficiam das transferências dirigidas às suas populações mais idosas

- Muitas destas pessoas que escolhem ir viver para o Interior são também investidores. O facto de algumas voltarem ainda a meio da vida activa pode significar que haja planos de investimento.

Concluindo, há, na nossa opinião um excesso de dramatização no que diz respeito à desertificação do Interior, à sua aceleração e às suas consequências. Por um lado porque esta desertificação não está a acontecer, pelo menos com a intensidade e as características que se apregoam e por outro porque as consequências do que está de facto a acontecer não são apenas negativas. Há também uma vertente positiva.

No entanto, não se pode negar que o envelhecimento da população é uma realidade que os movimentos migratórios não compensam, antes acentuam. Esta tendência demográfica, de facto estende-se a todo o país. No entanto há uma persistência superior nas regiões do Interior, notando-se assimetrias a este nível entre o Litoral e o Interior do país (Carrilho, 2002). Este envelhecimento traz um declínio populacional que se pode tornar uma ameaça porque, num efeito de bola de neve trará outras consequências para as regiões.

De qualquer forma, as implicações destes resultados, para o Interior, podem ser tidos em conta para delinear o futuro destas regiões. Se as medidas para inverter o envelhecimento destas regiões do Interior não são bem sucedidas, como o exemplo dos incentivos à natalidade, que só resultam se de facto houver jovens que possam ter filhos, há que tomar outras medidas. Estas podem passar menos por tentar inverter a situação mas sim adaptá-las à realidade existente e tirar o melhor partido dela.

Conclusão

Neste trabalho foi calculada, através de um método indirecto com base na equação de concordância, a migração líquida por grupos etários e sexo, para as regiões NUTS III do Interior de Portugal, no período compreendido entre 1991 e 2001. Estes cálculos demonstraram que: em oito das doze regiões que constituem o Interior português, o saldo migratório para o conjunto das idades, entre 1991 e 2001, foi positivo; a migração líquida global, ou seja, para todo o Interior foi, igualmente, positiva; este saldo migratório positivo deveu-se, essencialmente, ao movimento migratório para o Interior de pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 69 anos. Apesar de serem estas idades as mais relevantes para este saldo, há outros grupos etários onde

também há mais entradas do que saídas nestas regiões, nomeadamente no grupo 10-14 anos e 15 – 19 anos e em grupos acima dos 70 anos. Os jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 35 anos, sobretudo, são os que mais contribuem para o número de saídas destas regiões, para o Litoral ou para a emigração internacional

Podemos, pois, concluir que a perda populacional nas regiões do Interior se deve sobretudo ao saldo natural, uma vez que, no que respeita ao saldo migratório, há mais migrantes a entrar do que a sair destas regiões. Ou seja, paradoxalmente, as zonas consideradas “deprimidas” e em risco de desertificação, de facto, entre 1991 e 2001, atraíram mais população do que a que repeliram.

A população que atraíram encontra-se, porém, numa fase da vida mais avançada, na qual haverá menos motivação para procurar, na decisão de migrar, oportunidades de trabalho. Este facto, e o saldo migratório negativo verificado nos grupos mais jovens, em início de vida profissional, leva-nos a concluir que não é a busca de emprego, e mais rendimento, a causa das migrações para o Interior, e sim outras razões. Essas razões, discutidas na secção anterior, podem estar relacionadas com o retorno de emigrantes; com procura de sítios menos densamente povoados capazes de proporcionar mais qualidade de vida; com oportunidades de investimento. Pode ainda dever-se à entrada de alguns migrantes internacionais, provenientes, por exemplo, dos países da Europa de Leste, ou de países africanos ou mesmo de outros locais no estrangeiro, no final do período analisado.

Estes resultados têm várias implicações para o Interior. Estas existem tanto a nível de reconhecimento das potencialidades destas regiões, uma vez que, se há pessoas a entrar é porque há potencial de atracção nelas, como ao nível do balanço de vantagens e desvantagens de um saldo migratório positivo sustentado em pessoas mais idosas. Não sendo o envelhecimento da população um problema imediato, regionalmente, este pode, porém, iniciar um processo de declínio populacional que trará efeitos nefastos para o Interior do país. Mas as implicações mais importantes têm a ver com as futuras decisões e acções para estas zonas. Por um lado há oportunidades de investimento que é

necessário reconhecer, e por outro há adaptações a fazer. O esforço de tentar inverter o processo de declínio populacional poderia ser substituído por uma aposta na adaptação de estruturas económicas e sociais, de forma a estas servirem uma população, inevitavelmente, mais idosa.

Esta adaptação passará inicialmente por perceber quais as necessidades de uma população envelhecida e quais as oportunidades que com ela surgem. Um desenvolvimento possível deste trabalho seria precisamente analisar o perfil de consumo induzido por este perfil etário da população, que será, certamente diferente do perfil de consumo de uma população mais jovem. E será que esses bens e serviços, públicos e privados, consumidos pela população mais envelhecida, poderão ser produzidos localmente de forma a promoverem oportunidades de emprego nas regiões onde está? Esta é uma discussão que poderá ser feita num trabalho futuro.

Outra via de debate interessante para estas regiões é a questão da sustentabilidade dos movimentos migratórios verificados. É certo que houve migração para o Interior, e, provavelmente ainda há, mas manter-se-á? Assumindo que uma parte considerável destes movimentos se devem a retorno de migrantes que saíram de Portugal ou apenas das regiões em causa na década de 60 e 70 esta migração de retorno esgotar-se-á. Também não podemos afirmar que haverá migração de outros países para Portugal uma vez que nada garante essa entrada de pessoas, como houve na década de noventa. Até que ponto será, nestas condições, sustentável a migração para o Interior, caso não surjam novas razões para que esta se concretize? Esta é também uma via de pesquisa que se poderá desenvolver num futuro projecto.

References

- Campos, Pedro; Saleiro, Emília (1994) As migrações internas na região Norte, *Estatísticas e Estudos Regionais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- Casimiro, Fernando (1998), *A avaliação da qualidade nos recenseamentos da população e habitação de 2001 em Portugal*, documento apresentado no Seminário Internacional sobre Metodologias dos Recenseamentos da População, realizado em Portsmouth (R.U.) de 30 de Abril a 1 de Maio de 1998.
- Casimiro, Fernando; Paulino, Paula (2003) *Censos 2001 versus recenseamento eleitoral*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- Carrilho, Maria José e Gonçalves, Cristina, (2002) Dinâmicas territoriais do envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001, *Revista de Estudos Demográficos*, 36, 175 - 191
- Edmonston, Barry; Michalowski, Margaret (2004) International Migration, in Siegel, J. S., Swanson David A. (eds), *The Methods and Materials of Demography*, London, Elsevier Academic Press, 455 - 492
- INE (2001) *XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação, resultados definitivos*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- INE (1991) *XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, resultados definitivos*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- INE (2007) Programa de Acção para os Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa
- Kauhanen, Merja and Hannu Tervo (2002) Who moves to depressed regions? An analysis of migration streams in Finland in the 1990's, *International regional science review*, 25, 200 - 218
- Lucas, Vasco (1997) O retorno de emigrantes. A sua relevância na Região Centro, *Cadernos Regionais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- Mendes, Filomena (2007) Estrutura do saldo migratório na região Alentejo de 1991 a 2001 e sua influencia na dinâmica populacional, *Revista de Estudos Demográficos*, 42, 7 - 29
- Morrison, Peter; Bryon, Thomas M.; Swanson, David A. (2004) Internal Migration and short-distance mobility, in Siegel, J. S., Swanson David A. (eds), *The Methods and Materials of Demography*, London, Elsevier Academic Press, 493 - 521
- Nazareth, J. Manuel (1979) *O envelhecimento da população portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa
- Nazareth, J. Manuel (2007) *Demografia e a ciência da população*, Lisboa, Fundamentos
- Peixoto, João (1998) Selectividade migratória e dinâmicas regionais: as migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80, *Revista de Estatística*, 3º Quadrimestre de 1998, 73 - 111
- Pereira, Eduardo (2002) Principais tendências demográficas na região Norte no período intercensitário (1991-2001), *Estatísticas e Estudos Regionais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística
- Shryock, Henry; Siegel, Jacob (eds.) (1975) *The methods and materials of demography, Vol. II*, Washington D.C., U.S. Department of Commerce



O PAPEL DAS DINÂMICAS E ESTRATÉGIAS RESIDENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA¹

Maria Júlia Ferreira² - Centro de investigação: eGEO, FCSH, Universidade Nova de Lisboa - E-mail: julia.ferreira@fcsb.unl.pt

Resumo:

A habitação é um elemento importante na organização e no desenvolvimento dos territórios urbanos. As estratégias residenciais, quer das famílias (a procura) quer dos promotores privados e públicos (a oferta), conhecem grandes mudanças que urge identificar para percebermos as tendências prováveis do mercado habitacional.

A elaboração do Plano Estratégico de Habitação, na continuação das orientações do PNPOT, deu maior centralidade à questão da habitação e aos seus actores e começou a estimular o lançamento dos Programas Locais de Habitação; a estes corresponde uma escala que dá mais visibilidade aos efeitos das estratégias residenciais. A nossa finalidade é a descrição destes fenómenos, das suas relações e dos seus efeitos para ajudar a compreender as mudanças nas estratégias habitacionais, do lado da procura e da oferta, destacando documentos recentes da administração pública que consagram as linhas orientadoras nesta matéria.

Palavras-chave: *Estratégias habitacionais; territórios residenciais; políticas de habitação; Área Metropolitana de Lisboa.*

Códigos JEL: R38

Abstract:

The housing sector is an important element for the development of urban territories. The residential strategies, whether approached from the families (the demand), or from the private and public promoters' sides (the offer), are in constant change. The identification of these changes is an essential aspect in the understanding of the housing markets' trends.

The "Strategic Plan for Housing", closely inspired by PNPOT's guidelines, contributed to provide a deeper focus on the housing sector's main issues and actors. It also proved its importance in the development of the "Programas Locais de Habitação". These instruments' focus on the local scales has allowed a more thorough observation of the effects of the residential strategies. It is our purpose to understand this phenomenon, its relations and causalities, by presenting its most important changes in the last years. Some public administration documents will be highlighted.

Keywords: *Housing strategies; residential territories; housing policies; Lisbon's Metropolitan Area.*

JEL Codes: R38

¹ Texto que segue a comunicação, integrada no projecto ESDIRE /AML, do eGEO, apresentada no 15º Congresso Anual da APDR; "Redes e Desenvolvimento Regional"; realizado no Instituto Piaget, Cabo Verde, 6 a 11 de Julho de 2009; <http://www.apdr.pt/congresso/2009/>.

² Rui de Carvalho colaborou na revisão e formatação do texto final e Beatriz Ferreira, na recolha de informação.

1. Introdução

A função residencial, elemento motor na organização e no desenvolvimento dos territórios urbanos, foi operacionalizada através de modelos residenciais, nomeadamente de Alonso, Wingo, Muth e Mills. Na década de oitenta do século XX, a atenção centrou-se menos nos modelos e mais nas pessoas, nos actores e nas acções e motivações que os movem; desenvolveu-se o conceito de estratégia residencial, que rapidamente se tornou central para o entendimento da lógica das dinâmicas espaciais e das reconfigurações territoriais daí resultantes. Nos anos noventa, a análise das dinâmicas espaciais dos sistemas de povoamento, outrora mais centrada nos níveis regional e nacional, passou a valorizar o entendimento do lugar, enquanto espaço de vivências, representações (o sentido do lugar) e de estratégias.

Vamos reflectir sobre as mudanças nas estratégias habitacionais, das famílias, das empresas e da administração pública, potenciadas pelo Plano Estratégico da Habitação, e antever efeitos na recomposição dos territórios residenciais da área

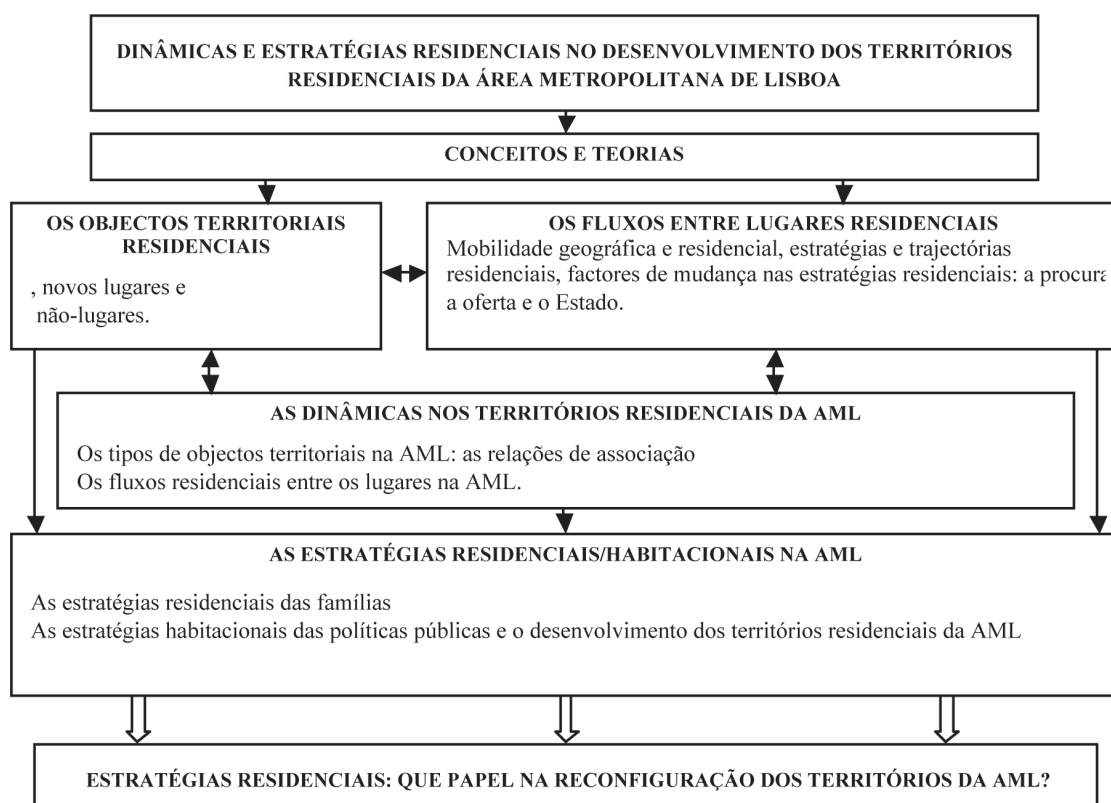
metropolitana de Lisboa. O modelo de investigação (figura 1) parte da clarificação dos conceitos-base, que definem os objectos territoriais e o tipo de fluxos que se geram entre eles, para depois identificar as dinâmicas e as estratégias residenciais e aplicar ao caso específico da área de Lisboa.

2. Conceitos centrais e teorias

2.1 Os objectos territoriais residenciais: lugar, novos lugares e não-lugares

Um lugar é o aglomerado populacional base da organização do território; do ponto de vista estatístico, é um conjunto de edifícios contíguos ou vizinhos com 10 ou mais alojamentos e a que corresponde uma designação (INE, 1981:53). Um novo lugar, que pode resultar da expansão de pequenas unidades pré-existentes ou nascer sem ter antecedentes de ocupação residencial, partindo (ou não) de operações de loteamento, é sempre um novo elemento na base da hierarquização dos territórios, um novo objecto de estudo para as ciências do território; as dinâmicas

FIGURA 1
O modelo da investigação



territoriais podem ser avaliadas pela capacidade de gerar estes novos elementos que alteram as configurações existentes.

O lugar³ é o elemento do território que traduz o viver e o habitar e permite perceber as formas como apropriamos o espaço; não é apenas um elemento estatístico pois incorpora um “sentido de lugar” e um “espírito de lugar” que lhe conferem singularidades e identidade própria, “individual e colectiva” (Silva, 2007: 8 e DGOTDU, 2008:27); os novos lugares são mundos de significados organizados (Silva, 2007: 5), mesmo que muitas vezes incompletos, devido à sua “pouca idade”.

O lugar tem, assim, uma dimensão geográfica, física, uma dimensão temporal, histórica e uma dimensão cognitiva e sociológica; confere sentido à vivência do quotidiano e é suporte à territorialidade dos indivíduos e grupos. Bairros de pobres ou bairros de ricos são igualmente lugares, com identidades próprias de cada grupo, em consequência das diferenças na apropriação que fazem dos espaços do quotidiano. Os lugares têm de estar interligados, integrados territorialmente; o contrário gera territórios de exclusão. As áreas metropolitanas são hoje, em grande parte, constituídas por lugares desconectados que cruzam territórios de pertença diferenciados, de grupos com projectos de vida e vivências muito diferentes; estas descoincidências enfraquecem o sentido de comunidade.

Os novos lugares podem reforçar ou inverter esta filosofia fracturante do espaço urbano, pois “a proximidade no espaço físico não é suficiente para a apropriação dos efeitos do lugar” (Ribeiro, 2008: 17). Os novos lugares, por serem novos e, sobretudo, quando são excludentes, geram o chamado *efeito de clube* “que resulta da associação durável de pessoas e de coisas que, sendo diferentes da grande maioria, têm em comum não serem comuns, isto é, na medida em que excluem, em direito, todos os que não apresentam as propriedades desejadas ou que apresentam (pelo menos) uma das propriedades indesejáveis” (Ribeiro, 2008: 18, que cita Bordieu, 1997). É por esta razão que os novos lugares reforçam muitas vezes a desconectividade do espaço urbano.

A dispersão pode ser entendida como um não-lugar, pois a falta de agregação no povoamento não permite a delimitação, uma designação específica e a definição de um perímetro simples. A dispersão concentrada é a estruturação em unidades, partilhando espaços comuns, nomeadamente, equipamentos, serviços, espaços verdes, etc., ou seja, é uma concentração da dispersão; pode traduzir a ideia de comunidade e rentabilizar os custos de manutenção dos espaços colectivos; é a racionalização do “solo construído”.

As descontinuidades geográficas, condição para a afirmação das singularidades dos lugares, não devem fracturar, em demasia, os territórios mas têm de proporcionar a delimitação dos lugares; as dinâmicas residenciais são mais fáceis de analisar quando há uma clara estruturação do território, pois esta potencia as identidades sócio-espaciais e a coesão dos tecidos urbanos, reforçando, desta forma, o sentido de lugar.

2.2 Os fluxos residenciais entre lugares: a mobilidade geográfica e residencial

Nos fluxos gerados entre os lugares, a mobilidade geográfica, destaca-se uma das suas componentes, a mobilidade residencial; esta é a mudança de residência, independentemente da causa que a gera; é o principal factor das dinâmicas do mercado de habitação e está associada à melhoria do poder de compra, à mobilidade do emprego, à internacionalização das formas de ocupação e lazer, aos elementos de marketing (inovação, modernidade/tradição, etc.), à degradação/ desqualificação dos espaços construídos (no centro e nas periferias urbanas), à qualidade habitacional percebida entre espaços de vivência e espaços desejados, à capacidade de inovar nos espaços residenciais⁴, à (in)satisfação residencial, ao (des)enraizamento local/ identidades residenciais e à construção de novas sociabilidades.

Para se entender a mobilidade residencial há, assim, que estudar: (i) as estratégias dos diferentes actores, (ii) os fluxos gerados, (iii) a estabilidade durável ou tempo de permanência na habitação, (iv) as utopias individuais e sociais e (v) o poder de

³ Sobre o conceito de lugar, ver nomeadamente Marques (1985: 89-110).

⁴ “Inovação como diferença nos materiais empregues, arquitectura, discriminação positiva em termos de visual, de equipamentos disponíveis no edificado ou nas suas imediações, conceito imobiliário que adopta” (Ferreira (2004b: 13-32).

compra dos diferentes estratos. As determinantes da mobilidade, tal como refere Segaud-Bonvalet-Brun (1998), são, sobretudo, a idade (mais fortes na juventude), os comportamentos sociológicos (melhoria das condições de vida, do conforto, da superfície habitável, acesso à propriedade, propensão à mudança), o estatuto de ocupação do alojamento (arrendamento ou propriedade do ocupante) e o estatuto matrimonial (os inquilinos urbanos celibatários são mais propensos à mudança).

A mobilidade residencial provoca uma onda de invasão/sucessão de classes sociais –designada por “*filtering*” – em que os grupos com maior poder de compra vão procurando novas áreas à medida que os espaços que ocupavam envelhecem ou perdem poder de atracção; esta onda leva: (i) à segmentação/ fragmentação do parque imobiliário, originando ofertas diferenciadas de mobilidade residencial e mudanças nas tipologias dos ocupantes (podendo potenciar a exclusão urbana); (ii) à constituição de cadeias de alojamentos vazios, à desqualificação do parque habitacional (ondas de sucessão desvalorizantes); ou (iii) à modernização urbana (regeneração dos espaços, gentrificação/ nobilitação dos estratos ocupantes, requalificação de áreas centrais em que as elites têm um papel motriz).

Aos efeitos dessa onda de “*filtering*”, juntam-se os das políticas públicas sobre a habitação, sobretudo para os mais desfavorecidos, pois dificultam a mobilidade residencial destes estratos sociais e levam à desvalorização do valor da propriedade nas áreas por eles ocupadas, reforçando a segregação (Carr-Kutty, 2008: 6). Num contexto de realocação, proporcionada pelos elevados quantitativos habitacionais construídos e pela facilidade de acesso ao crédito para a aquisição de habitação, os diferentes estratos sociais foram-se reposicionando, resultando uma cidade que parece mais fragmentada e mais frágil do que a de outrora.

O estudo das dinâmicas residenciais implica, desta forma, o domínio das razões e motivos das mobilidades geográfica e residencial e dos factores, efeitos e constrangimentos que podem advir do funcionamento do mercado habitacional ou das políticas públicas territoriais; implica conhecer os lugares, os fluxos entre eles e os factores que os determinam ou condicionam.

2.3 As estratégias e as trajectórias residenciais

O conceito de estratégia residencial remete-nos para 3 conjuntos de teorias explicativas (Bonvalet-Fribourg, 1990: 10-21, que cita Godard, 1988): (i) a do agente racional ou do *homo strategicus*, na lógica da optimização dos comportamentos (o que pressupõe: um sujeito racional, que procura maximizar a sua utilidade, ao adoptar uma estratégia, num sistema de interacção regido por regras), (ii) a do sentido da estratégia, ou seja, o sentido/os que os actores dão às suas práticas (é necessário, assim, distinguir estratégias, projecto e tática), e (iii) a do sentido prático ou *habitus* estratégico (em o agente social tem um triplo estatuto: é definido por uma posição de classe; é uma instância de percepção e de julgamento (*habitus*); é um sujeito autónomo a funcionar num mercado ou campo de práticas).

Assim, a estratégia residencial é a acção racional (mesmo que de forma implícita) de um agente que visa maximizar a utilidade dessa acção (tendo em vista uma mudança na posição de classe), partindo da percepção e do julgamento que faz de si mesmo e agindo como se estivesse sozinho no campo das práticas que, neste caso, é o leque das escolhas possíveis.

As estratégias dos indivíduos/famílias (que decidem) são diferentes das evidenciadas pelas empresas (entidades fornecedoras de hipóteses para a escolha) e das seguidas pelos poderes públicos (condicionantes da liberdade de o fazer); ou seja, o exercício de estratégias residenciais depende de variáveis comportamentais do indivíduo/família e de factores externos que as orientam e condicionam (empresas e políticas públicas). O direito à escolha, nomeadamente do regime de posse da habitação é, hoje, considerado fundamental em vários documentos; um deles é a Carta Urbana Europeia que diz: “... Os poderes locais devem assegurar a diversidade, liberdade de escolha e mobilidade em matéria de habitação”.

As estratégias residenciais das famílias/indivíduos são diversas, destacando-se: o reforço dos elos de vizinhança tradicionais; a reunião/ aproximação a familiares e conhecidos; a procura da casa ideal ou do local/ambiente ideal para morar; a procura de novas identidades e de novas comunidades; o reforço/redução do património; a rentabilização de

capitais ou de formas de investimento; a ascensão social vertical, para manter ou melhorar o estatuto social; a distância casa-emprego, a proximidade a equipamentos colectivos, nomeadamente escolares e de lazer; e as acessibilidades às redes de transportes e comunicações.

As estratégias habitacionais das empresas, da Administração Pública e das Instituições sem fins lucrativos podem-se confundir com as formas de uso da função habitação, como instrumento dentro das suas lógicas de intervenção; estas são, sobretudo de: (i) reforço/redução do património construído, e de (ii) aplicação e rentabilização de capitais e de formas de investimento; no caso da Administração Pública e Instituições sem fins lucrativos, deve juntar-se ainda a lógica de (iii) solidariedade social.

As estratégias residenciais concretizadas traduzem-se em *trajectórias residenciais*, que são os percursos residenciais que um indivíduo ou família faz ao longo da sua vida. Essas trajectórias, segundo Segaud-Bonvalet-Brun (1998), podem ser classificadas em ascendentes (que se traduzem na mudança para uma habitação/ambiente de melhor qualidade e em geral para propriedade do alojamento) e descendentes (quando as famílias mudam para habitações/ambientes mais desqualificados ou voltam para o parque locativo).

A estruturação das trajectórias residenciais depende de factores como o percurso profissional do indivíduo, a sua origem social, a localização/ morada da família, o lugar onde nasceu e onde passou a infância, o local do emprego (menos importante nas grandes cidades), os modos de vida (relevante nas grandes cidades), a localização estratégica da habitação (em relação aos equipamentos colectivos) e as utopias sociais e individuais.

As dinâmicas residenciais ligam a vida dos lugares e a vida dos indivíduos/famílias; os fluxos entre aqueles dependem das possibilidades de escolha que afectam as estratégias residenciais e, por isso, as trajectórias residenciais das pessoas. Ou seja, a chamada economia residencial implica a interacção entre os vários elementos que constituem o mercado habitacional, do lado da oferta (proprietários fundiários, promotoras imobiliárias e construtores civis) e da

procura (famílias e pessoas singulares), mediadas por instituições financeiras e de crédito (crédito, juros e seguros), de investimento imobiliário e, ainda, pela própria administração local (licenciamentos, impostos, taxas, serviços fornecidos).

3. Os factores de mudança nas estratégias residenciais: a procura, a oferta e o Estado

As mudanças nas estratégias residenciais podem-se efectuar ao nível dos elementos do mercado habitacional, das formas de mediação entre eles ou das escolhas prioritárias que podem ser tomadas nas diferentes fases do processo.

3.1 As novas estratégias residenciais das famílias e a mobilidade residencial

As estratégias residenciais das famílias na escolha de habitação, que outrora se traduziam na relação casa-emprego passaram a destacar outras variáveis, como a qualidade ambiental, a proximidade dos equipamentos colectivos e a centralidade, medida pelas acessibilidades ao comércio e serviços, às redes nacional e internacional de transportes e comunicações.

A evolução no ciclo de vida das famílias implica mudanças significativas nas prioridades a atribuir aos diferentes elementos; quando há filhos, as necessidades associadas a estes podem reforçar a propensão à mudança; quando o emprego é muito absorvente em tempo, não se adequando a horários convencionais, a procura da minimização da distância, na relação casa-emprego, pode ser determinante. A mobilidade residencial deve proporcionar as possibilidades de ajuste nas diferentes situações.

As novas formas de emprego/ocupação, desenvolvidas num contexto de mobilidade crescente, sobretudo de quadros especializados e técnicos superiores, geraram a chamada elite internacionalizada/ globalizada que tem alimentado parte do segmento de arrendamento da gama alta e dos condomínios residenciais exclusivos.

As classes médias têm mostrado menor capacidade de adequação às necessidades de mobilidade (devidas à mudança de emprego ou localização deste); o efeito traduziu-se em movimentos pendulares cada vez mais extensos e com custos socioeconómicos mais elevados.

Surgem soluções inovadoras para estimular a mobilidade residencial e proporcionar um melhor ajuste entre a procura e a oferta; entre elas, os hotéis sociais e a permuta de habitações (já ensaiadas em vários países). As empresas imobiliárias, depois da aposta na venda a preços de saldo (leilões imobiliários) e no arrendamento (sem a adesão necessária, por desconfiança dos proprietários e baixa procura dos inquilinos), tentam ajustar as condições da procura e da oferta, numa lógica inovadora e necessária ao bom funcionamento do mercado, nomeadamente na relação casa-emprego (troca de casas).

Mas um mercado não tem o mesmo comportamento numa situação de falta ou de excesso de habitações, mesmo que estruturalmente se caracterize pela rigidez. No primeiro caso, a aposta é aumentar o quantitativo de alojamentos; a tendência vai no sentido da fragmentação sócio espacial porque a oferta pratica preços especulativos (pela raridade do bem) e exclui as camadas com poder de compra mais baixo. Os empreendimentos diferenciam-se pela sua qualidade e destinam-se a diferentes segmentos sociais homogeneizados. Quando diminui a pressão sobre o parque habitacional valorizam-se outras componentes como o grau de modernidade e de inovação na “arte do habitar” ou a melhoria do acesso à informação (sobre os empreendimentos, os materiais usados e as condições de conforto). A procura fica mais esclarecida e exigente, pretendendo, cada vez mais, um ambiente residencial de qualidade, que proporcione satisfação residencial, e não apenas um alojamento.

A mobilidade geográfica crescente, num contexto de grande mutabilidade dos empregos e da difusão da sociedade de consumo, leva à valorização das “acessibilidades”, que influenciam, cada vez mais, os preços das habitações. Assim, na escolha de uma nova habitação, o bom acesso aos equipamentos colectivos, aos meios de transporte urbano, à rede de auto-estradas e aos aeroportos tornou-se, muitas vezes, o factor determinante.

As identidades dos lugares, que assentam em estratégias sobre os espaços públicos, sobretudo de conhecimento, legibilidade, apropriação, celebração, projecção e renovação e de significação (DGOTDU, 2008:27) estão, no entanto, a ter um peso cada vez maior no processo da tomada de decisão na escolha de habitação, nos grupos sociais com menores constrangimentos pelo seu poder de compra.

3.1 As estratégias habitacionais desenvolvidas pelo lado da oferta

A oferta (proprietários fundiários, empresas promotoras e construtoras de habitação e mediadoras imobiliárias) também conhece grandes mudanças que urge identificar e integrar, de forma a perceber as tendências prováveis do mercado habitacional. A profissionalização do sector, a fragmentação e especialização dos produtos, um *marketing* cada vez mais agressivo, a procura da inovação e da diferença mas, ao mesmo tempo, do que é tradicional, a adaptação do tipo de produto ao cliente potencial e o desenvolvimento dos empreendimentos em torno de um “conceito imobiliário” são algumas das apostas que estavam a modernizar o sector, agora a precisar de novas soluções para superar a crise. A integração das diferentes formações profissionais que concebem, financiam, promovem, medeiam, vendem e fazem a gestão de um dado conceito imobiliário é cada vez mais importante para o sucesso dos produtos.

A oferta desenvolve, assim, um conceito mais amplo de habitação, que engloba não apenas o alojamento e a sua envolvimento imediata mas também o território, a existência de espaços naturais próximos, a harmonia do empreendimento e dos territórios que o cercam; ela passou “da casa ao território como estratégia de *marketing*”.

3.2 As estratégias habitacionais da Administração Pública: o Plano Estratégico da Habitação

A habitação é considerada um factor de desenvolvimento dos territórios. O Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) integra-a, como a Constituição da República Portuguesa o determina, no contexto do ordenamento do território; destaca a existência de 24 problemas, nesse domínio, agrupando-os em seis categorias; a habitação é abordada na alínea que trata o

“desenvolvimento urbano e rural” e nas “Opções para o Desenvolvimento do Território da Área Metropolitana de Lisboa”. No Programa de Acção, o PNPO aponta 6 objectivos estratégicos em que é referida a problemática da habitação; o n.º 4 e as suas 6 medidas prioritárias mostram-se particularmente interessantes; destacam a obrigatoriedade de “Implementar o Plano Estratégico da Habitação”, de proceder a “Iniciativas de gestão e dinamização do mercado de arrendamento público”, “Incentivar o cumprimento de objectivos sociais por parte dos promotores imobiliários”, “Desenvolver intervenções sócio-urbanísticas em territórios que apresentem factores de vulnerabilidade crítica, do ponto de vista urbanístico, económico e social”, “Promover a inserção nos instrumentos de planeamento municipal dos objectivos sociais de combate à segregação urbana e de acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas” e “Concluir o Programa Especial de Realojamento e implementar programas municipais de resposta às graves carências habitacionais, em coerência com os objectivos de equidade social e territorial, reforçando a solução de reabilitação do parque devoluto em relação à construção nova” (PEH, 2007, relatório nº2: 159-162, adaptado). Ficam assim, bem claras as apostas estratégicas da Administração central, na área da habitação.

Na continuação do PNPO, o Plano Estratégico da Habitação (PEH) reconhece haver “problemas e carências fortemente persistentes ao nível das necessidades de habitação” mas também “significativas modificações nas dinâmicas demográficas e habitacionais” e, ainda, “alteração do papel do Estado e crise fiscal”, o que apela à inflexão das medidas de política e instrumentos e à incorporação de novas medidas (PEH, 2007, relatório nº3).

Dos quatro objectivos do PEH é de destacar o terceiro, no qual se afirma a intenção de elaborar propostas estratégicas detalhadas, para o desenho, implementação, monitorização e avaliação de políticas habitacionais no campo do alojamento social, da reabilitação e do arrendamento; os 5 eixos de intervenção traduzem as orientações gerais a seguir: i) *Arrendamento* (dinamização da oferta do mercado privado, por via fiscal e outros apoios; aquisição pública de imóveis devolutos); ii) *Custos controlados* (reforçar a oferta neste segmento; apoio

à autoconstrução); iii) *Reabilitação* (alargada dos centros históricos para as periferias; incidindo sobre imóveis mas também equipamentos públicos); iv) *Inovação habitacional* (reflexão sobre elementos sociais, urbanísticos, técnicos e de sustentabilidade em vista da inovação); e v) *Monitorização* (criação efectiva do Observatório da Habitação para construir e manter actualizada uma base de dados e ser sede de fóruns de debate; programas locais de habitação a serem elaborados pelos municípios).

O PEH refere como “factores de mudança no desenho e execução das novas políticas públicas de habitação: a clarificação das necessidades de habitação, a intervenção sobre o parque existente e a prevalência do apoio à pessoa e à flexibilidade dos apoios”; aposta num Estado regulador mais do que provisor, propondo, para tal, o reforço das medidas legislativas e fiscais, uma maior diversidade de actores e uma maior preocupação pela eficácia e equidade das políticas públicas.

O mesmo documento identifica, de acordo com os últimos censos (os de 2001, estando, portanto, a informação desactualizada), cerca de 40mil famílias com necessidade imediata de habitação, outras 40mil vivendo em sobrelotação e mais 180mil em habitações muito degradadas. Assume um papel regulador do mercado de habitação e o esforço no sentido do ajustamento da procura e oferta, aproveitando melhor o stock existente e apostando, para isso, nas parcerias público-privado. A acção do Estado é justificada pela necessidade de fazer funcionar os mercados (de solo e de habitações), de apoiar a população com fracos recursos no acesso à habitação e de criar condições para a oferta de habitações de baixo custo.

Não se identificam grandes novidades no PEH em relação ao PNPO, mas há, sem dúvida, uma intenção importante no sentido de introduzir “percursos de maior mobilidade habitacional e geográfica” (ficou, no entanto, a faltar a sua operacionalização - os *vouchers* de habitação e outras modalidades de apoio são medidas possíveis, seguidas em alguns países) e de articular as dinâmicas sócio-demográficas, as condições de habitabilidade, o planeamento urbano e as políticas sociais e da cidade (expressas na Constituição da República Portuguesa).

Reconhece, ainda, que nas principais alterações em curso nas dinâmicas do Estado em matéria de

habitação se destacam: “Redução do papel directo do Estado na provisão de habitação social e no apoio em geral ao acesso à habitação”, “Orientação das políticas da oferta de novos fogos para a reabilitação”, “Mudança dos mecanismos pelos quais o Estado intervém”, “Mudança de discurso político com o predomínio de um discurso liberal”, “Mudança nas funções públicas passando da concepção de Estado provisor para um Estado regulador”, “Alienação do parque público quer através da venda aos actuais ocupantes quer da sua passagem negociada para instituições de gestão do parque imobiliário”, “Orientação das linhas de apoio público para grupos específicos identificados como carecendo de apoio: migrantes, famílias pobres, etc”, “Ênfase no aumento de eficiência na gestão do parque público”, “Intervenção integrada na lógica do “desenvolvimento social urbano” nos bairros com maiores manifestações de exclusão intervindo no edificado mas também de forma integrada na habitação, emprego, cultura, etc.” (PEH, 2007, relatório nº 1:13, adaptado).

Na formulação das prioridades, o PEH torna mais clara a mudança de paradigma em que assenta, quer no modelo, quer nas estratégias de intervenção; passa do velho modelo centrado no acesso à casa, para “um modelo centrado no desenvolvimento do habitat”, que deve estar adequado a situações muito diversas e ter em conta as especificidades das áreas metropolitanas, das cidades pequenas e médias, as dinâmicas da mobilidade geográfica, o desenvolvimento das redes, o ordenamento do território, as novas políticas de crescimento demográfico e a promoção de áreas de baixa densidade. Agora a avaliação de carências terá de ter uma base qualitativa importante até porque se pressupõe que, com a finalização, em curso, do Plano Especial de Realojamento (PER), as carências quantitativas estejam sob controlo.

Na localização das intervenções há uma aposta ainda mais clara num novo modelo “que procura favorecer a mobilidade geográfica, económica, social, profissional como um elemento novo para a produção de soluções integradas e flexíveis ao nível da habitação, valorizando as melhores formas de integração urbanística e o favorecimento das mobilidades”; tudo isto em resultado da mudança do modelo de “apoio à casa” para o modelo de “apoio em função das necessidades concretas que evoluem

ao longo da vida” (co-responsabiliza a Segurança Social, quase se deduzindo que é a esta que compete resolver o problema da insolvência no acesso à habitação). Afirmar a maior adequabilidade do regime de arrendamento “gerando condições mais fáceis e flexíveis de mobilidade geográfica e habitacional e exigindo um investimento público menos vultuoso”. Nos 5 Eixos de intervenção do PEH, que agregam 13 medidas, tem especial interesse, pelo seu carácter pragmático, o eixo 5 e as duas medidas a ele associadas: a criação do Observatório da Habitação e Reabilitação Urbana (OHRU) e a implementação dos Programas Locais de Habitação (PLH).

Assim, hoje as estratégias públicas sobre a habitação são bem claras e, por isso, as linhas orientadoras das dinâmicas do mercado, que condicionam a transformação dos territórios residenciais.

4. As dinâmicas residenciais na Área Metropolitana de Lisboa: os objectos territoriais e os fluxos

Nas Opções para o Desenvolvimento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (AML), o PNPOT destaca o problema da habitação, considerando que na AML há “a grande concentração nacional dos problemas urbanos” e que a habitação é um dos “problemas que nesta área se colocam com uma intensidade particular, condicionando a qualidade de vida e a competitividade do principal espaço de inserção internacional do País” (PEH, 2007, Relatório nº 2:159). Este facto justifica o caso de estudo escolhido para esta reflexão.

Vamos começar por descrever os tipos de objectos territoriais residenciais e procurar as relações que manifestam entre eles, sejam elas de associação ou não.

4.1 Os novos lugares na “demografia” do povoamento da área de Lisboa

Os novos lugares traduzem, do ponto de vista da estatística espacial, a base da hierarquia dos elementos do território e a evolução do seu número é um indicador da mobilidade residencial e das dinâmicas sócio-espaciais. Apesar das dificuldades advindas das alterações nos conceitos e nos procedimentos associados à elaboração dos Recenseamentos da

População⁵, podemos organizar as designações estatísticas e a sua variação nos vários censos, operacionalizando o conceito de “demografia do povoamento”. Por exemplo, na Península de Setúbal, na década de 1980, aparecem muitas designações novas e desaparecem ainda mais, absorvidas pelo crescimento urbano (Quadro nº1). A década de noventa é, sem dúvida, menos dinâmica, desse ponto de vista. Em 2001, havia aí 534 designações de lugares, 66 de divisões administrativas e 52 de “isolados ou residuais”, traduzindo o povoamento disperso que caracteriza esta área. A demografia do povoamento traduz as dinâmicas territoriais mas não informa sobre os processos, os actores e as suas estratégias residenciais, temas centrais nesta pesquisa.

4.2 Os lugares-jardim, lugares das elites, condomínios habitacionais exclusivos fechados

Uma parte dos lugares das elites situa-se nas “áreas dinâmicas periféricas” referidas no Plano Estratégico de Lisboa; no entanto, eles não se confinam às periferias, desenvolvem-se no centro das cidades, em tradicionais espaços de elites ou em áreas em renovação /requalificação; para muitos autores, o futuro dos centros históricos passa pela extensão desta tipologia, substituindo a função comercial pela residencial para estratos com capacidade aquisitiva e cultura urbana.

Adifusão dos condomínios habitacionais exclusivos suburbanos deu-se num contexto de suburbanização, de aumento de poder de compra generalizado, de avanço do neoliberalismo, de internacionalização das empresas e modos de vida, de melhoria das acessibilidades aos centros das cidades, de desenvolvimento de pólos tecnológicos nas periferias, de fragmentação do espaço urbano e das suas periferias (que caracteriza os espaços metropolitanos pós modernos), de aumento da heterogeneidade cultural, económica e social que acompanha a globalização em curso (multiculturalismo) e de grande mobilidade internacional da mão-de-obra qualificada. Em Portugal, difundem-se sobretudo pelo carácter “elitista” que assumem, para fazer a distinção social e cultural, para marcar a mobilidade social ascendente, pela “pobreza” do nosso urbanismo, pela falta de urbanizações de qualidade, que incorporem infra-estruturas de lazer e desporto; a segurança privada em que apostam continua a tradição dos porteiros nos condomínios verticais. O espírito associativo/comunitário continuou a faltar, não imitando, neste domínio, os modelos anglo-saxónicos. Em muitos, a expressão das áreas verdes permite chamar-lhes lugares-jardim, designação mais apropriada para os dos subúrbios ricos, porque a raridade do espaço livre reduz a dimensão das áreas verdes dos condomínios exclusivos urbanos.

QUADRO 1
A demografia do povoamento da Península de Setúbal, 1981-2001

Concelhos	Nomes de lugares que aparecem		Nomes de lugares que desaparecem		Designações existentes, 2001			
	1981/91	Jan/91	1981/91	Jan/91	Lugares	Divisões administ.	Isolados/residuais	Total
Alcochete	4	5	2	9	22	4	3	29
Almada	19	3	32	---	71	12	6	89
Barreiro	10	2	4	---	22	7	5	34
Moita	15	1	10	---	48	7	6	61
Montijo	20	7	19	2	69	9	9	87
Palmela	5	9	16	3	84	7	5	96
Seixal	14	8	29	2	88	7	6	101
Sesimbra	15	---	2	4	56	4	4	64
Setúbal	11	2	31	---	74	9	8	91
Total	113	37	145	20	534	66	52	652

Fonte: Ferreira, (2004a) (adaptado)

⁵ Recomenda-se Marques (1985), na sua obra, já mencionada, sobre o conceito de lugar.

Na Área Metropolitana de Lisboa, as áreas dinâmicas periféricas (Mafra-Malveira, Azambuja-Carregado, Samora Correia-Porto Alto, Sistema de Sesimbra, Pegões-Marateca) constituem uma coroa em torno da cidade de Lisboa (prolonga-se por outros espaços não referidos no Plano Estratégico mas que fazem parte da mesma lógica): a norte, Sintra-Cascais liga-se a Mafra-Malveira, Benavente (que não pertence à AML-administrativa, mas integra-se cada vez mais no seu sistema funcional), à Azambuja-Carregado e a Samora Correia-Porto Alto; a sul, Almada liga-se ao sistema de Sesimbra que se prolonga por Palmela até à Marateca, contornando Setúbal. Este arco é a localização preferencial dos condomínios exclusivos suburbanos ou de periferia, pois dispõe de amplos espaços verdes e a distância a que se encontra da cidade de Lisboa permite deslocações fáceis, mesmo pendulares.

No contexto metropolitano, em que a maioria da população participa no modo de vida urbano, terá pertinência pensarmos se existe relação entre a distribuição do verde natural e a população com maior

grau de instrução/ poder de compra? ou seja, se este segmento da população se concentra em áreas em que o verde natural ainda ocupa extensão assinalável ou se prefere as cidades.

Segundo o quadro nº2, a superfície florestal tem maior expressão na margem sul, no Montijo (17501 ha), Palmela (10407) e Sesimbra (8600), seguindo-se, na margem norte, Mafra (7498) e Loures (7079). Estes valores, para além de traduzirem a superfície total destes concelhos, são também indicadores das principais manchas verdes da Área Metropolitana de Lisboa.

Para verificarmos a pertinência desta questão determinámos o coeficiente de correlação para as variáveis do Quadro nº 2 (excluímos Odivelas, Amadora e Setúbal por não terem superfície classificada no item florestal). A matriz-base contém dados absolutos e relativos o que implica cuidados na análise, pois apenas os últimos se referem a universos comparáveis.

QUADRO 2
Expressão do verde natural, superfície urbana e o grau de instrução superior da população,
nos concelhos da área metropolitana de Lisboa

Concelhos	Utilização dos solos em 1996 (ha)			População residente segundo o grau de instrução		Var% pop c/ens sup 1991/2001
	Superfície florestal	Superfície urbana	Solo urbano %	% pop. c/ ens. sup.1991	% pop. c/ ens. sup. 2001	
Amadora	xxx	1476	62,1	4,28	13,8	222,58
Cascais	314	5737	59,1	7,61	21,24	178,93
Lisboa	1332	6400	76,3	8,77	24,9	184,07
Loures	7079	6522	35	5,64	12,71	125,36
Mafra	7498	1750	6	1,28	8,65	577,97
Odivelas	xxx	xxx	xxx	xxx	12,53	xxx
Oeiras	153	3824	83,4	9,28	26,02	180,57
Sintra	1112	7528	23,8	3,51	12,56	258,08
Vila Fr. De Xira	1627	3565	12,1	2,13	10,57	395,11
Alcochete	2900	1344	14,2	0,97	9,66	892,66
Almada	1691	1311	18,7	3,83	14,66	283,02
Barreiro	314	2562	81,4	2,41	11,93	395,84
Moita	372	1457	26,5	1,1	7,74	605,14
Montijo	17501	2020	5,8	1,71	9,12	432,62
Palmela	10407	5505	11,9	1,32	8,84	568,51
Seixal	2397	5026	53,7	2,45	11,62	374,82
Sesimbra	8600	3116	16	1,34	8,81	559,27
Setúbal	xxx	4856	28,5	3,11	12,61	305,32
Total – AML	63297	63999	22,4	5,19	16,17	211,7

Fonte de dados: INE, RGPH, 1991, 2001 e INE, 1999

As percentagens de solo urbano e da população com curso superior manifestam uma relação estatística significativa acima de 90% de confiança (0,724, em 1991, aumentando para 0,750, em 2001), mas inversa com a variação verificada entre 1991 e 2001 (-0,573) (Quadro nº 3), ou seja, a um aumento da percentagem de solo urbano correspondeu uma diminuição da população mais escolarizada; assim, podemos afirmar que este estrato social procura áreas menos urbanizadas?

Na realidade, verifica-se que os condomínios habitacionais exclusivos de periferia, nas suas diferentes modalidades, formam uma coroa em torno de Lisboa, que se estende entre Mafra, Benavente (fora da AML) - Palmela - Sesimbra - Almada, aproveitando melhores condições ambientais e o património natural aí existente.

4.3 Os enclaves urbanos

Os espaços de elite não aparecem apenas nas periferias urbanas, desenvolvem-se também no interior da malha urbana. Pela densidade urbanística e pela redução dos espaços verdes, os condomínios habitacionais exclusivos dos concelhos de Lisboa, Oeiras e da área sul de Cascais são, sobretudo, do tipo urbano. Os condomínios urbanos identificados no País, em 2001, eram de pequena dimensão em número de fogos; a média era de 111 fogos mas a classe mediana era de 25-50 fogos, seguindo-se a de 50-100 fogos (Ferreira *et al.*, 2001).

Em Portugal, em nosso entender, a escassez da oferta quer de solos urbanizados quer de habitações, que se arrastou por várias décadas, permitiu a má qualidade do urbanismo praticado e o acolhimento da tipologia em condomínios fechados exclusivos, em geral, e, em especial no espaço urbano, pois estes traziam a qualidade, o sentido de “comunidade” e os equipamentos que escasseavam na maioria das urbanizações.

Esta forma urbana está agora muito disseminada e continua a ser um elemento de marketing imobiliário muito utilizado, mesmo que banalizando o conceito, desvirtuando do sentido inicial e até da excelência da qualidade de vida que pretendia traduzir.

4.4 Os lugares da habitação secundária e do turismo residencial

A habitação secundária, entendida como a de uso sazonal, conheceu nas últimas décadas uma grande difusão em muitas áreas do País, nomeadamente nas periferias das principais cidades e, de uma maneira geral, por todo o País. No território continental português, entre 1970 e 2001, a taxa de crescimento anual acumulada da população foi 0,55% mas a dos alojamentos foi de 2,14%; para esta teve grande contributo o aumento do número de alojamentos de uso sazonal/vagos, que foi progressivo e contínuo neste período (tal como documenta o relatório nº1 do PEH). Embora em números absolutos as áreas

QUADRO 3
Relação entre o verde natural e a distribuição da população com o ensino superior

Indicadores	Superfície	Superfície	% Solo	% Pop. c/	% pop c/	Var%Pop c/
	Florestal	Urbana	Urbano	EnsSup 91	EnsSup 01	EnsSup 91/01
Sup florestal 1996	***	-0,134	-0,576t	-0,402	-0,468	0,251
Sup. Urbana 1996		***	0,232	0,468	0,38	-0,535
% Solo urbano 1996			***	0,724	0,75	-0,573
% Pop Ens Sup 1991				***	0,968	-0,782
% Pop Ens Sup 2001					***	-0,676
Var% Pop EnsSup91/01						***

NB: N=17; 2 graus de liberdade, nível de confiança a 90%; v.c.=0,412

mais urbanizadas e as suas periferias imediatas tenham a expressão principal deste fenómeno, em termos relativos (em relação ao parque existente) é no interior que apresenta um peso percentual mais elevado.

Ao nível dos concelhos, a distribuição deste fenómeno na AML é muito irregular havendo mudanças significativas no *ranking* nacional dos concelhos com maior número de alojamentos de uso sazonal, de 1991 para 2001. Se na primeira data dominava, em valores absolutos, Almada, seguindo-se Lisboa, Sintra, Cascais, Loures, Seixal e Sesimbra, em 2001, Lisboa liderava a lista, seguindo-se Almada, Sintra, Cascais e Seixal, desaparecendo Loures e Sesimbra dos 8 primeiros lugares (Quadro nº 4).

As percentagens médias do parque habitacional de uso sazonal/vago, em 2001, (Quadro nº5) atingiam os 36,9 em Sesimbra, seguindo-se Almada (25,4) e Mafra (25,0). A variação entre 1981 e 2001 foi positiva em todos os concelhos e, em sete deles, acima da média da AML (7,6%). Entre 1991 e 2001, a taxa de variação assumiu valores negativos em metade dos concelhos, e no conjunto da AML passou dos 7,6 para os 0,2, traduzindo provavelmente a maturidade da difusão deste fenómeno (no País esses valores foram, respectivamente, 13,1 e 2,7, materializando o mesmo modelo de variação mas com valores mais altos).

Ao nível da freguesia, Barbosa (2007: 103) cartografou a distribuição dos alojamentos de uso sazonal na AML, em 1991 e 2001; a mancha que representa as freguesias que tinham mais de 10% do seu parque residencial com o uso sazonal ou vagos estendeu-se muito a partir dos núcleos existentes em 1991; na margem norte, passou a ocupar grande parte dos concelhos de Sintra e interior dos de Cascais e

Oeiras; a mancha Carregado-Azambuja também cresceu. Na margem sul do Tejo as freguesias o parque ocupado por alojamentos de uso sazonal/vagos com valores inferiores a 10% passaram a ser poucas; a grande parte das do litoral situa-se na classe dos 40-50% e, no centro, atingem os 30-40%.

Para avaliar as perspectivas de evolução da habitação secundária há que ter em conta algumas variáveis, dentro das quais se destacam: a alteração nas estruturas etárias da população, o envelhecimento progressivo e intenso, a existência de muitos reformados, as colónias de reformados em áreas turísticas com clima ameno e/ou património paisagístico, a fluidez dos padrões de mobilidade e de “filiação territorial”, os fluxos entre habitação principal e secundária e distâncias percorridas (cada vez maiores), as permanências mais longas na habitação secundária (mesmo localizada no estrangeiro, os ocupantes passam de turistas para residentes permanentes), a internacionalização dos fluxos e mistura de culturas e identidades e as segundas residências no estrangeiro, por compra ainda na idade activa dos indivíduos.

A distribuição da habitação secundária resulta de vários factores que são diferentes para as localizações nas proximidades das grandes cidades e no interior do País; naquelas, parece ter um peso importante, a procura de habitação de maiores dimensões e inserida em ambiente mais verde fora das cidades mas em periferias de fácil acessibilidade; há, geralmente, a ideia de que deverá haver correlação entre a sua distribuição e a dos edifícios com 1 alojamento, que traduzem, em geral, a situação de habitação unifamiliar.

QUADRO 4

Ranking dos concelhos com maior expressão de alojamentos de uso sazonal, 1991, 2001

1991			2001		
Rank	Concelho	Nº aloj. uso saz.	Rank	Concelho	Nº aloj. uso saz.
1º	Almada	18314	1º	Lisboa	26267
2º	Lisboa	18212	2º	Almada	23086
3º	Sintra	15419	4º	Sintra	17473
5º	Cascais	13741	5º	Cascais	17006
6º	Loures	10650	8º	Seixal	11079
7º	Seixal	9453			
8º	Sesimbra	8446			

Fonte: BARBOSA (2007: 85) (adaptado)

QUADRO 5

Alojamentos de uso sazonal, por concelho na AML, em 2001, e variações percentuais inter-censitárias

Concelhos	Al. Uso Saz. 01	%Uso Saz. 01	%Uso Saz. 01-%91	%Uso Saz. 01-%81
Amadora	6804	8,6	0,1	7,1
Cascais	17006	19,1	-0,2	7,9
Lisboa	26267	9,1	2,4	8
Loures	7102	8,5	-0,2	5,8
Mafra	7520	25	-1,7	6,4
Odivelas	5084	8,8	0,2	8,8
Oeiras	7513	10	-1,5	6,2
Sintra	17473	10,5	-3,1	3,7
Vila Franca de Xira	4353	8,1	-2,2	5,9
Alcochete	740	12	-1,5	7,1
Almada	23086	25,4	0,4	9,8
Barreiro	2761	7,3	0	5,4
Moita	3560	11,7	2	9,3
Montijo	1866	9,6	1	6,9
Palmela	3938	15,1	1,3	5,8
Seixal	11079	16,1	-2,7	11,2
Sesimbra	8998	36,9	-10	2,1
Setúbal	6652	12,1	1,3	8
Total - AML	161802	12,6	0,2	7,6
Total do País	924419	18,4	2,6	13,1
Continente	897280	18,6	2,7	13,1

Fonte de dados: INE, RGPH, 1981, 1991, 2001

Considerando os 18 concelhos da AML, em 1991, a percentagem de alojamentos de uso sazonal e a dos edifícios com 1 alojamento apresentavam um coeficiente de correlação de 0,454, aumentando o valor do coeficiente para 0,574 em 2001, ou seja, elevando o coeficiente de determinação de 21% para 33%. Com um grau de explicação médio, apresenta-se como significativo acima de 90% de confiança, pois o valor crítico é de 0,400. A variação percentual dos alojamentos de uso sazonal (entre 1991 e 2001) manifestava, com a dos edifícios com 1 alojamento, uma relação negativa (-0,483), significando que, tendencialmente, ao aumento dos alojamentos de uso sazonal correspondeu uma diminuição do número de edifícios de 1 alojamento, ou seja, da habitação unifamiliar. Pode daqui deduzir-se que a habitação secundária está a assumir formas de alojamento

cada vez mais “não unifamiliar” em muitas das novas urbanizações, nomeadamente em condomínios exclusivos, que além das moradias têm também, cada vez mais, edifícios plurifamiliares?

Afirma-se muitas vezes que a procura da habitação secundária é, sobretudo, constituída pela classe média urbana ligada ao sector terciário, principalmente ao sector “terciário económico”. Para confirmar ou não esta afirmação no caso da AML, recorreremos novamente à correlação de Pearson. Os coeficientes de correlação são muito baixos, quer com o terciário económico, o terciário total (em 1991 ou em 2001), ou com a variação decenal dos mesmos; não traduzem uma relação estatística significativa e, por isso, não confirmam essa afirmação.⁶

⁶ Coeficientes de correlação: % aloj. de uso saz. e % III económico, em 1991, (-0,054); % aloj. de uso saz. e % III total, em 1991, (-0,199); % aloj. de uso saz. e % III total, em 2001 (-0,209); var % 91/01 de aloj. de uso saz. e do III total (0,164). Em 1991: N=17. Em 2001: N=18; a 90% de confiança: vc=0,412, em 1991; vc=0,400, em 2001.

Para compreender as estratégias associadas à opção pelas segundas residências é pertinente entender as razões que justificam essa decisão. Se seguirmos as ideias de Hall-Müller (2004:266) os motivos serão, entre outros: os filhos, a tipologia da casa, a aposta como investimento, a ligação com as áreas de origem, o contacto com a natureza, a procura de um lugar para descanso, desporto ou lazer, nomeadamente para a execução de trabalhos manuais, como fuga aos problemas da cidade ou como procura de espaços para produzir alimentos controlados (como a agricultura biológica), ou o estatuto socioeconómico. O estímulo, ou não, para a difusão dos alojamentos sazonais tem de resultar da análise custo-benefício da aposta neste segmento do parque habitacional, suportada por variáveis, algumas já exploradas por vários autores.

4.5 As ilhas-subúrbio e os lugares de “habitat desintegrados”: espaços-problema e áreas críticas

Esta categoria engloba situações diversas que vão dos bairros sociais, sobretudo dos que seguiram o modelo da concentração em área e em altura, as áreas de génese urbana ilegal (AUGI's) ou clandestina⁷ (as que não concluíram ainda o processo de integração na malha urbana) e outras situações em que o habitar não reúne condições aceitáveis do ponto de vista urbanístico e/ou social; são, em geral, designadas por áreas críticas urbanas.

O estudo das áreas críticas urbanas na AML remete-nos para o PROT-AML (CCDRLVT, 2002)⁸ e, em primeiro lugar, para as áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, ACRRU, definidas no Artigo 41º-1, da Lei dos Solo, como sendo: “aquelas em que a falta ou insuficiência de infra-estruturas urbanísticas, de equipamento social, de áreas livres e espaços verdes, ou as deficiências dos edifícios existentes, no que se refere a condições de solidez, segurança ou salubridade, atinjam uma gravidade tal que só a intervenção da Administração, através de providências expeditas, permita obviar, eficazmente, aos inconvenientes e perigos inerentes às mencionadas situações”; a sua delimitação é feita por decreto assim como a regulação do seu regime

jurídico excepcional no contexto da reabilitação urbana de zonas históricas (Criação de Sociedades de Reabilitação Urbana).

Na reconversão das áreas críticas urbanas teve um papel importante o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (PER); este, que promoveu o realojamento de grande parte dos residentes nessas áreas, foi criado pelo Decreto-lei nº 163/93, de 7 de Maio e alterado pelo Decreto-Lei nº 271/2003, de 28 de Outubro; teve como objectivo geral a concessão de apoios financeiros para construção, aquisição ou arrendamento de fogos destinados ao realojamento de agregados familiares residentes em barracas e habitações similares, resolvendo, assim, grande parte do problema habitacional dos estratos mais carenciados. É também de referir a “Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos” (RCM nº143/2005), IBC, que visou a integração socioeconómica e urbanística de áreas críticas urbanas e propôs o desenvolvimento de metodologias e modelos de intervenção inovadores, em matéria de financiamento e de gestão de projectos.

No PEH, a intervenção habitacional em áreas críticas, no âmbito da política de cidades, constituiu a medida 3.1 do eixo estratégico 3 “Reabilitação do Parque Habitacional Privado e Público” e o Instrumento de Política “Parcerias para a Regeneração Urbana” incluía as intervenções no edificado, nomeadamente destas áreas (PEH, 2007, relatório nº 3:45).

Nos concelhos da AML, a distribuição das áreas críticas, como foi publicado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, em 1998, manifestava uma forte concentração na cidade de Lisboa (quase 150mil residentes), seguindo-se os concelhos de Amadora, Almada e Sintra, cada um com mais de 20mil; acima de 10mil estavam Loures e Cascais e, com mais de 5mil, Vila Franca de Xira, Moita, Barreiro e Oeiras. Abaixo destes valores, mas ainda com expressão, ficavam Setúbal, Seixal e Montijo. Dentro da cidade de Lisboa, as áreas críticas predominavam na parte oriental e na que acompanha o interior do limite concelhio, estendendo-se pelo concelho da Amadora.

⁷ Sobre o mal-estar destas periferias espontâneas, ver Domingues (1994/5).

⁸ Nomeadamente no que se refere aos bairros críticos e à sua tipologia: clandestinos, barracas, bairros degradados em centros históricos, bairros sociais; tipologia seguida no Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, 2000-2010 (CCDRLVT, 1999: 39).

Afirma-se, muitas vezes, que o habitat em altura nas periferias urbanas potencia a degradação mais rápida da condição habitacional, podendo assim constituir-se como um factor com efeito repulsivo da distribuição de segundas residências. Relacionámos as percentagens de alojamentos de uso sazonal com a dos edifícios com 5 ou mais alojamentos nos concelhos da AML. Os coeficientes de correlação são negativos e muito semelhantes em 1991 e 2001, mostrando-se significativos a níveis de confiança superiores a 90%.

Outra afirmação habitual é a que associa a tradicional “classe operária”, em declínio, com os habitats degradados. Determinámos a correlação entre as percentagens de alojamentos de uso sazonal e a da população empregue no sector secundário, em 1991 e 2001; a relação não é significativa mas inverte o sentido sendo negativa em 1991 e positiva em 2001, parecendo, assim, deixar de ser repulsiva para variar no mesmo sentido (Quadro nº 6).

Verificámos ainda se havia relação estatística entre o PER/mil habitantes (construído ou acordado) e a % de solo urbano; se o PER pretendia resolver o problema das áreas metropolitanas, os “novos lugares” surgidos com o programa devem situar-se em áreas de concentração urbana. Os PER/mil habitantes, construído e acordado, manifestam, efectivamente, uma relação directa significativa, mais forte no PER acordado, confirmando a filosofia que o suportava.

5. Estratégias habitacionais na Área Metropolitana de Lisboa: as estratégias das políticas públicas e o desenvolvimento dos territórios residenciais

No caso português e, mais particularmente, na região de Lisboa, o mercado habitacional tem mostrado uma grande rigidez, para o que contribuíram factores variados como o congelamento das rendas, a falta de habitações em quantidade e qualidade até às últimas décadas, a aposta generalizada e quase única na compra de habitação associada à dificuldade de dinamizar o segmento de arrendamento, evidenciada nos últimos anos e, agora, a crise do imobiliário num contexto em que há excedentes de habitações construídas. Que tipo de estratégias residenciais se podem desenvolver nesta área do território nacional e como têm evoluído, é a pergunta que colocámos e, sobretudo, quais são as grandes orientações que decorrem dos actuais instrumentos de intervenção no sector e que condicionam a tomada de decisão nesta matéria; nestas podemos destacar as seguintes:

QUADRO 6
Correlação entre a % de alojamentos de uso sazonal, a % de edifícios com 5+ alojamentos e o PER concluído/ acordado por mil habitantes

Variáveis	Coeficientes de correlação
% uso saz. 91 e edif. 5+ aloj. 91	-0,508
% uso saz. 01 e edif. 5+ aloj. 01	-0,581
% uso saz. 91 e % sector II 91	-0,094
%uso saz. 01 e % sector II 01	0,135
Var % uso saz. 91/01 e var % pop. II 91/01	-0,323
PER concl. 2007/1000 Aloj 01 e % solo urbano	0,406
PER acordado 2007/1000 Aloj 01 e % solo urbano	0,578
PER concl./1000 aloj. 01 e % uso sazonal 01	-0,313

NB: N=18;ao nível de confiança de 90%, vc= 0,400

5.1 Estratégias de redução do parque público e de modernização da gestão do parque público residual

A aposta da Administração Pública central tem sido a venda aos particulares residentes nos alojamentos ou a sua cedência aos municípios. Entre 1993 e 2007, segundo o relatório nº2 do PEH (remetendo para a Base de Dados do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana), quase 27 mil alojamentos tiveram este destino, tendo-se destacado o distrito de Lisboa (5295), Porto (3997), Setúbal (5247), Aveiro (1833) e Braga (1498). Os dados não fazem a distribuição das variáveis nos concelhos da AML mas servem para mostrar os efeitos da estratégia de alienação do parque público.

A gestão do parque público, nomeadamente nos municípios com maior expressão da habitação social, enfrenta problemas que têm a ver com as características específicas deste segmento: não pode ser tratado com uma lógica apenas empresarial mas também não pode perpetuar formas enraizadas de olhar de maneira incorrecta para este “bem público”, pelos residentes, pelos novos pretendentes, pela população em geral e pela administração pública.

5.2 Estratégias de estruturação do povoamento e de formação de novos lugares

A dispersão concentrada, definida por Luís Bruno Soares (2002: 125) como a que “integra formas e padrões de ocupação muito diversificados que têm associadas lógicas e dinâmicas sociais e económicas também muito diferenciadas embora coexistam, quase sempre no mesmo espaço”, é o resultado da modernização dos processos de aquisição de habitação nomeadamente a de residência secundária e da sua apropriação pelo capital num contexto de escassez de solo com direito de construção; é a passagem da dispersão desordenada para a sua concentração em unidades equipadas e integradas em contextos ambientais apelativos para as classes possidentes. Traduz um espírito de comunidade, não presente na residência secundária dispersa, e permite rentabilizar os equipamentos e diminuir o consumo de espaço para o mesmo nível de conforto. Os condomínios exclusivos fechados horizontais aproveitaram esta lógica, apostando, no entanto, no fechamento como a característica que os

individualizou de outras urbanizações. Trata-se de um processo de “integração cultural característico de outras sociedades urbanizadas” (Soares (2002: 125) no qual entramos recentemente, em que o formal é a regra e o planeamento do território dita a matriz da expansão urbana e da rentabilização do recurso “território”.

A contenção dos perímetros urbanos foi uma das respostas das políticas públicas para o controlo da dispersão; a aposta nos empreendimentos com usos mistos habitação/“ocupações” é uma das estratégias na formação dos novos lugares.

5.3 Estratégias de equilíbrio dos segmentos do mercado habitacional: da habitação própria ao estímulo do arrendamento

O peso percentual crescente das últimas décadas, traduzindo a aposta quase exclusiva de ocupação dos alojamentos, primeiro dos novos e depois também dos arrendados, introduziu estrangulamentos e uma rigidez não compatível com o direito à escolha do regime de ocupação. A procura de um maior equilíbrio entre estes dois segmentos é uma necessidade que se transformou numa estratégia de evolução do mercado. As empresas imobiliárias, agora impulsionadas também pela crise, vão apostando no arrendamento como forma de rentabilizar o património construído, pelo menos enquanto aguarda novo comprador.

O Quadro nº 7 mostra que, quer ao nível do país quer da Região de Lisboa e Vale do Tejo, os alojamentos propriedade do ocupante representavam, em 2001, mais de metade do total de alojamentos, enquanto os de arrendamento se ficavam em valores abaixo dos 20%, traduzindo o desequilíbrio nos dois segmentos.

A Região de Lisboa representava mais de 1/3 do total de alojamentos e também dos que eram propriedade dos ocupantes; mas o seu parque arrendado representava quase metade desse segmento, do país, concentrando-se em espaços específicos, tal como diz o relatório nº 1 do PEH (2007: 39): “Nas Áreas Metropolitanas o arrendamento predomina nas áreas centrais e coincide com um parque mais antigo, degradado e devoluto”.

5.4 Estratégias de reabilitação urbana: ilhas-subúrbio, lugares de habitat incompleto e enclaves urbanos

O esforço para a reabilitação do património habitacional é uma aposta estratégica cada vez mais assumida. As transferências de capital, para este fim, das instituições particulares, das entidades públicas, das empresas e dos particulares, no caso específico da cidade de Lisboa, no período de 1990 a 2005, variaram de pouco mais de 400mil Euros, em 1990, até quase 4milhões, em 2003; depois começou a decrescer progressivamente (Quadro nº 8).

A autarquia lisboeta despendia na reabilitação, em 1986, apenas 0,03% do seu investimento total, mas em 1990, esse valor eleva-se para 4,3% e foi crescendo até atingir 9,5% em 2003, mostrando, a partir daí, uma oscilação muito grande; primeiro baixou para 4,5% e depois voltou a subir para 8,1%. Os anos de 2002 ou 2003 marcam, quase sempre, a viragem em matéria de habitação, traduzindo o início da actual crise do imobiliário.

QUADRO 7

Alojamentos segundo a forma e o regime de ocupação, no País e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, RLVT, em 2001

	Aloj Total	Aloj ocupação própria	Aloj arrendados
Portugal	5019432	2688469	740425
%	100	54	15
RLVT	1701426	902383	323571
%	100	53	19
% da RLVT	34	34	44

Fonte: PEH, 2007, relatório nº 1:39 (adaptado).

QUADRO 8

Investimento na reabilitação urbana no concelho de Lisboa

Anos	Transferências de capital (total) Euros	Investimento directo no edificado e espaço público	% da reabilitação urbana no investimento da autarquia lisboeta
1990	424736	4160488	4,3
1995	1441621	4210617	4,2
2000	2542168	8015303	5,4
2001	3445003	10823022	5,8
2002	2165343	8123135	6,4
2003	3956003	13331188	9,5
2004	3479443	3968573	4,5
2005	2085678	17992241	8,1

Fonte: CML, Relatório de execução financeira (1990-2005) in EPUL, 2007

5.5 Estratégias de controlo da habitação secundária

Já referimos atrás o peso percentual dos alojamentos de uso sazonal e/ou vagos no conjunto do parque habitacional e o aumento desse valor nas últimas décadas. Como vemos no Quadro nº 9, os alojamentos de residência habitual representam pouco mais de 70%, ou seja, no País 28% do parque é de uso sazonal ou está vago; na região de Lisboa esse valor é de 26%.

Parte do património habitacional tem, assim, baixa rentabilização, embora traduza desafogo das famílias e algum grau de satisfação. A região de Lisboa representa 36% do total de alojamentos de residência habitual e dos alojamentos vagos mas apenas 26% dos de uso sazonal, o que significa que a maior concentração se dá fora dela, tal como já dissemos atrás.

A estratégia passa pela compreensão dos factores que levam aos quantitativos deste segmento do parque habitacional e das razões porque muitos se encontram vagos, pela rentabilização do segmento da habitação secundária (patrimónios construído e paisagístico, muitas vezes envolvidos) e pelo controlo da sua distribuição, nomeadamente através da avaliação da relação custo-benefício atrás referida, ou seja, pelo combate à expansão desordenada deste sector; para isso, podemos destacar algumas medidas possíveis, nomeadamente: incentivos ao arrendamento e à utilização conjunta de segundas residências em áreas turísticas; desincentivo à criação de segundas residências em áreas já saturadas; criação de áreas/corredores de protecção ambiental, nomeadamente

junto a praias e outras zonas naturais; criação de normas que regulamentem a conversão de primeiras em segundas residências e vice-versa; identificação da capacidade máxima de acolhimento de segundas residências, impondo um limite máximo de ocupação por este tipo; fomento do entendimento entre todos os actores, para a aposta em planos intermunicipais que enquadrem as segundas residências e o seu controlo e, ainda, aposta em empreendimentos integrados: segundas residências e *resorts*, seguindo o conceito moderno de turismo residencial com usos mistos.

6. Conclusão: Estratégias residenciais, que papel na reconfiguração dos territórios da área metropolitana de Lisboa?

Com a análise dos textos e a descrição de alguns dados pretendemos contribuir para a reflexão sobre as estratégias de diversos actores envolvidos na questão da habitação e para os seus efeitos nas reconfigurações que elas potenciam nos territórios. As redes da pendulação, tradicionalmente associadas ao binómio casa-emprego, incluem segmentos que assumem uma importância cada vez maior e que estão ligados às estratégias de localização residencial privilegiadas pelos diferentes actores.

Concentrámo-nos nas estratégias das políticas públicas porque elas controlam e orientam a tomada de decisão dos outros agentes e por se tratar de um tema actual e pertinente, ligado à recente elaboração do PEH e ao início da promoção dos Programas Locais

QUADRO 9
Representatividade da residência secundária na região de Lisboa

	Total Alojamentos	Regime de ocupação dos Alojamentos		
		Residência Habitual	Uso Sazonal	Vagos
Portugal	5019432	3551236	924419	543777
%	100	71	18	11
RLVT	1701426	1260762	244328	196336
%	100	74	14	12
%RLVT	34	36	26	36

Fonte de dados: INE, RGPH, 1981, 1991, 2001

de Habitação, PLH. Com orientações estratégicas mais claras, é preciso que o mercado habitacional se adapte e corresponda às intenções e que alarguem, de facto, o campo das possibilidades de escolha das famílias. Traduzem uma alteração importante do papel do Estado mas os seus efeitos têm de ser monitorizados para compatibilizar os direitos de propriedade e de escolha dos lugares de habitação, da localização desta e do respectivo regime de posse com as capacidades de carga ambiental. A dispersão do povoamento, com o (des)ordenamento que a suportava, teve também vantagens em contexto de carência de recursos económicos e de habitações, permitindo resolver problemas a baixos custos. A concentração da dispersão e a contenção dos perímetros urbanos deve acautelar efeitos secundários e o contorno da lei (por exemplo, com os Programas de Interesse Nacional, PIN, na área do turismo residencial).

A redução do parque público (e a sua residualização) não pode exceder determinados níveis para que a administração pública possa atender, nomeadamente, a determinadas carências dos estratos mais desfavorecidos e aos efeitos de catástrofes naturais. A ajuda na integração dos diferentes grupos sociais, geralmente tem maior eficácia quando se concentra mais na família do que na “casa” e quando há disponibilidade de habitação de baixo custo; estas duas intenções são estratégicas no PEH.

Definidas as estratégias habitacionais públicas, falta garantir um horizonte temporal, a durabilidade destas, e a capacidade de as impor como controladores e ao mesmo tempo estimulantes do mercado habitacional, dando campo ao desenvolvimento das estratégias habitacionais das empresas, como oferta dominante que é, e das famílias/indivíduos, ou seja da procura, que dá sentido e objectivo ao sistema de estratégias residenciais.

As estratégias residenciais/habitacionais, agora com interessantes linhas de orientação públicas, nomeadamente do PEH e do roteiro para a gestão da identidade urbana (DGOTDU, 2008:230-32) têm um papel importante (i) ao nível territorial, ajudando a integrar os territórios desconexos; (ii) ao nível social, promovendo identidades nas comunidades e reforçando o grau de satisfação residencial e (iii) ao nível económico, como garante de maior controlo e estabilidade do mercado de habitação.

Em resumo, os territórios residenciais da AML do futuro serão os que construirmos hoje, homogéneos ou heterogéneos, com identidades ou sem elas, reflectindo ou não as linhas de orientação das estratégias públicas, que pretendem ser condicionantes e factores de desenvolvimento desses territórios e traduzir-se no aumento da satisfação residencial, coesão das comunidades e integração dos diferentes lugares, objectos residenciais que a constituem.

Bibliografia seguida:

Barbosa, Cristina (2007), *Segunda residência: diversidade, funcionalidade e o ordenamento do Território. Caso de Estudo: Freguesia do Castelo – Sesimbra*, Dissertação de Mestrado em Geografia/Urbanização e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras da UL, Lisboa.

Bonvalet, Catherine; Fribourg, Anne-Marie (1988), *Stratégies résidentielles*, INED/MELTM, 1990.

Bordieu, P., Efeitos do lugar, in Bordieu, P. (org.) *A miséria do mundo*, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

Carr, James, H.; Kutty, Nandinee, K.(edit) (2008), *Segregation. The Rising Costs for America*, Routledge, London and New York.

CCDR LVT (1999), *Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo*, CCDR LVT, Lisboa.

CCDR LVT (2002), *Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, PROT- AML* (lançado com a RCM nº21/89 e entrado em vigor com a RCM nº 68/2002), CCDR LVT, Lisboa.

CCDR LVT (2007), *Lisboa 2020 – Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*, CCDR LVT, Lisboa.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU (2008), *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*, Série Política de Cidade -3, Lisboa.

Domingues, Álvaro (1994/5), *(Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?*, in Revista da Faculdade de Letras - Geografia, 1ª série, vol X/XI, 1994/5:5-18, Porto.

EPUL (2007), *Atlas da Habitação de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, EPUL, Lisboa.

Ferreira, António Fonseca (2007), Área Metropolitana de Lisboa: dilemas e oportunidades, in *Sociedade e Território nº 40: PNPO, Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território*, Fev. 2007, Edições Afrontamento, Porto, pp. 63-71.

Ferreira, Maria Júlia (2004a), O papel dos novos lugares na construção de identidades sócio-espaciais e na reconfiguração do território: o caso da Península de Setúbal, in *1ªs Jornadas do eGEO*, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, eGEO, FCSH, UNL, Lisboa.

Ferreira, Mª Júlia (2004b), A inovação nos habitats urbanos e na organização das cidades. *Revista Geolnova nº 10*: 13-32, DGPR, FCSH, UNL, Lisboa.

Ferreira, Maria Júlia et al. (2001), *Condomínios habitacionais fechados. Utopias e realidades*, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Série Estudos nº4, FCSH/ UNL, Lisboa.

Godard, Francis (1988), Sur le concept de stratégie, in Bonvalet, Catherine; Fribourg, Anne-Marie, *Stratégies résidentielles*, INED/ MELTM, 1990.

Hall, C. Michael; Muller, K. Dieter (edit) (2004), *Tourism, Mobility and Second Homes. Between elite Landscape and Common Ground*, Channel Publications, *Aspects of Tourism 15*, Channel view Publications, Clevedon-Buffalo-Toronto.

INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, RGPH, 1981, 1991, 2001, Lisboa.

INE (1981), XII Recenseamento Geral da População, II Rec. Geral da Habitação. Antecedentes, Metodologia e Conceitos. Lisboa.

INE (1999), *Indicadores Urbanos do Continente*, Estudos 80, Lisboa.

PEH, *Plano (Nacional) Estratégico de Habitação, 2007-2013*, (relatório nº1: Diagnóstico, carências e problemas habitacionais; relatório nº 2: Políticas de Habitação; relatório nº 3: Estratégias e modelos de intervenção), IHRU, Lisboa.

Marques, Bernardo Serpa (1985), Reflexão em torno do conceito de lugar, povoação e aglomerado populacional, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol I, Porto, pp.89-110.

Ribeiro, Luiz César de Queiroz (2008), Proximidade Territorial e Distância Social: Reflexões sobre o efeito de lugar a partir de um enclave urbano, in *Revista Veracidade*, Ano 3, nº3, Rio de Janeiro.

Segaud, Marion; Bonvalet, Catherine; Brun, Jacques (1998), *Logement et habitat, l'état des savoirs*, Éditions la découverte/textes d'appui, Paris.

Silva, Vicente de Paulo da (2007), Grandes Projectos e Transformação no sentido de lugar, in Caminhos da Geografia, Revista online; www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html; Uberlândia, vol 8, nº 21:18-28.

Soares, Luís Bruno (2002), A realidade incontornável da dispersão, in *Sociedade e Território nº 33: Urbanismo & Ordenamento do Território*, Edições Afrontamento, Porto, Fev 2002.

O CRESCIMENTO URBANO E OS SISTEMAS DE GESTÃO E DE PLANIFICAÇÃO NA CIDADE DA PRAIA, EM CABO VERDE: PROPOSTA DE UMA NOVA ABORDAGEM NA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA

Judite Medina do Nascimento - Universidade de Cabo Verde - E-mail: juditenasc20@hotmail.com

Resumo:

O crescimento urbano e os sistemas de gestão e de planificação na cidade da Praia, em Cabo Verde: proposta de uma nova abordagem na intervenção urbanística.

O presente artigo tem como objectivo analisar as relações existentes entre as formas de crescimento urbano identificadas na cidade da Praia e a estrutura do sistema de gestão e de planificação urbana. Especificamente, tentamos compreender até que ponto os problemas estruturais da cidade estão enraizados no sistema de gestão e de planificação. A partir da análise do crescimento da cidade e do sistema urbano, tentamos apresentar uma proposta de abordagem de ordenamento do território e de planeamento urbanístico que consideramos que será a mais adequada às características da Praia. Para aproximar mais os cidadãos do sistema de gestão e de planificação urbana, apresentamos uma proposta de nova organização da cidade em 10 sectores urbanos e a criação do Departamento de Gestão dos Sectores Urbanos na estrutura orgânica da Câmara Municipal.

Palavras-chave: Ordenamento do Território, Planificação Urbana, Gestão Urbana, Crescimento Formal, Crescimento Informal

Códigos JEL: R5

Abstract:

Urban growth and management systems and planning in Praia, Cape Verde: proposal for a new approach to urban intervention

This article aims to analyze the relationships between forms of urban growth identified in Praia and the structure of the management and urban planning. Specifically we try to understand how far the city's structural problems are rooted in the management and planning system. From the analysis of the city growth and the urban system we try to present a proposal for an approach of spatial territory and urban planning that we believe will be most suited to the characteristics of the mentioned city. In order to get the city residents closer to the system of the city management and urban planning, we present a proposal for a new organization of the city in 10 urban areas and the creation of the Department of Urban Areas Management, in the organizational structure of the City Hall.

Keywords: Regional planning, Urban Planning, Urban Management, formal growth, informal growth.

JEL Codes: R5

Introdução

A Praia urbana concentrava 94048 residentes em 2000¹, o que correspondia a 22% da população total do arquipélago de Cabo Verde que era de 436823 residentes. Estimativas do INE para o ano de 2009 apontam para uma população de 127524 residentes na cidade da Praia, de um total de 508633 em todo o território cabo-verdiano.

Trata-se do principal centro de gravidade do País em termos políticos e económicos. Na qualidade de capital, e constituindo o principal pólo de investimento, atrai pessoas de todos os quadrantes de Cabo Verde e do estrangeiro. Esta mobilidade geográfica progressiva e não controlada contribui para agravar os problemas urbanísticos da cidade, cujas infraestruturas e serviços não estão adequados à demanda cada vez mais crescente. É uma cidade cinzenta e de contrastes, que cresce a duas velocidades: por um lado, o crescimento formal, lento e desajustado, instalado principalmente nos planaltos com localizações privilegiadas junto à orla marítima e, por outro, o crescimento informal rápido e descontrolado, instalado principalmente em áreas teoricamente inconstrutíveis, mas ocupando também uma boa parte de alguns dos planaltos que compõem a topografia da cidade.

A Praia foi sendo povoada ao longo dos anos por pessoas oriundas do meio rural cabo-verdiano à procura de melhores condições de vida. Trata-se de uma população com hábitos e comportamentos específicos e adaptados/adequados ao sistema rural, mas pouco adaptados ao meio urbano. Desconhecendo a urbanidade e as regras urbanas de conduta, provocam transformações no espaço e na sociedade de acolhimento, introduzindo aspectos de ruralidade no tecido urbano. A inadequação/inadaptação de determinados comportamentos provoca desequilíbrios vários.

As diferentes iniciativas de planificação urbana não obtiveram o êxito esperado e os impactos no espaço urbano são visíveis: quase ausência de espaços verdes e de lazer, crescimento urbano rápido e desarticulado, com nítida predominância

do crescimento informal/espontâneo. Em 19 dos 31 bairros residenciais, o crescimento informal é predominante e, em 9 dos bairros considerados de crescimento formal, encontramos manchas de ocupação espontânea. Constatamos ainda uma inadequação/inadequação das infraestruturas e dos serviços urbanos, o inacabamento das fachadas dos edifícios, tanto nos bairros informais como nos formais, e uma rede viária inadequada e ineficiente face às características da circulação.

O presente artigo desenvolve uma reflexão sobre as interrogações seguintes, para as quais intenta algumas respostas possíveis: a) Que relações existirão entre as formas de crescimento urbano, identificadas na cidade da Praia, e a estrutura do Sistema de Gestão e de Planificação urbana? b) Até que ponto os problemas estruturais da cidade estão enraizados no sistema de Gestão e de Planificação? c) Que abordagem de Ordenamento Territorial e de Planeamento Urbanístico será a mais adequada às características da Praia? d) Como introduzir os princípios de *sustentabilidade* e de *participação* na gestão urbanística da cidade? e) Que alternativas para resolver o problema da gestão fundiária clandestina na cidade da Praia? f) Que mecanismos se poderão criar para desenvolver o sentido de *urbanidade* nos residentes? g) Que medidas alternativas para reduzir os ritmos de crescimento demográfico e permitir à cidade e às suas estruturas a criação de condições para proporcionar conforto aos residentes?

O artigo constitui uma síntese do 4º capítulo da tese de Doutoramento da autora, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade de Rouen em 2009.

Diversos trabalhos já foram escritos sobre a cidade da Praia, muitos abordando as questões do ponto de vista da Geografia, à semelhança da presente pesquisa, mas nenhum se debruça sobre o sistema de gestão e de planificação da cidade e sua relação com o crescimento urbano.

A proposta apresentada neste artigo partiu de uma reflexão teórica profunda sobre o desenvolvimento urbano², interpretado como um processo complexo

¹ Segundo o último recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2000

² Não será apresentada a reflexão teórica na sua totalidade devido à dimensão do artigo

de interacção dos actores e fenómenos no espaço da cidade, impulsionado por certas condições exógenas e endógenas (os inputs) que entram no sistema e determinam o seu funcionamento e as suas características e seus produtos finais (os output's). Após a análise do crescimento urbano na cidade da Praia (população e ocupação do espaço) e do sistema actual de planificação e de gestão, concluiu-se que o crescimento acelerado da população, num contexto em que os recursos, tanto humanos como financeiros, são insuficientes, provoca desequilíbrios espaciais graves com repercussões sobre o desenvolvimento urbano e sobre as condições de vida dos praienses, determinando as características actuais da cidade. A Câmara Municipal não tem tido capacidade (principalmente recursos) para construir um sistema que, em termos de serviços, infraestruturas e equipamentos, possa fazer face à essa dinâmica demográfica, respondendo às necessidades da população residente. Os serviços estão muito concentrados no espaço, não existem estruturas desconcentradas que permitam maior conhecimento das realidades específicas dos bairros e maior proximidade dos residentes e consequente participação dos mesmos nos processos de planificação da cidade.

1. O crescimento da cidade da Praia

Até 1929 o espaço da cidade da Praia limitava-se, praticamente, ao Platô, com excepção de uma ou outra construção nas suas proximidades. A expansão da cidade para fora dos limites desse centro histórico deu-se a partir dessa data. Em 1969 a cidade abarcava 16 áreas residenciais (quadro 1). Destas, o Platô já tinha 67.2% da sua área total ocupada, enquanto nas restantes esse valor atingia 34.5% na Achadinha, 24.7% no Paiol, 24.6% em Chã-de-Areia, 23.7% em Lém Ferreira, 22.4% em Vila Nova, 19.5% na Fazenda, 12.1% na Achada de Santo António, 6.3% em Tira Chapéu, 6.1% na Várzea, 3.2% na Achada Grande Frente, 2.9% em Castelão, 2.6% na Prainha, 1.5% em Ponta-de-Água, 1.3% na Achada São Filipe e 0.6% na Achada Grande -Trás.

A cidade expandiu-se tendencialmente pelos retalhos planálticos circundantes ao centro histórico (figura 1). Evitaram-se, assim, os vales sujeitos às fortes enxurradas muito frequentes quando chove. A partir da década de 70, os núcleos populacionais dispersos expandiram-se em mancha de óleo, com tendência para o preenchimento dos espaços intersticiais que atingiram as próprias encostas. Este último processo, ainda em curso, tem sido essencialmente espontâneo, clandestino, sem qualquer planificação nem controlo ou licenciamento.

Em 1981 verificou-se a expansão das áreas existentes e o aparecimento de outras 9. As dimensões das áreas ocupadas nessa data eram variáveis, entre 34.7% em Lém Cachorro, 27.8%, na Calabaceira 11.9%, no Vale do Palmarejo 7.7%, na Achada Eugénio Lima 3.8%, em Safende 2.5%, na Achadinha Pires 1.5%, na Terra Branca 0.8%, em Pensamento e na Bela Vista 0.4%. Nessa altura, o Platô já havia atingido 100% de ocupação, deixando de crescer na horizontal, tendo apresentado, na década anterior, uma evolução de 32.8% da sua área (quadro 1). A partir da década de 80, foram construídos alguns edifícios de alguns andares, mas nos últimos anos, com a elevação do Platô à categoria de património histórico e a consequente proibição da alteração da fachada dos edifícios, praticamente se travou o seu crescimento.

Em 1991 existiam, para além das áreas já citadas, mais 4 novas com as seguintes percentagens de ocupação da sua área: 26.0% em Monte Agarro, 23.4% em São Pedro/Latada, 13.1% no Palmarejo e 4.1% na Achada Mato (quadro 1). Em 1998, apesar de não ter surgido nenhuma nova área residencial no subúrbio da cidade, verificou-se que as já existentes se expandiram consideravelmente. É de salientar que após o ano 2000 surgiu um novo bairro urbanizado, o da Cidadela, no prolongamento do eixo oeste de expansão da cidade, junto ao bairro do Palmarejo (figura 2).

QUADRO 1

Evolução da superfície ocupada das áreas residenciais da cidade da Praia entre 1969 e 1998.

Número de série	Nome do Bairro	Superfície Ocupada (em %)				Evolução da superfície ocupada entre 1969 e 1998 (em %)			
		1969	1981	1991	1998	69-81	81-91	91-98	69-98
1	Plató	67.2	100	100	100	32.8	0.0	0.0	32.8
2	Achadinha	34.5	47.2	64.8	64.8	12.7	17.6	0.0	30.3
3	Paíol	24.7	45.6	51.6	51.6	20.9	6.0	0.0	26.9
4	C.Areia	24.6	34.4	51.0	51.0	9.8	16.6	0.0	26.4
5	L.Ferreira	23.7	37.7	48.8	50.4	14.0	11.1	1.6	26.7
6	V.Nova	22.4	43.4	60.8	60.8	21.0	17.4	0.0	38.4
7	Fazenda	19.5	32.6	62.0	62.2	13.1	29.4	0.2	42.7
8	ASAntónio	12.1	24.7	48.2	63.3	12.6	23.5	15.1	51.2
9	Tira Chapéu	6.3	15.6	53.8	53.8	9.3	38.2	0.0	47.5
10	Varzea	6.1	12.4	14.7	18.5	6.3	2.3	3.8	12.4
11	AGFrente	3.2	14.0	44.2	50.5	10.8	30.2	6.3	47.3
12	Castelão	2.9	6.9	10.1	37.8	4.0	3.2	27.7	34.9
13	Prainha	2.6	15.0	19.0	22.3	12.4	4.0	3.3	19.7
14	P. Água	1.5	9.5	18.8	47.5	8.0	9.3	28.7	46.0
15	A.SFilipe	1.3	1.3	4.9	7.0	0.0	3.6	2.1	5.7
16	AGTrás	0.6	0.9	2.6	5.9	0.3	1.7	3.3	5.3
17	Relima	0.0	7.7	34.5	58.2	7.7	26.8	23.7	58.2
18	Palmarejo	0.0	0.0	13.1	24.5	0.0	13.1	11.4	24.5
19	Calabaceira	0.0	27.8	69.4	82.2	27.8	41.6	12.8	82.2
20	Safende	0.0	3.8	22.0	28.7	3.8	18.2	6.7	28.7
21	T.Branca	0.0	1.5	13.2	14.3	1.5	11.7	1.1	14.3
22	L.Cachorro	0.0	34.7	49.3	50.6	34.7	14.6	1.3	50.6
23	Pensamento	0.0	0.8	22.8	46.6	0.8	22.0	23.8	46.6
24	Bela Vista	0.0	0.4	9.4	19.4	0.4	9.0	10.0	19.4
25	SPLatada	0.0	0.0	23.4	30.0	0.0	23.4	6.6	30.0
26	M.Agarro	0.0	0.0	26.0	28.1	0.0	26.0	2.1	28.1
27	A.Pires	0.0	2.5	19.4	44.8	2.5	16.9	25.4	44.8
28	V.Palmarejo	0.0	11.9	15.1	24.6	11.9	3.2	9.5	24.6
29	A.Mato	0.0	0.0	4.1	4.1	0.0	4.1	0.0	4.1
	Área de estudo	4.1	8.3	17.5	22.9	4.2	9.2	5.4	18.8

Fonte de informações: Dados retirados do Esquema Estrutural do PDM da Praia (1998).

FIGURA 2

Bairros residenciais da cidade da Praia



2. A abordagem estratégica participativa como componente principal do Sistema de Planificação e Gestão Urbanísticas na cidade da Praia.

Ordenar e planificar são actos universais intrínsecos ao ser humano que necessita de viver num sistema organizado em que os processos sejam planificados. Os níveis de planificação variam de uma sociedade para outra em função do seu estágio de desenvolvimento. Quanto mais complexos são os sistemas, maior é a necessidade de planificação e de ordenamento.

Existem diversas abordagens de Planeamento e Ordenamento do Território, mas os modelos mais frequentemente adoptados são o de Planeamento Sistémico e o de Planeamento Estratégico. Analisando os Planos de Desenvolvimento já elaborados para a cidade da Praia, chegamos à conclusão de que tem sido privilegiado o primeiro modelo.

Dada à complexidade dos processos de crescimento e de desenvolvimento urbanos da cidade da Praia, consideramos que uma maior aproximação dos cidadãos e uma maior participação destes nos processos de planeamento e de gestão urbanísticos poderiam contribuir para reduzir os desequilíbrios existentes tanto a nível do desenvolvimento e crescimento físico dos diferentes bairros como a nível do sistema de planeamento e de gestão da cidade. O modelo de planeamento estratégico pressupõe maior ênfase nos momentos de participação dos actores envolvidos e na definição de estratégias que orientarão o desenvolvimento futuro do objecto de planificação, por isso consideramos este o mais adequado à realidade da cidade da Praia. Consideramos ainda que, tendo sido experimentado o modelo sistémico e identificado a inadequação/inadequação do modelo pela falta de êxito das iniciativas anteriores, dever-se-ia repensar a abordagem e envolver mais os cidadãos nas fases mais determinantes do processo de planeamento.

Os principais factores que têm condicionado a eficácia e a eficiência do sistema de planificação e de gestão na cidade da Praia estão relacionados com os seguintes aspectos:

- inércia própria do sistema de funcionalismo público;
- morosidade dos processos de planeamento que leva à desactualização das informações e das propostas;
- falta de recursos materiais, humanos e tecnológicos, que acentua a morosidade dos processos;
- pouco envolvimento dos cidadãos nos processos de Planeamento e de Gestão que leva à não apropriação, por estes, das propostas e iniciativas dos planos;
- inadequação/ inadequação do sistema de controlo e fiscalização, aliada à não apropriação dos planos pelos cidadãos, que leva à uma atitude de indiferença ou de desafio dos cidadãos em relação às propostas dos planos de desenvolvimento e, como consequência, a acentuação progressiva do crescimento informal da cidade perante a impotência das autoridades locais;
- desarticulação entre as directivas traçadas nos planos e as intervenções urbanísticas no terreno. De entre os factores que provocam esta desarticulação, ganham relevância a morosidade dos processos e a consequente desactualização das informações e propostas; a alternância política e as consequentes mudanças nas políticas urbanísticas que também contribuem para acentuar a morosidade dos processos;

Um maior envolvimento dos cidadãos nos processos provocaria efeitos multiplicadores sobre o desenvolvimento urbano, pois ao se sentirem como parte do processo e comprometidos com a cidade não só exerceriam pressão sobre as autoridades, no sentido da criação de condições para uma maior eficácia e eficiência dos processos de planificação e de gestão, como também participariam no processo de controlo e fiscalização, denunciando situações de ilegalidade nos bairros residenciais. Esta participação dos cidadãos contribuiria para reduzir os efeitos provocados pela inércia do sistema, pela alternância política das equipas camarárias e pela fragilidade do sistema de controlo e fiscalização urbanísticos. Para além disso, os próprios cidadãos zelariam pela execução dos projectos previstos no plano, reclamando quando alguma das propostas não fosse executada atempadamente ou fugisse às directivas do plano.

3. A gestão e a organização da cidade

O fraco conhecimento dos procedimentos (que é um reflexo da pouca transparência), as incertezas e a morosidade dos processos de atribuição de lotes para construção de habitação, por um lado, e a necessidade e a urgência das famílias em construir o seu lar, por outro, fazem com que estas recorram ao sector informal que lhes propõe lotes de terreno e mecanismos de autoconstrução a baixo custo e adaptados ao seu poder de compra e à urgência da sua situação. A construção informal/ilegal é precária e desvaloriza a paisagem. Para contornar a situação é necessário fazer-se um diagnóstico profundo do sistema fundiário, desde a propriedade dos terrenos até aos processos de loteamento e atribuição de terrenos aos cidadãos, para descobrir as fraquezas do sistema e definir estratégias para acelerar os processos de construção do cadastro municipal e facilitar o acesso a lotes para construção de habitações condignas e legais para as famílias mais pobres.

A gestão clandestina dos terrenos é um dos grandes obstáculos ao planeamento urbano na Praia e tem como consequência directa o crescimento espontâneo da cidade. As raízes do problema estão assentes na estrutura do Sistema de Gestão e de Planificação Urbana que é excessivamente centralizador e distante dos cidadãos. As propostas de planificação urbana são principalmente dirigidas aos bairros das classes alta e média.

Tendo em conta que mais de 70% dos bairros residenciais da cidade são predominantemente espontâneos/informais, consideramos que os planos devem prever espaços de urbanização para as classes de nível mais baixo, com a infraestruturação de base. Estes espaços não seriam bairros inteiros, mas estariam disseminados/intercalados com as outras urbanizações de nível médio e alto. Isso evitaria o “acantonamento” dos pobres e consequente formação de “*guettos*”. Enquanto se negociasse o financiamento para os projectos de infraestruturação, tendo em conta a rapidez do crescimento dessas áreas, a Câmara Municipal poderia traçar as vias e distribuir os lotes que seriam construídos pelas próprias famílias segundo um projecto-tipo fornecido ao mesmo tempo que a licença de construção. Esta postura pro-activa da Câmara Municipal ordenaria

a ocupação dos terrenos e evitaria situações de risco nas encostas. Para além disso, a construção seria fiscalizada pelos serviços da Câmara, como habitualmente, o que garantiria alguma qualidade e conforto da habitação, mesmo que de qualidade modesta.

Tendo criado condições para um acesso fácil ao alojamento, a Câmara Municipal ganharia legitimidade para exigir o respeito pela legislação vigente, aplicando sanções e exercendo uma fiscalização rigorosa contra as infracções. Ao envolver a comunidade nos processos, a Câmara Municipal teria o seu apoio, pois os residentes, tendo-se apropriado dos projectos, estariam conscientes das vantagens de viver num ambiente organizado e urbanizado e exerceriam um controlo social informal que reduziria as chances aos oportunistas. Se, pelo contrário, a Câmara Municipal não criar condições para o acesso fácil à habitação, as famílias continuarão a ocupar os terrenos, os “clandestinos” continuarão a desenvolver o seu sistema paralelo e ilegal de gestão fundiária e a Câmara continuará numa situação de fragilidade e impotência perante o crescimento espontâneo. A aplicação de sanções, como a destruição dos edifícios construídos ilegalmente, é ineficaz e tem impactos sociais e psicológicos graves. Para além disso, transforma indevidamente os “clandestinos” em vítimas e/ou heróis do sistema.

3. 1. Desarticulação entre os instrumentos de gestão e as intervenções urbanísticas

A desarticulação entre os planos de desenvolvimento urbano e as intervenções urbanísticas na cidade da Praia é constante. Os Planos definem usos específicos para determinados terrenos em função da sua vocação, mas estes são ocupados com outras funções determinadas por interesses económicos e pessoais dos decisores. Terrenos para os quais os planos definiram uma vocação para a construção de espaços verdes, parques e praças, foram loteados e vendidos a particulares e empresários para a construção de habitações. Espaços destinados à construção de bairros residenciais urbanizados são invadidos por “clandestinos” e transformados em bairros espontâneos/clandestinos. O lapso temporal entre a finalização dos planos, a sua aprovação e o início da sua execução, é o factor que mais facilita a desarticulação entre o que é planificado e o que é executado e o oportunismo dos “clandestinos”.

A precaridade do aspecto exterior dos edifícios clandestinos é, entre outros factores, motivada pela insegurança dos residentes, constantemente ameaçados de expulsão. Este aspecto está também relacionado com o défice de urbanidade dos residentes que não se apropriam do território, considerando mais importante o acabamento interior e o equipamento do interior do lar, negligenciando a fachada e todo o contexto à volta do edifício. A legalização da habitação poderia incentivar a melhoria das condições da habitação, embora tenha de ser acompanhada por outras medidas tendentes a desenvolver a urbanidade nos cidadãos e controlar/fiscalizar o acabamento das construções.

Aubertin (1992:472), a propósito dos bairros de lata das cidades satélites de Brasília, afirmou que *é de conhecimento geral, e os exemplos são múltiplos, que a arma mais eficaz para melhorar a aparência física de um bairro de lata é garantir a segurança fundiária aos seus habitantes*, posição que merece a nossa concordância embora consideremos que esta legalização não deva ser uma medida isolada sob pena de se tornar legitimadora de práticas nocivas para o desenvolvimento.

3.2. Proposta de alteração do sistema de gestão e de planificação da cidade da Praia

3.2.1. Um novo sistema de organização e de gestão do território

O processo de descentralização em Cabo Verde, em termos teóricos, iniciou-se em finais da década de 80. A sua concretização efectiva deu-se a partir de 1991, com a abertura política que culminou com as primeiras eleições multi-partidárias em Cabo Verde. A descentralização permitiu maior autonomia às autarquias o que faz com que possam adequar as suas políticas às características e especificidades locais. A proximidade dos cidadãos, a promoção da participação e da auscultação dos actores sociais são a base para as políticas de descentralização.

A cidade da Praia, devido às suas particularidades (capital do país, crescimento demográfico acelerado, ocupação espontânea predominante, heterogeneidade social, etc) constitui um grande desafio tanto para as autoridades Municipais como Nacionais. Uma das formas de resolver os problemas de Gestão e Planificação seria a montagem de um sistema de governância urbana baseado nos princípios de *participação* e de *sustentabilidade*.

Em muitos países já se conseguiu provocar a mudança de um paradigma de democracia formal, em que a participação pública limita-se aos momentos eleitorais, para um paradigma de democracia participativa, em que os poderes políticos estabelecem parcerias com a sociedade civil para permitir uma participação directa e efectiva da mesma nos processos de decisão. Em Cabo Verde, em muitos sectores, a democracia participativa já criou raízes.

Segundo Singer (1998:125), *o grande desafio político é tornar a democracia participativa, não se opondo à democracia formal, mas sim, deixando-a mais ampla e mais autêntica, além de servir como elemento de melhoria do desempenho das autoridades, permitindo a formação de parcerias entre o poder público e organizações de cidadãos, empresas, etc. Com a parceria, abre-se a oportunidade de viabilização de diversas actividades que, sozinhas, as instituições não conseguiriam viabilizar.*

A análise crítica do organograma da Câmara Municipal e as conversas tidas com dirigentes e técnicos e com a população dos bairros informais levou-nos a concluir que a estrutura do Sistema de Gestão e Planificação da cidade se encontra no centro de todos os problemas urbanos, seja como causa, seja como consequência.

Devem-se criar condições para aproximar o sistema dos cidadãos de forma a imprimir uma nova dinâmica à cidade, permitir que estes participem na tomada das grandes decisões e garantir maior sustentabilidade e eficácia da gestão e da planificação, conduzindo a uma visão de democracia participativa. Essa aproximação garantiria não só uma maior participação dos cidadãos na vida da cidade, mas também um maior conhecimento da realidade por parte das autoridades o que garantiria maior sustentabilidade e democraticidade das decisões pois estas seriam tomadas em função de necessidades identificadas no terreno, obedecendo aos princípios de *participação*, *integração*, *territorialidade* e *urbanidade*.

Para se compreender a organização do espaço na cidade e sustentar a proposta de reorganização administrativa, fez-se uma análise da diferenciação social dos bairros, através de uma classificação hierárquica (*hierarchical clusters*) utilizando o logiciel SPSS. O método utilizado foi o do vizinho mais distante (*complete linkage*) e a medida de distâncias foi a *do quadrado das distâncias Euclidianas*.

QUADRO 2

Variáveis e indicadores utilizados para a criação da tipologia de bairros

Variáveis e indicadores	Descrição dos indicadores
Nível de escolaridade pós-secundária	
Curso Médio	% de pessoas com nível de formação média, técnica e profissional no bairro
Curso Superior	% de pessoas com nível de formação superior no bairro
Tipo de habitação	
Apartamento	% de habitações do tipo <i>apartamento</i> no bairro
Vivenda	% de habitações do tipo <i>vivenda</i> no bairro
Dimensão da habitação	
≤3 div	Habitações com 3 divisões e menos
4 div	Habitações com 4 divisões
5 div	Habitações com 5 divisões
6 et +	Habitações com 6 divisões ou mais
Abastecimento de água	
Rede urbana	% de habitações conectadas à rede urbana de água potável no bairro
Camião cisterna	% de famílias que se abastecem de água através de camiões cisterna no bairro
Energia	
Electricidade para iluminação	% de famílias que utilizam electricidade como fonte de energia para iluminação no bairro
Electricidade para cozinhar	% de famílias que utilizam electricidade como fonte de energia para cozinhar no bairro
Gás para cozinhar	% de famílias que utilizam gás como fonte de energia no bairro
Bens de consumo	
Rádio	% de famílias que possuem rádio em casa
Televisor	% de famílias que possuem um televisor em casa
Frigorífico	% de famílias que possuem frigorífico em casa
Automóvel	% de famílias que possuem automóvel em casa
Leitor de vídeo	% de famílias que possuem leitor de vídeo em casa
Telefone	% de famílias que possuem telefone em casa
Destino das águas residuais	
Esgoto	% de famílias que se desfazem das águas residuais pelo esgoto
Fossa séptica	% de famílias que se desfazem das águas residuais pela fossa séptica
Equipamento da habitação	
WC e casa de banho	% de habitações com WC e casa de banho
Cozinha	% de habitações com cozinha
Formas de crescimento/ocupação e estrutura funcional	
Formas de crescimento no bairro	Crescimento formal, informal e misto
Estrutura funcional	Concentração de funções de alto nível hierárquico como : Bancos, embaixadas, agências de seguro, centros comerciais, farmácias, consultórios médicos, escritórios de advogados, serviços administrativos e governamentais, etc.

Elaboração: Nascimento (2009)

Fonte de informações: I.N.E. (2000)

Com base em 9 variáveis principais e um total de 25 indicadores criou-se uma tipologia de 6 grupos de bairros (quadro 2).

Com base nos 6 grupos homogêneos de bairros e, tendo em conta os critérios que se seguem, propôs-se uma reorganização do sistema de Gestão e de Planificação do espaço da cidade cuja principal medida é a divisão da cidade em Sectores Urbanos.

O sistema que ora propomos não pretende ser uma ruptura radical com o existente mas uma transformação do mesmo de forma que possa adaptar-se às novas dinâmicas, à complexidade e à dimensão da cidade. O modelo que almejamos deve ser estruturado em torno de 4 unidades territoriais: o Município (unidade já existente), a Cidade da Praia (unidade já existente), os Sectores Urbanos ou SU (proposta do modelo) e os Bairros (unidades já existentes e designadas de *lugares* nos censos).

A proposta é baseada nos seguintes critérios:

- continuidade geográfica;
- existência de serviços de apoio aos residentes e de equipamentos de saúde (um centro de saúde, equipamentos de lazer e recreio) ou de condições espaciais para a sua construção;
- existência de um núcleo mais ou menos urbanizado que poderá ser transformado em *Centro do Sector*;
- existência de uma praça no Centro do Sector (ou construção onde ainda não existe);
- existência de equipamentos escolares (ensino primário e secundário) e construção onde ainda não existam;

Propomos que se crie na Direcção de Urbanismo da Câmara Municipal da Praia (CMP), um Departamento de Gestão dos Sectores Urbanos (DGSU) que será o elo de ligação dos SU às estruturas centrais da CMP (figuras 3 e 4). Esse Departamento terá as seguintes atribuições:

- emitir pareceres sobre a atribuição de lotes e licenças para construção;
- produzir pareceres sobre a actualização dos planos de localização e a legalização de lotes;
- recolher e tratar informações sobre as famílias e a situação dos lotes disponíveis para melhor apoiar as decisões da Câmara Municipal no que concerne à atribuição de terrenos, autorização para construção, actualização dos planos de localização e legalização de lotes (as informações serão recolhidas pelas UDDU que seriam Unidades Desconcentradas da Direcção de Urbanismo, situadas nos Sectores Urbanos);
- reunir e tratar informações sobre os problemas de ordenamento e de gestão urbanística dos Sectores Urbanos para que sejam tidos em conta no traçado das grandes políticas e projectos urbanísticos (as informações seriam recolhidas pelas UDDU);
- criar e manter actualizada uma base de dados socio-demográficos dos Sectores Urbanos para facilitar a tomada de decisões específicas de Planificação e de gestão do crescimento e do desenvolvimento urbano. Essa base de dados será sistematicamente actualizada a partir dos resultados de inquéritos anuais aplicados pelas UDDU. Os dados da base serão utilizados por todos os serviços da CMP em função da sua área de intervenção;

- participar na elaboração de planos de edificação para a cidade;

- planificar a extensão espacial da parte urbana;
- desenvolver acordos de parceria com as entidades produtoras de conhecimento científico sobre questões urbanas (os investigadores, as universidades, os centros de pesquisa, os consultores, etc.), os serviços de urbanismo, gestão e planificação da cidade e os operadores imobiliários com vista à uma maior objectividade da definição dos princípios de base das políticas urbanas e da planificação e gestão do espaço urbano. O contributo dos pesquisadores poderá centrar-se nos seguintes domínios: a) manutenção da actualidade das informações (qualitativas e quantitativas) sobre as mudanças verificadas nos sectores urbanos (tanto ao nível das características sociais e económicas dos residentes como ao nível do ambiente); b) produção de informações e de técnicas/mecanismos para e sobre a monitorização da dinâmica da economia nacional e dos seus impactos sobre a cidade; c) produção de conhecimentos sobre as estruturas e mecanismos sociais para apoiar a definição de políticas que visem o desenvolvimento sustentável da cidade;
- conceber um plano de reestruturação e ordenamento dos bairros espontâneos;
- conceber um plano para o ordenamento dos “bairros espelho” da cidade para melhorar a paisagem das principais entradas e saídas;
- apoiar a Direcção de Urbanismo, através da disponibilização de informações, e assegurar, com rigor e em tempo útil, a fiscalização, por forma a garantir o respeito pelas normas urbanísticas em vigor (desde as operações de loteamento e ordenamento do território, passando pela ocupação clandestina dos terrenos até à produção de habitação espontânea);
- garantir a actualização sistemática dos planos e mapas de evolução da ocupação do espaço dos SU;
- promover a participação efectiva e a responsabilização da comunidade em relação aos processos urbanísticos e à vida da cidade.

A figura 2 constitui uma síntese da proposta do novo sistema organizacional para a parte ocupada da cidade da Praia. Cada Sector Urbano (SU) será dotado de uma Unidade Desconcentrada da Direcção de Urbanismo (UDDU) que terá como objectivos:

- assegurar aos residentes os serviços mínimos que possam ser desconcentrados (por exemplo a recepção e encaminhamento dos dossiers e a correspondência entre os residentes dos sectores urbanos e os serviços centrais da Câmara);

- realizar inquéritos sectoriais anuais para recolha de informações necessárias à produção de diagnósticos da situação demográfica e económica para facilitar a tomada de decisões específicas de planificação e de gestão do crescimento e do desenvolvimento nos SU e garantir a participação dos residentes;

- realizar visitas de terreno permanentes para observar e controlar o crescimento físico do Sector Urbano e recolher informações sobre as necessidades e aspirações dos residentes (assegurando mais um canal de participação dos residentes);

- fornecer toda a informação necessária ao DGSU para a manutenção da base de dados;

A base de dados a ser criada conterá informações diversas sobre as características socio-económicas dos residentes que poderão garantir maior qualidade dos estudos realizados para a elaboração dos instrumentos de gestão e de planificação urbana.

FIGURA 3

Proposta de nova organização da área ocupada da Cidade da Praia



Elaboração: Nascimento (2009)

O Departamento de Gestão dos Sectores Urbanos, que propomos, será exclusivamente constituído por técnicos para garantir a estabilidade dos projectos e estudos e evitar os impactos habituais resultantes da alternância política. Estes serão discutidos, negociados com os eleitos municipais no sentido da sua integração na filosofia urbanística da equipa vigente.

Na figura 4, podemos ver a posição do DGSU no organograma da Câmara Municipal da Praia, integrando-se na Direcção de Urbanismo.

As propostas implicarão pequenas mudanças no fluxo dos *dossiers* na Câmara Municipal da Praia, nomeadamente os circuitos que envolvem os dossiers de pedidos de legalização e atribuição de lotes de terreno para construção e/ou de produção e actualização de plantas de localização.

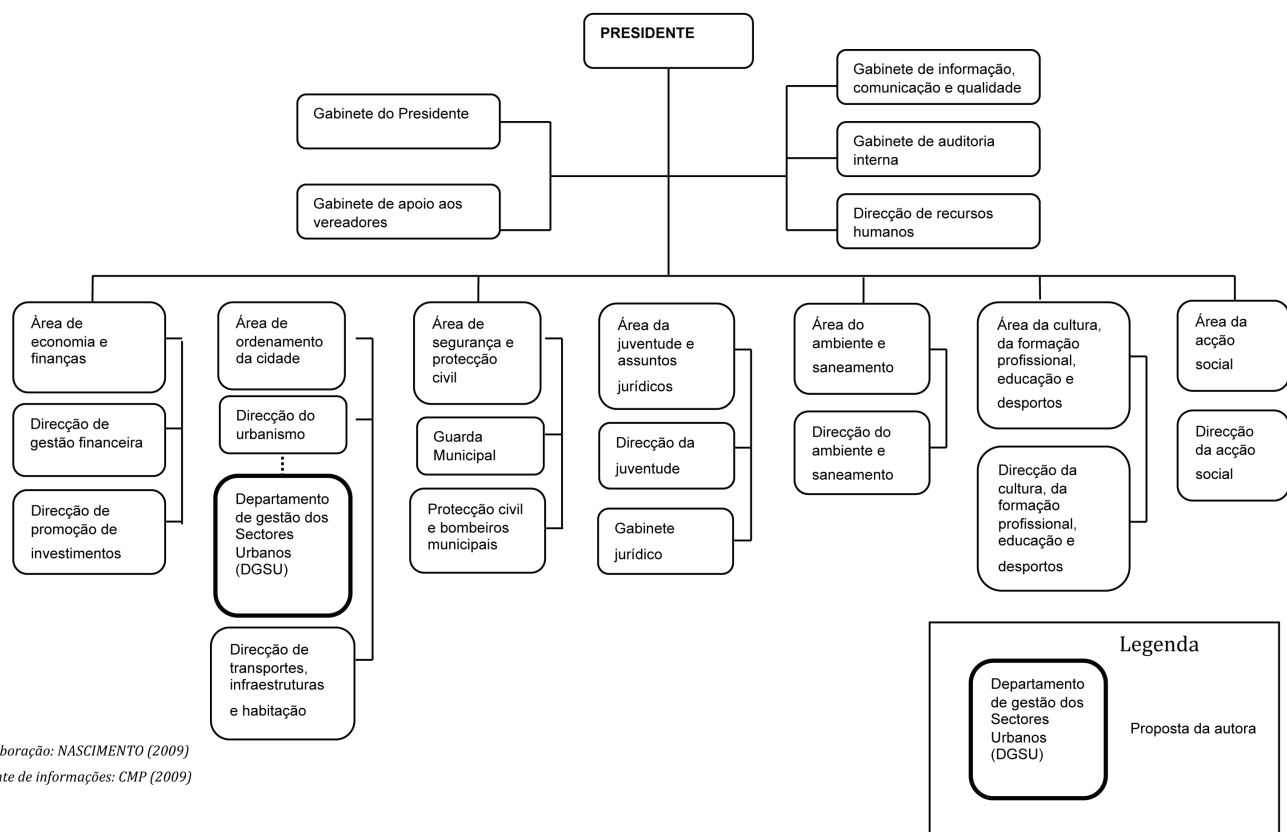
A emissão de pareceres pelo Departamento de Gestão dos Sectores Urbanos sobre todos os processos que têm a ver com a gestão de terrenos seria recomendável como forma de manter toda a informação actualizada o que facilitaria a tomada de decisões importantes neste domínio, garantindo a salvaguarda dos princípios de *participação* e de *sustentabilidade*.

3.2.2. Descrição dos Sectores Urbanos propostos

O sector A compreenderá o centro histórico (Platô), a Fazenda, toda a extensão da Avenida Cidade de Lisboa e da Avenida Marginal, abarcando a Praínha e o Ilhéu de Santa Maria. Trata-se da área de maior concentração do comércio e dos serviços e que possui um grande potencial turístico, de lazer e recreação, ainda sub-explorado. O centro do sector A será o Platô, onde se localiza o hospital central, o

FIGURA 4

Proposta de alteração ao organograma da Câmara Municipal da Praia



Elaboração: NASCIMENTO (2009)

Fonte de informações: CMP (2009)

liceu mais antigo da cidade e os Paços do Concelho. O Platô tem ainda a vantagem de concentrar uma grande diversidade de funções centrais ligadas aos serviços e ao comércio. Neste sector, dever-se-á criar condições para incentivar a função residencial que neste momento é decrescente. Dever-se-á também ordenar toda a extensão da Avenida Marginal e da Avenida Cidade de Lisboa, assim como o Ilhéu de Santa Maria. O PDM prevê transformações interessantes para estas áreas. Chã d'Areia ocupa uma posição estratégica entre o Platô e os novos centros de serviços e comércio (Achada Santo António e Avenida Cidade de Lisboa). Inicialmente esta área estava destinada à actividade portuária. Em consequência, ainda aí se encontram vestígios de funções incompatíveis com a sua vocação actual, como a produção de energia, o armazenamento, a actividade pesqueira, oficinas de reparação de automóves e oficinas de construção e reparação de botes de pesca na praia da Gambôa.

A recuperação do antigo edifício da Alfândega e sua ocupação pelo Arquivo Histórico Nacional valorizaram a área, mas outras intervenções de fundo nos restantes edifícios e em toda a área serão necessárias para que realmente se reconheça o devido valor histórico e a importância estratégica desta área no contexto da cidade.

A recuperação do cais antigo e sua transformação em espaço de contemplação e passeio, aliada ao ordenamento das áreas à volta da Avenida Cidade de Lisboa, seriam um grande contributo para a valorização do sector.

A Praínha é a área de maior prestígio da cidade, onde as habitações são de alta qualidade e as funções principais são ligadas ao turismo e à representação diplomática (hotéis, restaurantes, embaixadas e serviços consulares). Trata-se de um bairro de fraca densidade de ocupação onde a habitação é essencialmente do tipo de *Vivendas familiares*.

O grande mercado do Sucupira é o ponto mais estratégico da cidade, que tem um papel muito importante na vida comercial e de serviços da Praia e atrai diariamente pessoas de todos os bairros e de todos os quadrantes da ilha de Santiago. Sucupira necessita de intervenção urgente no sentido do alargamento e ordenamento das artérias interiores para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias e tornar mais cómodas as operações comerciais no seu interior. Outra intervenção urgente é a reconstrução das infraestruturas e equipamentos sanitários no sentido de uma maior adaptação/

adequação às características do mercado e dos usuários (principalmente a dimensão da população que frequenta diariamente o mercado).

A área do Taiti abrange uma grande extensão de terreno sub-aproveitado que poderia ser transformado e reordenado por forma a resolver alguns dos grandes problemas da cidade da Praia, como a dificuldade de circulação no Platô, devido ao congestionamento provocado pela grande concentração de serviços, pelo comércio e pelo principal mercado alimentar, num espaço muito restrito e de artérias muito estreitas. O que vem agravar mais a situação é a grande concentração de autocarros que passam pelas poucas paragens do Platô e a circulação intensa de comerciantes ambulantes pelas ruas do bairro.

Para reduzir os impactos dos problemas citados, propomos a construção de um novo mercado alimentar, mais equipado e de maiores dimensões, numa parte do Taiti. Construir-se-ia também terminais de autocarros, *hiaces* e taxis. Para evitar o excessivo congestionamento, devido à concentração desses pólos geradores de fluxos, o projecto teria que ser bem pensado de maneira a prever várias saídas e entradas que distribuíssem o trânsito e evitassem estrangulamentos. A área livre à volta das infraestruturas e equipamentos propostos seria ordenada de forma a ser transformada em espaço de recreio, passeio e lazer, com jardins e um parque infantil.

O sector B agrupará os bairros de Achada Santo António, Quebra Canela e Vale do Palmarejo. Achada de Santo António é um centro secundário de comércio e serviços, muito heterogéneo do ponto de vista social, funcional e habitacional. O centro do bairro será a área à volta da Assembleia Nacional onde se concentram as Embaixadas e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Para esta área, propomos intervenções ao nível dos passeios/vias e paragens de autocarro por forma a reduzir as diferenças entre as paisagens das diferentes sub-áreas.

Quebra Canela localiza-se no sopé do Planalto da Achada de Santo António e abarca a faixa litoral e a praia com o mesmo nome. Trata-se da área residencial menos ocupada da cidade (menos de 10 edifícios). O loteamento de uma parte do bairro levou à construção de 3 edifícios utilizados para funções de lazer e restauração. Propomos que se ordene o espaço à volta dos edifícios construídos de forma a transformar o espaço num miradouro e espaço de passeio e lazer, com um pequeno parque de estacionamento discreto, uma gelataria e a

consolidação do serviço de snack-bar existente. O espaço não deverá ser sobrecarregado com edifícios, preservando-se o seu potencial paisagístico.

As intervenções nesta área devem ser alargadas ao Vale do Palmarejo, através da valorização e ordenamento dos espaços colectivos e das vias interiores e da reabilitação das habitações. Tendo em conta que se trata de um bairro espontâneo, encaixado entre 3 bairros formais, a reabilitação das suas vias interiores contribuiria para facilitar e encurtar as distâncias entre estes e, consequentemente, para uma maior conexão da rede viária geral da cidade, aligeirando o trânsito e reduzindo os estrangulamentos.

O sector C reunirá os bairros do Palmarejo, Cidadela et Palmarejo Grande e toda a restante área de expansão do eixo Oeste. Trata-se do principal eixo de expansão formal da cidade. Apesar de se tratar do maior eixo de expansão formal, onde a habitação é de qualidade alta e média, o sistema viário interno e as vias de ligação com os bairros vizinhos são de má qualidade. Propomos o ordenamento das vias e dos passeios, a transformação da praça central e a construção de uma nova escola primária mais adaptada às características de um bairro de classe média e alta com uma população jovem. O Centro do Sector poderá ser o novo centro administrativo previsto pelo PDM, a ser construído no Palmarejo Grande, designado de *Novo Platô*.

O sector D é constituído pelos bairros de Terra Branca, Bela Vista e Várzea. Terra Branca é um bairro formal, cujas partes norte, este e oeste, começam a ser ocupadas por habitação espontânea. As propostas de alteração do sistema de gestão urbana permitirão um controlo maior do crescimento urbano, reduzindo os ritmos de ocupação espontânea.

Foi construído um Centro de Saúde no bairro da Bela Vista, junto à via principal que dá acesso à saída oeste da cidade, em direcção à Cidade de Santiago (ex-Cidade Velha). O bairro da Bela Vista foi objecto de um Plano de ordenamento e requalificação urbana, entre 2001 e 2005. As transformações efectuadas e a construção do Centro de Saúde no bairro da Bela Vista valorizaram a paisagem dessa área residencial. Trata-se de uma experiência de sucesso de intervenção urbanística num bairro espontâneo que pode ser, com adaptações e melhorias, reproduzido em outros bairros com as mesmas características.

Apesar de os impactos positivos dessas intervenções, a ocupação espontânea não parou após a execução do Plano, mas nota-se que esta é mais ordenada e tem seguido os alinhamentos já existentes.

A volta do bairro de Terra Branca foi crescendo espontaneamente uma faixa de habitações informais, que necessitam de uma intervenção urgente, do tipo da experiência da Bela Vista, para garantir que o espaço seja ordenado, enquanto ainda está reduzido, tendo em vista uma maior harmonia na paisagem urbana. Estas intervenções deverão ser precedidas das modificações no sistema de gestão propostas acima (criação do UDDU e do DGSU) por forma a garantir maior sustentabilidade e cumprimento das acções de requalificação, ordenamento, controlo e fiscalização. As operações de ordenamento e requalificação devem salvaguardar todos os aspectos fundamentais, tais como a melhoria / ordenamento do sistema viário e dos passeios e a construção de um sistema de drenagem das águas das chuvas (principalmente na Varzea e na Bela Vista); construção e/ou alargamento das redes de distribuição de água corrente, de electricidade e de esgotos; a construção de áreas de contemplação (miradouros) nos rebordos dos planaltos; melhoria das fachadas dos edifícios; intervenções específicas para corrigir problemas estruturais resultantes da construção nas encostas.

O bairro da Várzea é do tipo misto (encontramos no seu interior tanto habitação formal como informal) e necessita de uma atenção especial das autoridades locais uma vez que se localiza no fundo do vale entre os planaltos da Terra Branca e da Achadinha. Durante o período de chuvas, o bairro é constantemente objecto de inundações, com impactos negativos graves sobre as condições de vida dos residentes. Nesse bairro, as necessidades de intervenção são mais profundas e devem incluir o reordenamento total das vias e passeios e do sistema de drenagem (que existe numa parte do bairro mas é ineficaz).

Consideramos que Chã d'Areia e a parte fronteira com a Várzea reúne potencial para ser o Centro do Sector D, desde que seja ordenado, tendo em conta a localização do Palácio do Governo (onde se concentra a maior parte dos Ministérios), a Escola Secundária Cônego Jacinto, o Polivalente Vavá Duarte e o Estádio de Futebol e respectivo Centro de Estágio.

O Sector E englobará os bairros da Achadinha, Eugénio Lima, Calabaceira, Pensamento e São Pedro/Latada. Trata-se de um sector muito heterogéneo e todos os bairros que o constituem são do tipo misto (manchas de crescimento formal e informal) se bem que em proporções diferentes. Achadinha é o bairro onde se verifica maior predominância da habitação formal e é o mais equipado de todos. O sub-bairro Craveiro Lopes reúne potencial para ser o Centro do Sector E pois já tem um Centro de Saúde, uma capela, uma praça Central e o maior Super-mercado da Cidade, do grupo *Calú & Ângela*. Tendo em conta a importância relativa do crescimento informal neste Sector E, propomos que sejam programadas intervenções de requalificação e reordenamento urbanísticos (a nível das vias, passeios, sistema de drenagem) que valorizem a paisagem e a harmonia, reduzindo as disparidades espaciais existentes e aumentando o conforto dos residentes.

O sector F engloba os bairros de Vila Nova, Lém Cachorro, Ponta d'Água e Safende. A predominância da habitação espontânea é visível em todos os bairros, mas Ponta d'Água é aquele que reúne melhor potencial para vir a ser transformado no Centro do Sector F. As intervenções urbanas são idênticas às propostas para os sectores D e E, adaptadas ao contexto dos problemas de cada área urbana em questão. As propostas de medidas para a correcção dos problemas estruturais das construções nas encostas e a montagem de um sistema de drenagem são dirigidas sobretudo aos bairros de Safende e Ponta d'Água. Vila Nova e Safende são bairros onde a habitação espontânea é predominante, localizando-se ao longo da via de saída em direcção ao centro e norte da ilha de Santiago. Tendo em conta a sua localização estratégica na cidade, as intervenções de ordenamento e requalificação urbanas são urgentes (ordenamento das vias e passeios, montagem de um sistema de drenagem das águas, correcções mecânicas sobre as vertentes, construção de espaços de lazer, construção de miradouros) no sentido da valorização da paisagem e do aumento do conforto dos residentes.

O Sector G será composto pelos bairros de Achadinha Pires, Paiol, Castelão/Coqueiro e Achada Mato. Os bairros deste Sector Urbano têm características idênticas às do Sector F e propomos que as intervenções sejam do mesmo tipo, adaptadas ao contexto. Achada Mato é o bairro que reúne maior potencial para albergar o Centro do Sector já que se localiza sobre um vasto planalto com excelentes condições para construção de uma área urbanizada e de equipamentos de lazer. Os rebordos do planalto podem ser transformados em miradouros com uma vista panorâmica sobre as partes Este e Sul da cidade.

O Sector H será constituído pelos bairros de Achada Grande Frente e Lém Ferreira. O primeiro é um bairro onde as funções de armazenagem, grande distribuição e comércio grossista são predominantes, embora a função residencial também seja significativa. A ocupação é mista, mas a formal é predominante. A ocupação informal concentra-se sobretudo na parte norte do bairro. Uma boa parte das áreas formais era, na origem, informal e a sua legalização foi posterior à construção. Achada Grande é o bairro que reúne maior potencial para Centro do Sector e possui um excelente espaço de contemplação, com vista panorâmica sobre grande parte da cidade.

O Sector I terá na sua constituição os bairros de Monte Agarro e Achada São Filipe. Trata-se de bairros que se desenvolveram ao longo da via de saída para o norte da ilha, na continuidade de Vila Nova e Safende, do Sector F. A parte oeste de Achada São Filipe foi objecto de um Plano de detalhe durante a década de 1990 que mudou as suas características. De um bairro predominantemente informal, sobretudo ocupado na parte Este, transformou-se num bairro misto, onde a habitação formal é o predominante. O desenvolvimento dos sectores comercial e de serviços é visível e encontramos mesmo algumas sedes de ONG's, associações e Serviços do Ministério da Agricultura localizadas nesta área. A fronteira entre Monte Agarro e Achada São Filipe é cada vez menos visível. Propomos que as intervenções urbanísticas sejam viradas para a exploração do potencial dos bairros pela sua localização estratégica à saída da cidade, para a redução das diferenças entre o lado oeste e o este e para a valorização dos bairros com a construção de espaços de lazer (parques, praças e equipamentos desportivos). Achada São Filipe possui condições para vir a constituir o Centro do Sector I.

O Sector J será constituído pelos bairros de Achada Grande Trás Industrial e Achada Grande Trás Residencial. O primeiro foi, até recentemente, um bairro exclusivamente industrial e de comércio grossista, mas hoje a função residencial está a ser desenvolvida a partir de um nó inicial informal que vai adquirindo características mistas (coexistência da habitação formal com a informal). Estes dois bairros são separados do resto da cidade pelo Porto e pelo Aeroporto. As intervenções que propomos são o ordenamento do sistema viário (adaptando-o à circulação permanente de viaturas de alto porte), melhoria da qualidade das habitações (fachadas, equipamentos sanitários), e aumento das ligações às redes de esgoto, água canalizada e electricidade.

Para se atingir os objectivos traçados neste ponto da nossa comunicação, dever-se-á desenvolver campanhas de sensibilização no seio dos residentes para que se sintam responsáveis e comprometidos com a valorização do seu património imobiliário e para que adoptem uma atitude positiva e conservadora em relação aos espaços e equipamentos públicos.

Conclusões

A análise feita levou-nos a concluir que a população da cidade da Praia cresce de forma exponencial, sobretudo determinada pelos ritmos acelerados da imigração. Contudo, o sistema de Planificação e de Gestão Urbanística não está preparado para gerir esses processos de forma eficaz, garantindo as condições mínimas de habitabilidade aos residentes. As estruturas e serviços da cidade deixam de ser suficientes para responder às necessidades da população. Se a população da cidade crescesse de forma equilibrada, seria possível, havendo recursos, criar condições para garantir alguma qualidade de vida aos seus residentes, na mesma proporção. A cidade deve ser encarada como um sistema aberto em que as entradas (*inputs*) determinam os processos de funcionamento interno e as características das saídas (*outputs*). Se encararmos a população imigrante como um dos *inputs* mais importantes, então a cidade terá que ter a capacidade para gerir esse factor por forma a garantir o equilíbrio do funcionamento do sistema urbano que se reflectirá nas características dos *outputs*.

Havendo uma planificação eficaz do desenvolvimento do território nacional, baseada numa visão de conjunto e prospectiva das necessidades locais e regionais, as localidades de partida desses imigrantes tornar-se-iam mais atractivas o que contribuiria para reduzir os movimentos migratórios internos em direcção à capital do país. Estes movimentos massivos provocam desequilíbrios espaciais graves com repercussões negativas profundas no desenvolvimento da cidade da Praia e mesmo nas localidades de partida. Na cidade da Praia, essas repercussões têm a ver, principalmente, com o aumento do desemprego, o surgimento e ou a expansão das áreas residenciais de ocupação espontânea com habitações sem quaisquer condições de conforto, o aumento da criminalidade, entre outros problemas estruturais de difícil solução.

O facto de ser a capital do país transforma a cidade da Praia no principal centro para onde convergem pessoas, serviços e bens. Isso faz com que a sociedade praiense seja muito heterogénea a todos os níveis, o que tem as suas vantagens na medida em que possibilita uma maior dinâmica social, económica e cultural na cidade. Contudo, o crescimento demográfico deverá ser controlado para que os efeitos positivos dessa dinâmica predominem sobre as suas desvantagens. Esse controlo só será possível se for garantido um desenvolvimento mais integrado e equitativo do território nacional que contribuiria para reduzir os ritmos dos movimentos migratórios internos.

A cidade da Praia não está preparada para gerir os problemas resultantes do crescimento acelerado da população, encontrando soluções eficazes e em tempo útil. Isso cria muitas situações de vazio e de falta de controlo que abrem espaços para os oportunistas e infractores levarem a cabo todo o tipo de ilegalidades que conduzem ao desequilíbrio espacial e social. O crescimento espontâneo/informal de grande parte da cidade é o resultado mais evidente desta situação. O Sistema de Gestão e de Planificação actual, sendo muito centralizado, encontra-se muito afastado dos bairros, dos residentes e dos seus problemas. Pensamos que um sistema mais próximo do cidadão e mais participativo seria mais adequado à cidade da Praia visto que conduziria à tomada de decisões de uma forma mais objectiva, tendo em consideração as necessidades reais da cidade, diagnosticadas *in loco*.

Uma constatação evidente é que a cidade da Praia cresce rapidamente, mas desenvolve-se lentamente. As intervenções urbanísticas não têm resultado na criação de espaços verdes, espaços de lazer e de convívio. Os bairros urbanizados carecem igualmente dessas infra-estruturas e equipamentos. A urbanização da cidade reflecte-se mais na proliferação de edifícios de vários níveis de qualidade e conforto, e menos no ordenamento dos espaços colectivos propriamente ditos (passeios, ruas, parques, praças, jardins, perímetros verdes, etc). A cidade não tem sido pensada como um sistema único, onde as alterações têm repercussões espaciais e sociais em toda a sua extensão. Deve-se planificar a cidade, definindo as grandes prioridades em função das necessidades reais do território e dos cidadãos, e distribuindo de forma equilibrada os investimentos.

Pensamos que as propostas que avançamos de reorganização da cidade em 10 Sectores Urbanos, cada um com uma Unidade Desconcentrada dos Serviços de Urbanismo da Câmara Municipal, poderá contribuir para aproximar mais o sistema de gestão dos residentes dos bairros, permitindo que os decisores tenham uma visão mais objectiva das necessidades reais (o que facilitaria os processos de decisão) e que os cidadãos tenham uma maior participação e, conseqüentemente, maior apropriação dos projectos e políticas, tornando mais sustentáveis e eficazes as acções, políticas e medidas de Gestão e de Planificação.

Bibliografia

Amaral, Ilídio do. (2007), Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens. Lisboa - Portugal, 2ª Edição, Associação das Universidades Portuguesas, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, UniCV, Universidade do Algarve, IICT, 444p.

Aubertin, Catherine (1992). Le droit au logement : enjeu démocratique ou instrument du clientélisme ? L'exemple de Brasília, District Fédéral. Cahiers des Sciences Humaines, Vol. 28, Num. 3, p. 461-479.

Medina do Nascimento, Judite (2003), O Crescimento Urbano e a Estrutura Funcional da Cidade da Praia. Lisboa, dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 186p.

Medina do Nascimento, Judite (2009), La Croissance Urbaine et le Système de Gestion et de Planification à Praia, Cap-Vert. Rouen, thèse de doctorat présentée au Département de Géographie de la Faculté de Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Rouen, 358p.

Monteiro, Hélder (2000), Cidade da Praia: Uma alternativa possível, Rio de Janeiro, Projecto de fim de curso apresentado à Faculdade de Arquitectura da Universidade Fluminense do Rio de Janeiro.

GABINETE DO PDM DA PRAIA (1998) Esquema estrutural do Plano Director Municipal da Praia, Gabinete do Plano Director Municipal, Câmara Municipal da Praia, vol.1.

GABINETE DO PDM DA PRAIA (1998) Esquema estrutural do Plano Director Municipal da Praia, Gabinete do Plano Director Municipal, Câmara Municipal da Praia, vol.2.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICAS DE CABO VERDE (2000) *Recenseamento Geral da População e Habitação - Ano 2000*. Praia: INE.CV, vol 15.

NORMAS PARA OS ARTIGOS A SUBMETER À REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

A. NORMAS RESPEITANTES À ACEITAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

1. Só serão aceites para avaliação artigos que nunca tenham sido publicados em nenhum suporte (outra revista ou livro, incluindo livros de Actas). A única excepção admissível é ter sido divulgada uma versão anterior do artigo submetido em séries do tipo “working papers” (electrónicas ou em papel).
2. Ao enviar uma proposta de artigo para a Revista, os autores devem renunciar explicitamente a submetê-la para publicação a qualquer outra revista ou livro até à conclusão do processo de avaliação. Para o efeito deverão sempre enviar, juntamente com o artigo que submetem, uma declaração assinada neste sentido. No caso de recusa do artigo pela Direcção Editorial, os autores ficarão livres para o publicar noutra parte.
3. Os artigos submetidos à Direcção Editorial para publicação serão sempre avaliados (anonimamente) por dois especialistas na área convidados para o efeito pela Direcção Editorial. Os dois avaliadores farão os comentários que entenderem ao artigo e classificá-lo-ão de acordo com critérios definidos pela Direcção Editorial. Os critérios de avaliação procurarão reflectir a originalidade, a consistência, a legibilidade e a correcção formal do artigo. No prazo máximo de 10 semanas após a submissão do artigo, os seus autores serão contactados pela Direcção Editorial do resultado da avaliação feita. O processo de

avaliação tem três desenlaces possíveis:

- (1) o artigo é admitido para publicação tal como está (ou com meras alterações de pormenor) e é inserido no plano editorial da revista. Neste caso, a data previsível de publicação será de imediato comunicada aos autores.
- (2) o artigo é considerado aceitável mas sob condição de serem efectuadas alterações significativas na sua forma ou nos seus conteúdos. Neste caso, os autores disporão de um máximo de 6 semanas para, se quiserem, procederem aos ajustamentos propostos e para voltarem a submeter o artigo, iniciando-se, após a recepção da versão corrigida, um novo processo de avaliação.
- (3) o artigo é recusado.

As decisões que a Direcção Editorial tomar com base nos pareceres recolhidos são soberanas e inapeláveis para qualquer outro órgão.

4. Assim que esteja feito o trabalho de formatação gráfica prévio à publicação do artigo na revista, serão enviadas ao autor as respectivas provas tipográficas para revisão. As eventuais correcções que este quiser fazer terão de ser devolvidas à Direcção Editorial no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua recepção.

5. Ao autor ou a cada um dos co-autores de cada artigo aceite será oferecido um exemplar do número da Revista em que o artigo foi publicado e cinco separatas do artigo.
 6. Os originais, depois de formatados de acordo com as presentes normas, não poderão exceder as 30 páginas, incluindo a página de título, a página de resumo, as notas, os quadros, gráficos e mapas e as referências bibliográficas. Serão liminarmente recusados todos os artigos que ultrapassem este limite.
 7. As propostas de artigo deverão ser enviadas, pelo correio, para o Secretariado Técnico da Revista: APDR - Apartado 3060, 3001-401 COIMBRA - PORTUGAL. Para informações ou para a comunicação posterior os contactos do Secretariado Técnico são os seguintes: telefone: 239 820 938, fax: 239 820 750, e-mail: rper@ine.pt.
- B. NORMAS RESPEITANTES À ESTRUTURA DOS ARTIGOS**
8. Os autores deverão enviar o artigo completo (conforme os pontos seguintes) em disquette, CD-Rom ou por e-mail para o endereço que consta no ponto 7.
 9. Os textos deverão ser processados em *Microsoft Word for Windows* (versão 97 ou posterior). O texto deverá ser integralmente a preto e branco.
 10. Na publicação os gráficos, mapas, diagramas, etc. serão designados por “figuras” e as tabelas por “quadros”. Admite-se, nas figuras e nos quadros, a utilização de escalas de uma segunda cor (ex: laranja).
 11. As eventuais figuras e quadros deverão ser disponibilizados de duas formas distintas: por um lado devem ser colocados no texto, com o aspecto pretendido pelos autores. Para além disso, deverão ser disponibilizados em ficheiros separados: os quadros, tabelas e gráficos serão entregues em *Microsoft Excel for Windows*, versão 97 ou posterior (no caso dos gráficos deverá ser enviado tanto o gráfico final como toda a série de dados que lhe está na origem, de preferência no mesmo ficheiro e um por *worksheet*); para os mapas deverá usar-se um formato vectorial em *Corel Draw* (versão 9 ou posterior)
 12. As expressões matemáticas deverão ser tão simples quanto possível. Serão apresentadas numa linha (entre duas marcas de parágrafo) e numeradas sequencialmente na margem direita com numeração entre parêntesis curvos. A aplicação para a construção das expressões deverá ser ou o *Equation Editor (Microsoft)* ou o *MathType*.
 13. Salvo casos excepcionais, que exigem justificação adequada a submeter à Direcção Editorial, o número máximo de co-autores das propostas de artigo é três.
 14. O texto deve ser processado em página A4, com utilização do tipo de letra *Times New Roman* 12, a um espaço e meio, com um espaço após parágrafo de 6 pt. As margens superior, inferior, esquerda e direita devem ter 2,5 cm.
 15. A primeira página conterá exclusivamente o título do artigo, bem como o nome, morada, telefone, fax e e-mail do autor, com indicação das funções exercidas e da instituição a que pertence. No caso de vários autores deverá aí indicar-se qual o contacto para toda a correspondência da Revista.
 16. A segunda página conterá unicamente o título

e dois resumos do artigo, um em português e outro inglês, com um máximo de 800 caracteres cada, seguidos de um parágrafo com indicação, em português e inglês, de palavras-chave até ao limite de 8 em cada língua. Os dois resumos são obrigatórios.

17. Na terceira página começará o texto do artigo, sendo as suas eventuais secções ou capítulos numerados sequencialmente utilizando apenas algarismos (não deverão utilizar-se nem letras nem numeração romana).

18. Cada uma das figuras e quadros deverá conter uma indicação clara da fonte e ser, tanto quanto possível, compreensível sem ser necessário recorrer ao texto. Todos deverão ter um título e, se aplicável, uma legenda descritiva.

19. A forma final das figuras e quadros será da responsabilidade da Direcção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

C. NORMAS RESPEITANTES ÀS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

20. A “Bibliografia” a apresentar no final de cada artigo deverá conter exclusivamente as citações e referências bibliográficas efectivamente feitas no texto.

21. Salvo em circunstâncias excepcionais, que deverão ser aduzidas pelos autores e sujeitas a decisão da Direcção Editorial, o número máximo permitido de referências bibliográficas é 25.

22. Para garantir o anonimato dos artigos, o número máximo de citações de obras do autor do artigo (ou de cada um dos seus co-autores) é três e não são permitidas expressões que possam denunciar a autoria tais como, por exemplo,

“conforme afirmámos em trabalhos anteriores (cfr. Beterraba (1998: 3))”.

23. Os autores citados ao longo do texto serão indicados pelo apelido seguido, entre parêntesis curvos, do ano da publicação, de “.” e da(s) página(s) em que se encontra a citação. Por exemplo: ao citar-se “Batata (1973: 390-93)”: está-se a referir a obra escrita em 1973 pelo autor “Batata”, nas páginas 390 a 393. Deverá usar-se “Batata (1973: 390-93)” e não “Batata (1973: 390-93)”. No caso de uma mera referência do autor bastará indicar “Batata (1973)”.

24. No caso de o mesmo autor ter mais de um trabalho do mesmo ano citado no artigo, indicar-se-á a ordem da citação, por exemplo: Nabo (1983a: 240) e Nabo (1983b: 232).

25. As referências bibliográficas serão listadas por ordem alfabética dos apelidos dos respectivos autores no fim do manuscrito. O nome será seguido do ano da obra entre parêntesis, e da descrição conforme com a seguinte regra geral:

MONOGRAFIAS:

Cenoura, Hermenegildo (1997a), *A Teoria dos Legumes*, Alcarraques, Editora da Horta

COLECTÂNEAS:

Galega, Couve (1992), “Herbicidas e estrumes” in Feijão, Brunilde (coord), *Teoria e Prática Hortícola*, Mem Martins, Quintal Editora, pp. 222-244

ARTIGOS DE REVISTA:

Nabiça, Brites (1999), “Leguminosas Gostosas” in *Revista Agrícola*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

26. A forma final das referências bibliográficas será da responsabilidade da Direcção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

NORMS FOR THE SUBMISSION OF PAPERS TO THE PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

A. NORMS FOR THE SUBMISSION AND ASSESSMENT OF PAPERS

1. 1. Only papers that have never been published (in another Review or book, including conference Proceedings) can be considered. The only exception is where a previous version of the paper submitted has been published in a series of “working papers” (electronic or paper format).
2. When a paper is submitted to RPER, the authors must explicitly state that it will not be submitted for publication in any other review or book until the reviewing process is completed. For this purpose, a signed declaration must be sent along with the paper. If the paper is rejected by the Editorial Board, the authors are free to publish it anywhere else.
3. Papers submitted for publication will always be reviewed (anonymously) by two specialists in the area, invited by the Editorial Board. The two referees will offer their comments and classify it in accordance with the criteria defined by the Editorial Board. The reviewing criteria include originality, consistency, legibility and the paper’s formal correction. The authors will be informed by the Editorial Board of the results of the evaluation within 10 weeks of its receipt. The assessment has three possible outcomes:

(1) the paper is accepted for publication just as it is (or with minor changes) and it is included in the editorial plan for the Review. In this case, the authors are immediately informed of the expected publication date.

(2) The paper is considered acceptable provided that major changes are made to its form and/or contents. In this case, authors will have a maximum of six weeks to make such changes and to submit the paper again. Once the revised version is received, a new assessment process starts.

(3) The paper is refused.

Decisions taken by the Editorial Board based on the opinions received are final and cannot be appealed.

4. Once the paper has been formatted for publishing, it will be sent to the author for graphics checking and revision. Any corrections the author might want to make must be sent to the Editorial Board within five days.

5. Each author and co-author of accepted papers will be offered a number of the published Review
6. Articles cannot exceed 30 pages after being formatted according the present norms, including the title page, the summary page, notes, tables, graphics and maps and references. Papers that exceed this limit will immediately be refused.
7. Papers must be sent, by e-mail to rper@apdr.pt or by normal mail to the Executive Secretariat of RPER at APDR – Apartado 3060, 3001-401 COIMBRA – PORTUGAL. For further information or future contact: telephone: + 351 239 836 068, fax: + 351 239 820 750, e-mail: rper@apdr.pt.
12. Mathematical expressions must be as simple as possible. They will be presented on one line (between two paragraph marks) and numbered sequentially at the right margin, with numeration inside round brackets. Equation Editor (Microsoft) or Math Type are the accepted Applications for original format files.
13. The paper may have no more than three co-authors. Exceptions may be accepted when a reasonable explanation is presented to Editorial Board.
14. Text must be processed in A4 format, Times New Roman font, size 12, line space 1.5 and 6 pt space between paragraphs. The upper, lower, left and right margins must be 2.5 cm.

B. NORMS FOR STRUCTURING PAPERS

8. The authors must send a complete version of the paper on a CD-Rom by mail, or in the original Microsoft Word file by e-mail, to the contacts specified in point 7 of Norms (A).
9. The texts must be processed in Microsoft Word for Windows (97 or later version). All written text must be black.
10. Graphics, maps, diagrams, etc. shall be refereed to as “Figures” and tables shall be refereed to as “Tables”.
11. Figures and Tables must be delivered in two different forms: inserted in the text, according to the author’s choice, and in a separate file. Tables and graphics must be delivered in Microsoft Excel for Windows 97 or later. Graphics must be sent in both the final form and accompanied by the original data, preferably in the same file (each graphic in a different worksheet). Maps must be sent in a vector format, like Corel Draw or Windows Metafile Applications.
15. The first page shall contain only the paper’s title, the author’s name, address, phone and fax numbers and e-mail, and the affiliation of the author. In the case of several authors, please indicate the contact person for correspondence.
16. Second page shall only contain the heading and two summaries of the paper, one in Portuguese and the other in English, no more than 800 characters each, followed by a line, in Portuguese and English respectively, with the key-words to a limit of 8 for each language. The two summaries are required only when the paper’s language is Portuguese.
17. Text starts on the third page. Sections or chapters are numbered sequentially using Arabic numbers only (letters or Roman numeration must not be used).

18. Figures and Tables must contain a clear source reference. These shall be as clear as possible without the reading of the text being strictly necessary. Each must have a title and, if applicable, a legend.

19. The final format of Figures and Tables will be of the responsibility of the Editorial Board, who will allow some adjustments, whenever necessary.

C. NORMS FOR REFERENCES

20. The references listed at the end of each paper shall only contain citations and references actually mentioned in the text.

21. The maximum number of references allowed is 25. Exceptions to this rule are rare and only occur for extremely good reasons.

22. To ensure the anonymity of papers, each author's self references are limited to three and no expressions that might betray the authorship are allowed (for example, "as we affirmed in previous works (cfr. Beetroot (1998: 3))").

23. Authors cited in the text must be indicated by his/her surname followed, within round brackets, by year of publication, by ":" and by the relevant page number(s). For example, the citation "Potato (1973: 390-93)", refers to the work written in 1973 by the author Potato, on pages 390 to 393. If the author is merely mentioned, indication of "Potato (1973)" is sufficient.

24. In case an author has more than one work from the same year cited in the paper, citation must be ordered. For example: Turnip (1983a: 240) and

Turnip (1983b: 232).

25. References must be listed alphabetically by authors' surnames, at the end of the manuscript. The name will be followed by year of publication inside round brackets and the description, thus:

MONOGRAPHS:

Carrot, Howard (1997a), The Vegetables Theory, Capers, Horticulture Editor

COLLECTION:

Green, Borecole (1992), "Weed Killers and Manure" in Been, Mary (coord.), Farming - Theories and Practices, Greenland, Onion Publishing Company, pp. 222-244

REVIEW PAPERS:

Tomato, Bridget (1999), Tasty Broccoli in Farmer Review, Vol. 32, no. 3, pp. 234-275

26. The final format of the references will be the responsibility of the Editorial Board, who will allow adjustments whenever necessary.

